

FRANCA SUSTENTÁVEL: A AGENDA 2030 NO ÂMBITO MUNICIPAL

**José Alfredo de Pádua Guerra
José Sérgio Saraiva
Katia Jorge Ciuffi
Murilo Gaspardo
(Organizadores)**



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

**FRANCA SUSTENTÁVEL:
A AGENDA 2030 NO ÂMBITO MUNICIPAL**

**Organizadores:
José Alfredo de Pádua Guerra
José Sérgio Saraiva
Katia Jorge Ciuffi
Murilo Gaspardo**

**CULTURA
ACADÊMICA**

Editora

Capa: Atálie Rodrigues Alves

Franca sustentável: a agenda 2030 no âmbito municipal / José Alfredo de Pádua Guerra; José Sérgio Saraiva; Katia Jorge Ciuffi; Murilo Gaspar do – São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2020.

249p.

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-65-5954-058-7

1.Desenvolvimento Sustentável. 2.Políticas Públicas 3.Planejamento
4. Franca.

CDD



Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA



AUTORES

Alba Regina Barbosa Araújo
Alessandra Marieli Vaccari
Alex Luiz de Andrade Melo
Andreia A. R Carvalho Liporoni
Andréia Cristina de Britto Leal
Carlos do Amaral Razzino
Cláudia Haddad Caleiro Pereira
Cléria Maria Lobo Bittar
Consuelo Carletto
Danilo Cândido Bulgo
Davi Pontes
Edna Campanhol
Eduardo José Nassar
Elaise Maria de Mello Barbosa
Élen Lúcia Bagatini Saud Ferro
Eloá Cristina Figueirinha Pelegrino
Emiliane Gerbasi Ricci
Fabiano S. Prazeres
Flávia Pierucci
Flávio Henrique Alves
Glauco Fabrício Bianchini
Glória Lúcia Alves Figueiredo
Guilherme Pessoni de Freitas
Helieder Rodrigues C Moraes
Isabela Menezes Franco
Jorge Augusto de Carvalho Santos

Júlio César Ribeiro
Lara Hass
Larissa Prudêncio M Ferreira
Letícia Natália Oliveira
Lilian Cristina G Nascimento
Linda Teresinha Saturi
Lívia Maria Lopes Gazaffi
Lizandra Guidi Magalhães
Liziane Marçal
Luciana Manzano
Marco Aurélio Bellato Kaluf
Maria Cecília Sodrê Fuentes
Maria José de Oliveira Lima
Maria Luisa Cervi Uzun
Marinês Santana Justo Smith
Mauro Ferreira
Natalie Rodrigues A F Andrade
Pedro Geraldo Saadi Tosi
Rafael Paranhos de Mendonça
Raquel Licursi Benedetti
Regina Celia de Souza Beretta
Regina Claudia Laisner
Rodolfo Borges de Faria
Rodrigo Cassio Sola Veneziani
Silvio Carvalho Neto
Valéria Beghelli Ferreira
Vanessa Pereira Silva
Vívian Karina Bianchini

SUMÁRIO

	Introdução.....	8
	<i>Murilo Gaspar do</i>	
	<i>José Alfredo de Pádua Guerra</i>	
	<i>José Sérgio Saraiva</i>	
	<i>Kátia Jorge Ciuffi</i>	
	Visão de futuro.....	12
Capítulo 1	O enfrentamento da pobreza e da fome no município de Franca: ações propositivas.....	16
	<i>Regina Célia de Souza Beretta</i>	
	<i>Andréia A Reis Carvalho Liporoni</i>	
	<i>Edna Campanhol</i>	
	<i>Valéria Beghelli Ferreira</i>	
Capítulo 2	Saúde.....	28
	<i>Glória Lúcia Alves Figueiredo</i>	
	<i>Júlio César Ribeiro</i>	
	<i>Vanessa Pereira Silva</i>	
	<i>Livia Maria Lopes Gazaffi</i>	
Capítulo 3	Igualdade de gêneros - mapeamento de ações intersetoriais de atenção à mulher vítima de violência no município de Franca/SP.....	49
	<i>Letícia Natália Oliveira</i>	
	<i>Cléria Maria Lobo Bittar</i>	
	<i>Luciana Manzano</i>	
Capítulo 4	Educação de qualidade.....	72
	<i>Sílvio de Carvalho Neto</i>	
	<i>Maria Luisa Cervi Uzun</i>	
	<i>Maria José de Oliveira Lima</i>	

Capítulo 5	Indústria, comércio e serviços.....	92
	<i>Vivian Karina Bianchini</i>	
	<i>Carlos do Amaral Razzino</i>	
	<i>Glauco Fabrício Bianchini</i>	
	<i>Eloá Cristina Figueirinha Pelegrino</i>	
	<i>Marines Santana Justo Smith</i>	
	<i>Natalie Rodrigues Alves Ferreira de Andrade</i>	
	<i>Guilherme Pessoni de Freitas</i>	
Capítulo 6	Papel da economia social (solidária) e do cooperativismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável destinado à dignidade na comunidade regional	128
	<i>Fabiano Prazeres</i>	
	<i>Marco Aurélio Bellato Kaluf</i>	
	<i>Rodolfo Borges de Faria</i>	
Capítulo 7	Agricultura e agronegócios.....	146
	<i>Alessandra Marieli Vaccadi</i>	
	<i>Cláudia Haddad Caleiro Pereira</i>	
	<i>Elen Lúcia Bagatini Saud Ferro</i>	
	<i>Pedro Geraldo Saad Tosi</i>	
	<i>Jorge Augusto de Carvalho Santos</i>	
	<i>Rodrigo Cássio Sola Veneziani</i>	
Capítulo 8	Planejamento, desenvolvimento urbano e habitação.....	166
	<i>Mauro Ferreira</i>	
	<i>Consuelo Carletto</i>	
	<i>Eláise Maria de Mello Baarbosa</i>	
	<i>Flávia Pierucci</i>	
	<i>Flávio Henrique Alves</i>	
	<i>Lara Hass</i>	
	<i>Linda Teresinha Saturi</i>	
	<i>Maria Cecília Sodr� Fuentes</i>	
	<i>Raquel Licursi Benedetti</i>	

Capítulo 9	Meio ambiente.....	184
	<i>Alba Regina Barbosa Araújo</i>	
	<i>Alex Luiz de Andrade Melo</i>	
	<i>Eduardo Jorge Nassar</i>	
	<i>Emiliane Gerbasi Ricci</i>	
	<i>Lizandra Guidi Magalhães</i>	
	<i>Liziane Marçal</i>	
	<i>Rafael Paranhos de Mendonça</i>	
Capítulo 10	Não violência, acesso à justiça e instituições transparentes e participativas: diagnóstico e análise do potencial de Franca–SP na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	204
	<i>Regina Cláudia Laisner</i>	
	<i>Lilian Cristina Gomes do Nascimento</i>	
	<i>Danilo Candido Bulgo</i>	
	<i>Andréia Cristina de Brito Leal</i>	
	<i>Helieder Rodrigues Carrijo de Moraes</i>	
	<i>Davi Pontes</i>	
	<i>Isabela Menezes Franco</i>	
	<i>Larissa Prudêncio Menezes Ferreira</i>	

INTRODUÇÃO

Murilo Gaspardo¹
José Alfredo de Pádua Guerra²
Katia Jorge Ciuffi³
José Sérgio Saraiva⁴

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, consubstanciados no documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovado na Assembleia Geral dos dias 25 a 27 de setembro de 2015, em Nova York. Trata-se de “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade”, e reconhece a erradicação da pobreza como o maior desafio global, o que constitui “um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. Os objetivos, integrados e indivisíveis, compreendem 3 dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Não obstante as dimensões global e nacional dessa questão, os municípios constituem o espaço por excelência para a concretização desses objetivos, pois são neles que as pessoas vivem cotidianamente, e a distância entre decisões, ações e transformação é menor. Todavia, enfrentam grandes obstáculos para tanto, como: (1) a desigualdade social, (2) a escassez de recursos financeiros, (3) a ausência de planejamento e (4) a desmobilização social – todos presentes em Franca-SP.

¹ Diretor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Franca – SP. Professor Associado (Livre-docente) do Departamento de Direito Público e do Programa de Pós-graduação em Direito da mesma instituição. Doutor, mestre e bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

² Reitor do Centro Universitário de Franca (UniFACEF). Doutor em Serviço Social pela Unesp. Mestre em Administração pelo Centro Universitário de Franca. Graduação em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário de Franca. Professor titular do Centro Universitário de Franca.

³ Reitora da Universidade de Franca (Unifran). Graduada e mestre em química pela Universidade de São Paulo. Doutora em química pela Unesp.

⁴ Vice Diretor da Faculdade de Direito de Franca (FDF). Bacharel e licenciado em Psicologia pela Universidade São Francisco. Graduação em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito Padre Anchieta. Mestre em Direito pela Universidade de Franca. Doutor em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito.

Diante disso, é necessário unir esforços do Poder Público, das universidades, do setor produtivo, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais para a pactuação de uma agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável dos municípios, pautada pela construção coletiva de uma visão de futuro.

Qual a nossa visão de futuro para Franca? Como podemos concretizá-la?

Partindo dessas indagações, do referencial normativo da “Agenda 2030”, bem como das experiências paradigmáticas do projeto “Araraquara 2050”, liderado pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus de Araraquara e da *Rede Nossa São Paulo*, em julho de 2018, iniciou-se a construção do *Fórum Franca Sustentável*, com os propósitos de construir diagnósticos, propostas e estratégias para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Franca–SP. O Fórum foi inicialmente articulado por quatro instituições de ensino superior de Franca (UNESP, UNIFACEF, UNIFRAN e Faculdade de Direito de Franca), gestores públicos e lideranças empresariais, aos quais se somaram a FATEC e diversas organizações da sociedade civil ao longo de dois anos de trabalho.

De forma mais específica, o Fórum tem como objetivo promover o macroplanejamento estratégico do desenvolvimento do município de Franca de curto (trienal), médio (2030) e longo prazo (2050), fundado em sólido diagnóstico sobre os desafios e os potenciais econômico, ambiental e social, bem como as estratégias adequadas para a concretização do planejamento, considerando-se diferentes cenários prospectivos. O Fórum também terá em seu horizonte a “Aglomeração Urbana da Região de Franca”.

A consecução desse objetivo tem como elementos estratégicos: (1) a edificação coletiva do planejamento, que deve ser da sociedade de Franca, transcendendo pessoas e governos; (2) o engajamento da comunidade e a ação de comunicação eficiente; (3) a combinação entre elementos técnicos (trabalho com dados, indicadores, estudos de casos etc.) e a construção de consensos políticos; (4) a articulação das linhas e dos projetos de pesquisa dos programas de Pós-graduação das instituições de ensino superior do Município.

Na construção do diagnóstico, das propostas e das estratégias, dentre outros elementos, são considerados indicadores referentes a: (1) perfil demográfico; (2) economia; (3) desigualdades; (4) outras questões sociais (mortalidade infantil, escolaridade, habitação etc.); (5) meio ambiente; e (6) condições urbanísticas. Além disso, devem ser analisados em profundidade: (1) o orçamento público; (2) a governança pública; (3) experiências paradigmáticas de políticas públicas de êxito em Franca e outros municípios; (4) o arcabouço jurídico relevante.

O projeto se organiza em quatro eixos temáticos: (1) desenvolvimento social, (2) desenvolvimento econômico, (3) desenvolvimento urbano e meio ambiente, e (4) instituições.

Os eixos temáticos, por sua vez, são desdobrados em nove Grupos de Trabalho: (1) assistência social, (2) saúde, (3) educação, cultura e igualdade de gênero, (4) indústria, comércio e serviços, (5) economia solidária e cooperativismo, (6) agricultura e agronegócio, (7) planejamento, desenvolvimento urbano e habitação, (8) meio ambiente e (9) instituições.

O trabalho dos Grupos está sendo orientado por quatro fundamentos: (1) respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis; (2) visão global de futuro para Franca definida pelo coletivo; (3) metodologia de trabalho; (4) envolvimento do maior número possível de potenciais interessados na temática, com perspectivas diversificadas. Cada um dos Grupos tem um coordenador ao qual cabe: (1) promover a comunicação interna entre seus membros; convidar novos atores para participação; (3) articular e convocar suas reuniões; (4) elaborar o relatórios com diagnósticos e propostas.

A primeira fase de trabalhos do Fórum compreendeu cinco etapas: (1) amadurecimento teórico-conceitual e metodológico do projeto, ampliação e fortalecimento de parcerias; (2) lançamento público do projeto, ocorrido em 22 de abril de 2019, no Auditório do SENAI; (3) atividades dos Grupos de Trabalho para desenvolvimento de estudos e compartilhamento de seus resultados com o coletivo em seminários gerais e temáticos, além de reuniões de coordenação; (4) elaboração deste livro com a visão de futuro para Franca e os relatórios de cada Grupo com diagnósticos e propostas; (5) divulgação do relatório final no *Congresso Cidades e Desenvolvimento*

Sustentável, em Agosto de 2020, seguida da entrega de exemplares para autoridades municipais e todos os candidatos a prefeito de Franca. O Fórum também conta com um *website* no qual disponibilizaremos agenda de eventos, relatórios, propostas, experiências de boas práticas em políticas públicas, banco de pesquisas aplicadas à gestão pública e notícias, além de um espaço para interação com a comunidade.

Os próximos passos do Fórum serão, além da continuidade de seus debates, a constituição de um *observatório interinstitucional de políticas públicas* e a articulação junto à Prefeitura Municipal para viabilizar a implementação dos ODS em Franca.

VISÃO DE FUTURO

Qual a nossa visão de Futuro para Franca em 2030, 2040 e 2050?

Franca se aproxima da comemoração de seus duzentos anos de elevação a vila. Povoação surgida ao longo da antiga estrada que demandava o interior da capitania de São Paulo em direção a Goiás ainda durante o Brasil colonial, durante seus dois séculos de existência a cidade passou por profundas transformações. No século XIX, foi um entreposto comercial na rota do sertão que, com a chegada da ferrovia e do café, viu a urbanização se espraiar pelas “3 Colinas” cantadas em prosa e verso por seus poetas e músicos. O século XX viu o pequeno burgo da divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais se industrializar, urbanizar-se com velocidade cada vez maior e tornar-se a plataforma do principal centro industrial produtor de calçados masculinos da América Latina.

Num mundo em crescente urbanização, no século XXI o município chegou ao um alto grau de urbanização, atingindo 98% (2010) de uma população estimada pelo IBGE (2018) de 350.400 habitantes. Este aumento expressivo da urbanização implicou na necessidade de ampliação dos serviços públicos ao longo dos anos, em especial após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que ampliou as competências dos municípios sem a necessária contrapartida em tributos, que permanecem em sua maioria na órbita das esferas de governo estadual e federal.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é 0,780 e, embora considerado alto grau, ainda está distante dos primeiros lugares no estado de São Paulo (é o 89º colocado enquanto sua população é a 21ª), atingido principalmente por causa de sua privilegiada estrutura ambiental (98,5% de domicílios com água e esgotamento sanitário adequado e coleta de resíduos regular e seletiva em toda a área urbana disposta em aterro sanitário licenciado). Assim, a infraestrutura local precisará de novas abordagens e políticas públicas para atingir patamar mais elevado, que permita *melhoria da qualidade de vida urbana* e a construção de um Município *menos desigual e mais inclusivo*.

Urbanistas e outros pesquisadores e analistas da vida urbana apontam a necessidade de mudar o rumo do crescimento e do desenvolvimento das cidades pensadas para o uso intensivo de energia não-renovável (leia-se cidade do automóvel), no sentido de torná-las mais adequadas a um mundo em transformação e sob o impacto do aquecimento global, *combatendo a exclusão e a segregação urbanas e tornando-as mais densas, de maneira a reduzir o consumo de energia e de recursos naturais.*

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em Assembleia geral 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, consubstanciados no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”. Ela também busca “fortalecer a paz universal com mais liberdade”, e reconhece a erradicação da pobreza como o maior desafio global, o que constitui “um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. Os objetivos, integrados e indivisíveis, compreendem 3 dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Neste sentido, *alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS* adotados por todos os países membros da ONU constituem-se em oportunidade para *discutir, repensar e redirecionar o desenvolvimento de Franca* na direção que seus Planos Diretores (leis municipais de 2046/1972 e 50/2003) já apontavam, mas que não foram efetivados, que incluíam a garantia do *direito à cidade sustentável*, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações e a gestão democrática por meio da participação da população.

Assim, a ideia de uma “***Cidade caminhável, inclusiva e densa***” se apresenta como uma hipótese de renovação da cidade, integrada a iniciativas em discussão em todo o mundo como cidades inteligentes, criativas, saudáveis, sustentáveis, amigas dos idosos e outras que visam melhorar a vida urbana, deixando claro que o caminho para uma “*cidade caminhável, inclusiva e densa*” passa pelo *enfrentamento e superação de um modelo de uso e ocupação do território local* utilizado há décadas para urbanizar a cidade, cujo

vetor primordial transparece na ilimitada expansão horizontal (a mancha urbana de Franca tem aproximadamente 81 km² num município de 605 km², fenômeno conhecido como *sprawling*) e de baixa densidade demográfica (37 hab/hectare) que implica em manter vazios grande estoque de lotes dotados de toda a infraestrutura urbana sem cumprir a função social da propriedade previstas em lei (40.500 lotes vagos em 2014 segundo o Cadastro Físico da Prefeitura e 14.700 imóveis construídos vazios em 2010, segundo o IBGE). A deseconomia gerada por este modelo predatório de ocupação urbana impacta forte e diretamente os custos de manutenção da cidade, incluídos os serviços de transporte público, fornecimento de água, esgoto, iluminação pública e coleta de resíduos, de educação, saúde e assistência social e o transporte de mercadorias e pessoas, reduzindo a capacidade competitiva de Franca.

Tal transformação, obviamente, não se dará sem que os poderosos interesses imobiliários existentes na cidade sejam transformados a partir de aspectos culturais e de novos modos de viver e organizar a produção econômica que opõem de um lado, setores econômicos cujo objetivo é exclusivamente a maior rentabilidade obtida com o uso do solo e da edificação urbana, de outro o interesse coletivo da maioria, presente no direito a uma cidade de todos, inclusiva e não segregacionista.

Esta cidade reinventada deve sustentar uma *sociedade suficientemente aberta para a mescla de usos do espaço urbano por diferentes classes sociais*, “tribos” diferentes, diferentes culturas, nos mesmos espaços, reduzindo os “bairros exclusivos” e condomínios fechados, o que não seria novidade para Franca, cidade construída e ocupada por migrantes em diversos momentos de sua história, desde os mineiros que fugiam da “derrama” em Minas Gerais no início do século XIX, passando pelos ex-escravos e europeus que se instalaram aqui ao longo do período cafeeiro, até os migrantes das pequenas cidades do entorno durante o período de expansão industrial.

A vida sedentária, a explosão da obesidade, os transtornos ocasionados pelo *stress* da vida cotidiana pelo trabalho repetitivo da indústria, pelo ruído urbano e pelo trânsito violento, a insegurança, a longevidade da população que requer rápidas mudanças em acessibilidade, a habitação de qualidade e o transporte seguro e sustentável, o deslocamento seguro a pé ou bicicleta, a

democratização da gestão pública e o uso de ferramentas e-government, o acesso universalizado à internet, são elementos centrais para repensar a cidade e seu futuro, que passam por considerar as mudanças em curso no mundo do trabalho, a geração de emprego de qualidade e renda através da educação continuada, do uso intensivo de novas tecnologias nos processos produtivos, a preservação e valorização do patrimônio cultural e ambiental da cidade, qualificando seus espaços coletivos e a paisagem urbana, enfim, priorizar a vida humana.

CAPÍTULO 1 - O ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DA FOME NO MUNICÍPIO DE FRANCA: AÇÕES PROPOSITIVAS

*Regina Célia de Souza Beretta¹
Andreia A. Reis de Carvalho Liporoni²
Edna Campanhol³
Valéria Beghelli Ferreira⁴*

1.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável abordados

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Este artigo pretende não somente discutir as condições de fome e pobreza no município de Franca, mas também propor ações que possam impactar nos determinantes sociais, que incidem sobre o bem-estar e a qualidade de vida da população, a partir de um levantamento bibliográfico e documental, relativos aos indicadores quanti qualitativos, já disponíveis no município, bem como base de dados do PNUD, IPEA, IBGE, entre outros.

A Agenda 2030 é composta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se configuram em um plano de ação global, voltado ao desenvolvimento sustentável, em busca de melhores condições de vida para o planeta. Este plano de ação é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, que foram construídos sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. São integrados e indivisíveis e estão voltados para a garantia dos direitos humanos, dignidade e igualdade, em um ambiente saudável, por meio da equalização, entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Os ODS buscam evitar a degradação do planeta e objetivam a erradicação da pobreza,

¹ Assistente Social e docente da pós-graduação em Promoção da Saúde da UNIFRAN.

² Assistente Social e docente da pós-graduação em Serviço Social da UNESP.

³ Assistente social e Docente da UniFACEF.

⁴ Psicóloga e docente da UniFACEF.

em todas as suas formas e dimensões, por meio de parcerias colaborativas, da gestão dos seus recursos naturais, da produção e consumo sustentáveis. (PNUD, 2020).

A Agenda 2030 recomenda ainda, o estabelecimento de Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável, voltado ao atendimento das necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis, com a participação de todos, a fim de construir equidade, justiça e paz social, afastando a violência, a fome e a miséria. Os ODS visam erradicar a pobreza extrema, até 2030, atualmente medida como pessoas vivendo, com menos de US 1,25 por dia, e que sofrem para satisfazerem as suas necessidades mais básicas de alimentos, água potável e saneamento básico. Este desafio implica em voltar as atenções aos mais vulneráveis, aumentando o acesso aos serviços básicos e renda. (PNUD, 2020).

1.2 Contextualização Global

A melhoria das condições de vida da população de um país, ou de um território está associado ao Índice de Desenvolvimento Humano de sua população (IDH). Este índice tem sido utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1990. Trata-se de instrumental criado pelo paquistanês Mahbub Ul Haq e pelo indiano Amartya Sen, para avaliar o grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade, sob um novo olhar, para além dos indicadores meramente econômicos. (NETO, 2016).

O IDH permite comparar a qualidade de vida entre os países, ampliando a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, pela composição com outros indicadores como educação, saúde e renda. A utilização dessas variáveis permite mensurar a resposta de determinado país, frente a importantes demandas do território. Tornou-se uma referência numérica que varia entre 0 e 1. Isto quer dizer que quanto mais um país, tem seu IDH mais próximo do zero, piores são as condições de saúde, educação e renda. Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições de saúde, educação e renda. (MOTA, 2020).

Os desafios éticos, inclusive aqueles ligados à equidade, passaram, portanto, para o centro do debate sobre o desenvolvimento. Este tipo de concepção abrangente do

desenvolvimento refletiu-se na adoção pela ONU do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para medir o grau de avanço alcançado pelos diferentes países do mundo. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra de cada país, o IDH leva também em conta a expectativa de vida ao nascer e a educação, esta última avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Hoje já se fala não apenas na universalização, mas na qualidade da educação oferecida pelo Estado. (DINIZ, 2016, p. 91).

Para avaliar a qualidade de vida entre os países, frequentemente se compara indicadores dos países de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros. Nessa abordagem o IDH, não busca olhar para as necessidades das pessoas, mas também para as equidades, oportunidades e capacidades. De outro lado, o IDH não considera os fatores importantes como sustentabilidade, democracia e equidade. Entretanto, no pensamento de Haddad (2016), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pela ONU, é uma das métricas mais recomendadas para avaliar o desenvolvimento.

Evidentemente o caso brasileiro está repleto de singularidades, devido a sua extensão territorial e diversidade cultural e regional. O país ocupa a 79ª posição no ranking compilado pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como IDH 0,759 (dados de 2018). O coeficiente de Gini, usado para medir o grau de concentração de renda (0 representa a situação de total igualdade e quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade de renda) apresenta o Brasil, com o índice de 51,3. Dados do Cadastro Único (2019) revelam que a pobreza extrema no país atinge 13,2 milhões de pessoas. Entretanto houve um avanço nos últimos sete anos, pois mais de 500 mil pessoas, entraram em situação de miséria. (HECK, 2019).

Em 2014, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) retirou o Brasil do Mapa da Fome. Este mapa é composto por países em que, mais de 5% da população, consome menos calorias, do que o recomendado pela OMS. A superação da desigualdade social envolve a ofertas de melhores condições de emprego e renda, maiores investimentos em políticas públicas, como programas de segurança alimentar, programas sociais de transferência de renda, constituição e fortalecimento de redes de

proteção social, entre outros. Apesar disso, o número de pessoas pobres, que vivem com menos de R\$ 140 mensais, vem aumentando desde 2016, no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2016 e 2017, a pobreza passou de 25,7% para 26,5% da população.

A respeito do crescimento e bem-estar da população Haddad recomenda:

O ponto de partida para uma estratégia de crescimento seria uma visão de longo prazo, na qual o Brasil estaria incluído no grupo de países de elevada renda per capita, tendo os atributos de uma “sociedade aberta”, democrática, dando igualdade de oportunidade a seus cidadãos e mantendo um sistema de seguridade social que lhes garantisse uma proteção mínima, cobrindo suas necessidades básicas em caso de sinistros, como desemprego, incapacidade ou doença. O foco básico da estratégia seria o bem-estar do cidadão, como indivíduo e como participante da sociedade. (HADDAD, 2016, p. 145).

Entretanto, o Estado Brasileiro desde 2016, vem atuando na contramão da superação das desigualdades, da pobreza e da fome, sob a ótica conservadora neoliberal, tem trabalhado no desmonte direitos trabalhistas e sociais, com maior flexibilização das relações do mundo do trabalho, a destacar as reformas trabalhista e previdenciárias; alterações importantes na aprovação na Constituição Federal. Para Montano (2019) estes fatores implicam na desresponsabilização da intervenção estatal e /na resposta às sequelas da “questão social”

Destaca-se nesse processo, a aprovação da Emenda Constitucional, n. 95/2016, que congelou os investimentos em políticas públicas por 20 anos, bem como, o aumento da desvinculação das receitas da União, de 20% para 30% do montante arrecado, para a Seguridade Social. (MARIANO, 2017). Essa postura do Estado Brasileiro, preserva os interesses econômicos do capital em detrimento dos mais vulneráveis. Assim, o contexto das políticas sociais no Brasil se caracterizam pela focalização na extrema pobreza e baixos financiamentos para as políticas sociais, com agravamento da pobreza e da fome, pós 2016.

Montano (2019) alerta que a estratégia neoliberal, pressupõe o avanço da focalização, descentralização e privatização das políticas

sociais, configuradas pela *re-mercantilização* e *re-filantropização*. A *re-mercantilização* transforma serviços sociais em “serviços mercantis”, vendidos ao consumidor. A *re-filantropização* transfere-se a responsabilidade estatal do atendimento das necessidades das populações vulneráveis, para a “sociedade civil”, mediante práticas filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou autoajuda.

A desresponsabilização estatal implica no agravamento da desproteção social e no aprofundamento da pobreza e da fome. A pobreza é considerada na literatura como um fenômeno complexo e multidimensional, que priva as populações os mais vulneráveis do acesso à alimentação, resultando em complicações para o desenvolvimento físico, psicológico e social. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (IBGE, 2010) indicou que 30,2% das famílias vivem em situação de insegurança, sendo mais frequente nas áreas rurais e no Norte e Nordeste do país.

O fosso das condições de desigualdade retroalimenta a fome e evidencia o perverso mecanismo de transmissão intrageracional da pobreza. (ONU, 2005). A erradicação da pobreza e da fome é uma tarefa difícil a ser solucionada, diante do capitalismo predatório, da crescente acumulação e concentração de riquezas, que leva à morte de milhões de pessoas. A falta de condições mínimas de sobrevivência conduz as pessoas, ao desamparo social e baixa autoestima. (ROSANELI, 2015). Por outro lado, Castro (2011) um dos mais respeitados estudiosos do tema, demonstrou que a fome, pode ser superada por meio da promoção de projetos sociais exequíveis.

1.3 Diagnostico local

A ideia deste trabalho surgiu em 2019, por ocasião da elaboração do *Projeto Franca Sustentável*. O grupo é composto pela união das Universidades locais (UNESP, UNFACEF, UNIFRAN e Faculdade de Direito de Franca), organizações não governamentais, líderes de associações e sindicatos, e outros, com objetivo de discutir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para Franca. Após algumas reuniões e rodas de conversa com os integrantes do projeto, entre eles, gestores, pesquisadores, docentes, técnicos e voluntários e outros, o grupo, resolveram pautar e alinhar suas ações pela Agenda 2030, que vem corroborar com a missão do projeto, sendo subdividido

em 9 grupos para implementação da proposta.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2, foi atribuído ao grupo denominado Assistência Social, composto por docentes, assistentes sociais da UNESP, UNIFACEF, UNIFRAN e COOPERFRAN. Nos estudos do grupo, constatou-se a necessidade de realizar levantamento das condições que se processam a desigualdade e a pobreza, no município de Franca. Assim, foi possível fazer uma pré análise das condições de vida da população no Brasil, situando as especificidades do Estado de São Paulo e do município em questão.

Franca é um município paulista com 350 mil habitantes, caracterizada economicamente pela indústria calçadista e pelo predomínio do cultivo do café. Ocupa lugar de destaque no cenário nacional, no que se refere aos indicadores de qualidade de vida e bem-estar. A despeito disto, convive, tal qual os demais municípios brasileiros, com as diversas expressões da desigualdade social, fome, e variados desdobramentos da questão social. O PNUD (2010) aponta que o município tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM0 2010) de 0,780, considerado uma faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município, é Longevidade, com índice de 0,842, seguida de Educação, com índice de 0,753, e de Renda, com índice de 0,749. (IPEA, 2020).

Neste trabalho utilizou-se a pesquisa documental de acervos oficiais da Secretaria de Ação Social de Franca, órgão responsável pela gestão no território da Política de Assistência Social no município. De acordo com estudos de Gil (2008, p. 51) a pesquisa documental se ocupa de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, podendo ser utilizados documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. Entre os documentos analisados, estão as deliberações elencadas pela população e trabalhadores sociais, na Conferência Municipal de Assistência Social de 2019. Utilizou-se ainda como fonte documental oficial, o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), que foi construído coletivamente pelos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a participação da sociedade civil em 2018. Nestes documentos foram detectados pontos fracos ou ameaças para o alcance dos ODS 1 e 2 da Agenda 2030. Representam problemas, ou pontos de estrangulamentos, que precisam

ser equacionados de modo a garantir, melhores condições de acesso aos serviços assistenciais, redução da pobreza no município e garantia de direitos da população à uma vida mais digna. (PMAS, 2018).

1.3.1 Pontos fracos e ameaças

No âmbito do município foram encontrados pontos fracos como a ausência da regulamentação da lei do SUAS e dos benefícios eventuais (cestas básicas e auxílio natalidade e funeral). Estruturação física dos equipamentos públicos do setor de Assistência Social, insuficientes. Gestão do trabalho no SUAS ainda não adequada, em conformidade com a NOB/RH/2012. Há grande desrespeito ao pacto federativo no co-financiamento das três esferas, o que compromete a autonomia do município, que não consegue corresponder as demandas da população. Os documentos consultados, apontam que famílias em situação de vulnerabilidade gastam mais de 30% da sua renda com Habitação, e demonstra, problemas quanto aos índices de abandono escolar de crianças e jovens. (PMAS, 2018). Ausência de uma política de segurança alimentar no município, dificuldades para consolidação e efetivação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

1.3.2 Pontos Fortes e oportunidades

Segundo as deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social (2019) foram elencados como pontos fortes a própria elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, disponibilizando dados, informações e orientação à ação. Ampliação dos serviços sócio assistenciais. Fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social, que possibilitou a participação da população ao promover suas reuniões nos bairros, ocasionou principalmente as conferências. A atual gestora da Política de Assistência Social é uma assistente social concursada, que faz parte do quadro efetivo de servidores públicos, conhecedora das necessidades sociais do povo francano.

Pode-se elencar ainda, como ponto forte, a mobilização dos trabalhadores sociais, órgãos de controle social e sociedade civil, que realizaram abaixo assinado e manifesto, por meio de suas representações como Conselho Municipal de Assistência Social,

Fórum dos trabalhadores sociais de Franca e região e Fórum Regional de Soberania Alimentar e Nutricional da região de Franca, pressionando o executivo municipal, para a implantação da Segurança Alimentar, diante da fome e situação de miserabilidade vividos por parte da população, no momento da Pandemia do Covid 19, que tem assolado o mundo.

1.3.3 Proposta de Ação

a) Objetivo 1: *Construir espaços de escuta e acolhimento de técnicos e comunidade em geral, a respeito das necessidades e problemas da população.*

- Realização de Fórum permanente de discussão de políticas públicas.
- Implantação das deliberações da última Conferência de Assistência Social.
- Elaboração de plano de ação pautado nos indicadores concretos.
- Ações para a superação das desigualdades no município por meio das articulação das políticas de assistência social, saúde, educação e desenvolvimento econômico.

b) Objetivo 2: *Realizar capacitações, pesquisas e estudos científicos sobre as demandas apontadas no PNAS.*

- Colaboração na implantação a Vigilância Sócio Territorial como uma das funções da Assistência Social no município, com recursos próprios.
- Planejamento de Cursos de Extensão: Capacitação de agentes públicos para trabalho em rede intersetorial e multidisciplinar.

c) Objetivo 3: *Garantir que a Assistência Social e a Segurança Alimentar sejam reconhecidos como política de direito, com provisão orçamentária e recursos estatais.*

- Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social e dos benefícios eventuais no município.
- Aprovação da Política de Segurança Alimentar no município.
- Realização de audiência pública entre os poderes constituídos executivo e legislativo.

d) Objetivo 4: *Fortalecer as instâncias de controle e participação social.*

- Construção de uma agenda coletiva para o enfrentamento da pobreza e fome no município.
- Priorização de problemas como evasão escolar, problemas de saúde mental apontadas no PMAS, pelo Conselho municipal de assistência social, de saúde e de educação.
- Reestabelecer educação de jovens e adultos como prioridade.
- Criação do conselho municipal de Segurança alimentar.

1.3.4 Dimensão Social

Há que se destacar que a Política de Assistência Social em Franca, embora estruturada, requer investimentos públicos na ampliação e melhoria dos serviços sócio assistenciais, já disponíveis. Por outro lado, observa-se um descompromisso político com a insegurança alimentar, vivenciada pela população, especialmente em tempos de Covid-19, que vem desencadeando uma crise econômica e sanitária sem precedentes, cujas consequências tem recaído no atendimento da saúde e na assistência social. De acordo com o manifesto do Fórum dos Trabalhadores Sociais de Franca (FORTSUAS-FR, 2020), no período de isolamento social, a Secretaria Municipal de Ação Social recebeu 5. 282 solicitações de cestas básicas, para crianças, idosos, pessoas com deficiência e gestantes e outros e até abril, foram o setor entregou 1.448 cestas básicas.

A cesta básica não responde as reais necessidades nutricionais das pessoas, que precisam ingerir verduras, frutas, carnes, ovos etc. Embora todas as pessoas tenham direitos a uma alimentação digna, acabam por receber o mínimo para sobreviver, o que fere o princípio do direito humano, a uma vida digna. A pobreza e a fome afetam o indivíduo, a família e toda a comunidade, causando efeitos incalculáveis para diferentes dimensões da vida humana. A fome traz prejuízos físicos, neurológicos, cognitivos e emocionais, irreversíveis. A pessoa uma vez debilitada física e mentalmente, é um ser humano subalimentado e vulnerável, cujas aptidões ficam comprometidas para os estudos e para o trabalho. (ROSANELI, 2015).

Neste momento é recomendável que os movimentos sociais, órgãos públicos acionem os mecanismos legais já existentes, para

criarem respostas urgentes, no combate à fome no município, como as normativas da Lei Orgânica de Assistência Social e as Diretrizes Nacionais e Estaduais de Segurança Alimentar. Além disso, pensar em programas sociais emergenciais, como a transferência de renda de cidadania, já existentes em muitos municípios brasileiros.

Outra proposta para atender a urgência é a busca de financiamentos públicos, para moradia digna, bem como o planejamento de ações e projetos que possam minimizar as situações de vulnerabilidade e riscos sociais das pessoas, como violência e discriminação, entre outros. Entretanto o enfrentamento a pobreza e a fome requer ações intersetoriais locais, mais consistentes e integradas, das diferentes políticas públicas.

E por último uma das estratégias mais importantes neste momento, é o investimento em ações de caráter educativo, para a emancipação e empoderamento. As pessoas poderão ser estimuladas a lutar por suas necessidades e fazer suas próprias escolhas; equilibrando as relações de poder entre Estado e sociedade civil. Para que o impacto social, seja duradouro e ampliado, as ações podem aflorar as capacidades e potencialidades pessoais e sociais e que promovam a autonomia dos indivíduos, além de despertá-los para a participação popular. Nas palavras de Gohn (2004), o empoderamento das pessoas, corrobora expressivamente na conquista da cidadania e da justiça social.

Referências

AGENDA 2030. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – IPEA 2018** – Documento elaborado sob a coordenação de Enid Rocha Andrade da Silva.

BRASIL. PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 20 março 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTRO, J. de. **O Problema da Alimentação no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.

DINIZ, E. Globalização, estado e trajetórias nacionais: dilemas do desenvolvimento e o futuro do Brasil. In: SICSÚ, J.; CASTELAR. A. (Orgs.). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009, 252p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_sociedadeeconomia.pdf. Acesso em: 20 abril 2020.

FRANCA. Prefeitura Municipal. Secretaria de ação Social. **Plano Municipal de Assistência Social (2018-2021)**.

FRANCA. Prefeitura Municipal. Secretaria de ação Social. **Deliberações da Conferencia Municipal de Assistência Social de Franca, 2019**.

FRANCA. Fórum dos trabalhadores sociais de Franca e região (FORTSUAS). **Manifesto pela Segurança Alimentar**. 28 abril 2020.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde Soc.**, v.13, n.2, p.20-31, 2004. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 20 abril 2020.

HADDAD. C. L. S. Concentrar no fundamental. In: SICSÚ, J.; CASTELAR. A. (Org). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009, 252p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_sociedadeeconomia.pdf. Acesso em: 20 abril 2020.

HECK, S. Pela vida saudável, contra a fome e a miséria. **Brasil de fato: uma visão popular do Brasil e do mundo, 2019**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/16/pela-vida-saudavel-contra-a-fome-e-a-miseria>. Acesso: 02 maio 2020.

INSTITUTUO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA).

Agenda 2030 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Metas Brasileiras. Disponível em:

http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433. Acesso em: 23 de março 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

MARIANO, C. M. Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**. Curitiba, v.4 n.1, Jan./Abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>. Acesso em: 02 maio, 2020.

MOTA, H. O que é IDH? **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do terceiro setor. **Lutas Sociais**. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). PUC/SP, v. 08, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18912>. Acesso em: 20 de abril 2020.

NACIONES UNIDAS. **Objetivos de desarrollo del milenio**: una mirada desde América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONUBR). **ONU para alimentação e agricultura FAO**: Fome aumenta no mundo e na América Latina e no Caribe pelo terceiro ano consecutivo, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1152336/>. Acesso 02 maio 2020.

ROSANELI C. F. *et al.* A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista. bioét.** (Impr.), v.23, n.1, p. 89-97, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v23n1/1983-8034-bioet-23-1-0089.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2020

CAPÍTULO 2 - SAÚDE

Glória Lúcia Alves Figueiredo¹

Júlio César Ribeiro²

Vanessa Pereira Silva³

Livia Maria Lopes Gazaffi⁴

2.1 Objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) abordado

Embora o recorte do presente capítulo esteja na perspectiva da Saúde, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são interconectados e suas metas são globais em sua natureza. Inclusive, a proposta da Organização das Nações Unidas é agrupar as questões da saúde no eixo - PESSOAS, que envolvem os ODS de número 1, 2, 3, 4 e 5.

Figura 1. ODS 3 do eixo Pessoas, segundo a OMS



2.2 Contextualização global

Desde meados do século XX, a expectativa de vida dos brasileiros vem aumentando devido a intervenções de atenção básica,

¹ Graduada em enfermagem pela EERP da Universidade de São Paulo. Mestrado e Doutorado em Saúde Pública pela mesma instituição. Ex-coordenadora e docente do Programa de Pós-graduação da Universidade de Franca (UNIFRAN).

² Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem da UNIFRAN. Docente e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde e do Curso de Enfermagem da UNIFRAN. Graduado em Enfermagem pela UNAERP, especialista em Saúde Pública pela UNIFRAN. Mestrado e Doutorado em Ciências (Enfermagem Fundamental), pela EERP-USP.

³ Mestranda do PPG em Promoção de Saúde da UNIFRAN. Graduada em Enfermagem pela mesma instituição. Docente do Curso de Enfermagem da UNIFRAN.

⁴ Coordenadora do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF). Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP). Mestrado e Doutorado em Ciências pela EERP/USP. Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF.

mas o direito à atenção integral à saúde por toda a vida, que deve ser viabilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), está sob ameaça e impactado, por exemplo, pela Emenda Constitucional 95, que estabeleceu teto para os gastos. Caso esta emenda não seja revogada, seguirá prejudicando a saúde da população e impedirá o alcance da Agenda 2030. Registra-se que no Brasil, por exemplo, houve entre o período de 1990 a 2015 uma redução na razão de mortalidade materna no Brasil foi de 143 para 62 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, o que representou uma diminuição de 56%, porém ainda está distante da meta estabelecida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em reduzir a mortalidade materna para 30/100 mil nascidos vivos até 2030 para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). (RELATÓRIO LUZ, 2019).

Adotada pela Assembleia geral das Nações Unidas, a Agenda 2030 é constituída por 17 objetivos, 169 metas e descreve um panorama de prioridades globais de desenvolvimento pactuado pelos 193 estados membros da ONU e, sobre os quais se comprometeram a alcançá-los até 2030. É fato que o sucesso de um ODS envolve a resposta a temas que estão associados aos outros 16 objetivos da Agenda. Os 17 Objetivos foram inspirados no sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), porém novos temas foram incluídos: a desigualdade econômica; o clima; a cultura de paz; e a inovação, considerando o consumo sustentável. Diante do exposto, esse capítulo foi escrito com enfoque na saúde, mas também foi possível realizar uma articulação entre os objetivos de número 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; ao Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; ao Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; ao Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e; ao Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Em uma dimensão local, agregada à preocupação com o tempo que se esgota e, ao compromisso de realizar os ODS até 2030, motivaram o grupo ora constituído para elaboração do Relatório Franca e a Agenda 2030. Muitos desafios foram e serão impostos pelo período histórico, econômico e político que perpassam o Brasil, que

incidem diretamente sobre nossa cidade, mas a depender desse grupo Franca não ficará para trás.

Embalados pelo ODS 17: Fortalecer as parcerias - executou-se o respectivo ODS com a mobilização, aproximação e finalização deste documento, pois produziu-se pela primeira vez um documento em parceria com todas as Instituições de Ensino Superior de Franca, público e privado (Centro Universitário Municipal de Franca-Uni-FACEF; Faculdade de Direito de Franca-FDF; Universidade de Franca-UNIFRAN; Universidade Estadual Paulista-UNESP/Franca), representantes da sociedade civil e do comércio (Associação do Comércio e Indústria de Franca-ACIF). Uma construção coletiva.

Para construção do capítulo, foram utilizados dados oficiais disponíveis sob a Metodologia de Planejamento Estratégico. Segundo Oliveira (2006), uma das correntes no uso dessa metodologia indica, inicialmente, a definição dos objetivos a serem alcançados para depois realizar análise e investigação da melhor maneira de se alcançar os mesmos. Requer uma base de informações corretas de modo a auxiliar na tomada de decisão. Isso posto, partiu-se para compreensão da realidade local e construção de uma base de informações. Foram utilizados dados estatísticos de acesso público, no intuito de identificar as fortalezas, oportunidades e; fragilidades e ameaças e; as propostas de ações relevantes da cidade. O referencial das ODS norteou a análise dos dados obtidos.

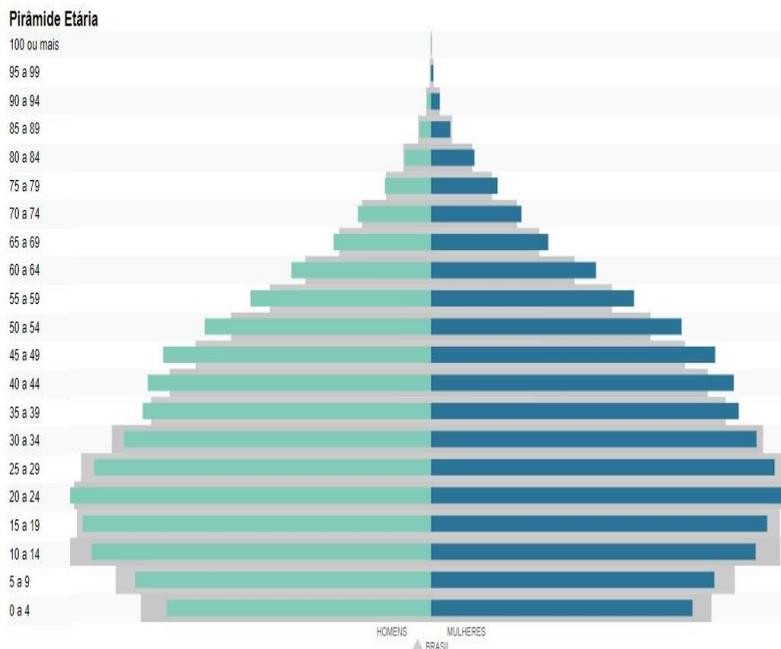
2.3 Diagnóstico local

O município de Franca situa-se no nordeste do Estado de São Paulo, com área territorial de 605,68 km², distando 400 km da capital. É a sede da 14^a Região Administrativa do Estado, constituindo-se em referência para 22 municípios. Em 2019, com uma população aproximada de 342.125 pessoas. A pirâmide de faixa etária do município mostra um envelhecimento da população, concentração de adultos jovens e predomínio do sexo feminino na faixa acima de 60 anos (Figura 1).

A população de menores de 15 anos apresenta uma taxa de 18,78%, sendo a população com mais de 60 anos uma taxa de 15,67%. Da população total, 98,2% da população do município residiam na cidade e apenas 1,8% na área rural, mostrando forte concentração

urbana e acompanhando a tendência nacional.

Figura 1. População de Franca distribuída segundo a pirâmide etária. Franca, 2019



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2020.

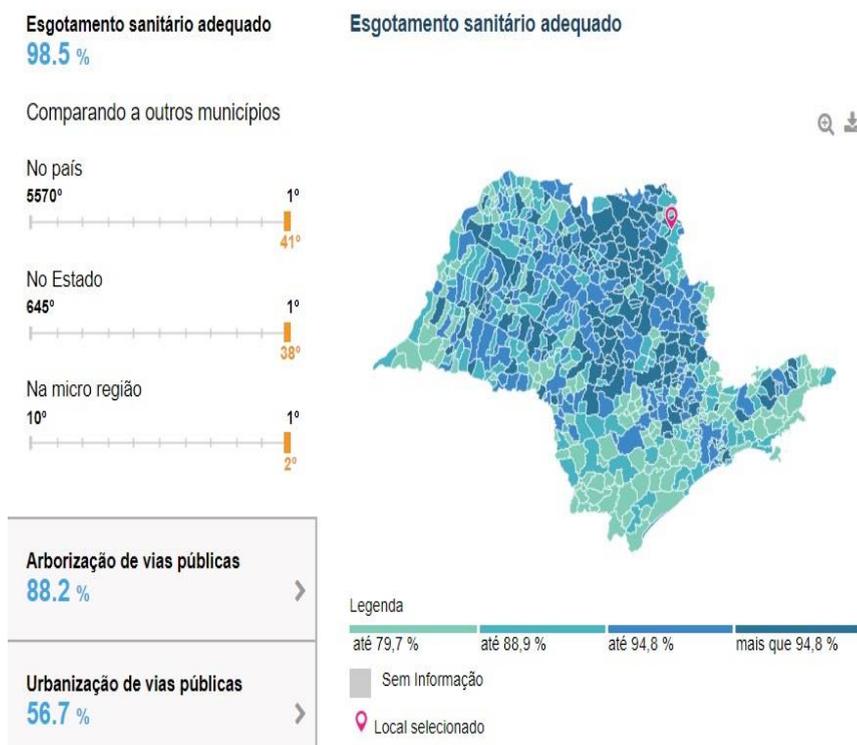
Relativo ao Território e ao Ambiente, Franca apresenta densidade demográfica de 564,86 e um grau de urbanização de 98,24%. Desses, 98,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 88,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 56,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Na comparação com cidades do estado e do país toda a posição de Franca é em primeiro lugar em ambos quanto ao esgotamento sanitário, conforme demonstrado na Figura 2.

Indicadores de 2010 apontaram, ainda, que o abastecimento de água na cidade de Franca tinha um nível de atendimento de 99,8%, muito próximo do nível de coleta do esgoto sanitário, de 99,3%. A coleta do lixo apresentou valores de 99,9%. O saneamento básico é

uma das mais eficientes formas de prevenção de várias doenças. De tal maneira que as condições de captação, tratamento e distribuição da água potável à população, bem como a destinação do esgoto e do lixo domiciliar e comercial às formas sanitariamente adequadas, interessa diretamente a composição de ambientes saudáveis.

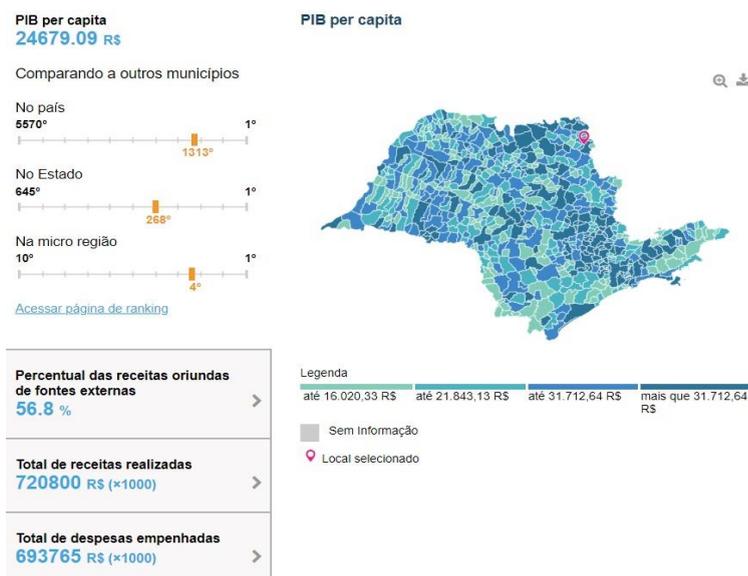
Estudos desenvolvidos há várias décadas confirmam a relação benéfica existente entre implementação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em relação à saúde de uma dada população. (RIBEIRO, 2004; LISBOA et. al, 2013).

Figura 2. Esgotamento Sanitário no ano de 2017 em Franca-SP



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2020.

Figura 3. Produto Interno Bruto *per capita* de Franca-SP em 2017

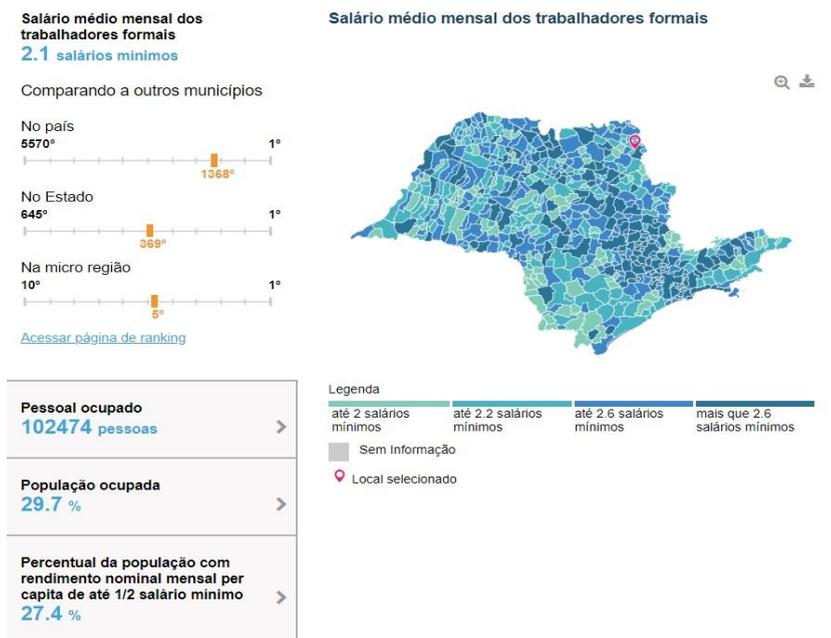


Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2020.

Na área da economia, o Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 gerou 5,7 bilhões em produtos, alimentos e serviços; apesar do grande crescimento, o município continua tendo uma geração de riqueza desproporcionalmente baixa para o tamanho da população. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que considera os aspectos de vida longa e saudável, acesso a conhecimento e padrão de vida, traduzidos nas dimensões de longevidade, educação e renda - foi de 0,78 em 2010. O componente que mais contribuiu para o alto IDHM foi a esperança de vida ao nascer - 79,52 anos. Este valor situa o município na faixa de desenvolvimento humano alto, IDHM entre 0,70 e 0,79, (IBGE, 2020; SEADE, 2020), conforme demonstrado na Figura 3. Relativo ao Trabalho e Rendimentos, em 2016, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total alcança os 29,7%. Na comparação com cidades do estado e do país todo a posição de Franca

está demonstrada na Figura 4.

Figura 4. Salário médio mensal em 2017 dos trabalhadores formais de Franca.



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2020.

O mapeamento da pobreza e da desigualdade do município apontou um índice de Gini de 0,46. Este coeficiente mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, considerando que 0 (zero) é a ausência da desigualdade e 1 (um) o oposto. Assim, tem-se um valor que apresentou melhora, se comparado ao mesmo índice de 2000, que era de 0,51. Ainda segundo o mapeamento de 2010, o percentual de pobres, ou seja, indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00, foi de 3,34%. (BRASIL, 2020a).

Dados econômicos do município de 2013, levando em conta três principais setores de atividade econômica: agropecuária, indústria e serviços, traçaram uma inequívoca vocação da cidade para o setor de serviços. Este representou 75,9% das atividades econômicas, seguido

pela indústria 23,4% e pela agropecuária 0,61%. (SEADE, 2020).

No que concerne à educação, os dados descreveram uma população com índice de alfabetização de 89,5%. A faixa etária de 18 a 24 anos com pelo menos o ensino médio completo, foi de 63,2%. O analfabetismo na população de 15 anos e mais foi de 3,4%. Quanto à renda *per capita* média esta se situou nos valores de R\$ 846,57 (agosto de 2010), IDHM de 0,75. (BRASIL, 2020a).

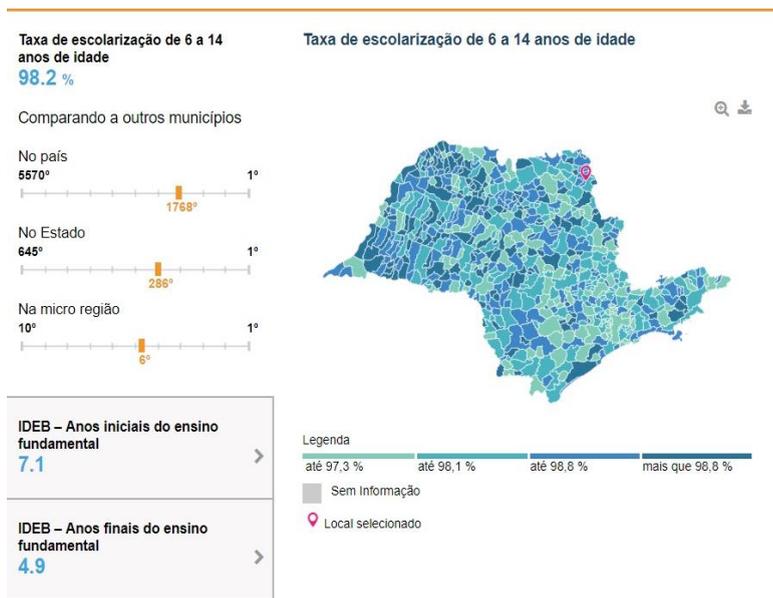
Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos do ensino indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 97,00%, em 2010.

No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 93,39%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 79,61%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 58,98%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 58,42 pontos percentuais, 38,13 pontos percentuais, 51,60 pontos percentuais e 43,68 pontos percentuais. (ATLAS BRASIL, 2020).

Em 2015, os estudantes dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 7,1 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4,9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 30 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição de Franca em comparação com as cidades do estado e do país todo está demonstrada na Figura 5.

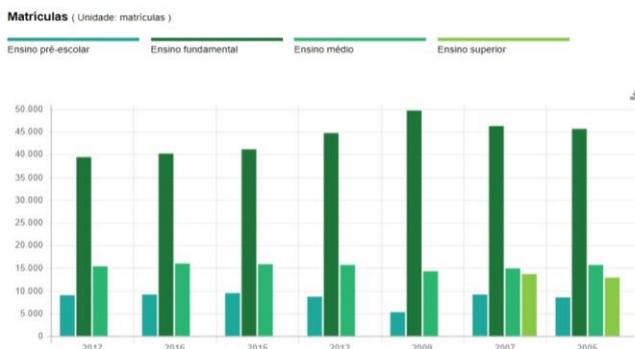
A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98,2 em 2010. Isso posicionava o município na posição 286 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 1768 de 5570 dentre as cidades do Brasil. E, relativo ao número de matrículas, a série histórica está demonstrada na Figura 6.

Figura 5. Taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) em 2010. Franca-SP



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2020.

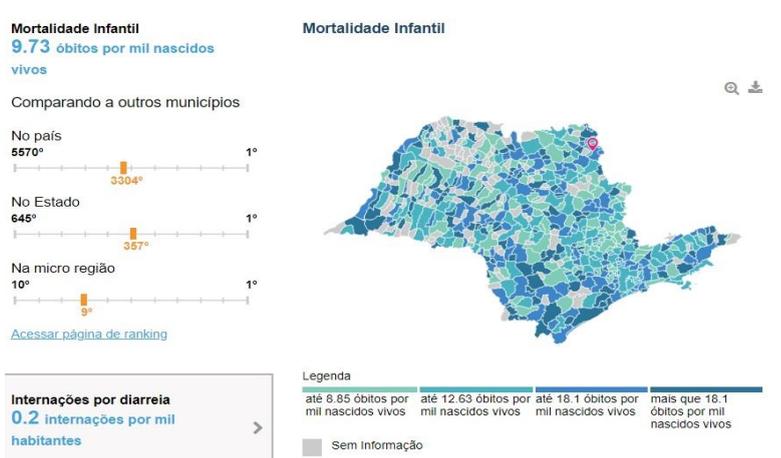
Figura 6. Matrículas por nível de escolaridade em 2017 de Franca-SP



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2020.

Quanto às estatísticas vitais e de saúde, em 2018 o município apresentou uma taxa de natalidade de 14,62 por mil habitantes. E, a taxa de mortalidade infantil foi de 10,53 por mil nascidos vivos. (SEADE, 2020). As internações devido a diarreias foram de 0,2 para cada 1.000 habitantes. Na comparação com cidades do estado e de todo país a posição de Franca está demonstrada na Figura 7.

Figura 7. Mortalidade infantil de 2017 em Franca-SP



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), 2020.

No atendimento a gestantes no ano de 2018, a porcentagem de mães que fizeram sete consultas e mais alcançou 73,37%, em 2016 o nascimento de prematuros representou 11,70% das gestações, sendo maior do que no estado que ficou em 10,9% dos partos. (SEADE, 2020). Relativo ao estado nutricional da população, tem-se que comer com qualidade no Brasil custa caro, o que é um problema.

A alimentação consome mais do que a metade do orçamento doméstico. Nesse sentido, os dados relativos ao estado nutricional segundo o Ministério da Saúde (MS) mostram uma tendência ao crescimento do sobrepeso e obesidade, que se confirma a cada ano, numa progressão lenta. Em Franca o estado nutricional expresso nas taxas entre os adolescentes, adultos e idosos estão demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1. Estado nutricional de adolescente, adultos e idosos em 2017, Franca-SP

IMC X Idade	Franca(%)	Estado de São Paulo (%)	Brasil(%)
ADOLESCENTE			
Magreza acentuada	0,71	1,05	1,08
Magreza	1,73	2,44	2,97
Eutrofia	69,14	63,54	70,03
Sobrepeso	16,24	20,23	17,72
Obesidade	9,54	10,17	6,78
Obesidade grave	2,64	2,57	1,43
ADULTO			
Magreza acentuada	3,71	2,39	2,58
Magreza	32,9	29,94	37,09
Eutrofia	28,39	32,86	34,25
Sobrepeso	19,66	20,85	17,29
Obesidade	9,56	9	6,12
Obesidade grave	5,77	4,97	2,67
IDOSO			
Baixo peso	13,33	10,89	13,01
Eutrofia	26,67	32,54	36,73
Sobrepeso	60	56,57	50,26

Fonte: IBGE, 2020.

Nota-se que entre os adolescentes a obesidade na cidade de Franca, embora esteja abaixo dos resultados no Estado de São Paulo, ultrapassou os índices nacionais. O mesmo ocorre com os resultados entre os adultos e idosos, o que poderia se atribuir ao maior acesso à alimentação, como também às escolhas erradas ao optar por alimentos densamente calóricos e mais pobres em nutrientes por serem mais baratos. Faz-se necessário o apoio para as iniciativas nas diversas áreas da sociedade que estão voltadas à educação alimentar, nutricional e comercialização dos alimentos. (IBGE, 2020).

2.3.1 Pontos fracos e ameaças

A saúde é um campo de interesses diversos cabendo ao município definir suas prioridades. A divergência, muitas vezes se dá entre a compreensão técnica e popular de como implantar efetivamente o SUS. É fato que muitas decisões precisam ser técnicas e em bases epidemiológicas, porém há que se considerar os aspectos socioculturais manifestados, com vistas a assegurar, recuperar e manter a saúde da população sob responsabilidade do setor saúde. Para que as políticas públicas de saúde sejam implantadas é fundamental que a participação popular tenha vez e voz para juntos fortalecerem o SUS.

Para que se restabelecer a coerência entre a situação de saúde e o SUS, se faz necessário a implantação das Redes de Atenção à Saúde (RASS), definida como uma nova forma de organizar o sistema de atenção à saúde em sistemas integrados que permitam responder, com efetividade, eficiência, segurança, qualidade e equidade, às condições de saúde da população brasileira. (MENDES, 2010). Para que a RAS seja potente, funcionante e resolutiva é fundamental que o município tenha uma Atenção Primária à Saúde (APS) fortalecida, no âmbito de investimento na infraestrutura, recursos humanos, governança, sistema de logística e educação permanente.

De modo geral, situa-se neste item o investimento capital na APS, assim como o investimento na qualificação profissional por meio da educação permanente dos trabalhadores da saúde, que se reflete na ausência de um Plano Municipal de Saúde construído com a participação ativa da população e voltado ao planejamento da atenção básica dos cidadãos.

Quando se analisa a situação da APS do município, atualmente apresenta uma cobertura de Atenção Básicas à Saúde de 23,28% e de Estratégia Saúde da Família 14,00%. (BRASIL, 2020b). Tal realidade apresenta pouco fortalecimento das equipes de atenção básica. A situação se torna mais preocupante, uma vez que muitas dessas equipes de Saúde da Família estão incompletas, comprometendo de forma decisiva na qualidade no cuidado que é prestado em cada serviço. Só se coordena a atenção à saúde quando se tem uma atenção básica fortalecida, equipada e protegida.

2.3.2 Pontos fortes e oportunidades

Neste item, embora necessitem ser melhorados e ampliados, os pontos fortes situam-se na própria rede pública de saúde, onde estão as oportunidades para assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

Quanto aos indicadores de saúde, o município está sob a coordenação do Departamento Regional de Saúde (DRS VIII), que é o órgão responsável por coordenar as atividades da Secretaria de Estado da Saúde no âmbito regional e promover a articulação intersetorial, com os municípios e a sociedade civil. Pertence à Rede Regional de Atenção à Saúde (RRAS 13), constituída por arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado de determinado território. (FRANCA, 2014).

Dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar dão conta que em 2010, 106.161 habitantes do município de Franca figuravam no quadro da saúde suplementar. Isto representou 33,3% da população, levando em conta uma população de 318.640 habitantes. Houve uma diminuição da composição deste quadro, se comparado com 2000 que era de 41,60%. (BRASIL, 2020).

Analisando a APS do município, atualmente apresenta uma cobertura de Atenção Básica de 23,28%, considerando a Estratégia Saúde da Família com cobertura de 14,00 % (dados referentes a dezembro de 2019). (BRASIL, 2020c).

A rede de assistência à saúde que compõe o SUS no município de estudo está organizada da seguinte forma. A porta de entrada do sistema é disponível em 16 Unidades Básicas de Saúde. Há, ainda, uma equipe de Consultório na Rua, voltado à assistência às pessoas em situação de rua. A rede de Urgência e Emergência do município é composta por um Pronto Socorro Adulto; um Pronto Socorro Infantil; duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA); e uma unidade de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

A atenção secundária é composta por um serviço ambulatorial de especialidades - Núcleo de Gestão Especializada; um Ambulatório de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/AIDS e Hepatites; um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) em DST/AIDS; um

Ambulatório de Saúde Mental Adulto e Infantil; um Centro de Apoio Psicossocial – álcool e drogas (CAPS); um Ambulatório de Endocrinologia; um Ambulatório de Geriatria; um Ambulatório de Hanseníase, Tuberculose e Renais Crônicos; um Ambulatório de Gestantes de Alto Risco (AGAR); e um Ambulatório de Crianças de Alto Risco (ACAR). (FRANCA, 2014).

A Atenção Terciária é composta por dois hospitais públicos, um geral, sendo categorizado como um completo hospitalar (Hospital Geral, Hospital do Coração e Hospital do Câncer), e outro especializado no tratamento de doenças mentais. No setor privado, conta com outros dois hospitais gerais. A quantidade ofertada de leitos hospitalares é de 745, fracionados em 318 privados ou filantrópicos e 427 SUS, distribuídos nas seguintes modalidades: clínicos 19,4%; cirúrgicos 18,6%; pediátricos 6,1%; obstétricos 10,0%; outras especialidades 34,0%, hospital dia 5,0% e complementares 6,7%. Os leitos do SUS responderam por 57,3% do total. Dois prontos-socorros gerais atenderam a população pelo SUS. O coeficiente de leitos por habitante é de 2,3 por cada mil e o SUS respondeu por 1,3. O total de médicos que atendeu a população é de 1.203, destes 871 presta serviços ao SUS, ou seja, 72,4% dos médicos prestam serviços parcial ou exclusivamente na rede pública. O coeficiente de médicos, levando em conta mil habitantes, é de 3,6 no total e de 2,6 em atendimento pelo SUS (BRASIL, 2020), sendo que a OMS recomenda um médico para cada mil habitantes.

2.3.3 Propostas de ação

Para reverter a tendência de aumento das desigualdades que impede a vida saudável e o bem-estar para todas e todos, o setor da saúde, precisa trabalhar de modo proativo, participativo e intersetorial, envolvendo diversos setores que compõem a formulação e execução das políticas públicas, além da integração de todas as pessoas em seu exercício de cidadania. Sozinho o setor saúde não conseguirá alcançar seus objetivos, por isso se faz necessária tomada de atitude por parte de todos – cidadãos e sociedade organizada.

Neste item destacam-se algumas propostas de ação:

- 1- Envolvimento e mobilização social para garantir à população uma assistência à saúde acessível e com qualidade em todos os pontos assistenciais inseridos nos níveis de atenção primário, secundário e terciário da saúde;
- 2- Construção e publicação de conhecimentos acerca dos problemas de saúde e como melhorar a saúde, o bem-estar e redução das desigualdades da população, por meio da elaboração de pesquisas que resultem em dissertações, teses e artigos científicos que forneçam subsídios para a formulação de políticas públicas protetivas e promotoras de saúde à população de Franca;
- 3- Adoção de ações sustentáveis como premissa de gestão nas Instituições de Ensino e da sociedade civil da cidade.
- 4- Implementação de ações educativas na cidade e nas Instituição de Ensino Superior nas seguintes temáticas: hábitos saudáveis, controle do tabaco e do uso abusivo do álcool; educação sexual, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, educação ambiental; educação no trânsito; promoção da saúde e imunização por vacinas;
- 5- Implementação de práticas educativas em saúde para população em parceria com os cursos da área da saúde, utilizando diversas modalidades: virtual, impressa, workshops e oficinas em espaços públicos e escolas, em parceria com o poder público;
- 6- Implementação de práticas educativas em saúde para multiplicadores sociais: representantes comunitários, professores e profissionais em parceria com os cursos da área da saúde, utilizando diversas modalidades: virtual, impressa, workshops e oficinas nas escolas do ensino básico e serviços de saúde em parceria com o poder público;
- 7- Implementação de academias ao ar livre com orientação dos profissionais de Educação Física para a população;
- 8- Otimização do atendimento das clínicas de saúde das universidades da cidade em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento da população mais vulnerável, sob a supervisão dos profissionais e docentes

dos cursos de graduação nas áreas de: Enfermagem, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Psicologia;

- 9- Incentivo e viabilização da sociedade civil para que participem dos encontros dos Comitês e Conferências Municipais de Saúde, inclusive do controle social da saúde;
- 10- Incentivo para instalação e manutenção de sistema agroflorestais, que são agroecológicos e que permitirão a produção de alimentos na maioria orgânicos na agricultura familiar.
- 11- Implementação de atividades que visem a educação interprofissional entre os estudantes, docentes e trabalhadores do SUS, por meio do Programa PET-Saúde Interprofissional.

2.3.4 Dimensão social

Em um cenário de falta de recursos, imposições de padrões culturais, sociais frente à sobrecarga de problemas de saúde, entre outros, há a consciência de que não é uma tarefa fácil motivar e depender da disposição de todos para mudanças. Entretanto, destacam-se algumas das ações relacionadas aos ODS 1, 2, 3, 4 e 5 que já vem sendo realizadas pelas instituições de ensino superior de Franca:

- 1- UNIFEira, comercialização de produtos orgânicos nas universidades e aprimoramento administrativo com os produtores;
- 2- Projeto Rede de Universidades Promotoras de Saúde com as mulheres que trabalham no serviço de limpeza da UNIFRAN;
- 3- Estágios com atendimento a famílias de baixa renda, grupo dentro do Centro de Referência em Assistência Social;
- 4- Projeto Saúde e prevenção no ensino médio de escolas públicas por meio de encontros com os alunos para discussão e oportunização de momentos de reflexão e conversas sobre temas relevantes para a fase de vida que estão experimentando, a saber: sexualidade, *bulling*, auto

- estima, projetos futuros, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis, uso de drogas, relações familiares, relações comunitárias, doação de órgãos e tecidos, conflitos familiares e relacionamentos saudáveis (sociais e amorosos);
- 5- Clínicas de atendimento à comunidade (enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, nutrição, psicologia e odontologia);
 - 6- Atividades de prevenção e Promoção da Saúde, além da Visita Domiciliar na Estratégia Saúde da Família (ESF) e Unidade Básicas de Saúde (UBS) para seguimento de idosos, gestantes, portadores de doenças crônicas e/ou lesões de pele, bem como quaisquer outras pessoas em situação de vulnerabilidade ou dependência;
 - 7- Ações preventivas e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças nas creches da cidade.
 - 8- Avaliação da saúde e ambiente do trabalhador em obras de construção civil de casa populares;
 - 9- Atividades voltada para a Educação alimentar;
 - 10- Projeto Tenda do Saber: leituras e interpretação de textos.
 - 11- Faixa de caminhada interna às Instituições de Ensino Superior para a comunidade;
 - 12- Estudo para viabilizar acessibilidade ao cadeirante em escolas públicas;
 - 13- Trabalho de orientação para prevenção de doenças parasitárias em entidades sociais da cidade;
 - 14- Prospecção de produtos naturais da flora brasileira, visando avaliar seu potencial farmacêutico e cosmético;
 - 15- Centro de acompanhamento pedagógico às crianças com dificuldade de aprendizagem;
 - 16- Ações de Educação Especial: Atendimento psicopedagógico para crianças com dificuldades de aprendizagem;
 - 17- Apoio psicológico a universitários da UNIFRAN e Uni-FACEF;
 - 18- Psicologia escolar em creches e escolas de ensino fundamental e médio;
 - 19- Projeto Descobrimdo o mundo e APAE;

- 20- Curso de extensão para o ensino médio público, com oficinas de Texto argumentativo;
- 21- Cursos de redação para o ensino médio público para a prova do ENEM;
- 22- Curso de extensão e pós-graduação *lato sensu* para professores do ensino básico e médio público sobre as Metodologias Ativas;
- 23- Rodas de conversas a comunidade acadêmica e em geral (cursos de Extensão);
- 24- Roda de conversa do viver o feminino para as mulheres da comunidade;
- 25- Mapeamento da violência contra mulheres em Franca e levantamento dos serviços prestados às mulheres na situação de violência;
- 26- Projeto de mediação arte, território, corpo;
- 27- Projeto Olhar (In)visível destinado à Promoção da Saúde, prevenção de doenças e assistências às pessoas em situação de rua;
- 28- Projeto Caminhando para o Riso destinado a levar humanização às instituições de cuidados prolongados, escolas e hospitais;
- 29- Projeto Contação de Histórias (ação institucional para a comunidade);
- 30- Projeto Capacitação Profissional/ Ensino de Língua Inglesa / Ensino de Informática (parceria Uni-FACEF – Instituto Pró-Criança);
- 32- Projeto Aprendiz (parceria Uni-FACEF e ESAC). Para a concretização desse projeto houve o envolvimento do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, do Rotary Clube e do SENAI;
- 33- Projeto Trote Solidário (ação institucional para comunidade);
- 34- Projeto Adolescência Planejada (parceria Uni-FACEF e Prefeitura Municipal de Franca).

Diante desse cenário de ações articuladas e implementadas no município, e considerando a definição de Desenvolvimento Humano como “o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com

relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor para que elas possam escolher a vida que desejam ter”. (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). Evidencia-se a contribuição significativa das Instituições de Ensino Superior do município de Franca para o desenvolvimento humano de todos. Uma vez que, a influência positiva e estimuladora do ambiente acadêmico oportunizam, favorecem e ampliam liberdades entre os jovens, docentes, juntamente com a comunidade.

Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável e, ainda assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades é muito desafiador e ambicioso. Há, contudo iniciativas locais em todo país e no presente capítulo foram apresentadas algumas delas. Em Franca o grupo está empenhado em alcançar os ODSs, aliando a prosperidade econômica da nossa cidade ao desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões: econômica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada.

Assim, ao se buscar o cumprimento dos ODSs da Agenda 2030, o grupo se voltou de modo coletivo aos problemas do município de Franca. Foi possível dar visibilidade às ações já desenvolvidas e ao mesmo tempo identificar problemas aos quais o grupo poderá contribuir, encontrando soluções coletivas e sustentáveis para as transformações positivas em prol do nosso município, orientados pela Agenda 2030.

Referências

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.**

Disponível em:

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/franca_sp. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Datasus.** Definições. 2020. Disponível em:

<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/definicoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2020a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica Departamento de**

Saúde da Família (DESF/SAPS). Disponível em:
<http://sisaps.saude.gov.br/notatecnica/frmListaMunic.php>. Acesso em:
29 fev. 2020b.

BRASIL. Sistema de Informação. **E-Gestor da Atenção Básica**. Informação e Gestão da Atenção Básica. Disponível em:
<https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml;jsessionid=aDUgr2PUNPDVdT4vxz6leix>. Acesso em: 14 mai. 2020c.

FRANCA. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Saúde 2014-2017**. 2014. Disponível em: [file:///c:/users/win7/downloads/plano%20saude%202014%20a%202017%20franca%20sp%20atualizado%20\(8\).pdf](file:///c:/users/win7/downloads/plano%20saude%202014%20a%202017%20franca%20sp%20atualizado%20(8).pdf). Acesso em: 23 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). São Paulo. **Cidades**. Disponível em:
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=351620>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LISBOA, S.; HELLER, L.; SILVEIRA, R. Desafios do planejamento municipal de saneamento básico em municípios de pequeno porte: a percepção dos gestores. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 18, n. 4, p. 341-348, 2013.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, Aug. 2010.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RELATÓRIO LUZ. Grupo de trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030. **III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável**. Brasil, 2019.

RIBEIRO, H. Saúde pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 70-80, 2004.

SEADE. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo.** Disponível em: www.seade.gov.br. Acesso em: 16 fev. 2020.

CAPÍTULO 3 - IGUALDADE DE GÊNEROS - MAPEAMENTO DE AÇÕES INTERSETORIAIS DE ATENÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP

*Leticia Natália Oliveira¹
Cléria Maria Lobo Bittar²
Luciana Manzano³*

3.1 Objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODSs) abordados

Este capítulo aborda o ODS 5, cujo objetivo é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Dentro das atividades do GT 3, as autoras deste texto optaram por detalhar e expandir a discussão sobre a temática da igualdade de gênero, que figura entre as três (3) categorias expressas pelo grupo de trabalho denominado GT3, mas que tem uma dimensão e uma densidade que justificam uma escrita mais autônoma.

Figura 1. Objetivo 5. Agenda 2030 ONU.



Fonte: Nações Unidas Brasil (website)

A Agenda 2030 propõe um plano de ação global que estabelece dezessete objetivos a serem alcançados pela humanidade

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde, desenvolve o trabalho intitulado “Mapeamento de Ações intersetoriais de Atenção à mulher vítima de violência no município de Franca/SP”, que está na base dos escritos deste capítulo, membro do LABGENDII.

² Psicóloga. Bacharel em Direito. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Pós-Doutorado pelo "Instituto de Estudios Universitarios de la Mujer", na Universidade de Valência, Espanha. Vice-presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de Franca/SP (2018-2020). Orientadora do trabalho citado.

³ Coordenadora e docente do Programa de Pós-graduação em Linguística, Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), membro do LABGENDII e coorientadora do trabalho citado.

nos próximos onze anos, e a busca da Igualdade de Gênero está prevista enfaticamente no ODS 5, que tem como objetivo “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, compreendendo-a como uma base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável”. (ONU, 2015). Esse objetivo possui metas específicas que incluem o fim da discriminação, a eliminação de todas as formas de violência contra mulher, erradicar práticas nocivas (como casamentos prematuros e mutilações genitais femininas), reconhecer e valorizar o trabalho de assistência doméstica ao disponibilizar serviços públicos de infraestrutura e políticas de proteção social, garantir a participação efetiva das mulheres em cargos de liderança em todas as esferas da sociedade, e assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos.

Tais metas reafirmam a necessidade da prestação de serviços de atendimento a mulheres, pois, se articulados aos demais direitos, implicam em uma base de enfrentamento sólida para com a violência de gênero. (GALVÃO e ANDRADE, 2004). Através do acesso à educação, do direito à formação acadêmica e trabalho, da liberdade de escolha e da liberdade sexual, e de políticas públicas que priorizem a saúde física e mental da mulher, assegurando seus direitos e acolhendo-as de acordo com suas necessidades, a mulher possui estrutura biopsicossocial para enfrentar as barreiras impostas pela cultura patriarcal vigente. Por meio do empoderamento da mulher em suas esferas mais básicas, como a saúde, o enfrentamento é possível e a mudança é real.

3.2 Contextualização global

A violência contra a mulher, em toda sua forma – psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres – é um fenômeno que afeta mulheres de diferentes classes sociais, religiões, estado civil, escolaridade ou raça. A implementação de políticas públicas que visem a proteção das mulheres, a assistência à saúde, social e jurídica dependem dos dados gerados a respeito dos serviços prestados a elas, nos diferentes setores que são acionados diante da situação da violência. Estes dados visam não somente a identificação da problemática, com a consequente criação de dados estatísticos que compõem os indicadores de evidência, como a estatística dos serviços

ofertados nos diferentes setores. A finalidade destes dados é a garantia da proteção e dos cuidados às mulheres, possibilitando aos gestores a ampliação da oferta de serviços e de recursos humanos especializados que atendam a esta demanda.

Portanto, a geração de dados sobre um evento e sobre as providências tomadas pelos diferentes setores do poder público e, também, da iniciativa privada, permitem estabelecer a estatística de ocorrência de eventos e o registro destes, bem como conhecer como é a conduta, em termos do encaminhamento para a solução do fato, dos mais diferentes setores, profissionais e áreas. Isso posto, pode-se pensar, em última análise, que os dados gerados conferem ao poder público o conhecimento necessário para reorientar os serviços, alocando verbas, pessoas, ampliando o acesso com a possibilidade de criar parcerias com outros setores públicos, iniciativa privada e sociedade civil para ampliar a efetividade e a eficácia de suas ações.

Visando contribuir com nossa sociedade, este capítulo traça um percurso inicial de uma pesquisa transversal cujo objetivo é o mapeamento dos serviços de atenção às vítimas de violência no município de Franca. Esse projeto busca identificar os caminhos que estas mulheres percorrem entre os diferentes setores que compõem o que chamaremos de “rede de atenção à vítima de violência”. Embora o produto desse trabalho não esteja finalizado, é possível conhecer algumas realidades e fatos já detectados, e que entendemos que podem vir a configurar-se como sugestões para que, de fato, haja um compromisso do poder público em fortalecer esta rede, tornando-a, de fato, efetiva.

Partindo da compreensão da violência como fenômeno, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir de 2002, define a violência como “uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento e/ou privação”. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002, p.5). Contudo, desde 1993, a Organização Pan-americana de Saúde já debatia estas questões, afirmando que a violência já havia se tornado uma grande responsabilidade mundial em função do número de vítimas e da magnitude de suas sequelas orgânicas e emocionais. (OPAS, 1993).

O Estado brasileiro, por sua vez, assume o compromisso de transformar o combate à violência em política social, conforme enfatiza na Constituição Federal, em seu art. 226, parágrafo 8º, “a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”. (BRASIL, 1988). O Brasil reconhece, no início do século XXI, a questão da violência como problema relevante de saúde pública. (BRASIL, 2001). O documento entende por violência “todo evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e ou espirituais a si próprio ou a outros”. (BRASIL, 2001). No entanto, é necessário reconhecer que a violência atinge partes específicas da sociedade de forma desigual, sendo produto de uma construção histórica baseada em discriminações hierárquicas com base em classe socioeconômica, gênero, etnia, entre outras características que compõem o indivíduo.

Sobre a violência contra a mulher, o sociólogo francês Émile Durkheim discorre sobre a Consciência Coletiva, um conjunto cultural de ideias morais e normativas que regem as crenças e atitudes de um indivíduo em meio a um contexto social, interferindo na forma como esse se relaciona com as outras pessoas, justificando, portanto, a forma como a nossa sociedade, de modo geral, subjuga a mulher e a submete a violências estruturais. (LUCENA, 2010).

Na década de 50, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão de Status da Mulher, afirmando direitos iguais entre homens e mulheres, sustentando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual garante que todos os direitos e liberdades humanos devem ser aplicados igualmente a homens e mulheres, sem distinção de qualquer natureza. A partir dessas ações, tem-se aplicado a promoção dos direitos de prevenção e auxílio às problemáticas acerca dessa violência.

A pesquisa Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil, realizada pelo Ipsos, juntamente ao Instituto Patrícia Galvão, em 2011, estima que a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas no Brasil. A pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado, da Fundação Perseu Abramo/Sesc, de 2010, declara que mais de 80% dos casos de violência contra a mulher denunciados são realizados pelos parceiros da vítima. A partir disso, é possível

compreender a situação de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres agredidas.

As redes de apoio afetivo são importantes na reação da vítima em relação à situação de abuso vivenciado, sendo a base emocional que fornece estrutura de enfrentamento, fortalecendo sua autonomia e emancipação. (CINTRA, 2018, p. 47). No entanto, o Estado, enquanto regulador de direitos, possui a responsabilidade de proporcionar redes de apoio estruturais, tal como o acolhimento das vítimas, o suporte para a denúncia, um espaço seguro para aquelas que necessitam de moradia, a reinserção na sociedade, atendimento psicológico realizado por profissionais capacitados, além da detenção do agressor e medidas que assegurem proteção à vítima de modo amplo.

Um olhar sobre a Legislação brasileira que preceitua a violência nos fornece dados que apontam, inicialmente, que a Constituição brasileira já reconhecia a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, porém, por mais que o texto constitucional se expresse claramente, há uma dura realidade opressora enraizada na sociedade, em que a mulher precisa lutar diariamente para diminuir as disparidades entre os gêneros. Destaque-se que essa realidade opressora é, também, historicamente, naturalizada - o que influencia, igualmente, o sucesso e/ou o fracasso da luta cotidiana. Essa naturalização, como fruto de toda uma cultura, é traçada a partir de uma lógica desigual e hierárquica, que coloca a mulher em determinadas posições sociais falsamente fundamentadas em características biológicas construídas como universais. “Curiosamente (ou paradoxalmente), essa lógica provém de uma sociedade pautada sobre um modelo masculino de organização” (ARAÚJO, MANZANO, 2017, p. 12), que criam condições para que se reforce e se reitere o controle sobre o corpo feminino em diversas instâncias, porque a mulher passa a se reconhecer dentro de um estereótipo social e replica essa naturalização, sofrendo passivamente a violência.

Neste aspecto, atuando em prol do enfrentamento à violência contra a mulher, e no desenvolvimento de ações governamentais voltadas à promoção dos direitos das mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), promulgado em 1985, pela Lei nº 7.353, foi criado com o intuito de promover políticas para erradicar a discriminação contra a mulher e ampliar a sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. (BRASIL, 1985).

No ano de 2004, houve uma importante conquista feminina com a promulgação da Lei 10.886/04, em que torna a lesão corporal cometida pelo filho, irmão, cônjuge ou parceiro contra a mulher, um tipo singular de violência doméstica. De acordo com os estudos de Jardim (2005), o aperfeiçoamento da referida Lei permitiu maior visibilidade ao crime de violência doméstica ao tipificá-la como um tipo especial de lesão corporal, bem como do aumento de pena (1/3) nos casos de lesão corporal de natureza grave e de lesão corporal seguida de morte, que seja praticada em circunstâncias de violência doméstica. O tema ganhou ainda mais atenção em 2006, após promulgação da Lei federal n.º 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que visa erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta lei visa também o desenvolvimento de ações que promovam a equidade de gênero e reduzam as diferentes formas de vulnerabilidade social das mulheres, enfatizam a proteção à elas e não apenas a punição ao agressor. (BRASIL, 2006). No artigo 5º da referida Lei, expressa a seguinte definição de violência contra a mulher:

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial: I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas [...];
II – no âmbito da família [...];
III – em qualquer relação íntima de afeto [independente da orientação sexual] (BRASIL, 2006).

Em situações de violência, a mulher também passa a ter direito a assistência da Defensoria Pública nas fases do inquérito policial e da ação judicial, além de afastar o mecanismo de conciliação e todos os outros dispositivos da Lei 9.099/95. Quanto à reabilitação do agressor, a Lei Maria da Penha reconhece a necessidade de implementar ações para reabilitação dos agressores, sendo de competência de todos os entes federados a criação e promoção de centros de educação e reabilitação. (BRASIL, 2006).

Um marco no âmbito de proteção às mulheres foi a criação da Lei do Feminicídio, que entrou em vigor em março de 2015. Essa lei inclui o feminicídio à violência contra a mulher por sua condição de

gênero, no rol dos crimes hediondos que, por sua vez, acarretam maior severidade por parte do Estado. (BRASIL, 2015). A Lei do Femicídio representa um dos ganhos importantes para a sociedade, principalmente por tornar visível um problema que vem sendo negligenciado há tempos. Além do aumento da sentença para os que cometerem o crime contra a vida (de um terço até a metade da pena), sua tipificação permite dimensionar a violência contra as mulheres no país, permitindo, assim, a implementação ou ampliação das políticas públicas, a fim de coibi-la e preveni-la.

Em sua 8ª edição, a Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo Datasenado, em parceria com o Observatório da Mulher (2019), demonstrou que houve aumento da percepção de violência contra a mulher em 13 pontos percentuais em 2019, passando a 82%, contrastando com este mesmo dado, em 2017, a percepção era de 69%.

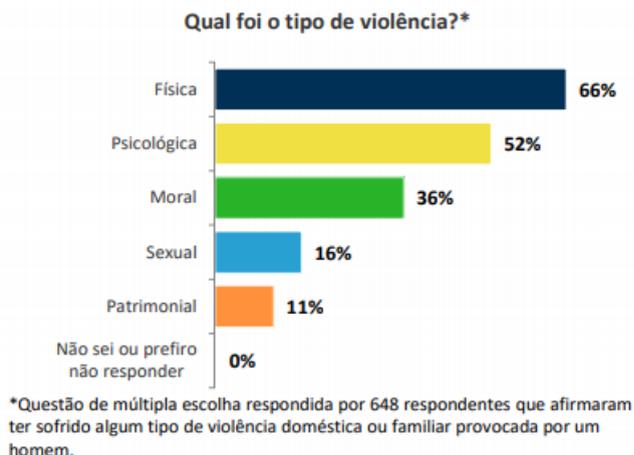
Figura 2: Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (2019)



Fonte: Senado Federal - Data Senado, 2019.

A pesquisa foi realizada com 2.400 mulheres de todos os estados do país, que foram entrevistadas por telefone, destas, 648 participantes relataram terem sofrido algum tipo de violência, conforme descrito na figura abaixo:

Figura 3: Resposta à questão sobre o tipo de violência sofrido.



Fonte: Senado Federal - Datasenado, 2019.

Compreender, portanto, a violência contra as mulheres como uma ocorrência complexa impõe um tratamento específico quando o objetivo é controlar e reduzir a incidência de tal fenômeno. (COUTO *et al.*, 2018).

Diante do exposto, faz-se necessário identificar quais os serviços de apoio e enfrentamento à violência contra a mulher, existentes no município, buscando entender como se articulam as ações intersetoriais entre os diferentes tipos de serviços prestados.

3.3 Diagnóstico local

No que concerne, de modo geral, à organização dos serviços de atenção à mulher vítima de violência e a intersetorialidade, compreendidos como redes de apoio, podemos identificar que alguns serviços de atenção a mulheres em situação de vulnerabilidade não abrigam a vítima de forma integral. Por apresentar diversos caminhos a serem percorridos acerca da denúncia e dos cuidados, e nenhuma instrução clara sobre como percorrê-los, a mulher se perde em meio a processos desarticulados. Além de que, os profissionais da área da saúde, por vezes, se limitam à abordagem biológica e prática da

situação, não vinculando o acontecimento ao contexto biopsicossocial. (LACERDA, 1998). Essa atitude errônea pode ajudar a vítima em um primeiro momento, mas não proporciona uma mudança real, pois sem um auxílio eficaz, a mulher irá retornar para um ambiente violento sem muitos subsídios, possuindo a mesma abordagem comportamental e uma carga emocional sobrecarregada pelos acontecimentos passados, enfrentando também a mesma sociedade que reforça, diretamente e indiretamente, a violência de gênero.

De acordo com Santos Filho (2009), o poder público deve construir uma base de apoio e cuidado para com o cidadão de forma linear, para auxiliá-lo na busca por ajuda em todos os âmbitos, incluindo as implicações da mulher em situação de vulnerabilidade e violência. Entretanto, o que se constata é uma fragilidade na articulação intersetorial, que compromete, portanto, a resolutividade dos sistemas (saúde, jurídico e social). A fragmentação do conhecimento também compromete a interação entre os diferentes atores, quando é necessário que o trabalho seja compartilhado em rede, pois possibilita a resolução de problemas sociais complexos por meio da união de saberes, poderes e vontades de diferentes potenciais em um mesmo objetivo. (KISS *et al.*, 2007).

3.3.1 Pontos fracos e ameaças

Todos os dados relativos à violência contra mulher devem ser notificados em um banco de dados específicos sobre violência doméstica, conforme prevê a Lei Maria da Penha, que determina, ainda, a criação do Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência Doméstica. Estes dados são de fundamental importância no conhecimento da realidade local, pois permitem diagnosticar “a eficácia da lei nas diferentes realidades locais e regionais”. (COSTA e FRAGA, 2012, p.378).

Os dados iniciais a respeito da violência contra a mulher e feminicídio estão sendo coletados nos locais onde se realizam o acolhimento às vítimas de violência: Delegacia da Mulher (DDM), Fórum e Pronto Socorro/Hospitais, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), buscando a identificação do fluxo de atenção e encaminhamentos destas mulheres

aos demais setores e serviços da atenção básica e especializada no âmbito social, da saúde, do jurídico, entre outros.

Em que pese o fato de o estudo estar em andamento, já é possível considerar algumas situações que, segundo nossa percepção, constituem-se como óbices à efetividade da atenção no serviço público e compromete, portanto, a formação, a implantação e a efetivação da rede.

Faz-se necessário apresentar as limitações encontradas pelas pesquisadoras ao coletar os dados da pesquisa. Tais dificuldades refletem diretamente na forma como a rede se organiza. A solicitação de dados de violência contra mulher já é de difícil acesso, sendo necessário cumprir uma série de requisitos burocráticos, o que é compreensível uma vez que o assunto trata da intimidade e segurança da mulher.

Entretanto, a fragmentação das informações em uma diversidade de serviços dificulta a busca e utilização dessas informações por pesquisadores, profissionais, acadêmicos, dentre outros, que poderiam utilizá-las a favor das vítimas. Conforme comentam Cerqueira *et al.* (2019, p. 7) “se os dados são manejados adequadamente, permitem a extração de informações importantes para maior conhecimento acerca de diversas áreas, como a saúde e segurança, além de colaborar a produção de indicadores sobre a violência”.

Outro ponto a ser destacado é a desarticulação dos veículos de informações governamentais, como banco de dados oficiais - em todos os níveis da esfera governamental, pois nem sempre disponibilizam dados completos de violência da mulher, ou em alguns casos, estes dados estão desatualizados.

Soma-se à dificuldade de acesso à informação, a falta de divulgação destes dados para a sociedade em geral, o que pode muitas vezes mascarar a real situação da violência contra mulher, fazendo com que este problema seja minimizado, tornando a violência, invisível.

Há um dado que nos despertou bastante curiosidade. Na página da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo é possível acessar os boletins anuais referentes às ocorrências (mensal e total) nas diferentes delegacias de todos os municípios paulistas.

Em Franca, há cinco DP (Delegacias de Polícia), uma DIG (Delegacia de Investigações Gerais) e uma DISE (Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes), além de uma DDM (Delegacia de Defesa da Mulher). Verificamos que todas as ocorrências de crimes são descritas da mesma forma: porte de entorpecentes, tráfico de entorpecentes, apreensão de entorpecentes, porte ilegal de arma, número de armas de fogo apreendidas, número de flagrantes lavrados, número de infratores apreendidos em flagrante, número de infratores apreendidos por mandado, número de pessoas presas em flagrante, número de pessoas presas por mandado, número de prisões efetuadas, número de veículos recuperados. Em consulta aos boletins de todas estas delegacias, referentes aos dados do ano passado (2019), esperávamos que as ocorrências da DDM - por ser uma delegacia especializada na defesa da mulher, pudessem revelar somente dados sobre feminicídio, violência doméstica, estupro e outras violências praticadas contra as mulheres. No entanto, a descrição das ocorrências criminais efetuadas nesta delegacia é idêntica às demais. Mas o que chama mais ainda atenção é que o número total de ocorrências desta é muito superior às demais (676 notificações em 2019), ocupando o primeiro lugar. Supomos algumas explicações para este fato: apesar de ser uma delegacia especializada na defesa da mulher, ela também acolhe outras demandas, o que explica maior número de ocorrências em comparação às outras delegacias, o que, em tese, afasta a sua ‘especialidade’ em atuar na defesa das mulheres como seria de se esperar; não tornando possível - pelo menos por esta fonte - conhecer os tipos de ocorrências de crimes (tentados e consumados) contra as mulheres. Isso é algo que identificamos e que pode dificultar ações mais efetivas e pontuais a respeito da defesa dos interesses e direitos das mulheres, inclusive afetando a percepção da situação da violência contra as mulheres, no município, o que pode comprometer a criação de políticas públicas que possam enfrentar esta terrível realidade, bem como outras políticas que venham ao encontro dos interesses deste grupo.

No entanto, é preciso destacar a existência de estatísticas de violência cometida contra mulheres no site da SSP/SP, cujo consolidado apresenta dados da capital, DEMACRO⁴ e interior. As

⁴ DEMACRO - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA MACRO SÃO PAULO. Compõe-se de 9 (nove) Delegacias Seccionais de Polícia, sediadas nos municípios de Carapicuíba,

ocorrências de violência contra mulheres são apresentadas segundo os crimes: homicídio (doloso e culposo) (exclui feminicídio), feminicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, maus-tratos, injúria, calúnia e difamação, constrangimento ilegal, ameaça, invasão de domicílio, dano, estupro (consumado e tentado), estupro de vulnerável (consumado e tentado) e outros crimes contra a dignidade sexual. (SSP/SP - Estatísticas, 2020). E em rápida análise destes dados, é possível ver o aumento significativo de algum destes crimes, comparando-os ao mesmo período no ano passado. Crimes como feminicídio, estupro (tentado e consumado) e estupro de vulnerável, lesão corporal dolosa e ameaça, tiveram aumento segundo boletim de março de 2020 em todas estas regiões, comparando-se com dados de março passado, o que nos faz acreditar que estes dados ainda serão maiores a partir da semana do dia 17 de março, quando o estado de São Paulo determina o distanciamento social decorrente a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o que significou um aumento significativo da violência contra a mulher, que passa a conviver sob o mesmo teto e durante todo o dia com seu agressor.

Alguns destes dados foram obtidos no site da INFOCRIM - Informações Criminais, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Os Boletins de Ocorrência do Registro Digital de Ocorrências (RDO) da Delegacia Eletrônica (DE) e a Polícia Militar (PM) não trazem dados das delegacias especializadas, e o acesso é parcialmente restrito por divulgar dados pessoais. Segundo estes boletins, Franca registrou três feminicídios em 2019, número que se manteve dos dois anos anteriores. De acordo com os crimes contra a mulher previstos pela Lei Maria da Penha, em 2019 foram registrados 1317, sendo 387 de lesão corporal e 750 de ameaça (SSP/SP - INFOCRIM, 2019).

Segundo a mesma base de dados, só nos quatro primeiros meses de 2020, o município registrou 197 casos de violência doméstica (SSP/SP - INFOCRIM, 2020).

Diante da pandemia do COVID-19, o mundo viu (e está vendo, porque estamos em isolamento enquanto terminamos este

Diadema, Franco da Rocha, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo e Taboão da Serra, cuja finalidade é supervisionar as atividades de polícia judiciária, administrativa e preventiva especializada de suas respectivas unidades subordinadas.

capítulo) um aumento significativo de casos de violência contra as mulheres. Além da ameaça do contágio pelo vírus, muitas delas ainda têm que compartilhar o mesmo teto que seu agressor. Várias entidades nacionais e internacionais têm chamado a atenção para o fato, conscientizando para a necessidade das políticas públicas considerarem a dimensão de gênero em suas estratégias e, especificamente, neste caso, que criem formas de proteção a estas mulheres, repressão ao agressor, e que sejam oportunizadas às mulheres as condições para que possam sobreviver e proteger seus filhos.

Dubravka Simonovic, relatora especial da ONU, comenta, a respeito do aumento da violência contra a mulher devido ao confinamento imposto pela pandemia, que “o lar pode ser um lugar de medo e abuso”, afirmando que é preciso considerar na elaboração das políticas públicas a questão de gênero, pois a pandemia afeta diferentemente homens e mulheres, sendo estas mais vulneráveis. O relatório da ONU Mulher descreve os motivos pelos quais as mulheres são mais afetadas por situações de calamidade, como guerras, vivência em zonas de instabilidade políticas, campos de refugiados e pandemias. Além de serem a linha de frente no trabalho voluntário ou na área da saúde, como no caso das enfermeiras que atuam no sistema de saúde, as mulheres representam o elo mais frágil da economia, estando, muitas delas, fora do mercado formal de trabalho ou exercendo profissões de baixa remuneração, ou ainda em atividades econômicas informais que não lhes garantem acesso e proteção ao trabalho. Alia-se a isso o fato de que, durante estes momentos muitas mulheres impossibilitadas de saírem por conta da quarentena, passaram a conviver por muito mais tempo com seus agressores, sofrendo violências físicas e sexuais (ONU- Mulher, 2020).

O desemprego, as graves limitações financeiras, sentimentos de medo e insegurança, o consumo de álcool ou outras substâncias muitas vezes funcionam como gatilhos que podem encorajar os agressores a usar de meios ainda mais violentos para expressar sua capacidade de mando, subjugando a mulher caso ela não faça satisfaça suas vontades ou obedeça às suas ordens. (SOUZA, 2018). Em momentos extremos como este, a vizinhança e pessoas próximas à vítima se tornam uma importante rede de apoio para identificar os sinais violência e realizar as denúncias cabíveis.

Inúmeros veículos de comunicação e dados de órgãos nacionais e internacionais apontaram o aumento de violência contra as mulheres ainda nas primeiras semanas de quarentena. (AGÊNCIA BRASIL, 2020; AGÊNCIA SENADO, 2020; BRAGSON, MATTOSO, 2020; MONDELLI, 2020; ONU, 2020).

Até o momento desta redação, não dispomos dos dados relativos ao município.

3.3.2 Pontos fortes e oportunidades

Não obstante as dificuldades acima descritas, é relevante considerar que, no último ano, algumas ações foram realizadas especificamente para a população feminina. Destacamos a nova sede da DDM – Delegacia da Mulher, que amplia o número de profissionais no atendimento às mulheres vítimas de violência, bem como dos serviços a elas prestados (PMF, 2019). A nova DDM é fruto de um trabalho conjunto entre a iniciativa privada, o poder público e também o Grupo Mulheres do Brasil - grupo de mulheres atuantes em diversos segmentos da economia, que se reuniu para pensar ações sociais e de empreendedorismo exclusivamente para mulheres. A articulação entre estes três setores permitiu o aparelhamento da nova DDM e junto desta, a criação do Centro de Referência da Mulher, no município de Franca. (SOUSA, 2019). O Centro de Referência da Mulher oferece atendimento psicológico e social às mulheres, além de cursos profissionalizantes e oficinas (PMF, 2019).

Outra ação que não se relaciona necessariamente à situação de violência contra a mulher, mas indiretamente produz efeitos, foi a criação da Casa da Saúde da Mulher, que visa agregar, em um único espaço, os procedimentos e serviços de saúde para a população feminina, estando, entretanto, em análise a adequação do espaço para futuros novos procedimentos que os atuais (PMF, 2019b).

Há algumas leis municipais que ainda precisam ser postas em prática, embora já previstas quanto a sua criação e publicação, mas sabemos que estes passos ainda não garantem a eficácia da lei, devendo ser, portanto, implementadas as ações previstas, monitoradas e avaliadas, para o cumprimento da eficácia da lei, guardando-se para que não se torne ‘letra morta’.

Abaixo, estão alguns exemplos de leis ou projetos de lei que necessitam de implementação para sua efetivação e garantia do direito que asseguram:

- O projeto de Lei 8634/2017, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.985/2003, que obriga a afixação de cartazes contendo números de disque denúncia, e dá outras providências”, modifica o artigo 1º, acrescentando, especificamente, o atendimento à mulher, conforme se lê na redação atual:

Art. 1º Fica obrigado o Município de Franca a afixar cartazes contendo os números para denúncia dos telefones nº190 da Polícia Militar, nº147 da Polícia Civil e nº180 da **Central de Atendimento à Mulher em casos de violência** (...) [grifo nosso].

- A Lei 8516/2017, conhecida como “Lei da Doula”, “dispõe sobre a presença de profissionais *doulas* durante o parto nas maternidades e hospitais do Município de Franca, e dá outras providências”. Esta lei estabelece que, nos estabelecimentos hospitalares, tanto da rede pública quanto privada, a presença da doula está garantida, durante o trabalho de parto até o pós-parto, independentemente da presença do acompanhante, conforme previsto em lei federal nº11.108/2005. A doula é a profissional que acompanha a gestante e parturiente, dando-lhe suporte psicoemocional.
- A Lei 8502/2017, “Parada Segura” que “cria o Programa Parada Segura, referente ao desembarque de mulheres, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida no transporte coletivo urbano do município de Franca em período noturno”.
- A Lei 8075/2018 que institui uma equipe especial da Guarda Civil Municipal para garantir as medidas protetivas em favor da vítima de violência doméstica e familiar. Esta lei ficou conhecida como “Patrulha Maria da Penha”. De acordo com a redação de seu artigo primeiro:

Fica o Município de Franca autorizado a instituir uma equipe especial no âmbito da Guarda Civil Municipal, a ser denominada “Patrulha Maria da Penha”, dirigida especialmente à execução e garantia das medidas judiciais protetivas deferidas em favor da vítima em situação de violência doméstica e familiar, notadamente aquelas previstas na Lei nº 11.340/2006, e demais medidas assecuratórias deferidas judicialmente, seguindo as seguintes diretrizes:

I – instrumentalização da Guarda Civil Municipal no campo de atuação da Lei Maria da Penha;

II – capacitação dos Guardas Cíveis Municipais e dos demais agentes públicos envolvidos para o correto e eficaz atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar, visando o atendimento humanizado e qualificado;

III – qualificação do Município no controle, acompanhamento e monitoramento dos casos de violência doméstica e familiar, de modo a reduzir a incidência desse tipo de ocorrência;

IV – garantia do atendimento humanizado e inclusivo à vítima em situação de violência onde houver medida protetiva de urgência, observados os princípios da dignidade da pessoa humana;

- Na proteção especial, temos, ainda, o CREAS e a Casa de Apoio à Mulher em Situação de Violência, para resguardar a vida e a integridade destas mulheres que são encaminhadas para esta casa.

O CREAS é uma unidade estatal de abrangência municipal integrante do Sistema Único de Assistência Social que através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) tem por objetivo ofertar ações de orientação, proteção e acompanhamento às famílias com um ou mais membros em situação de risco pessoal e social, ameaça ou violação de direitos (BRASIL, 2015).

- A Casa de Apoio à Mulher em Situação de Violência está vinculada à política de assistência social, estando sob coordenação da Secretaria de Ação Social. Ela é executada por uma entidade assistencial, entretanto, não pode ser

divulgada por conta das ameaças que as mulheres possam sofrer.

- Outros serviços que não são exclusivos da mulher, mas também prestam atendimentos, são: o Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que trabalha especificamente no atendimento à população em situação de rua, e também os diversos centros de acolhimentos a idosos/idasas.

Conforme descrito, há um conjunto de recursos, incluindo serviços e leis municipais, que visam a proteção dos direitos das mulheres. Entretanto, nota-se, sobretudo, no que concerne à aplicação das leis, que muitas são descumpridas por falta de conhecimento e/ou de fiscalização.

Acreditamos que o fortalecimento e o alcance destas ações dependem de maior visibilidade e conhecimento por parte da população, e maior fiscalização de seu cumprimento, pelo poder público.

3.3.3 Propostas de ação

Diante da situação apresentada, um grupo multidisciplinar, formado por representantes do Ministério Público (MP), judiciário, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Delegacia da Mulher (DDM) e do Conselho Municipal da Condição Feminina de Franca (CMCF), tem se reunido com alguma regularidade, para implementar e efetivar esta rede de proteção às mulheres, visando articular os diferentes setores na atenção e cuidados às mulheres vítimas de violência familiar e doméstica.

3.3.4 Dimensão social

Com a finalização deste trabalho, esperamos que os dados auxiliem na construção ou efetivação da rede de atenção e proteção às mulheres do município, entendendo a importância de uma rede articulada com os diferentes setores - saúde, segurança pública, social, educação, e a articulação entre o poder público, a iniciativa privada, o terceiro setor para a erradicação do problema relacionado à violência

doméstica, que muitas vezes afeta, além das mulheres, seus filhos. É preciso envolver todos estes setores para trabalharem em sinergia na resolução do problema, amparando as vítimas, reprimindo o agressor e a violência, e, conforme previsto na Lei 13984 de abril de 2020, que altera o segundo artigo da Lei 13340/2006 (Lei Maria da Penha), ao tornar obrigatório o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação, além de acompanhamento psicossocial.

O envolvimento de diferentes atores e setores, no enfrentamento da situação da violência é a garantia da efetividade das muitas ações possíveis previstas pelas políticas públicas, na garantia do que estas políticas se propõem a realizar, efetividade esta que, por fim, assume o compromisso de zelar pelo interesse da sociedade, alcançando as metas previstas pelos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. SP: **Violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia.** Publicado em 20/04/2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>. Acesso em 20 abr. 2020.

AGÊNCIA SENADO. **Observatório alerta para risco de aumento da violência doméstica na pandemia.** Publicado em 05/05/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/05/observatorio-o-alerta-para-risco-de-aumento-da-violencia-domestica-na-pandemia>. Acesso em: 05 mai. 2020.

ARAÚJO, L. M. B. M.; MANZANO, L. C. G. Amamentação e crise: uma discussão necessária. In: BUENO, A. M.; MANZANO, L. C. G.; ABRIATA, V. L. R. **As crises na/da contemporaneidade: análises discursivas.** Franca: Unifran, 2017, p. 15 - 37.

BRAGSON, R.; MATTOSO, C. Femicídio cresce no Brasil e explode em alguns estados. **Folha de São Paulo.** 22 de fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/femicidio-cresce->

no-brasil-e-explode-em-alguns-estados.shtml. Acesso em: 27 de abril 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm. Acesso em: 09 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em 30 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm. Acesso em 20 abr. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei 13984 de 03 de abril de 2020. Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro

de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm. Acesso em 20 abr. de 2020.

BRASIL. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social-SEDS. Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>. Acesso em 20 abr. de 2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_02.pdf. Acesso em 27 set. 2019.

CARNEIRO, A. A.; FRAGA, C. K. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n.110, p. 369-397, June 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200008>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CERQUEIRA, D. R. D. C. *et al.* **Uma Análise da base de dados do Sistema de Informação Hospitalar entre 2001 e 2018**: dicionário dinâmico, disponibilidade dos dados e aspectos metodológicos para a produção de indicadores sobre violência. 2019. p. 8. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9409>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CINTRA, S. V. Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: enfrentamento da Violência Doméstica por meio dos projetos de extensão universitária. In: SOUZA, T. M. C. (Org.) **Violência Contra Mulheres**: direitos e políticas públicas em perspectivas multidisciplinares. Goiânia: Editora UFG, 2018. p. 43-58.

COUTO, V. A. *et al.* Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200221&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 out. 2019.

GALVÃO, E. F; ANDRADE, S. M. D. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 13, 2004. p. 89-99.

JARDIM, R. T. J.; BRAUNER, M. C. C. Esterilização Feminina: na ótica dos direitos reprodutivos, da ética e do controle de natalidade. **Trabalho e Ambiente**. Caxias do Sul-RS, v. 3, n. 5, 2005.

LACERDA, E. O SUS e o controle social: guia de referência para conselheiros municipais. In: O SUS e o controle social: guia de referência para conselheiros municipais. Brasília; Brasil. Ministério da Saúde. Coordenação de Informação. **Educação e Comunicação**, 1998. p. 83.

LUCENA, C. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 10, n. 40, 2010. p. 295-305.

MONDELLI, Lais. Violência física e sexual contra mulheres aumenta durante isolamento social provocado pelo coronavírus. **G1**. Publicado em 19/04/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/violencia-fisica-e-sexual-contra-mulheres-aumenta-durante-isolamento-social-provocado-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus**. Publicado em 06/04/2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPAS). **Resolucion XIX: Violencia y Salud**. Washington, DC: Opas, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Lei 8502/ 2017. Lei da “Parada Segura”. Cria o Programa Parada Segura, referente ao desembarque de mulheres, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida no transporte coletivo urbano do município de Franca em período noturno. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/lei-no-8502-de-14-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Lei 8516/2017. Lei da Doula. “Dispõe sobre a presença de profissionais Doulas durante o parto nas maternidades e hospitais do Município de Franca, e dá outras providências”. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/lei-no-8516-de-marco-de-2017>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Lei de Lei 8624/2017. “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº5.985/2003, que obriga a afixação de cartazes contendo números de disque denúncia, e dá outras providências” Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/lei-no-5985-de-1-de-julho-de-2003>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Lei de Lei 8075/2018. “Patrulha Maria da Penha”. “Institui no Município de Franca equipe especial da Guarda Civil Municipal e estabelece diretrizes para a sua operação, e dá outras providências”. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/lei-no-8750-de-29-de-outubro-de-2018-0>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Franca inaugura nova Delegacia da Mulher. Prefeitura Municipal de Franca, 25 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/noticias/seguranca-noticias/franca-inaugura-nova-delegacia-da-mulher-2019>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Prefeitura inaugura a Casa de Saúde da Mulher. Prefeitura Municipal de Franca, 08 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/noticias/saude/prefeitura-inaugura-casa->

de-saude-da-mulher. Acesso em: 20 de abr. 2020.

SANTOS FILHO, S. B.; BARROS, M. E. B.; GOMES, R. S. A. Política Nacional de Humanização como política que se faz no processo de trabalho em saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, p. 603-613, 2009.

SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. **Dados estatísticos do estado de São Paulo – 2019**. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/pesquisa.aspx>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. **Infocrim - Informações criminais. s/d**. Disponível em: <http://catalogo.governoaberto.sp.gov.br/dataset/45-infocrim-informacoes-criminais>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

SENADO FEDERAL. Procuradoria Especial da Mulher. **Violência doméstica e familiar contra a mulher – 2019**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2019>. Acesso em: 05 de mai. 2020.

SOUSA, S. **Franca ganha nova Delegacia de Defesa da Mulher**. Grupo Mulheres do Brasil. 27 de novembro, 2019. Disponível em: <https://noticias.grupomulheresdobrasil.org.br/franca/franca-ganha-nova-delegacia-de-defesa-da-mulher/>. Acesso em 27 de abr. 2020.

SOUZA, T. M. C. Gênero, Violência e Interseccionalidade: A Vertente de um Coletivo Feminista. In: SOUZA, T. M. C. (Org.) **Violência Contra Mulheres: direitos e políticas públicas em perspectivas multidisciplinares**. Goiânia: Editora UFG, 2018. p. 17-42.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report on violence and health: summary**. Geneva, 2002. Disponível em: apps.who.int/iris/handle/10665/42512. Acesso em: 27 de abr. 2020.

CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Silvio Carvalho Neto¹
Maria Luisa Cervi Uzun²
Maria José de Oliveira Lima³

4.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODSs) abordados

O Grupo de Trabalho 3 - GT 3, do projeto Fórum Franca Sustentável, envolveu o estudo de dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o objetivo 4, Educação de Qualidade, e o objetivo 5, Igualdade de Gênero. O presente capítulo tem o foco no ODS número 4, Educação de Qualidade, cujo escopo é o de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para as pessoas. Cabe aqui destacar o termo “qualidade”, que é integrante da própria denominação do objetivo e, que, acredita-se ser construído fundamental e de relevância, a ser observado, quando se pensa em projetos futuros para a educação brasileira, e não apenas cumprir índices ou metas quantitativas.

Figura 1: Logotipo do Objetivo 4 - Agenda 2030 ONU.



Fonte: ONU (2015)

O presente capítulo, a partir de uma contextualização global e local, apresenta reflexões acerca dos caminhos a serem estabelecidos

¹ Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Docente do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF, docente da FATEC Franca. Doutor em Administração pela USP.

² Docente e Pesquisadora da Faculdade de Tecnologia Thomaz Novelino - FATEC Franca e da Universidade de Franca - UNIFRAN. Mestre em Educação pela CUML - RP.

³ Docente e Pesquisadora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP-Franca. Doutora em Serviço Social pela UNESP.

na região de Franca-SP, à luz das metas propostas no ODS 4 da ONU. O método de pesquisa utilizado para a realização do presente estudo foi exploratório, realizado, inicialmente, por levantamento bibliográfico e documental, no Conselho Municipal da Educação, na Delegacia de Ensino e na Prefeitura Municipal de Franca-SP, e seus respectivos websites. Foi feita uma análise documental das atas do Conselho Municipal de Educação (CME), entre os anos de 2016 e 2019. A coleta e a análise de material secundário foram acompanhadas da realização de entrevistas informais não-estruturadas com profissionais envolvidos com a educação na cidade de Franca-SP. Foi realizado um breve diagnóstico local, com a apresentação de pontos fracos, pontos fortes e a sugestão de possíveis ações a serem realizadas.

As propostas de ações sugerem arquitetar um futuro educacional apoiado na intenção de proporcionar resultados de aprendizagem relevantes e eficazes, a partir das seguintes premissas: uso de metodologias ativas, transformação da infraestrutura escolar, mudança do design das salas de aula e valorização do docente no que tange à sua formação, plano de carreira, remuneração, segurança, aposentadoria e benefícios. Tem-se como argumento que o ensino híbrido (MATTAR, 2017), que supõe a utilização de espaços de aprendizagem com aulas presenciais apoiada pelo uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), é fundamental para as necessidades educacionais emergentes, como, por exemplo, para consolidar os conceitos de pensamento crítico, e os básicos de português e matemática, que são primordiais para a evolução acadêmica do indivíduo.

4.2. Contextualização global

As metas do ODS relacionado à educação de qualidade estão apoiadas em questões que envolvem a equidade do ensino, os resultados de aprendizagem relevantes e eficazes, o acesso à pré-escola e à universidade, a promoção de habilidades relevantes para emprego, trabalho e empreendedorismo, a eliminação das disparidades de gênero na educação, a garantia da igualdade de acesso a todos os níveis de educação para os mais vulneráveis e a promoção do desenvolvimento sustentável por meio da educação. O Quadro 1

mostra as metas do ODS 4 estabelecidas pela ONU, em 2015.

Quadro 1: Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Fonte: ONU/ODS4 (2015)

O ODS 4 tem em suas metas a preocupação inicial de construção e de melhorias das instalações físicas destinadas ao processo educacional. Além disso, estabelece a importância de se pensar na viabilidade financeira do acesso ao estudo, seja pela concessão de bolsas ou de outras modalidades de financiamento, especialmente para os programas educacionais de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos, no geral. Esta meta acredita-se estar em conformidade ao que é necessário para a educação atual, uma proximidade maior do aluno com um ambiente dinâmico de transformações relacionais, pessoais e profissionais, causada pelo avanço das TICs.

Outro ponto relevante no ODS 4 é a preocupação com o aumento do contingente de professores qualificados, especialmente para a nova realidade de trabalho que, no futuro próximo, será fortemente alterada pelo uso da tecnologia. No caso, entender como o professor pode lidar com a sua formação para permitir aos discentes a possibilidade de desenvolverem as suas potencialidades, desde a

primeira infância até a formação técnica superior permeando a alfabetização de jovens e adultos e sua qualificação para o mundo do trabalho, é inerente aos próprios propósitos do ODS 4.

Deste modo, é possível indagar como modelar, atualmente, esse futuro, levando em consideração os pressupostos educacionais que têm uma função importante na sociedade, de hoje a 2030, desde a estrutura educacional até seus aspectos de recursos humanos.

4.3 Diagnóstico local

4.3.1 Pontos fracos e ameaças

Por meio da análise das atas do Conselho Municipal de Educação (CME, 2020), de 2016 a 2019, e dos resultados das entrevistas informais com responsáveis pela educação no município de Franca, é possível estabelecer algumas questões relativas à educação que poderiam ser consideradas como vulnerabilidades.

Nota-se que o Conselho Municipal de Educação tem cumprido seu papel no controle das ações destinadas à educação no município, contudo, há uma possibilidade de maior participação da sociedade civil no próprio Conselho Municipal de Educação. As instituições e a sociedade poderiam se tornar mais ativas na construção das ações educacionais do município. O CME fiscaliza as ações e, como exemplos, é possível citar, no último quadriênio, o acompanhamento e a fiscalização dos gastos indevidos com publicidade de recursos que deveriam ser destinados à educação básica, a cobrança do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação em termos dos prazos vencidos de realização de algumas metas, como o aperfeiçoamento do plano de carreira docente e a implantação de escolas em tempo integral.

Em termos da questão acadêmica, parece ser consenso entre os educadores que os alunos que concluem o ensino fundamental estão tendo deficiências com relação à consolidação dos conceitos básicos de português e matemática. Observa-se, na prática escolar, que as crianças e os jovens estão tendo cada vez mais dificuldades nas disciplinas basais, e entende-se que o conhecimento básico em matemática e português é primordial para formar cidadãos com espírito crítico aguçado.

Também é um desafio a inclusão social de estudantes com deficiências nas escolas da rede regular de ensino público, com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva de 2008 e, também, da Lei 13.146 de julho de 2015, conhecida como Lei da Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que garante, entre outras medidas, o direito a educação desde o ensino básico ao superior, bem como a capacitação continuada para o mercado de trabalho. Com relação aos recursos humanos, nota-se que há um difícil desafio quanto à preparação do docente e do técnico administrativo, em termos de sua capacitação, compartilhamento de problemas comuns, dentre outras questões relativas à sua valorização profissional. A equipe escolar precisa ser atualizada, e a estrutura estatal poderia oferecer formações continuadas, incentivos para participarem de eventos na área, entre outros, como fator de motivação.

Quanto aos recursos materiais, a estrutura física das escolas, bem como os materiais escolares, precisam estar disponíveis adequadamente para os professores poderem desenvolver suas aulas de forma inovadora, o que nem sempre é possível, devido aos problemas de alocação eficiente de recursos. A esta fragilidade, credita-se como propulsora da continuidade de um modelo educacional tradicional, que não favorece a educação de qualidade, principalmente em termos das habilidades e competências necessárias para um mundo apoiado por tecnologias em todos os campos do saber.

4.3.2 Pontos fortes e oportunidades

Um primeiro ponto positivo observado é que Franca possui uma sólida estrutura de ensino e cooperação entre as instituições. A própria iniciativa do Fórum Franca Sustentável depõe a favor desta força. A Estrutura da Secretaria Municipal de Educação é um ponto considerado favorável à elaboração de estratégias futuras. A organização do trabalho da Secretaria de Educação é formada por divisões e setores, com respectivas coordenações e equipes, que favorece a profissionalização adequada às demandas educacionais. O texto do Plano Municipal de Educação (PME, 2015) destaca a rigidez desta estrutura e aponta, ainda, seus pontos fortes com vistas à administração da área de educação no município.

Outro fator relevante observado na estrutura municipal de educação da cidade, e mencionado no Plano Municipal de Educação (PME, 2015), é o investimento de recursos financeiros na aquisição de materiais pedagógicos e decursos de formação em serviço e a autonomia e acompanhamento que a equipe da secretaria oferece aos coordenadores das formações. Além disso, a secretaria tem um processo de formação das equipes gestoras nas escolas, formada por técnicos e especialistas (Diretor, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Pedagogo e Pedagogo de sala de recursos), com encontros presenciais e sistematizados, tendo como foco a Gestão Escolar e a melhoria da Educação. (PME, 2015).

Outros fatores apontados no PME e que merecem destaque são: 1) o foco na melhoria da qualidade e inovação pedagógica, por meio de parcerias com Programas como: Ler e Escrever, SDECTI/SP – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado de São Paulo - e PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa; 2) o acompanhamento bimestral dos resultados de aprendizagem dos alunos de todas as escolas, realizado pela Secretaria; 3) a adesão da Secretaria às avaliações externas (SARESP, Prova Brasil, ANA, Provinha Brasil); e 4) o avanço no uso da tecnologia como ferramenta de gestão como, por exemplo, na implantação da Central Única de Vagas em Creches, para Remoção de docentes, Gerenciamento dos professores de apoio, Cronograma das formações e Plataforma Moodle. (PME, 2015).

Observa-se que há certo controle quanto à oferta de vagas e acesso aos recursos materiais nas creches, e a parceria com instituições privadas existe. Para atender a demanda, a rede municipal faz parcerias com creches e escolas particulares, e por meio destas parcerias, estabelece a gestão da demanda e da relação entre vagas e alunos, de forma a atender as vagas para as crianças da creche ao ensino fundamental I, com a distribuição regular de merenda e de material didático.

Percebe-se o esforço interinstitucional para o cumprimento das metas estabelecidas pelo MEC no Plano Nacional de Educação (PNE, 2014; MEC, 2014) e refletidas no Plano Municipal de Educação. (PME, 2015). Esta visão vai ao encontro do que foi proposto pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Prefeitura Municipal de Franca, em um Fórum denominado “Franca 2040”, que organizou

lideranças para refletirem sobre ações para a cidade em longo prazo. (FÓRUM FRANCA 2040, 2019). Os resultados desse fórum para a área de educação mostram que o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educacional é a tônica e o foco do governo municipal atual. As considerações estabelecidas no desfecho do referido fórum solidificam as metas e a visão para a educação do município até o ano de 2040. Na proposta, estabelece-se a meta de promoção de ensino técnico, por meio de parcerias entre o poder público e as instituições de ensino com reconhecida especialidade nesse tipo de formação, o que geraria a expansão de matrículas neste nível de ensino. No ensino superior, o Fórum 2040 estabelece que os objetivos a serem alcançados são: a elevação gradual no número de matrículas e a criação de novos cursos de pós-graduação. O PNE estabelece 20 metas para a educação e acredita-se que deve fazer parte das metas da educação para 2030 atingir a universalização da educação infantil e o aumento de vagas em creches, conforme estabelecido no próprio PNE. Também de acordo com a meta do PNE e PME, deve-se buscar a universalização do ensino fundamental e um maior índice de alfabetização de adultos. O ODS 4 é claro em suas propostas: ensino e qualidade e para todos desde a primeira infância até jovens e adultos, e aumentar e preparar jovens e adultos para o mercado de trabalho. De acordo com o Fórum 2040, o município de Franca já bateu a meta do Índice de Desenvolvimento para a Educação Básica (IDEB) que deveria ser atingido em 2021, mas acredita-se que ainda deve haver um ainda maior incentivo e reconhecimento de docentes da rede pública, por parte do setor público.

4.4 Propostas de ação

A proposta de ação inicial é o Poder Público municipal, as instituições educacionais e o Conselho Municipal de Educação se organizarem em conjunto, em um esforço interinstitucional, para garantir o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação. Esta visão de atingir as metas planejadas anteriormente é reforçada na fala de um dos próprios membros do Conselho Municipal de Educação, de que “*não é preciso inventar a roda*”, basta fazer cumprir o que já está nas metas do PME e nas diretrizes do PNE.

Contudo, partindo do pressuposto de que é preciso estratégias

para desenvolver habilidades, nos alunos, de resolução de problemas, de comunicação, de abertura às inovações, da formação continuada, de análise, de criatividade, empreendedorismo, dentre outras, é necessário criar condições para que os professores utilizem metodologias que privilegiem a autonomia dos alunos e que sejam voltadas para a construção de competências que atinjam as finalidades pretendidas. (BNCC, 2017; PNE, 2014; MEC, 2014).

Entende-se desta forma, que não basta apenas atingirmos as metas do PME, é mister transformar a estrutura que ampara a educação do município, de modo a favorecer a utilização de metodologias inovadoras e proporcionar a valorização docente, que se faz extremamente necessária. A visão é a de que esta nova formação do humano pode ocorrer apoiada por algumas propostas de ações, como: implementação de metodologia inovativas em sala de aula; adequação da infraestrutura da escola e das salas de aula para estas metodologias inovativas. (FILATRO E CAVALCANTI, 2018; MORAN, 2018).

É fundamental a valorização do docente que irá atuar com as novas metodologias inovativas. Esta valorização deve acontecer em três esferas, quais sejam: benefícios, formação profissional e condições de trabalho. No que tange aos benefícios, é importante a solidificação do plano de carreira, da remuneração, incluindo a segurança quanto à aposentadoria e aos benefícios durante sua vida profissional. Em termos de formação profissional, deve-se oferecer continuados programas de capacitação e inovação, inclusive por meio de tecnologias online, e criar condições e incentivos para a adesão docente a estes programas. Por fim, em relação às condições de trabalho, iniciativas de segurança em sala de aula e no ambiente escolar e melhorias de infraestrutura de trabalho são fundamentais para a valorização do profissional docente.

A valorização docente é uma ação essencial pois está diretamente relacionada com o desempenho dos estudantes, e inclui: formação continuada, plano de carreira, incentivos a participação de eventos na área, segurança no trabalho, estrutura física, qualidade de vida no trabalho, entre outros. A falta da valorização docente é um obstáculo para que se consigam melhorias significativas na educação. No Plano Nacional da Educação uma das metas é a valorização dos profissionais do magistério da educação básica através de uma

equiparação salarial com outros profissionais que possuem escolaridade equivalente, e de acordo com o PNE (2014), o prazo se encerra no final de 2020, e infere-se que esta é uma ação necessária, primordial e urgente. Para atingir o objetivo de educação de qualidade, acredita-se ser necessário fazer cumprir a meta da ODS 4, de construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas também para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos, e, até 2030, aumentar o contingente de professores qualificados por meio da cooperação internacional para a formação de professores. (ONU, 2015).

A articulação das instituições de ensino superior do município de Franca envolvendo os cursos da área da educação e saúde, com o foco na capacitação e formação continuada do professor, tanto sob o aspecto pedagógico e didático, envolvidos no trato direto com o alunado, como na melhora dos aspectos de gestão dos aspectos mais ‘técnicos’ e burocráticos relativos aos problemas diretamente relacionados com esta situação, podem se revelar importante aliado para o enfrentamento desta temática, no ensino de Franca.

Partindo do pressuposto que é preciso estratégias para desenvolver habilidades, nos alunos, de resolução de problemas, de comunicação, de abertura às inovações, da formação continuada e dinâmica, de análise, de criatividade, empreendedorismo, dentre outras, é necessário fazer com que os professores, no processo de sua formação continuada, utilizem metodologias que privilegiem a autonomia dos alunos e que sejam voltadas para a construção de competências que consigam atender às metas deste ODS, já citadas anteriormente.

Espera-se, desta forma, que não apenas sejam atingidos índices do PME, mas sim que os resultados educacionais tornem os alunos mais dinâmicos, que construam seu próprio conhecimento, e que sejam reflexivos e tomem decisões por si só. Acredita-se que, para isso, é necessário experimentar novas maneiras de fazer o ensino-aprendizagem para motivar e garantir a permanência de todos na escola até a conclusão.

As metodologias de inovação didática em sala de aula precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Como destaca Moran (2018), se o desejo é que os alunos sejam proativos, é necessário

adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se o desejo é que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa.

Parte-se do entendimento de que uma dada metodologia de ensino envolve a correlação entre cultura, pedagogia, Estado, sociedade e escola, o que implica uma orientação científica e filosófica. Além disso, a estrutura que ampara a utilização de metodologias inovadoras se faz necessária. É necessária a modernização de escolas, com salas amplas que possam garantir a conectividade e a interatividade, confortáveis, climatizadas, mutáveis, com equipamentos tecnológicos, com design intuitivo para o desenvolvimento das atividades que são colaborativas, criativas e envolventes.

Neste caso, o objetivo é motivar os alunos em uma prática de aprendizagem investigativa, em que eles terão o protagonismo na própria formação. As metodologias ativas podem ter esse papel, pois têm como propósito tornar o estudante motivado, interessado e engajado, e o aluno passa a ser o principal protagonista do processo de ensino, e o professor assume a função de orientador ou mediador do conhecimento, o que abre espaço para a interação e a participação dos estudantes na construção do conhecimento.

Ressalta-se que a transformação da sala de aula é essencial para as práticas mais comuns utilizadas no contexto educacional das metodologias ativas, como, por exemplo: a Aprendizagem Baseada em Projetos (BACK INSTITUTE EDUCATION, 2008; BENDER, 2015), que estimula os discentes a aprenderem por meio de desafios; o conceito de Sala de Aula Invertida (BERGMANN e SAMS, 2016), em que, ao contrário do modelo tradicional, o aluno tem acesso aos conteúdos antecipadamente, e o conhecimento prévio das disciplinas, e o professor pode elaborar e planejar as aulas utilizando recursos e ferramentas que complementam o aprendizado, como vídeos, imagens, textos, entre outros materiais; e a Gamificação (FADEL et al, 2014), que consiste na utilização de jogos que estimulam o pensamento crítico, a motivação e a dedicação para os momentos de estudo, dentre outras metodologias.

Bannister (2017) aponta os benefícios de se adaptar e/ou

transformar a sala de aula. Os benefícios para os professores são: uso de diferentes pedagogias à medida que a escola adota uma abordagem para compartilhar maneiras de trabalhar; trabalho em conjunto para abordar uma área para todo o desenvolvimento da escola; agrupamento dos discentes de acordo com suas necessidades individuais; e a melhora no relacionamento com as equipes de estudantes. Para os alunos, Bannister (2017) aponta que os principais benefícios são: maior acesso às tecnologias ao longo do dia, em vez de a tecnologia estar em um quarto e disponível por períodos limitados; mais oportunidades em colaboração e trabalho em grupo; possibilidade de assumirem um papel ativo na aprendizagem, e com a possibilidade de terem mais empatia para estar na escola e de se motivarem a aprender.

Como proposta, sugere-se que as instituições adotem modelos de transformação de sala de aula, com base em iniciativas pré-existentes. Como exemplo, pode-se citar o caso da sala de aula do futuro, originado pelo Grupo de Trabalho Interativo em Sala de Aula (ICWG), que foi criado, em 2013, pela European Schoolnet. Seu objetivo é explorar áreas comuns de preocupação, compartilhamento de experiências e abordagem de desafios políticos relacionados à integração de uma ampla gama de tecnologias na sala de aula e seu impacto no ensino e aprendizagem. (EUROPEANSCHOOLNET, 2013). Para o ICWG, a adaptação dos espaços de aprendizado é uma questão crucial para os formuladores de políticas públicas e os líderes das escolas, pois facilita pedagogias inovadoras usando a tecnologia na sala de aula. Por esse motivo, o ICWG publicou diretrizes sobre exploração e adaptação dos espaços de aprendizagem nas escolas. Criado pelo ICWG, o Future Classroom Lab (FCL) é um ambiente de ensino e aprendizagem inspirador, totalmente equipado e reconfigurável. O próprio ambiente convida os visitantes a repensarem o papel da pedagogia, tecnologia e design em suas salas de aula. (FUTURE CLASSROOM, 2017).

A ideia da transformação de salas de aulas baseadas no modelo do Future Classroom Lab é a de que os alunos tenham a capacidade de explorar as competências e os papéis para o ensino e a aprendizagem que são necessários para o século XXI. Esta transformação pode permitir um estilo de aprendizagem diferente e uma aprendizagem ativa mais personalizada. O design do ambiente de

aprendizagem afeta o envolvimento do aluno e a sua interação na sala de aula.

A Figura 2 apresenta um arquétipo de um projeto baseado no modelo de sala de aula do futuro com o conceito que permite que os alunos passem por diversas etapas na aprendizagem: interagir, apresentar, investigar, criar, desenvolver e partilhar. (EUROPEANSCHOOLNET, 2013).

Figura 2 – Conceito de salas de aulas do futuro e ações de aprendizagem

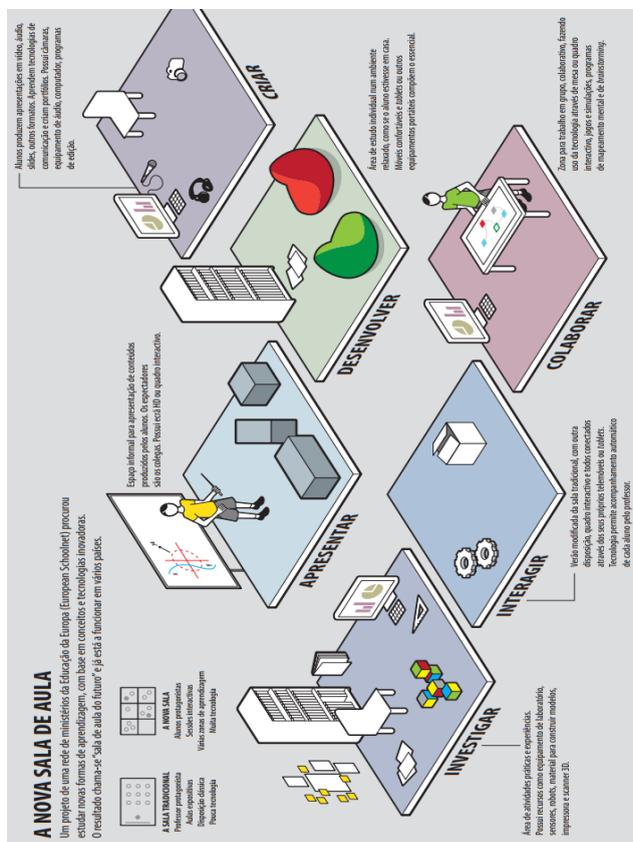


Fonte: European Schoolnet (2013)

O conceito de sala de aula no futuro envolve novas formas de aprendizagem, com base em tecnologias inovadoras, e ações de aprendizagem. (FRONTEIRAS XXI, 2019). Na sala de aula tradicional o professor é o protagonista, fazendo uso de aulas expositivas e com pouca tecnologia e a disposição clássica dos alunos em sala de aula, com os discentes normalmente enfileirados. Na nova sala de aula, o aluno é o protagonista, com sessões interativas em vários locais de aprendizagem, com o uso de muita tecnologia nos diversos ambientes.

A Figura 3 apresenta uma descrição deste modelo. (FRONTEIRAS XXI, 2019). A área de investigação é destinada às práticas e experiências, com recursos como sensores, robôs, materiais para modelo, impressoras e scanners 3D. A área de interação é uma versão modificada da sala tradicional, com quadros interativos conectados com os dispositivos móveis.

Figura 3 – Descrição de Ações na Nova sala de aula



A tecnologia neste ambiente permite o acompanhamento automático de cada aluno com o professor. A área de apresentação é um espaço informal para a apresentação dos conteúdos produzidos pelos alunos, apoiada pela tecnologia de informação e comunicação. A área de criação possui equipamentos computacionais, de áudio e de

vídeo, e são destinados à produção e edição de conteúdo pelo discente.

A área de desenvolvimento é um ambiente relaxado para estudo individual, como se o aluno estivesse em casa, composta por equipamentos portáteis e decorada com móveis confortáveis. Para a colaboração, são destinadas áreas para trabalho em grupo e colaborativo, fazendo o uso da tecnologia por meio de mesas ou quadros interativos, jogos e simulações, programas de mapeamento mental e *brainstorming*.

Senra e Braga (2020), em pesquisa com docentes, apontam as potencialidades da transformação da sala de aula, observando que os professores destacam o caráter informal da sala, que provoca uma mudança do seu papel, diminuindo o tempo de exposição, o que permite o desenvolvimento de atividades com maior interação entre os alunos. Eles apontam que a transformação do ambiente permite explorar as diversas zonas de aprendizagem, incentiva a colaboração e o aprendizado dos alunos, contudo apontam que ainda existe um forte sentimento dos docentes de que é necessário ensinar conteúdos, em uma ação de transferência de conhecimentos dos professores aos alunos. O novo papel dos professores não os exime do protagonismo do processo, apenas o tira da função de provedor de conhecimentos para o de orientador da aprendizagem. Entende-se que o modelo da European Schoolnet pode ser de difícil aplicabilidade prática, devido, especialmente, ao seu custo para a realidade da escola pública brasileira. Contudo, considera-se ser fundamental a implantação da ideia de transformação do espaço educacional, no escopo do pensar a educação para 2030, nos moldes das ações que envolvem o saber necessário para o mundo dinâmico e acelerado em transformações.

Iniciativas estão sendo criadas, e podem ser pensadas de forma criativa, para cada realidade. A título de exemplo, é possível citar a experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), e sua iniciativa de implantação de espaços inovadores. Tendo como base o conceito de uma sala de aula do futuro que pressupõe a transformação no processo educacional, batizada com o nome de “Living 360^o”, a PUC-RS apresentou um modelo de espaço inovador de aprendizado, descanso e lazer, que pode ser adequado para a aplicação das novas práticas educacionais (Figura 4). Este novo espaço materializa uma concepção de educação em que o estudante trilha o seu próprio caminho, se encontra no centro de sua

aprendizagem e escolhe como quer aprender. A ideia de uma infraestrutura desta forma é a de que os ambientes promovam a exploração, a interatividade e o engajamento, fazendo da estrutura escolar um espaço plural para integração e convivência. (LIVING 360, 2019).

Figura 4 – Modelo de Espaço Inovador da PUC-RS



Fonte: LIVING 360 (2019)

4.5 Dimensão social

Com base no histórico de dados do número de matrículas na educação básica na cidade de Franca, nos últimos 10 anos, obtido no site da Prefeitura Municipal de Franca, foi possível realizar uma regressão linear que permite fazer uma projeção, para 2030, de aproximadamente 22.000 alunos na educação básica no município. Desta forma, garantir que todos concluam a educação básica desenvolvendo potencialidades desde a primeira infância até a formação técnica superior permeando a alfabetização de jovens e adultos e sua qualificação para o mundo do trabalho é uma preocupação do ODS 4, e deve ser uma preocupação constante dos

atores envolvidos nos rumos educacionais da cidade.

O problema da desigualdade social brasileira deve ser encarado, tendo como alicerces os investimentos em educação desde a mais tenra idade. Questiona-se como modelar hoje esse futuro levando em consideração os pressupostos educacionais que têm uma função importante na sociedade? Estrutura organizacional e física, recursos diversos além de profissionais especializados, são imprescindíveis para formar pessoas com princípios de cidadania, ética, valorização de diversidades, educação para o desenvolvimento sustentável, produzindo configurações sociais e de trabalho que não existem hoje.

O avanço tecnológico, as mudanças paradigmáticas e o “modelo” de alunos e da equipe escolar exigem uma releitura de algo já existente no padrão educacional atual, e solicitam pela adição de inovações que contribuam para atender à esta demanda futura. Inovações propõem algo novo, diferente e perpetuado a um resultado, ou seja, precisam ser colocadas em prática no contexto real para obter-se um produto final. Acredita-se que o ensino híbrido, apoiado em uma infraestrutura escolar adequada e moderna, seja para necessidades especiais da vida atual e/ou para consolidar os conceitos básicos de português e matemática, para que o aluno não finalize o ensino fundamental com dificuldades em definições, é primordial para a sua evolução acadêmica e para a sua formação como ser humano e social.

Por fim, entende-se que, coma estruturação de escolas com uma equipe capacitada, valorizada e atuante, em uma estrutura física adequada e inovadora, é possível instituir um novo paradigma educacional que possibilitará a motivação, o acesso e a permanência de alunos na escola, com um ensino de qualidade, preparando-os para a vida, especialmente na perspectiva de criar cidadãos que visem a redução das desigualdades sociais, o respeito ao próximo e a melhora na qualidade de vida.

Referências

BANNISTER, D. Guidelines on exploring and adapting learning spaces in schools. **European Schoolnet** (EUN Partnership AISBL). Dez, 2017. Disponível em: http://files.eun.org/fcl/Learning_spaces_guidelines_Final.pdf. Acesso em: 15 março 2020.

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de Aula Invertida**. Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 116 p.

BNCC. Base Nacional Comum Curricular. **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 março 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Planejando a Próxima Década**. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação 20 metas do PNE. Ministério da Educação do Brasil, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020

BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. **Aprendizagem baseada em projetos**: guia para professores de ensino fundamental e médio. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

EUROPEAN SCHOOLNET. **Future Classroom Lab**. Web Site European Schoolnet. 2013 Disponível em: <http://www.eun.org/professional-development/future-class-room-lab>. Acesso em: 15 março 2020.

FADEL, L.M.; ULBRICHT, V.R.; BATISTA, C.R.; VANZI, T. (Orgs.). **Gamificação na Educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

FILATRO, A.; CAVALCANTI, C. C. **Metodologias Inov-Ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FORUM FRANCA 2040. **Fórum Franca 2040**. Prefeitura de Franca.

Disponível em: <http://www.forumfranca2040.com.br/>. Acesso em 10 março 2020.

FRONTEIRAS XXI. **A Nova Sala de Aula**. 2019. Disponível em: <https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2017/09/Captura-de-ecr%C3%A3-sala-de-aula.png>. Acesso em 20 março 2020.

FUTURE CLASSROOM Lab. ICWG: Criando espaços de aprendizado flexíveis. **Relatório sobre espaços de aprendizagem nas escolas**. ICWG, 2017. Disponível em: <https://fcl.eun.org/learning-space-design>. Acesso em: 15 março 2020.

LIVING 360. **Living 360, conceito de salas de aulas do futuro**. PUCRS, 2019. Disponível em: <http://www.pucrs.br/living360/>. Acesso em: 16 maio 2020.

MATTAR, J. **Metodologias ativas para educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 10 mar, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU/ODS.4)). Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>. Acesso em 13 março 2020.

PNE. **Plano Nacional da Educação**. Brasília. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano->

nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 14 nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação (PME)**. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/portal/phocadownload/pme_franca.pdf. Acesso em 20 de abril 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/educacao/apresentacao-educacao>. Acesso em 20 abril 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Atas do Conselho Municipal de Educação de Franca**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/uncategorised/atas-2020>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SENRA, C. P.; BRAGA, M. Future ClassroomLab em Portugal: análise da relação dos professores com um ambiente educativo inovador. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba-PR, v. 20, n. 64, p. 434-461, jan./mar. 2020.

CAPÍTULO 5 – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Vivian Karina Bianchini¹

Carlos do Amaral Razzino²

Glauco Fabrício Bianchini³

Eloá Cristina Figueirinha Pelegrino⁴

Marinês Santana Justo Smith⁵

Natalie Rodrigues Alves Ferreira de Andrade⁶

Guilherme Pessoni de Freitas⁷

5.1 Objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODSs) abordados

A agenda universal proposta pela ONU apresenta dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), os quais são integrados, indivisíveis e equilibram as três dimensões da sustentabilidade: a econômica, a social e a ambiental. Cientes dessa indissociabilidade, o grupo de trabalho de Indústria, Comércio e Serviços aborda três dos dezessete objetivos, sendo eles, o objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível, no qual, segundo o documento da ONU

¹ Graduada em Engenharia de Produção Química pela Universidade Federal de São Carlos. Mestrado e Doutorado em Engenharia de Produção, área de Gestão de Tecnologia e Inovação, pela Universidade Federal de São Carlos. Docente e Pesquisadora do curso de Engenharia de Produção da Universidade de Franca e Cruzeiro do Sul Virtual.

² Graduado em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos. Mestrado e Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos e Pós-Doutorado em Materiais e Processos para Engenharia Aeronáutica pela Escola de Engenharia de São Carlos/USP. Docente e Pesquisador do curso de Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia de Bauru/UNESP.

³ Graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos/USP. Mestrado em Estruturas de Construção Civil pela Universidade Federal de São Carlos e Doutorando em Ciência e Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos. Docente e Pesquisador do curso de Engenharia Civil da Universidade de Franca.

⁴ Graduada em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual do Centro Oeste/PR. Mestrado e Doutorado em Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos/USP. Docente e Pesquisadora do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da Univ. Federal do Mato Grosso.

⁵ Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Franca e Processamento de Dados pela Universidade de Franca. Mestrado em Administração, Gestão Empresarial, pelo Centro Universitário Municipal de Franca. Doutorado em Ciência da Informação pela Unesp/Marília com período de intercâmbio na Universidade de Granada/Espanha. Pesquisadora do CORS (Center for Organization Studies)–USP e membro do grupo de pesquisa GEDE – Grupo de Estudos do Desenvolvimento e do Núcleo Cultura e Ética Organizacional do Uni-FACEF.

⁶ Graduada em Desenho de Moda pela Faculdade Santa Marcelina/FASM. Mestrado em Design pela Universidade Anhembí Morumbi/UAM. Docente e Pesq. em Design e Moda da FATEC Franca.

⁷ Graduado em Engenharia Florestal pela Faculdade de Ciências Agronômicas–UNESP/Botucatu. Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal de Franca.

(2015), assegura o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos, o objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, que preconiza a construção de infraestruturas resilientes, promoção da industrialização inclusiva e sustentável e o fomento a inovação e, por último, o objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis, o qual busca assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Ressalta-se que a separação dos ODS visa somente à facilidade de compêndio de dados e é claro para os pesquisadores a interdependência dos dezessete objetivos para o êxito da agenda universal. Dentro de cada um dos ODS estabelecidos pela ONU, foram definidas metas as quais, para serem alcançadas, requerem parcerias globais e locais com o engajamento de todos. Para um melhor entendimento de como essas metas afetam a discussão do grupo de trabalho, dentro do âmbito da indústria, comércio e serviços, as mesmas são apresentadas nos Quadros 1, 2 e 3, cada um associado aos objetivos focados nesse capítulo, quais sejam, objetivo sete, objetivo nove e objetivo doze. O objetivo de desenvolvimento sustentável 7 contempla cinco metas que devem ser cumpridas até 2030 (Quadro 1).

Quadro 1: Metas definidas no Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível

Metas do Objetivo 7
7.1 - Assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.
7.2 - Manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.
7.3 - Aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética da economia brasileira.
7.a - Reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.
7.b - Expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.

Fonte: IPEA, 2019.

Cabe ressaltar que um estudo do IPEA, realizado em 2019, propôs uma adequação das metas globais à realidade brasileira, sem perda da busca de melhorias dos indicadores, tanto de forma qualitativa, como quantitativa. Como exemplo, cita-se a meta 7.2 cuja redação da ONU utiliza o termo “Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis...” enquanto o estudo do IPEA

propõe “Manter elevada a participação de energias renováveis...”, justificando que não cabe assumir que o país elevará substancialmente a participação das energias renováveis na matriz energética nacional, que foi de 43,2%, em 2017, dado que o compromisso para 2030 é atingir 45% de todas as energias renováveis na matriz energética. O fato do índice já estar próximo da meta não exclui a necessidade de ampliação dos investimentos em energias renováveis, especialmente a eólica, a solar e os biocombustíveis.

O objetivo de desenvolvimento sustentável 9 contempla oito metas que devem ser cumpridas até 2030 (Quadro 2). Todas as metas convergem para construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Quadro 2: Metas definidas no Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Metas do Objetivo 9
9.1 - Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
9.2 - Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.
9.3 - Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.
9.4 - Modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.
9.5 - Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.
9.a - Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.
9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

Fonte: ONU, 2015.

O objetivo de desenvolvimento sustentável 12 contempla onze metas que devem ser cumpridas até 2030 (Quadro 3).

As metas incluem reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial; alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos; e reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso; entre outros.

Quadro 3: Metas definidas no Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Metas do Objetivo 12
12.1 - Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.
12.2 – Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
12.3 - Reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
12.4 - Alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
12.5 - Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
12.6 - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
12.7 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
12.8 - Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
12.a - Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
12.b - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
12.c - Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

Fonte: ONU, 2015.

Visando analisar os direcionamentos necessários para obtenção dos objetivos de desenvolvimento sustentável na indústria, comércio e serviços de Franca e região, optou-se, dentro das metodologias de pesquisa qualitativas, por utilizar o método Delphi, no qual foram realizadas sete reuniões, desde o segundo semestre de 2018 até o início do primeiro semestre de 2020, com a participação de

representantes heterogêneos de diversas organizações associadas à indústria, comércio e serviços, com o intuito de proporcionar uma variedade em termos de experiências, áreas de especialidade e perspectivas diferentes em relação aos temas abordados na discussão.

Segundo Gupta & Clarke (1996), o objetivo do método Delphi não é chegar a uma resposta única ou a um consenso, mas simplesmente obter o maior número possível de respostas e opiniões de grande qualidade, de um grupo de especialistas, de modo a subsidiar tomadas de decisão. Dessa forma, foram estabelecidos uma série de diálogos entre os participantes e, gradualmente, chegou-se a uma convergência para uma resposta coletiva, conforme previsto por Marques & Freitas (2018). As discussões serviram para estruturar a análise de pontos fortes, pontos fracos e indicações de ações apresentadas nos tópicos à frente.

Além das reuniões, foram utilizados dados secundários de relatórios técnicos, estudos de mercado, perspectivas de atuação dos órgãos públicos, dentre outros, fornecidos pelos participantes do grupo de trabalho 4.

A seguir, apresenta-se uma contextualização sobre as ODS's 7, 9 e 12, buscando situar os indicadores da América Latina e do Brasil, em comparativo com a situação global.

5.2 Contextualização global

Para a contextualização global dos objetivos de desenvolvimento sustentável e suas metas, foram estabelecidos indicadores para que os países pudessem acompanhar sua evolução e suprir o levantamento de dados para que a ONU pudesse realizar a avaliação do progresso mundial. Há um consenso que algumas metas não possuem ainda um indicador numérico claro que possa avaliar a evolução dos países. Dessa forma, para superar as lacunas existentes, a ONU juntamente com os Estados-membros comprometera-se a corrigir essa falha na coleta de dados e definir a melhor forma de medição do progresso evitando análises subjetivas.

Vários países não possuem os dados de referência necessários para um acompanhamento global das metas e, nesses casos, a organização pede um maior apoio aos membros para o fortalecimento das coletas de dados e do desenvolvimento de capacidades para

garantir que os dados de referência nacionais e globais passem a existir.

O Quadro 4 apresenta as metas do objetivo de desenvolvimento sustentável 7, Energia Limpa e Acessível, e os seus respectivos indicadores definidos pela ONU (2015) e adaptados pelo IBGE (2019). O ODS 7 possui cinco metas, sendo que as metas 7.1, 7.2 e 7.3 possuem indicadores com metodologia definida e dispõem de dados produzidos regularmente. Esses indicadores, segundo o IPEA (2019), devido a essas características são classificados como *Tier I* (metodologia definida e dados disponíveis).

O indicador referente à meta 7.a possui metodologia definida, mas não possui dados, portanto, é classificado como *Tier II* (metodologia definida e dados indisponíveis), e o relativo à meta 7.b não possui metodologia definida e nem dados, sendo classificado como *Tier III* (metodologia indefinida e dados indisponíveis).

Quadro 4: Metas e Indicadores definidos no Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível

Metas e Indicadores do Objetivo 7	
Meta 7.1	<p>Assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 7.1.1 - Percentagem da população com acesso à eletricidade. ✓ 7.1.2 - Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpos.
Meta 7.2	<p>Manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 7.2.1 - Participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE).
Meta 7.3	<p>Aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética da economia brasileira.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 7.3.1 - Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB.

Meta 7.a	<p>Reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 7.a.1 - Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável, incluindo sistemas híbridos.
Meta 7.b	<p>Expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 7.b.1 - Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita).

Fonte: Adaptado de IBGE, 2019.

Assim, tendo as metas 7.1, 7.2 e 7.3 dados globais definidos, foi possível realizar a análise do progresso mundial do ODS 7 e sua comparação em uma subdivisão de oito regiões globais:

- 1– África Subsaariana;
- 2– Norte da África e Oeste da Ásia;
- 3– Ásia Central e do Sul;
- 4– Leste e Sudeste da Ásia;
- 5– América Latina e Caribe;
- 6– Austrália e Nova Zelândia;
- 7– Oceania e
- 8– Europa e América do Norte.

O Quadro 5 apresenta o progresso global do objetivo de desenvolvimento sustentável 7, com dados atualizados de 2019, sendo a primeira análise mundial e, as demais, por regiões dispostas nas colunas do quadro. A análise deve ser realizada em dois níveis: o texto em cada caixa indica o nível atual de desenvolvimento na área específica abordada pelo indicador, com base nos dados disponíveis mais recentes, e as cores mostram o progresso feito em direção às metas, de acordo com a legenda apresentada.

Pode-se observar que, em termos mundiais, em relação à meta 7.1 há um acesso universal moderado à eletricidade, representando um

progresso considerável, porém ainda é necessária uma aceleração para que a meta seja atingida em 2030. Em termos regionais, observa-se que os melhores índices são do grupo da Austrália e Nova Zelândia, juntamente com Europa e América do Norte, nos quais há um acesso muito elevado à eletricidade e houve um progresso substancial em direção às metas estipuladas para 2030, com provável alcance dos indicadores. Já na região que engloba a América Latina e Caribe, há um acesso elevado à eletricidade, com progresso considerável, porém faz-se necessária uma aceleração das ações que assegurem o acesso universal à eletricidade em direção à meta de 2030.

Dentro do ODS 7, a meta 7.2 que busca aumentar a participação de energia renovável em relação ao consumo final de energia é a que apresenta o pior progresso realizado em direção à meta de 2030, em termos mundiais. O quadro mostra que o Norte da África e Oeste da Ásia, além de terem uma participação muito baixa de energias renováveis em sua matriz, ainda estão afastando-se da meta com a deterioração de seus índices. Ásia Central e do Sul, juntamente com Oceania, embora tenham aumentado a participação de energias renováveis, em comparação aos dados anteriormente analisados pela ONU, não estão tendo a aceleração necessária para alcançarem a meta. A América Latina e Caribe apresentaram uma participação alta de energia renovável, porém o progresso ainda é limitado.

A meta 7.3 que visa dobrar a taxa global da eficiência energética, obteve uma boa melhoria mundial com progresso considerável, porém com aceleração ainda requerida para atingir o progresso substancial necessário para 2030. Nessa meta, a América Latina e o Caribe tiveram uma melhoria pequena e um progresso limitado, necessitando de uma atenção mais minuciosa nesse quesito.

Quadro 5: Progresso Global do ODS 7 em 2019.

META	Mundo	África Subsaariana	Norte da África e Oeste da Ásia	Ásia Central e do Sul	Leste e Sudeste da Ásia	América Latina e Caribe	Austrália e Nova Zelândia	Oceania*	Europa e América do Norte
7.1 - Assegurar acesso universal à eletricidade	Acesso moderado	Acesso baixo	Acesso elevado	Acesso moderado	Acesso elevado	Acesso elevado	<u>Acesso muito elevado</u>	Acesso baixo	<u>Acesso muito elevado</u>
7.2 - Aumentar a participação de energia renovável no consumo final de energia	Participação moderada	Participação muito alta	Participação baixa	Participação alta	Participação moderada	Participação alta	Participação moderada	Participação alta	<u>Participação moderada</u>
7.3 – Dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética	Melhoria boa	Melhoria moderada	Melhoria moderada	<u>Melhoria boa</u>	<u>Melhoria muito boa</u>	Melhoria pequena	Melhoria boa	Nenhuma melhoria	Melhoria boa

* Excluindo Austrália e Nova Zelândia

LEGENDA	
■	0Meta atingida ou provável de ser alcançada em 2030/progresso substancial.
■	Progresso considerável, mas a aceleração é necessária.
■	Progresso limitado.
■	Afastando-se da meta/deterioração.
■	Não há dados de tendências disponíveis.
■	Dados insuficientes/não aplicável.

Fonte: ONU, 2019.

O Quadro 6 apresenta as metas do objetivo de desenvolvimento sustentável 9, Indústria, Inovação e Infraestrutura, e os seus respectivos indicadores definidos pela ONU (2015) e adaptados pelo IBGE (2019). Para o ODS 9 foram definidas oito metas e doze indicadores, sendo que destes, sete indicadores (em negrito no Quadro 6) foram catalogados e produzidos em série histórica pelo IBGE. Os indicadores que possuem metodologias definidas e dados disponíveis podem ser consultados no endereço: <https://country-profiles.unstatshub.org>. Nele é possível selecionar o país de interesse e comparar os dados entre diferentes regiões mundiais.

Quadro 6: Metas e Indicadores definidos no Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Metas e Indicadores do Objetivo 9	
Meta 9.1	<p>Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 9.1.1 - Proporção de população residente em áreas rurais que vive num raio de 2 km de acesso a uma estrada transitável em todas as estações do ano; ✓ 9.1.2 - Passageiros e cargas transportados por modalidade de transporte;
Meta 9.2	<p>Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 9.2.1 - Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita; ✓ 9.2.2 - Emprego na indústria em proporção do emprego total;
Meta 9.3	<p>Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 9.3.1 - Proporção do valor adicionado das empresas de "pequena escala" no total do valor adicionado da indústria; ✓ 9.3.2 - Proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou linhas de crédito;
Meta 9.4	<p>Modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 9.4.1 - Emissão de CO₂ pelo PIB;

Meta 9.5	<p>Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 9.5.1 - Dispendio em P&D em proporção do PIB; ✓ 9.5.2 - Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes;
Meta 9.a	<p>Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 9.a.1 - Total de apoio internacional oficial (ajuda oficial ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) à infraestrutura;
Meta 9.b	<p>Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 9.b.1 - Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total;
Meta 9.c	<p>Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 9.c.1 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia;

Fonte: Adaptado de IBGE, 2019.

O Quadro 7 apresenta o progresso global do objetivo de desenvolvimento sustentável 9, com dados atualizados de 2019, sendo a primeira análise mundial e, as demais, por regiões dispostas nas colunas do quadro. A análise deve ser realizada em dois níveis: o texto em cada caixa indica o nível atual de desenvolvimento na área específica abordada pelo indicador, com base nos dados disponíveis mais recentes, e as cores mostram o progresso feito em direção às metas 9.2 – Aumento da participação da indústria no PIB, 9.4 – Redução de emissões de CO₂ e 9.5 – Aumento de despesas com P&D, de acordo com a legenda apresentada.

As metas apresentadas no Quadro 7, em termos de tendência dos indicadores, mostram que existe um progresso limitado mundial no aumento da participação da indústria no PIB e no aumento das despesas com pesquisa e desenvolvimento científico, mesmo diante de uma participação alta e de investimentos moderados, respectivamente

nessas metas, ainda há uma lacuna grande até as aspirações para 2030. Em relação à redução das emissões de CO₂ por unidade do PIB, verificou-se uma taxa muito alta de emissões globais, com necessidade de aceleração para obtenção das metas.

A América Latina e Caribe aumentaram significativamente a participação da indústria no PIB, mas encontram-se muito afastados da situação ideal estabelecida para 2030. Em relação às emissões de CO₂, houve uma taxa alta, com tendência limitada de atingimento da meta. Situação preocupante também é verificada com as despesas em pesquisa e desenvolvimento científico, cujos investimentos foram baixos com necessidade de aceleração dos mesmos.

Quadro 7: Progresso Global do ODS 9 em 2019.

META	Mundo	África Subsaariana	Norte da África e Oeste da Ásia	Ásia Central e do Sul	Leste e Sudeste da Ásia	América Latina e Caribe	Austrália e Nova Zelândia	Oceania*	Europa e América do Norte
9.2 – Aumentar significativamente a participação da indústria no PIB	Participação muito alta	Participação alta	Participação alta	Participação muito alta	Participação muito alta	Participação alta	Participação moderada	Participação moderada	Participação alta
9.4 – Reduzir as emissões de CO ₂ por unidade do PIB	Taxa muito alta	Taxa alta	Taxa muito alta	Taxa muito alta	Taxa muito alta	Taxa alta	Taxa muito alta	Taxa muito alta	Taxa muito alta
9.5 – Aumentar substancialmente as despesas com pesquisa e desenvolvimento científico	Investimento moderado	Investimento muito baixo	Investimento baixo	Investimento baixo	Investimento alto	Investimento baixo	Investimento moderado		Investimento alto

* Excluindo Austrália e Nova Zelândia

LEGENDA
 Meta atingida ou provável de ser alcançada em 2030/progresso substancial.
 Progresso considerável, mas a aceleração é necessária.
 Progresso limitado.
 Afastando-se da meta/deterioração.
 Não há dados de tendências disponíveis.
 Dados insuficientes/não aplicável.

Fonte: ONU, 2019.

O Quadro 8 apresenta as metas do objetivo de desenvolvimento sustentável 12, Consumo e Produção Responsáveis, e os seus respectivos indicadores definidos pela ONU (2015) e adaptados pelo IBGE (2019). Para o ODS 12 foram definidas onze metas e treze indicadores, sendo que destes, dois indicadores (em negrito no Quadro 8) foram catalogados e produzidos em série histórica pelo IBGE.

Quadro 8: Metas e Indicadores definidos no Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis e seus Indicadores no Brasil

Metas e Indicadores do Objetivo 12	
Meta 12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento. <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12.1.1 - Número de países que incorporam o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais ou como uma prioridade ou uma meta nas políticas nacionais;
Meta 12.2	Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12.2.1 - Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB; ✓ 12.2.2 - Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB;
Meta 12.3	Reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita. <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12.3.1 - (a) Índice de perdas alimentares e (b) Índice de desperdício alimentar;
Meta 12.4	Alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12.4.1 - Número de Partes em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante; ✓ 12.4.2 - Quantidade de resíduos perigosos gerados per capita e proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento;
Meta 12.5	Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12.5.1 - Taxa de reciclagem nacional, toneladas de material reciclado;
Meta 12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios. <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12.6.1 - Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade;
Meta 12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais. <ul style="list-style-type: none"> ✓ 12.7.1 - Número de países que implementam políticas de contratação pública e planos de ação sustentáveis;

Meta 12.8	Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. ✓ 12.8.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes;
Meta 12.a	Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo. ✓ 12.a.1 - Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita);
Meta 12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais. ✓ 12.b.1 - Aplicação de instrumentos contábeis padronizados para monitorar os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade do turismo;
Meta 12.c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas. ✓ 12.c.1 - Montante de subsídios aos combustíveis fósseis por unidade do PIB (produção e consumo);

Fonte: Adaptado de IBGE, 2019.

O Quadro 9 apresenta o progresso global do objetivo de desenvolvimento sustentável 12, com dados atualizados de 2019, sendo a primeira análise mundial e, as demais, por regiões dispostas nas colunas do quadro. Observa-se que mundialmente há uma alta taxa de consumo de material doméstico, por unidade do PIB, e uma clara deterioração com afastamento das metas determinadas para 2030.

A mesma situação ocorre com a América Latina e o Caribe. Salienta-se que somente na Europa e América do Norte há uma taxa baixa de consumo de material doméstico em relação ao PIB.

A seguir, apresenta-se um diagnóstico local, tendo como base a influência das ODS's 7, 9 e 12, na indústria, comércio e serviços nacionais e na região de Franca, interior do Estado de São Paulo.

Quadro 9: Progresso Global do ODS 12 em 2019.

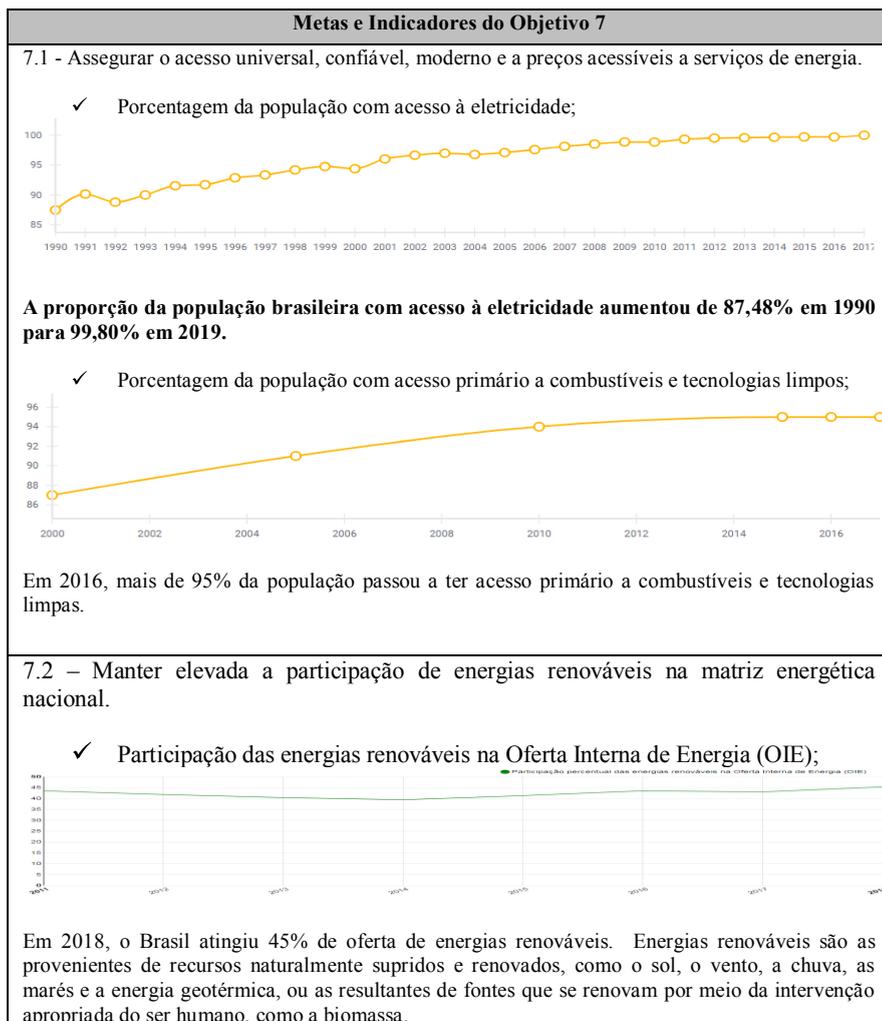
META	Mundo	África Subsaariana	Norte da África e Oeste da Ásia	Ásia Central e do Sul	Leste e Sudeste da Ásia	América Latina e Caribe	Austrália e Nova Zelândia	Oceania*	Europa e América do Norte
12.2 – Reduzir o consumo de material doméstico por unidade do PIB	Taxa alta	Taxa muito alta	Taxa alta	Taxa muito alta	Taxa muito alta	Taxa alta	Taxa moderada	Taxa muito alta	Taxa baixa

* Excluindo Austrália e Nova Zelândia

LEGENDA
 Meta atingida ou provável de ser alcançada em 2030/progresso substancial.
 Progresso considerável, mas a aceleração é necessária.
 Progresso limitado.
 Afastando-se da meta/deterioração.
 Não há dados de tendências disponíveis.
 Dados insuficientes/não aplicável.

Fonte: ONU, 2019.

Quadro 10: Metas definidas no Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível e seus Indicadores no Brasil



Fonte: Adaptado de IBGE, 2019 e ONU, 2020.

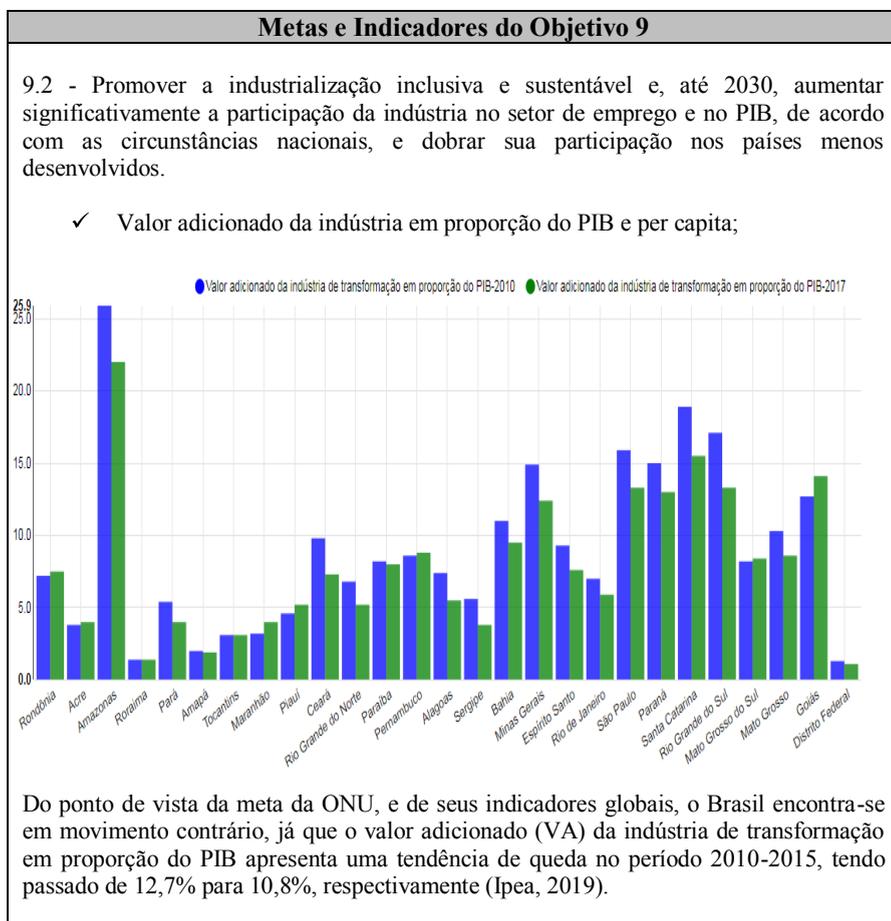
5.3 Diagnóstico local

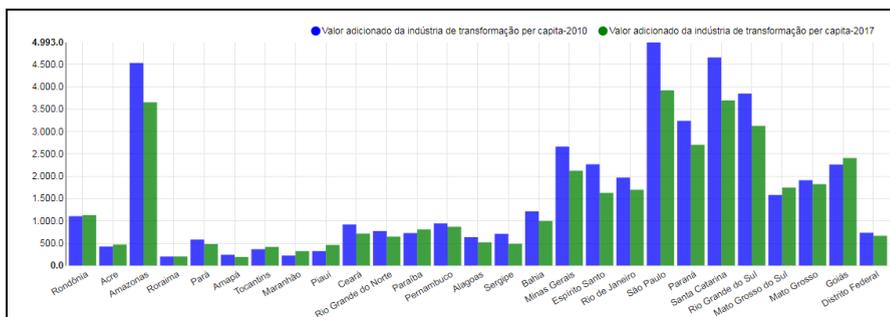
A partir das metas e dos indicadores definidos para a comparação da situação mundial dos países foram compiladas séries históricas de dados nacionais que podem ser consultadas no site da

ONU e do IBGE. Para ilustrar a importância do acompanhamento dos dados para a indústria, comércio e serviços, disponibiliza-se nos quadros abaixo os dados dos objetivos 7 e 9. O Quadro 10 apresenta as metas definidas para o objetivo de desenvolvimento sustentável 7 que possuem indicadores com metodologias definidas e dados disponíveis do Brasil.

O Quadro 11 apresenta as metas definidas para o objetivo de desenvolvimento sustentável 9 que possuem indicadores com metodologias definidas e dados disponíveis do Brasil.

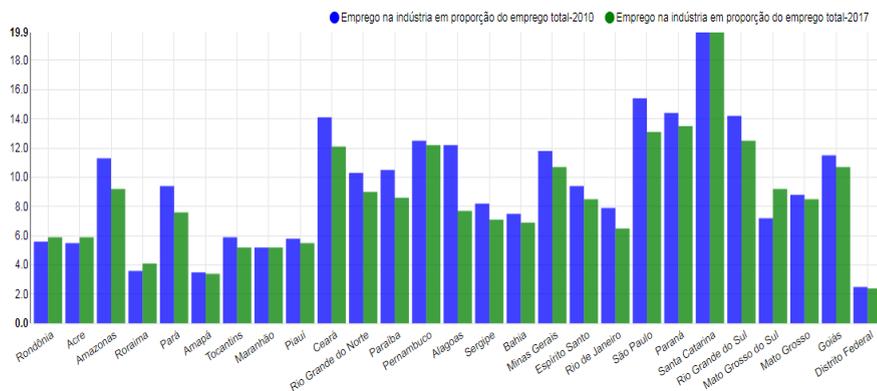
Quadro 11: Metas definidas no Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura e seus Indicadores no Brasil





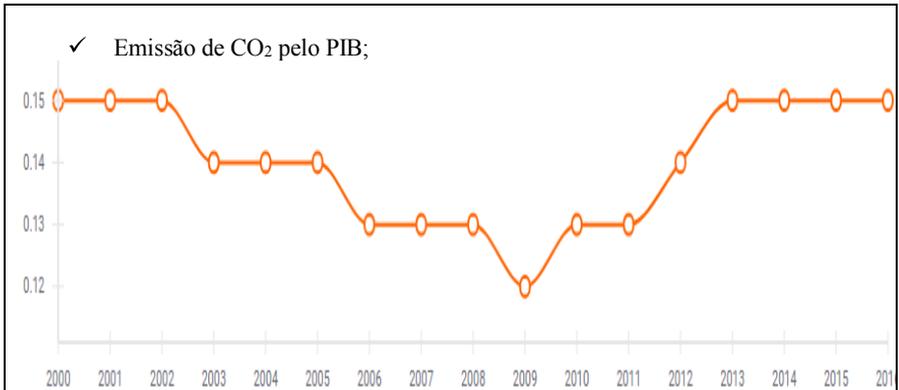
Os dados de VA da indústria *per capita* mostram que também houve uma redução do VA da indústria em relação à população do país no período, passando de R\$ 2.592,00 *per capita*, em 2010, para R\$ 2.169,00 *per capita*, em 2015 (valores constantes de 2010), ainda que tenha tido crescimento em 2011 (sendo de R\$ 2.627,00 *per capita*), os anos seguintes foram de queda até chegar, em 2016, a R\$ 2.057,00 *per capita* (Ipea, 2019).

✓ Emprego na indústria em proporção do emprego total;



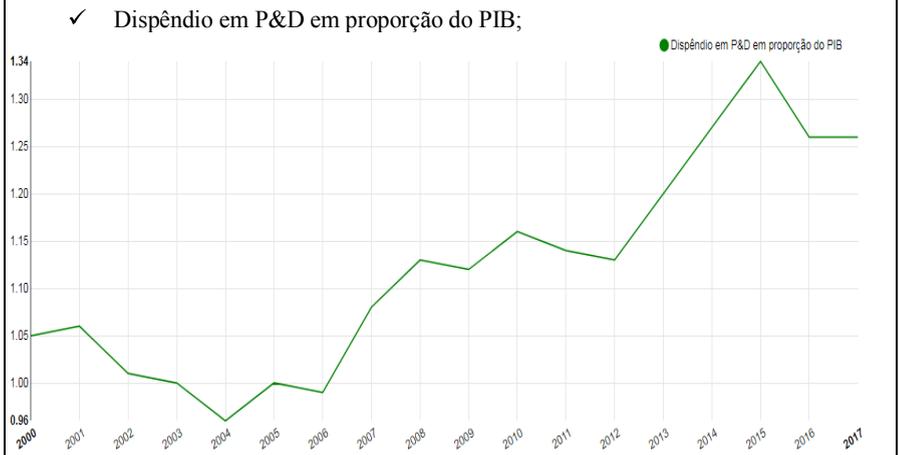
O emprego na indústria em proporção do emprego total também se reduziu no período 2010-2015, tendo passado de 11,8%, em 2010, para 11%, em 2015. Depois de ter se mantido estável pelo período 2010-2013, a queda de participação teve início em 2014, quando passou para 11,3%. Em 2016, o emprego na indústria se manteve em queda, tendo sido de 10,6%, segundo as estimativas do Ipea, 2019.

9.4 - Modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.



O indicador global mostra que o Brasil aumentou a emissão de dióxido de carbono pelo PIB no período 2010-2015, tendo passado de 0,133%, em 2010, para 0,149%, em 2015 e assim se manteve em 2016.

9.5 - Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.



A análise da meta mostra que o dispendio em P&D em proporção do PIB passou de 1,16%, em 2010, para 1,27%, em 2016, porém ainda é baixo se comparado com países de primeiro mundo.

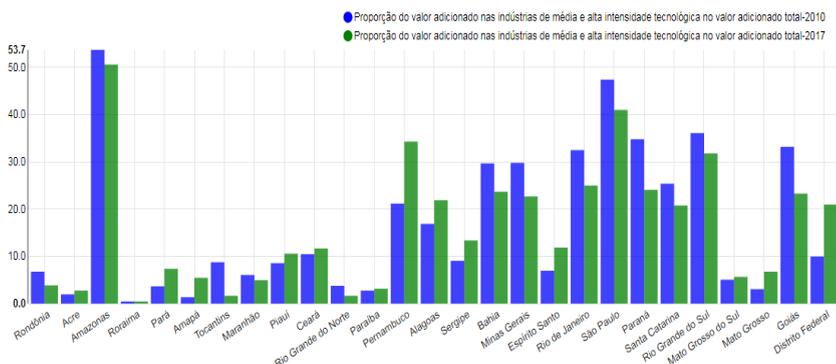
✓ Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes;



Há uma tendência de crescimento da quantidade de pesquisadores por milhão de habitantes que tem se mantido desde a série histórica de dados.

9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

✓ Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total;



A proporção do VA nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no VA total declinou após 2013. Em 2010, essa proporção era de 36,6%, tendo a porcentagem mais alta em 2013 (37%), passando para 34,5%, em 2014 e a 30,7%, em 2015.

9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e

comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

✓ Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia;



Em 2017, 95,83% da população estava com uma rede de cobertura móvel de pelo menos 2G.

Fonte: IPEA, 2019; IBGE, 2019 e ONU, 2020.

Cabe salientar que as metas definidas no ODS 9 são de grande importância para a indústria, o comércio e serviço, e estão intrinsecamente associadas à tecnologia e inovação e ajudam a manter a competitividade dos diversos setores. Assim, a inovação pode ser caracterizada como um processo complexo de experimentação e que ocorre, em geral, em contextos dinâmicos e sob grande incerteza. Neste processo de tentativa e erro, a continuidade, o aprendizado e o acúmulo de competências são aspectos centrais. Hoje ela é resultado muito mais de processos contínuos e estruturados realizados dentro das empresas - nos mais diversos setores - do que de lampejos individuais. A estrutura produtiva, as condições de produção de conhecimento (recursos físicos, humanos e financeiros) e os desafios colocados a cada tempo, podem ser entendidos como fatores determinantes da evolução tecnológica. (MIGUEZ et al. 2018).

A cidade de Franca, localizada no interior do estado de São Paulo, divisa com o Estado de Minas Gerais é sede da Região Administrativa de Franca. A região é composta por dezessete municípios, sendo eles: Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, **Franca**, Guará, Igarapava, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.

Segundo dados do Governo do Estado de SP, a Região possui 747.038 habitantes, que corresponde a 1,13% da população do estado de SP. O PIB da região, em 2015, era de R\$ 17,7 bilhões,

representando 0,9% do PIB do Estado, colocando a região em 25º lugar entre as regiões com maior PIB do estado.

Outro indicador representativo da economia da região é o Valor Adicionado Bruto (VAB). Segundo Pessoa (2017), VAB é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviço) acresce ao valor final de tudo que foi produzido na região, sendo o PIB a soma dos VAB's setoriais e dos impostos. Na região de Franca, conforme apresentado nas Figuras 1 e 2 o setor de serviços e comércio são os principais geradores econômicos. São apresentados os valores referentes aos anos de 2015 e de 2017, podendo-se observar pequenas variações como: setor de serviços + comércio apresentando um pequeno aumento de 0,67%; setor industrial com redução de 3,90%; setor agropecuário com aumento de 3,33%.

O setor de serviços, conjuntamente com a atividade de comércio, é o maior gerador de empregos na economia brasileira. Estes setores, juntos, são responsáveis por mais de 70% do total das ocupações no Brasil. Segundo o IBGE (2020), o setor de serviços abrange a administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais; informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; os serviços domésticos; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e correios; e outros serviços.

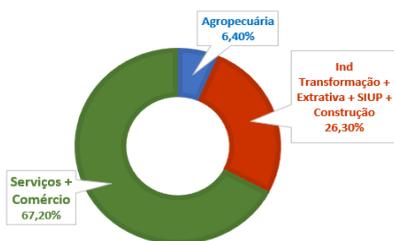


Figura 1 - VAB por setor da economia - DR de Franca (Fonte: FIESP, 2015)

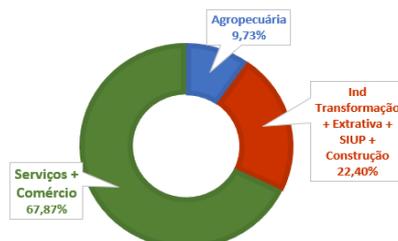


Figura 2 - VAB por setor da economia - DR de Franca (Fonte: IBGE, 2017)

Tal fato, também pode ser evidenciado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (MTE). Em 2016 a região possuía 147.867 pessoas empregadas no setor formal, sendo o setor de

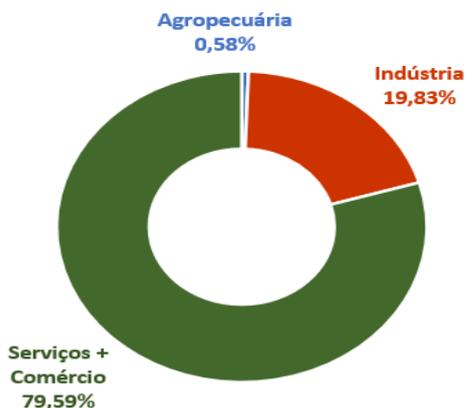
comércio e serviços o responsável por 57,7% dos empregos, seguidos da indústria e da agricultura, com 34,8% e 7,5% respectivamente (Figura 3).

Figura 3 - Emprego Formal por Setor da Economia - (Fonte: RAIS - MTE, 2016)



A realidade apresentada para a Região Administrativa de Franca está fortemente influenciada pelo desenvolvimento da cidade de Franca, que possui uma população estimada de 353.187 pessoas com PIB de R\$ 9,409 bilhões. (IBGE, 2017). O VAB dos setores econômicos da cidade diferem dos valores da Região Administrativa, porém apresentam semelhanças, indicando que o setor de serviços e comércio corresponde a 79,59% do VAB, seguido da indústria, com 19,83% do VAB e da agropecuária, com 0,58% do VAB (Figura 4).

Figura 4 - VAB por setor da economia - DR de Franca (Fonte - Adaptado IBGE 2017)



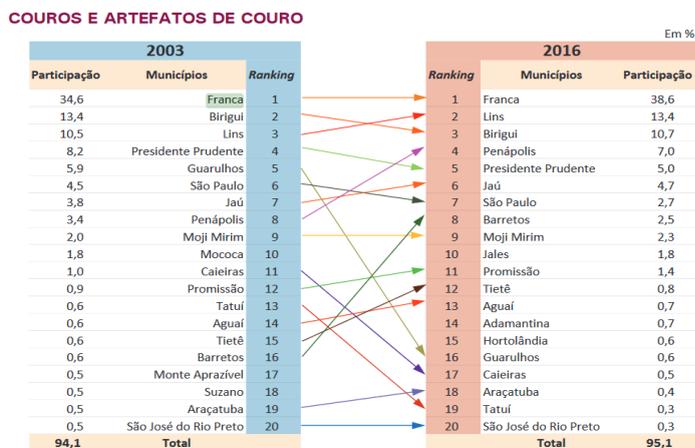
No estudo de Veríssimo e Saiani (2019) foi averiguada a importância das participações da indústria e dos serviços no PIB para o crescimento econômico dos municípios brasileiros. As evidências obtidas sinalizam que, a indústria é relevante para explicar o crescimento, porém, os serviços apresentam efeitos médios superiores, o que sugere uma maior importância deste setor como motor do crescimento para os municípios brasileiros. Para as análises por faixas de PIB *per capita* médio, deve-se destacar que, nos municípios de renda mais baixa, o papel da indústria para o crescimento é mais importante do que o dos serviços. Já nos municípios com níveis de renda mais elevados, os serviços possuem efeitos médios superiores sobre o crescimento econômico, o que está em consonância com evidências internacionais de países com níveis distintos de desenvolvimento. As evidências sugerem, ainda, que, nos municípios com níveis mais baixos de renda, a especialização da produção municipal nos serviços ou na indústria não resulta em impactos positivos sobre o crescimento econômico, ao passo que, nos municípios de renda mais elevada, a especialização em um dos setores é relevante para o crescimento. Os autores consideram que, levando em conta os resultados observados no referido estudo e argumentos da literatura econômica, vale destacar que políticas voltadas ao setor industrial são relevantes para estimular o crescimento econômico, sobretudo, em economias (municípios) com níveis mais baixos de renda. Porém, o setor de serviços deve ser pensado como um setor estratégico, cuja modernização e sofisticação parece contribuir para aumentar a competitividade de outros setores.

A necessidade de desenvolvimento econômico da região foi identificada e, em maio de 2019, o governo anunciou onze polos de desenvolvimento econômico com pacotes de benefícios setoriais para a indústria. A criação dos polos tem por objetivo fomentar e incentivar o aumento da produtividade da indústria, levando o desenvolvimento e geração de emprego e renda para a região. Nesse contexto, a cidade de Franca foi identificada como sendo detentora de quatro polos de desenvolvimento, sendo eles: Saúde e Fármacos; Químico, Borracha e Plástico; Couro e Calçados; Tech (Agritech, Aeroespacial, Serviços Tecnológicos). (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2019).

Apesar de não possuir o setor industrial como fonte principal

de sua economia, a cidade se destaca pela indústria de Couros e Artefatos de Couro. De acordo com o SEADE (2019), que analisa dados de 2003 a 2016, a cidade de Franca ocupa o primeiro lugar no estado na industrialização de produtos de couro e seus artefatos. Essa determinação decorre de uma metodologia baseada no rateio, pelos municípios paulistas do Valor da Transformação Industrial (VTI) das atividades industriais divulgadas anualmente pelo IBGE, a partir da Pesquisa Industrial Anual – PIA. O VTI é obtido pela diferença entre o valor bruto da produção industrial (VBPI) e o custo com as operações industriais (COI). A Figura 5 apresenta a participação dos municípios no Valor da Transformação Industrial – VTI no estado. Destaque para a cidade de Franca que se mantém em primeiro lugar desde o ano de 2003, no setor de couros e artefatos de couro.

Figura 5 - Participação dos municípios no Valor da Transformação Industrial - VTI (Fonte: SEADE, 2019).



5.3.1. Pontos fracos e ameaças

Considerando a necessidade das empresas de aumentarem sua competitividade em um mercado cada vez mais globalizado, as questões relativas ao comércio internacional têm assumido uma relevância cada vez maior no debate econômico nacional e, dentro desse contexto, pode-se identificar a importância de estudar setores da economia brasileira que tenham possibilidade de elevar o volume das

vendas externas, em especial aqueles setores da indústria que tenham por característica a utilização de mão-de-obra intensiva, como é o caso da cadeia coureiro-calçadista.

O incremento das exportações desse setor é relevante não apenas para melhorar os resultados das contas externas do país, como também para reduzir as taxas de desemprego. Entretanto, as empresas de Franca/SP não possuem um controle sobre suas vendas externas e possuem dificuldade de contato direto com os clientes no mercado internacional, resultando em uma posição de fragilidade perante os representantes das grandes companhias distribuidoras internacionais de calçados. Estes impõem aos fabricantes o modelo a ser produzido, o preço por unidade e a quantidade a ser comercializada. E, a cada elevação do dólar, na impossibilidade de as empresas cumprirem as condições estipuladas, esses representantes levam seus pedidos para outros países que as possam cumprir, como a China, na atualidade.

A alteração dessa realidade passa pela diversificação de mercados, pela adoção de novas formas de colocação do produto no mercado internacional, assim como pela utilização de marcas e canais próprios de distribuição. No sentido de facilitar e acelerar tal processo, a intervenção de órgãos de apoio às exportações, o trabalho da universidade e o próprio desenvolvimento do arranjo produtivo local talvez sejam os caminhos mais adequados para mudar a realidade atual. (MACHADO NETO; ALMEIDA, 2008).

No estudo de Carmo e Ortigoza (2016) são apresentadas as dinâmicas da relação comércio-indústria, destacando o caso do Arranjo Produtivo Local calçadista de Franca (SP). A análise da evolução do APL possibilitou identificar que o seu bom desempenho no comércio contribuiu para seu desenvolvimento e sua consolidação, pois foi somente a partir da conquista gradativa dos mercados local, regional, nacional e internacional que houve sua evolução, fato que evidencia a necessidade de elevar a relação entre todos os agentes envolvidos na cadeia de valor do produto, cujo investimento direcionado aos outros setores, além do produtivo, por parte das indústrias, ainda é muito pouco. No caso de Franca, percebe-se que o desenvolvimento promovido pelo APL é apenas em nível econômico, sendo este alcançado apenas pelos detentores da produção, embora se entenda que os comerciantes locais também apresentam desenvolvimento econômico, mas não em função da relação com as

indústrias locais.

O Quadro 12 apresenta os pontos fracos associados às dimensões econômica, social e ambiental discutidos com os especialistas e proveniente das fontes de pesquisas secundárias.

Quadro 12: Pontos fracos associados às dimensões econômica, social e ambiental.

Pontos Fracos		
Dimensão Econômica	Dimensão Social	Dimensão Ambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gestão empresarial ineficiente • Ausência de estratégias coletivas para distribuição • Ausência de estratégias para aquisição de insumos • Distância entre indústria e varejo • Produto industrial de baixo valor agregado • Produto desenvolvido sem foco no cliente • Carência de investimentos em inovações tecnológicas • Baixa diversidade de produtos/serviços oferecidos • Oportunidades escassas para absorção de mão de obra especializada • Poucos canais para escoar a produção – feiras, etc. • Grupos informais sem recursos financeiros para empreenderem 	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura empresarial individualista • Governança desarticulada • Desmotivação para trabalhar na área coureiro calçadista • Ingresso precoce do jovem no mercado de trabalho • Carência de incentivos públicos nas áreas que empregam muito • Carência de mão de obra especializada • Estrutura insuficiente para capacitação nos bairros • Mão de obra desqualificada • Baixa capacitação e pouca oportunidade da mão de obra dos diversos setores • Informação dos programas de incentivo a empreendedores • Comércio/Serviço Informal (informalidade) • Inexistência de um diagnóstico vocacional para as diversas regiões do Município • Inexistência de uma política de incentivo maior ao empreendedorismo/autonomia • Grupos informais sem investimentos em capacitação para empreenderem • Ausência de planos para agrupar atividades e setores de objetivo comum • Inexistência de um diagnóstico vocacional para as diversas regiões do município • No comércio dos MEI convivemos com baixa escolaridade 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial poluidor por metais pesados do efluente gerado no setor coureiro e calçadista • Necessidade de busca por novas formas de curtimento que sejam menos agressivas ao meio ambiente • Controle da emissão de poluentes atmosféricos pelo setor industrial coureiro • Programas de P2 ou P+L dentro das empresas

Fonte: Adaptado de Fórum de Desenvolvimento Sustentável, 2010

Destacando-se a dimensão ambiental, deve-se observar que em relação à geração dos resíduos de Classe 1 (ricos em cromo trivalente e hexavalente), provenientes dos curtumes, fábricas de calçados e artefatos, este valor é muito preocupante, visto que Franca é responsável por mais de 11% do total desse tipo de resíduo gerado em todo o país, por isso, a importância singular de se implantar sistemas de gestão de resíduos. (ALVES e BARBOSA, 2013). Os resíduos sólidos e a escória produzidos durante os processos de fabricação de couro, quando descartados incorretamente em aterros sanitários, podem ser outra fonte potencial de exposição ao cromo. (LESNIEWSKA; GONTARSKA; ODLEWSKA-ZYLKIEWICZ, 2017).

Além dos problemas sociais/laborais associados a inadequada execução de suas etapas, os resíduos que contêm cromo causam significativos impactos ao meio ambiente, pois possuem alto poder de contaminação e bioacumulação. Caso sejam destinados de maneira inadequada, o cromo pode atingir o lençol freático, rios e reservatórios que servem de fonte de abastecimento das cidades. O resíduo disposto inadequadamente no solo favorece a permanência do cromo que pode ser absorvido pelas plantas que servirão de alimento ao homem, contaminando, também o ser humano (GIANNETTI et al., 2001).

Segundo Ananias e Pacca (2009), o resíduo atmosférico gerado nos curtumes não pode ser descartado sem tratamento, pois temos também a geração de odores, que ocorre especialmente na decomposição de matéria orgânica presente nos resíduos e efluentes, e a emissão de gases de efeito estufa proveniente dos aterros de disposição final dos resíduos. Uma das medidas para minimizar esses pontos deficitários das indústrias seria o incentivo da adoção de programas de P2 ou P+L dentro das indústrias de couro, seja por obrigações ambientais ou exigência de mercado, principalmente se o enfoque for a exportação do couro produzido. (ALVES e BARBOSA, 2013).

5.3.2. Pontos fortes e oportunidades

De acordo com Branquinho e Machado Neto (2017), a região administrativa de Franca é economicamente movida por ramos industriais variados como: calçados, confecções, moveleiros,

alimentícios, agroindústrias de açúcar e álcool, elétricos e fertilizantes. A vocação cultural da cidade de Franca é o Turismo de Negócios e Eventos, considerando o movimento em torno do setor coureiro-calçadista, principal fonte econômica da cidade.

No agronegócio, que é outro setor que movimentava a cidade, destaca-se a produção de café. Franca é uma referência regional também no setor terciário da economia, principalmente comércio e serviços, com ênfase para o seu parque universitário, que abriga renomadas instituições de ensino, além da presença do “Sistema S” (SENAI, SEBRAE, SESI E SENAC) que oferecem mais de 60 cursos, entre formação técnica, graduação e pós-graduação. A indústria de confecção de lingerie encontra-se em grande expansão, com mais de 100 empresas, entre micro e pequenas. No entanto, o destaque industrial ainda é o setor calçadista, que faz do município de Franca o principal centro de produção de calçado masculino do Brasil, concentrando 6% da produção nacional de calçados e exportando boa parte deste montante. (MACHADO NETO; ALMEIDA, 2008). O Quadro 13 apresenta os pontos fortes associados às dimensões econômica, social e ambiental discutidos com os especialistas e proveniente das fontes de pesquisas secundárias.

Quadro 13: Pontos fortes associados às dimensões econômica, social e ambiental.

Pontos Fortes		
Dimensão Econômica	Dimensão Social	Dimensão Ambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Arranjo Produtivo Local (APL) Coureiro Calçadista (forte, constituído e reconhecido) • Marca “Franca” forte ligada a qualidade do calçado • Cadeia produtiva coureiro-calçadista completa: fornecedores de insumos, serviços, máquinas e equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de instituições representativas • Oferta de programas de capacitação em gestão • Boa infraestrutura educacional • Oferta de cursos e treinamentos para qualificação mão-de-obra • Potencial para criação de novos cursos de qualificação • Oferta de mão-de-obra qualificada • Criatividade das famílias brasileiras em tempos de crise • Ampliação da participação 	<ul style="list-style-type: none"> • Boa infraestrutura básica: água, energia, saneamento • Separação de materiais reciclados gerados pelo comércio • Beneficiamento dos materiais, agregando valor por unidade de produto comercializado na cooperativa

<ul style="list-style-type: none"> • Potencial para criação de indústrias em vários setores • Boa infraestrutura tecnológica: serviços técnicos e ensaios laboratoriais • Aumento da Construção Civil Aumento substancial dos serviços Ex. Lingerie/conc. carro, grandes cadeias de supermercados 	<p>dos centros comunitários nos bairros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação gratuitos/aumento do número de vagas • Sistema “S”, Universidades, Fatecs e Etecs • Aumento ao acesso a novas tecnologias • Oferta abundante de recursos naturais • Parceria entre o setor público e instituições de ensino • Implantação de Méis e PAT • Ampliação da oferta de ensino superior e técnico • Localização privilegiada do Município • Feiras em geral: Feiras Livres, Feira do Produtor, Feiras de Artesanato 	
--	--	--

Fonte: Adaptado de Fórum de Desenvolvimento Sustentável, 2010

O incentivo à separação de materiais reciclados gerado no comércio é um ponto que deve ser valorizado no município. Para isso, a valorização da educação ambiental deve ser uma ação prioritária para aumentar, principalmente, a coleta seletiva. As cooperativas de materiais recicláveis já existentes na cidade são fatores favoráveis ao município, pois, além de gerarem renda a diversas famílias locais, a separação e destinação correta dos resíduos recicláveis faz com que os mesmos não sejam encaminhados ao aterro sanitário, reduzindo o volume de material descartado e aumentando a sua vida útil.

Quadro 14: Ações propostas associadas às dimensões econômica, social e ambiental.

Ações		
Dimensão Econômica	Dimensão Social	Dimensão Ambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver programas de capacitação da governança local • Incentivar e mobilizar diretores e gerentes para 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a formação, qualificação e diversificação da mão-de-obra • Criar centro de informação geral e tecnológica para a 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar ações de fiscalização e de incentivo às empresas que adequem seus efluentes aos padrões de tratamento estabelecidos • Modernizar os instrumentos de controle e fiscalização, agregando a

<p>participação em programas de capacitação em gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um planejamento estratégico para a indústria • Desenvolver programas de assessoria para melhoria do design de produtos • Criar estratégias mercadológicas em conjunto com os canais de distribuição/varejo • Criar selo de procedência, ex: “É de Franca”, “I.G. (Indicação Geográfica)” 	<p>indústria</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar profissionais na elaboração de projetos de acesso a recursos financeiros para inovações tecnológicas • Pesquisar as causas da desmotivação em trabalhar na área coureiro-calçadista • Criar programa “bolsa salário” para incentivar o jovem na continuidade do ensino profissionalizante • Criar programas de incentivos fiscais / tributários para os setores da indústria que empregam muito • Criar programas de incentivo ao primeiro emprego na indústria 	<p>eles tecnologia da informação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivos à pesquisa de utilização de outros curtentes na substituição do cromo, como por exemplo, o uso de taninos vegetais e sintéticos • O controle das emissões atmosféricas é outro problema ambiental importante e que deve ser resolvido pelo setor com geração de gás amônia, gás sulfídrico e compostos orgânicos voláteis que são prejudiciais a saúde de trabalhadores e população do entorno das indústrias • Incentivo a instalação de programas de P2 ou P+L dentro das indústrias de couro • Valorizar a Educação Ambiental como ação prioritária para aumentar a coleta seletiva • Incrementar as iniciativas de treinamento e incubação de indústrias processadoras de resíduos • Reduzir o volume de RSD Secos em aterro • Beneficiamento dos materiais recicláveis, temos: a instalação de moinhos para trituração de plásticos, agregando valor na tonelada de material vendido • Incrementar a cadeia produtiva, estimulando e fortalecendo o parque industrial para processamento de materiais recicláveis
--	--	---

Fonte: Fórum de Desenvolvimento Sustentável, 2010

5.3.3. Propostas de ações

O Quadro 14 apresenta as ações propostas associadas às dimensões econômica, social e ambiental discutidas com os especialistas e provenientes das fontes de pesquisas secundárias.

Como ações para melhorar as atividades associadas as cooperativas de recicláveis do município pode-se mencionar a melhoria do beneficiamento dos materiais recicláveis, como, por exemplo, a instalação de moinhos para trituração de plásticos, agregando valor na tonelada de material vendido.

Cabe salientar que todas as ações, dentro da dimensão social, foram delineadas com o intuito de melhorias na formação do recurso humano que estará envolvido nas atividades econômico, social e ambiental, as quais são indissociáveis para o bom trabalho dos gestores e das equipes multidisciplinares exigidas nas organizações.

Referências

ALVES, V. C.; BARBOSA, A. S. Práticas de gestão ambiental das indústrias coureiras de Franca-SP. **Gestão & Produção**, São Carlos, 2013. p. 883-898.

ANANIAS, E. A.; PACCA, S. A. Tecnologias Ambientais para Curtumes e sua Adequação como Projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). **Anais do 2º International Workshop Advances in cleaner production**, São Paulo, 20 a 22 maio 2009. p. 1-10.

B. Lesniewska, I. Jakubowska, E. Zambrzycka and B. Godlewska-Zylkiewicz, Turk. J. Chem., Selective Separation of Chromium Species from Soils by Single-Step Extraction Methods: a Critical Appraisal. **Water Air Soil Pollut.** V. 40, n.6, p. 933-943, 2017.

BRANQUINHO, R. P.; MACHADO NETO, A. J. Turbulências na lagoa azul: prospecção de cenários para o setor turístico de Franca (SP) e região, 2017-2021. **FACEF Pesquisa**, v. 20, p. 304-318, 2017.

CARMO, J. A; ORTIGOZA, S. A. G. As dinâmicas da relação entre comércio e indústria em Franca (SP). **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 37, p. 131-159, Aug. 2016.

CETESB. **Decisão de Diretoria nº 145/2010/P, de 11 de maio de 2010**. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). São Paulo, p. 13. 2010.

FÓRUM PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE FRANCA “Compartilhando Idéias e Somando Ações para o Desenvolvimento de Franca”, Franca-SP , 2019.

GANEM, R. S. Curtumes: aspectos ambientais. **Estudo: Consultoria Legislativa - Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**, 2007. p. 1-17.

GIANNETTI, B. F. et al. Nosso Cromo de cada dia: Benefícios e Riscos. **Revista de Graduação da Engenharia Química**, v. 6, p. 55-58, 2001.

GUPTA, U.G., CLARKE, R.E. Theory and applications Delphi technique: a bibliography (1975–1994) **Technol. Forecast. Soc. Change**, v.53, pp. 185-211, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 15/06/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Mil pessoas)**, 2020.

IPEA. **Cadernos ODS**. ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view

=article&id=34773. Acesso em: 15/06/2020.

IPEA. **Cadernos ODS**. ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34772. Acesso em: 15/06/2020.

MACHADO NETO, A J; ALMEIDA, F. C. A internacionalização da indústria calçadista francana. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 8, p. 88-111, Dec. 2008.

MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 389-415, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000200389&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 jun. 2020.

MIGUEZ, T. H. L. et al. Uma visão de política industrial para o Brasil: resultados a partir de uma proposta de matriz tecnológica. [s.l.]: [s.n.], [2018]. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/15703>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). SDG Country Profile. 2020. Disponível em: <https://country-profiles.unstatshub.org/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sustainable Development Goals Progress Chart 2019**. 2019. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/progress-chart.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PICCIN, J. S. **Resíduo sólido da indústria coureira como adsorvente alternativo de corantes**. 2013. 175 f. Tese (Doutorado em Engenharia Química). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS),
Ministério do Trabalho (MTE), 2016.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Governo de SP anuncia 11 polos de desenvolvimento econômico com pacote de benefícios**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/governo-de-sp-anuncia-11-polos-de-desenvolvimento-economico-com-pacote-de-beneficios/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

STOOP, M. L. M. Water management of production systems optimised by environmentally oriented integral chain management: case study of leather manufacturing in developing countries. **Technovation**, 2003. p. 265–278.

VERISSIMO, M. P.; SAIANI, C. C. S. Evidências da importância da indústria e dos serviços para o crescimento econômico dos municípios brasileiros. **Econ. Soc.**, Campinas-SP, v. 28, n. 3, p. 905-935, Dec. 2019.

CAPÍTULO 6 - O PAPEL DA ECONOMIA SOCIAL (SOLIDÁRIA) E DO COOPERATIVISMO COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DESTINADO À DIGNIDADE NA COMUNIDADE REGIONAL

Fabiano Prazeres¹
Marco Aurélio Bellato Kaluf²
Rodolfo Borges de Faria³

6.1 Contexto e proposta

A proposta lançada ao Grupo Técnico – GT 05 do projeto *Franca Sustentável, Agenda 2030*, foi a de analisar o cenário atinente à economia solidária⁴ e à forma cooperativa (Cooperativismo⁵), como ferramentas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) emanados da Organização das Nações Unidas (ONU), ora voltados ao desenvolvimento da região de Franca/SP.

De pronto, primeira constatação e que deve ser salientada, é a ausência de efetivo conhecimento pela sociedade civil e órgãos públicos quanto aos princípios e conceitos seja da Economia Social (Solidária) e do Cooperativismo, assim como, em relação à Academia, universidades francanas, não se nota aprofundamento e envolvimento notório no campo de pesquisas dessas áreas.

¹ Professor Titular da Universidade de Franca no Curso de Graduação em Administração e Tecnólogos, Professor por temporário da FATEC- Franca. Mestre em Desenvolvimento Regional Interdisciplinar, Especialista em Controladoria, Perícia e Auditoria Contábil, Especialista em Administração com Ênfase em Comércio Exterior.

² Diretor Associativismo e Cooperativismo do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Ambientais e Cooperativos (Ibepeac). MBA em Cooperativismo pela Fundace FEA/USP Ribeirão Preto e Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Unifacef. Coordenador da pós-graduação de Direito Cooperativo no Instituto do Cooperativismo Icoop (MT), professor de Cooperativismo no instituto de educação corporativa Pro-Fissa (MS)

³ Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP Franca/SP, graduado em Administração pela UNESP Jaboticabal-SP e funcionário do Banco do Brasil no departamento de concessão de crédito rural especializado em agricultura familiar.

⁴ Numa abordagem mais ampla e, propositalmente, também se engloba e se comporta o termo 'Economia Solidária' como abrangida no correlato à 'Economia Social', na mesma esteira que o observado em países como Portugal e Espanha.

⁵ Movimento Cooperativista da atualidade advém do modelo constatado e formulado no período pós Revolução Industrial, em 1844, por 28 operários (sendo um deles uma mulher), em sua maioria tecelões, que constituíram a Sociedade dos Probos de Rochdale (*Rochdale Quitable Pioneers Society Limited*), distrito de em Rochdale, cidade de Manchester, na Inglaterra, e que até hoje está em funcionamento. Essa sociedade foi a responsável por trazer a mundo os valores e princípios morais e de conduta que são considerados a base do cooperativismo autêntico.

Alia-se a isso outra constatação, que é a muito prematura a visualização e atitudes quantos aos ODS e 5 P's⁶ propostos pela ONU, por todas essas entidades e instituições.

Agentes econômicos tanto na forma cooperativa como os de acepção de economia social são constatados na região, mas o que se verifica é a quase ausente intercooperação e interação dos mesmos. Ou ainda, são ausentes também as interfaces com os demais agentes econômicos privados, sendo premente a perspectiva de que tais movimentos dependem de políticas públicas, o que os esvazia demasiadamente.

Para abordagem específica, neste primeiro estudo, ou seja, o devido enfrentamento dos temas, tomou-se como recortes: a) a relação com a segurança alimentar, fazendo uma análise da conjuntura da agricultura familiar no município de Claraval/MG e a influência na região de Franca/SP, e b) a possibilidade da inserção da cooperativa de reciclagem da cidade de Franca/SP (Cooperfran) como agente de centralização da logística reversa da região, utilizando a forma cooperativa, o que promoverá não somente o desenvolvimento sustentável da própria cooperativa, assim como consistirá que essa entidade seja o agente de difusão dos princípios e identidade cooperativista, além dos conceitos de desenvolvimento sustentável, contaminando de maneira positiva outras instituições francanas de que maneira que se juntem ao Movimento Cooperativista e tenham uma visão mais clara da Economia Social (Solidária).

6.1.1 A solidariedade econômica e o Cooperativismo.

É imenso o universo de cooperativas e atividades de empresariado solidário (social) no Brasil e muitos vistos em Franca/SP, indo muito além do propósito agropecuário ou de apoio a entidades de assistência, o que, por sinal não é primórdio nem mesmo objetivo do Cooperativismo, vez que se trata de modelo econômico social para liberdade econômica de cada pessoa, por meio de obra coletiva, autogestão e independência, sendo aspecto fundamental de

⁶ O propósito e lema para a Agenda 2030 é: 'Ninguém pode ficar de fora'. Nesse sentido, os ODS e diretrizes foram construídos contemplando as cinco áreas de importância crucial para a humanidade e o planeta: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

cidadania e dignidade humana, no Brasil, aliás, posto na Constituição Federal de 1988 como política pública, vide artigo 174, § 2º:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (...)

§ 2º **A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.** (Negrito nosso).

No Brasil, o Cooperativismo surge nos primórdios de 1860, tanto no Estado do Rio de Janeiro como em Minas Gerais, sendo grande sua participação na formação de economias regionais e estaduais em diversos entes da União Federal. São diversos os ramos de atividades, destacando-se Consumo, Crédito e Financiamentos, Agricultura, Transportes (humano e de cargas), Eletrificação, Habitação, Trabalho, Produção, sendo possível em qualquer modalidade econômica, sendo, atualmente, sendo destaque na união de pessoas por meio de cooperativas de plataformas digitais que unem em econômica coletiva, colaborativa, compartilhada, enfim, cooperativa, milhões de pessoas.

Inúmeras são as possibilidades e aplicações da tecnologia econômico cooperativa e empresariado social (solidário) no desenvolvimento da Região de Franca/SP, sendo que esses modelos, por princípios, já preenchem os requisitos tanto dos 5 'P's, como dos ODS da ONU.

O que se torna forte na concepção do GT 05 é a necessidade de interação dos agentes privados da indústria e comércio, bem como academia, com as cooperativas e entidades de economia social, estimulando não somente uma visão assistencial para com elas, mas sim uma visão negocial de auxílio mútuo com viés econômico e socialmente responsável, ou seja, sustentável.

Notória é a falta do estímulo à interação e intercooperação entre as entidades e cooperativas da região entre si próprias, o que, de per si, já será um '*jump start*' consistente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, ou seja, Sustentável.

Em relação às nuances dos modelos empresariais de Economia Solidária (Social) e do Cooperativismo, observa-se relevante número

de iniciativas locais no entanto, muitas vezes levadas a cabo com apoio de instituições comerciais, mas formas e fomento de empresariado social, ou seja, empresas com índole de responsabilidade social, que retornam lucros em reinvestimento na ação para a comunidade.

No Brasil é usual a denominação de Economia Solidária, contudo, em outros países (exemplo disso é Portugal), constitui-se como Economia Social, até mesmo para se elidir a suposição de apoio, favorecimentos e benesses governamentais ou estatais.

O foco do empresariado social é o reinvestimento do resultado lucrativo em prol do impacto positivo e desenvolvimento das comunidades aonde tais empresas funcionam e na mesma linha de princípios se tem a forma econômica cooperativa.

Como ventilado, as iniciativas locais atinentes à economia solidária, muitas vezes levadas a cabo com apoio de instituições comerciais, mas não são constatadas constituições em grande escala de empresas desses espectros econômicos.

No contexto global, ao longo dos últimos 150 anos, a Economia Social vem ganhando expressão e seus objetivos passam necessariamente pela solidariedade e pelo desenvolvimento integrado da comunidade e do Homem.

E nesse sentido, valiosa é a definição trazida pelo instituto Ethos⁷:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais⁷

E também se avalia o potencial flagrante de empreendedorismo social em Franca e região, mesmo porque é setor de empresariado que está em alta, e funciona pela iniciativa de empreendedores que enxergam as necessidades das outras pessoas, motivados pelo altruísmo.

O empreendedor social gera valor para a sociedade em

⁷ Fonte: <https://www.ethos.org.br/>. Consulta em 15 de maio 2020.

primeiro lugar. É dessa forma que busca atrair seu público, parceiros e oportunidades.

Vale citar algumas das principais características e competências dessa modalidade de empreendedor⁸:

- (i) São **focados na população de baixa renda**,
- (ii) Sabem fazer **gestão profissional** – é preciso ter uma gestão eficiente para o **sucesso do negócio**,
- (iii) Sabem **trabalhar de modo empresarial** para resolver **problemas sociais**,
- (iv) Têm **senso de solidariedade**,
- (v) São empáticos,
- (vi) São realizadores,
- (vii) Acreditam no **impacto social** relacionado à atividade principal,
- (viii) Se lançam em **inovação, adaptação e aprendizado contínuos**,
- (ix) São ousados e criativos, e
- (x) Têm senso de **responsabilidade tanto com seus públicos quanto com os resultados**.

Veja-se que a aplicação do empresariado social não se trata de assunção do modelo capitalista (liberal ou neoliberal) ou do modelo socialista, de partilha extrema e custeio estatal, mas sim de eficiência com a aplicação do modo empresarial, gestão profissional, para impacto social, ou seja, solução de problemas sociais. E toda essa estrutura é baseada no que se denomina solidariedade, que não se confunde com assistência, mas sim união de esforços e expertises. Nesse contexto, importante a visão do Professor Paul Singer⁹:

O Capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e liberdade individual. (...) A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

⁸ Fonte: <https://meusuccesso.com/artigos/empreendedorismo/5-exemplos-de-empreendedorismo-social-no-brasil-173/>. Consulta realizada em 10 de julho de 2019.

⁹ Introdução à Economia Solidária. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 66.

Já em relação ao cooperativismo, verifica-se a existência de sociedades cooperativas em consolidado funcionamento, sejam do Ramo Crédito (cerca de 8 instituições¹⁰ sediadas ou com área de ação na cidade de Franca e na região administrativa), assim como do Ramo Agropecuário (exemplo a Cocapec que tem sede na cidade, Ramo Habitacional (atualmente determinado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como cooperativa de infraestrutura), além de cooperativas de eletrificação rural (atualmente inativa) e, ainda, uma cooperativa de logística reversa e reciclagem (Coopefran).

O modelo econômico cooperativo é baseado em 7 (sete) princípios universais que são diretrizes pelas quais as cooperativas colocam seus valores em prática. São os princípios:

- (i) **Adesão voluntária e aberta:** as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de membros, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
- (ii) **Controle dos Membros Democratas:** as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus membros, que participam ativamente na definição de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres servindo como representantes eleitos são responsáveis perante os membros. Nas cooperativas primárias, os membros têm direitos iguais de voto (um membro, um voto) e as cooperativas em outros níveis também são organizadas de maneira democrática.
- (iii) **Participação Econômica dos Membros.** Os membros contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa: pelo menos parte desse capital é geralmente a propriedade comum da cooperativa. Os membros geralmente recebem uma compensação limitada, se houver, no capital subscrito como condição de associação. Os membros atribuem excedentes para qualquer um ou para todos os seguintes fins: desenvolver a sua cooperativa, possivelmente através da constituição de reservas, parte das quais, pelo menos, seriam indivisíveis; beneficiando os membros na proporção

¹⁰ Sicoob Credicocapec, Sicoob Credicoonai, Coopmil, Sicoob Credimogiana, Sicoob CrediAcif, Sicoob Cocred, Sicredi, Sicoob Coopluiza

- de suas transações com a cooperativa; e apoiar outras atividades aprovadas pelos membros.*
- (iv) **Autonomia e Independência:** *as cooperativas são organizações autônomas e de autoajuda controladas por seus membros. Se eles firmarem acordos com outras organizações, incluindo governos, ou levantarem capital de fontes externas, eles o fazem em termos que garantam o controle democrático de seus membros e mantenham sua autonomia cooperativa.*
 - (v) **Educação, Treinamento e Informação:** *as cooperativas fornecem educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, gerentes e funcionários, para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Eles informam o público em geral - particularmente jovens e líderes de opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação.*
 - (vi) **Cooperação entre cooperativas:** *as cooperativas servem seus membros de maneira mais eficaz e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto por meio de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.*
 - (vii) **Preocupação com a Comunidade:** *as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus membros.*

Por sua vez, empresas sociais e de economia solidária frente ao modelo usual de empresa mercantil, nas quais a ação comercial, abrangendo a **produção, distribuição, consumo**, crédito, dentre outros aspectos precificáveis, justifica-se e se realiza com fundamento em objetivos de desenvolvimento econômico de interesse comum e social, bem como sem a subvenção pública ou privada que caracterizam o terceiro setor.

É primordial se promover a análise dos modelos empresariais voltados ao retorno multidimensional do investimento, ou seja, além do lucro e que abranja as dimensões social, econômica, política, ambiental e cultural, como unidade de sustentabilidade negocial e finalidade do empreendimento.

A partir da contextualização histórica e do cenário atual nacional e internacional, avaliação das iniciativas empresariais e formas negociais de economia social e solidária, bem como a forma

econômica cooperativa, dentre os modelos de *fair trade*, consumo sustentável e preço justo, que se mostram, cada vez mais, presentes no âmbito da iniciativa e do desenvolvimento econômico nacional e mundial, seja micro, pequeno ou de grande porte.

A proposta é de avaliação crítica do modelo mercantil de empresa face aos modelos de auto-gestão e de resultado social, contemplando:

- (i) Aspectos atuais e conceitos de Economia Social e Solidária.
- (ii) Princípios da autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.
- (iii) Distinção do modelo econômico social em relação ao Terceiro Setor, bem como frente à gestão pública e assistência social.
- (iv) Características para enquadramento no conceito de empresa social, independência quanto à forma jurídica assumida.
- (v) Conceito da atividade de empresa social como instituição cuja função institucional promove o equilíbrio social.
- (vi) O modelo e a forma econômica cooperativa como paradigmas para consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável e que abrangem a produção, distribuição, consumo, poupança e crédito.
- (vii) Modelos econômicos voltados aos ODS da Agenda ONU 2019/2030.
- (viii) Comércio justo (*fair trade*), consumo colaborativo, sustentável e cooperativo.
- (ix) Financiamento de propostas econômico sociais e sustentáveis.
- (x) Reinvestimentos de lucros na obtenção de desenvolvimento econômico.
- (xi) Investimentos de impacto social e participação empresarial nos aspectos de evolução e continuidade social, econômica, cultural e ambiental.
- (xii) Empreendimentos econômicos solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).
- (xiii) Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).
- (xiv) Organização de atividades econômicas por meio da autogestão, caracterizada pela autonomia de cada unidade ou empreendimento, e pela igualdade entre os seus membros.

6.2 Objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS's) abordados

Diante da importância da união da forma cooperativa em logística reversa, neste primeiro momento, e a agricultura familiar, o GT 05 propôs-se a caracterizar os impactos sócio econômicos possíveis a partir da aplicação e impulsão da cooperativa de reciclagem, por meio da intercooperação com as demais cooperativas da região, para que seja o agente logístico do plano de resíduos do município.

Em recente notícia, publicada pelo Jornal da Franca¹¹, na data de 19 de julho de 2020, se demonstra a capilaridade das possibilidades que de implementação de ODS's 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e produção Responsáveis).

A seguir se transcreve trechos da comentada notícia:

Franca: acordo ambiental traz avanço importante para política de resíduos sólidos. Retorno da coleta seletiva deve acontecer em agosto. Cooperfran passa por melhorias (Postado em: 18/07/2020 às 07:00 em Cotidiano)

Uma ação integrada possibilitou que fosse concretizado em Franca um importante acordo ambiental, que entra para a história da política socioambiental do Município. Porém, para isso, foi necessária a união de todos os segmentos existentes no Município, de acordo com o promotor de justiça, Paulo César Corrêa Borges. Segundo ele, Franca deu importante passo nas políticas públicas de resíduos sólidos com as melhorias necessárias nas instalações do Centro de Reciclagem da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran), que possui 40 trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. (...) Além disso, na logística reversa os trabalhadores da Cooperativa deverão ser incluídos pelo Município na PSA - prestação de serviços ambientais, que é revertido para o beneficiamento ambiental, pela reciclagem. Em

¹¹ Disponível no sítio de internet: <http://www.jornaldafranca.com.br/acordo-ambiental-traz-avanco-importante-para-franca-na-politica-de-residuos-solidos>. Consulta em 19.7.2020.

Franca isto não acontece, diferente de outros municípios no país. O PSA garante remuneração aos trabalhadores já que o trabalho exercido por eles precisa ter contraprestação, como todos os serviços prestados são remunerados.(...) (Negritos nossos)

Por outra mão, a faceta da agricultura familiar, baseada nos princípios do cooperativismo, com a organização nessa forma econômica, bem como baseada nos pilares da economia social (solidária), gera gerando para os produtores desenvolvimento palpável, isso tendi sido observado em Claraval/MG, bem como reverte no fornecimento de alimentos na merenda escolar no município de Franca/SP. A partir do contexto da agricultura familiar no município de Claraval/MG, a transformação produtiva pela qual parte dos produtores familiares do município passaram a partir do ano de 2013.

Logo, a proposta dada ao GT 05, também aborda o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) com os demais ODS's tratados nesse estudo (8, 10, 11 e 12), os quais, em muitas nuances, inter-relacionam-se.

Em idos da Pandemia do Covid-19, com a emergência nacional decretada em 16 de março de 2020, tendo-se visto quarentenas e suspensão e atividades comerciais e industriais, no que tange ao combate à fome e a miséria e a preocupação com a segurança alimentar da população, a articulação de programas de políticas públicas e a injeção de recursos financeiros por parte do estado se demonstram fundamentais, e a merenda escolar, importante ferramenta de segurança alimentar para uma grande parte da população, passa a ter importância fundamental para a garantia do direito constitucional à alimentação saudável. Portanto, o estímulo à produção familiar de alimentos, em especial alimentos saudáveis como o da produção orgânica torna-se fundamental para o combate à fome e a miséria em tempos de crise e pandemia.

Para alcançar os objetivos, aplicou-se ferramentas para: pontuar os motivos das transformações produtivas ocorridas no município, averiguar se há relação entre o processo de integração para escoação da produção (associativismo e cooperativismo) e a implantação da produção orgânica, os impactos sociais na geração de renda para os produtores que participaram desses processos e as

perspectivas futuras desses processos para a merenda das escolas públicas no município de Franca/SP.

Também, insta avaliar as nuances dos modelos de Economia Solidária (Social) e Cooperativo como aptos e bastante aptos à implementação dos ODS 2030, mesmo porque modelo que se coaduna perfeitamente aos propósitos dos 5 'P's (pessoas, planeta, prosperidade, paz, parceria), sobre os quais se embasa a Agenda 2030.

6.3 Diagnóstico local (Pontos fracos e ameaças)

A partir da eclosão da pandemia do Covid-19, grande parte da população ficou mais vulnerável a condições de vida de pobreza e miséria. No estado de São Paulo, por determinação do governador, todas as escolas foram fechadas e os alunos reclusos em suas casas. No que tange aos alunos da rede pública de educação, a secretaria de assistência social e a secretaria de educação do município de Franca, relatam um grande aumento nas condições de vulnerabilidade social em função de uma grande quantidade de alunos dependerem da merenda escolar para se alimentar dignamente.

Por um lado, a falta da alimentação proporcionada pela merenda escolar, permitiu com que um grande contingente de pessoas entrasse para situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, por outro lado uma grande quantidade de produtores rurais familiares (a camada mais populosa no campo), se encontra com a produção parada ou estocada nas propriedades e necessitam da venda desses produtos para também não entrarem em situação de vulnerabilidade social.

Em relação às entidades existentes na região de Franca/SP, não se verifica a constituição de um foro composto pelas lideranças ou partícipes das cooperativas locais, muito mesmo o exercício do princípio de intercooperação entre cooperativas, além do sétimo princípio que é o interesse pela comunidade.

Tal como demonstrado na matéria do Jornal da Franca de 18/7/2020, acima comentada, e abordagem deste estudo, houve nesse contexto, também o impacto na Cooperfran, seja na coleta dos resíduos que são os insumos de sua produção, seja com a própria paralisação.

Investimentos de impacto e investimentos éticos são difíceis de serem identificados, mas podem ser operados por meio de suporte

das entidades existentes e, aqui se vislumbra uma união não somente das sociedades cooperativas existentes, em prol do desenvolvimento de seus objetos econômicos, por exemplo, cooperativismo de crédito financiando cooperativismo habitacional e de infraestrutura de energias renováveis, bem como com o descarte e logística reversa de resíduos exclusiva para a cooperativa de reciclagem, tendo-se compra da reciclagem por cooperativas agropecuárias, dentre inúmeras possibilidades.

Mas não se trata somente do modelo cooperativo interagindo entre si e com as demais entidades do empresariado apenas solidário ou social, mas sim se compõe de grande possibilidade de fomento e forte engajamento de todo empresariado, em conjunto com as universidades, escolas, entes públicos, de maneira a otimizar recursos e manter o ciclo de produção, venda e reversão de resíduos, com sustentabilidade efetiva, ou seja, consciência e ética social aplicada em atuação econômica com respeito e integração com o meio ambiente (conceito de *three bottom line*).

6.4 Pontos fortes e oportunidades

Os produtores familiares do município de Claraval/MG continuam a produzir e escoar seus produtos em mercados regionais nos municípios vizinhos, porém a maior parte da produção dos agricultores associados eram destinados para o mercado institucional do PNAE. Em alguns casos, há relatos de doações de alimentos por parte desses agricultores à instituições beneficentes, por conta da perecibilidade do produto.

Portanto há capacidade produtiva e o PNAE ainda está ativo, ou seja, existe recurso para a aplicação do programa e ele continua direcionado para os municípios e estados para a compra da merenda. O que falta é fazer com que o alimento chegue à população que antes o acessava através da merenda escolar na rede pública de educação.

No que toca ao cooperativismo e desenvolvimento da economia solidária na região, tem-se, por certo, que o *'jump start'* para que a Cooperfran, por exemplo, seja um agente de modificação social e de difusão dos fundamentos desses conceitos para toda a sociedade francana, tornando-se importante vetor na demonstração de que os ODS' propostos são viáveis por meio de sua interação com a

sociedade.

Muito dos agentes públicos já detêm uma visão maior da importância da política de resíduos sólidos, sendo necessário se mostrar aos agentes econômicos do comércio, indústria e agricultura que a logística reversa é fator de modificação e impacto social. Enfim, simplesmente, se tais agentes econômicos destinarem diretamente à Cooperfran, os resíduos sólidos que produzem, já se terá uma impulsão do desenvolvimento em relação a essa entidade, bem como entorno com o qual se relaciona, podendo se expandir para muitos mais trabalhadores, e em dimensões impensáveis no momento.

Na Cooperfran, por exemplo, poderá ser requisitado ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, cursos de capacitação que vão desde a alfabetização até a gestão profissional, dentre outros inúmeros que já existem e que são usufruídos por meio das demais cooperativas de Franca/SP. Como breve exemplo da gama de formação promovida pelo Sescoop/SP, abaixo se reproduz parte das listagens de cursos¹²:

COOPERATIVISMO	
CURSO COOPERATIVISMO	
CURSO ASSEMBLÉIA GERAL	
CURSO CONSELHO FISCAL	
CURSO CONSELHO ADMINISTRATIVO	
CURSO DIREITO COOPERATIVISTA	
CURSO PROCEDIMENTOS ASSEMBLEARES	
CURSO ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL	
CURSO ATITUDE EMPREENDEDORA NO COOPERATIVISMO	
CURSO INTERCOOPERAÇÃO	
CURSO ADMINISTRAÇÃO DE COOPERATIVAS NOS TEMPOS ATUAIS	
CURSO ESTRATÉGIAS DE EMPRESAS COOPERATIVAS	
CURSO SUCESSÃO COOPERATIVISTA	
PALESTRA INTRODUÇÃO AO COOPERATIVISMO	
PALESTRA GOVERNANÇA COOPERATIVISTA	

¹² Listagem completa está disponível no site:

http://www.sescoosp.org.br/sms/files/catalogo_de_acoos_gdh_2020-sescoosp.pdf. Consulta em 19.7.2020.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA	
CURSO MULTIPLICADOR DE CONHECIMENTO	
CURSO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
CURSO LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – LNTD	
CURSO METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE JOGOS EMPRESARIAIS	
CURSO GESTÃO DO CONHECIMENTO	
CURSO DESENHO INSTRUCIONAL PARA E-LEARNING	
CURSO CONHECENDO LMS (LEARNING MANAGEMENT SYSTEM)	
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E APRENDIZAGEM	
CURSO UNIVERSIDADES CORPORATIVAS	
CURSO APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	
CURSO METODOLOGIAS DE TREINAMENTO	
CURSO FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM EAD	
CURSO ANDRAGOGIA	
CURSO DESIGN INSTRUCIONAL	
PALESTRA EDUCAÇÃO CONTINUADA – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPE.....	

ADMINISTRAÇÃO GERAL.....

CURSO ROTINAS ADMINISTRATIVAS	
CURSO TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS	
CURSO O, S & M – ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	
CURSO PROGRAMA 5 S/HOUSEKEEPING	
CURSO ESTRUTURAÇÃO E REALIZAÇÃO DE REUNIÕES ASSERTIVAS	
CURSO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	
CURSO ESTUDO DE VIABILIDADE DE NEGÓCIOS	
CURSO CULTURA ORGANIZACIONAL	
CURSO GESTÃO DA INOVAÇÃO	
CURSO PLANO DE NEGÓCIOS	
CURSO EMPREENDEDORISMO	
CURSO GESTÃO DO TEMPO	
CURSO GESTÃO DA MUDANÇA	

DESENVOLVIMENTO HUMANO

CURSO COACHING E FEEDBACK	
CURSO ETIQUETA EMPRESARIAL E MARKETING PESSOAL	
CURSO TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO	
CURSO TRABALHO SOB PRESSÃO	
CURSO ÉTICA	
CURSO INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	
CURSO JORNADA EMOCIONAL - AGREGANDO VALOR COM AS CINCO COMPETÊNCIAS EMOCIONAIS	
CURSO TRABALHO EM EQUIPE E COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL	
CURSO FORTALECIMENTO DE EQUIPES (MÉTODO VIVENCIAL)	
CURSO RELAÇÕES INTERPESSOAIS	
CURSO PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA	
CURSO REDAÇÃO EMPRESARIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	
CURSO COMO FALAR EM PÚBLICO	
CURSO CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO	
CURSO COMUNICAÇÃO ASSERTIVA	
CURSO TOMADA DE DECISÃO	
CURSO FOCO NO RESULTADO	
CURSO NEUROINOVAÇÃO	
CURSO JOGOS EMPRESARIAIS - MÉTODO VIVENCIAL	
PALESTRA COMUNICAÇÃO	
PALESTRA PRODUÇÃO DE TEXTOS	
PALESTRA REVISÃO GRAMATICAL	
PALESTRA TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO	
PALESTRA ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS	
PALESTRA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL APLICADA NO TRABALHO	
PALESTRA ETIQUETA COMPORTAMENTAL EM EVENTOS CORPORATIVOS E SOCIAIS	
PALESTRA APRESENTAÇÃO PESSOAL	
PALESTRA ARTE DE DESENVOLVER PESSOAS	
PALESTRA ÉTICA EMPRESARIAL	
PALESTRA ETIQUETA EMPRESARIAL	
PALESTRA FEEDBACK	
PALESTRA MARKETING PESSOAL	
PALESTRA MOTIVACIONAL	
PALESTRA EQUILÍBRIO FÍSICO E EMOCIONAL ATRAVÉS DA NEUROCIÊNCIA	

LIDERANÇA.....

CURSO LIDERANÇA	
CURSO DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES	
CURSO LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO DE EQUIPES	
CURSO LIDERANÇA SITUACIONAL	
CURSO PIPELINES DE LIDERANÇA - DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES	
CURSO LIDERANÇA SERVIDORA	
CURSO EQUIPES E MOTIVAÇÃO	

Basta uma apresentação, aonde se vislumbra a atuação da Academia para proporcionar apoio intelectual de gestão, Poder Público para que visualize que a interação e intercooperação dos agentes econômicos é extremamente benéfica (isso foi flagrante conforme exemplo visto pelo Ministério Público com o Termo de Ajustamento – TAC firmado em 18.7.2020), hoje sujeitos à coleta pública geral, por meio de uma empresa terceirizada.

Fica indagação, por que não se trazer toda a gama de capacitação para que as pessoas de vulnerabilidade social sejam ‘ensinadas a pescar’, em prol de voltarem para uma gestão com um teor empresarial, contudo voltada à solução de problemas sociais regionais?

Isso é constatado em diversas regiões do país e Mundo, por que não ser aplicada na região de Franca/SP, ainda mais tendo total correlação com os ODS’s ONU.

Apenas continuando com muito pouco mais dos cursos relativos ao Cooperativismo:

SUSTENTABILIDADE.....
CURSO GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI.....
CURSO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL SGA - CERTIFICADO ISO 14000.....
CURSO GESTÃO DE RESÍDUOS.....
CURSO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CURSO AUDITORIA AMBIENTAL
CURSO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA SGI
CURSO BALANÇO SOCIAL.....
CURSO SOBRE LEIS AMBIENTAIS VOLTADAS AO TRANSPORTE

As universidades de Franca/SP podem ser as instrutorias regionais, podendo ser até mesmo contratadas pelo Sescop/SP, por certo, seguindo-se o regramento dessa entidade do Sistema ‘S’. Aliás, já se verifica as interfaces com outras entidades do Sistema ‘S’, mas as quais e voltam ao ideário capitalista da indústria e comércio. Logo, por que não trazer o Sescop/SP? Tal como o Sesi, que até mesmo promove ação social por meio de patrocínio do time de basquete de Franca/SP, o Sescop/SP também têm a ação social como um dos seus fins.

Enfim, há falta de comunicação!

6.5 Propostas de ação

A integração da compra institucional do alimento para a merenda escolar, através da articulação dos recursos do PNAE junto à secretaria de educação e secretaria do município, para que as pessoas que dependem da merenda escolar tenham garantido o acesso à alimentação digna.

Em relação ao cooperativismo e empresariado solidário social), são as propostas de ação:

- (i) Identificação das cooperativas e convites aos respectivos corpos administrativos para que participem de um foro voltado à implementação do Princípio da Intercooperação.
- (ii) Estímulo ao Princípio da Informação, Formação e Educação por meio da rede de universidades, constituindo a matéria Cooperativismo grade curricular, desde o ensino fundamental da rede pública municipal até as graduações acadêmicas.
- (iii) Avaliação das possibilidades de negócios locais com índole de impacto ético e social, bem como baseado em valores cooperativos e com a finalidade de se evitar lucro de terceiros e se alcançar preço justo (*fair trade*).
- (iv) Identificação das redes de consumo que podem ser supridas por meio do empresariado social e cooperativo de Franca e região, a exemplo, constituindo centrais de compras e cooperativas de consumo, além de cooperativas de infraestrutura habitacionais, de geração de energia por fontes limpas e renováveis.
- (v) Desenvolvimento de linhas de crédito estritamente baseadas no impacto social regional, inclusive, a serem estudadas juntamente com as cooperativas de crédito constituídas pela Comunidade Francana.
- (vi) Aproximação das universidades francanas às entidades de econômica solidária, dentre elas, primordialmente, a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e

Economia Solidária - Unicafes¹³, bem como ao SESCOOP/SP.

6.6 Dimensão social

Como salientado ao longo do estudo, a dimensão social é amplíssima, abordando desde a estrutura produtiva alimentar, ao consumo urbano, até logística dos reversa dos resíduos, aliando-se ao desenvolvimento de uma comunidade e cidades melhores e com solução de problemáticas de desigualdade social.

Referências

FARIA, R. B. **A inovação no setor público e aplicação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Claraval-MG.** 103 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Política Pública). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Piracicaba-SP, v.52, supl.1, p.125-146, 2014.

IRION, J. E. **Cooperativismo e Economia Social** – a prática do Cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem. São Paulo, Editora STS, 1997.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (2009). Economia Solidária. In. CATTANI, A.D. et al. (Coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Almedina. p. 162-168.

NAMORADO, R. Cooperativismo - *Um horizonte possível.* In GEDIEL, J. A. P. (Org). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania.** Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito da

¹³ Disponível em <http://unicafes.org.br/>.

UFPR, 2005, p. 09-38.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Cooperativas**: mudanças, oportunidades e desafios. Editado por Armand Pereira em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana. Brasília: OIT 2001.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Sítios de internet

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). Disponível em: www.ica.coop. Acesso em: 30 nov. 2018.

COOPERATIVA PINDORAMA. Disponível em: www.cooperativapindorama.com.br. Acesso em: 30 nov. 2018.

COSTA, D. R., CHADDAD, F. R., AZEVEDO, P. F. (2012). Separação entre propriedade e decisão de gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p.285-00. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200005>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MONDRAGÓN CORPORACIÓN COOPERATIVA. Disponível em: www.mcc.es. Acesso em: 30 de nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Disponível em: www.ocb.org.br. Acesso em: 30 de nov. 2018.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA (UNICAFES). Disponível em: <http://unicafes.org.br/>. Acesso em: 30 nov. 2018

CAPÍTULO 7 – AGRICULTURA E AGRONEGÓCIOS

Alessandra Marieli Vaccari¹
Cláudia Haddad Caleiro Pereira²
Élen Lúcia Bagatini Saud Ferro³
Pedro Geraldo Saadi Tosi⁴
Jorge Augusto de Carvalho Santos⁵
Rodrigo Cassio Sola Veneziani⁶

7.1 Objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODSs) abordados

“Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. (ONU, 2019).

7.2. Contextualização global

- Globalmente, a proporção de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade desde 1990, de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016. Mas, atualmente, uma em cada nove pessoas no mundo (795 milhões) ainda é subnutrida.
- A vasta maioria das pessoas do mundo passando fome vive em países em desenvolvimento, onde 12,9% da população é subnutrida.
- Ásia é o continente com a população que passa mais fome – dois terços do total. A porcentagem no Sul da Ásia caiu em anos recentes, mas, na Ásia Ocidental, ela aumentou levemente.
- A África Subsaariana é a região com a mais alta prevalência (porcentagem da população) de fome. Lá, cerca de uma em cada quatro pessoas está subnutrida.

¹ Universidade de Franca – UNIFRAN.

² Universidade de Franca – UNIFRAN.

³ Universidade de Franca – UNIFRAN.

⁴ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca.

⁵ Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sapucaí Mirim/Grande -CBH/SMG.

⁶ Universidade de Franca – UNIFRAN.

A má nutrição causa quase metade (45%) das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade – 3,1 milhões de crianças anualmente.

- Uma em cada quatro crianças do mundo sofre crescimento atrofiado. Em países em desenvolvimento, a proporção aumenta de uma para três. 66 milhões de crianças em idade escolar primária vão às aulas passando fome, sendo 23 milhões apenas na África.
- A agricultura é a maior empregadora única no mundo, provendo meios de vida para 40% da população global. Ela é a maior fonte de renda e trabalho para famílias pobres rurais.
- 500 milhões de pequenas fazendas no mundo todo, a maioria ainda dependente de chuva, fornecem até 80% da comida consumida numa grande parte dos países em desenvolvimento. Investir em pequenos agricultores é um modo importante de aumentar a segurança alimentar e a nutrição para os mais pobres, bem como a produção de alimentos para mercados locais e globais. (ONU, 2019).

7.3 Diagnóstico local

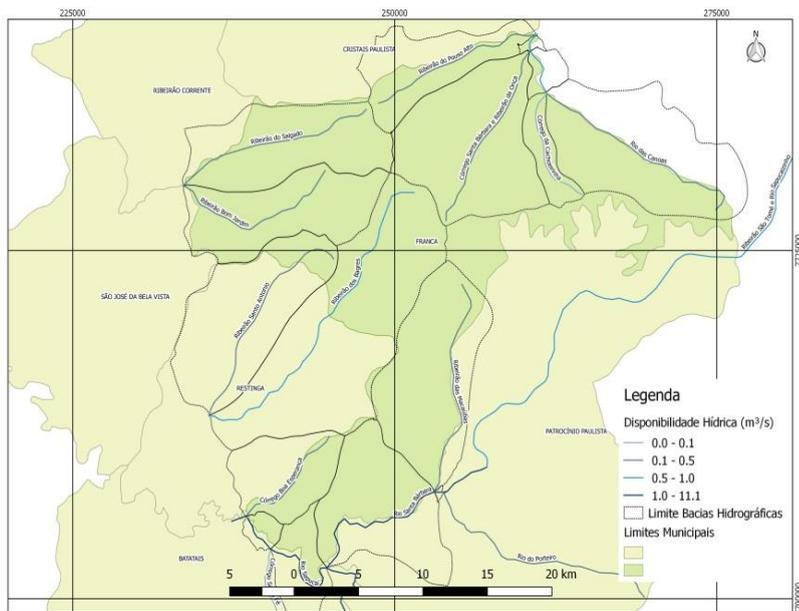
O grupo constituído para representar o GT06 “Agricultura e Agronegócios” no Fórum Franca sustentável conta com membros da Academia local (UNESP e UNIFRAN), bem como com representantes de órgãos ambientais estaduais (CBH/SMG) e do setor produtivo (COCAPEC). Sob consenso, e conforme orientação da mesa diretora do “Fórum Franca Sustentável”, o grupo optou por abordar a tarefa de elaborar um plano de propostas sob o tema acima mencionado utilizando-se a ferramenta organizacional conhecida como “Análise SWOT” – do inglês “*Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats*”. Segundo esta abordagem, são diagnosticados tanto os pontos fracos e ameaças do setor como seus pontos fortes e oportunidades para elaborar as propostas de ação a partir deste diagnóstico. (GÜREL, 2017). Assim, é sob esta ótica que se organiza o capítulo que se segue. Cabe ainda mencionar que o grupo considerou as cidades circunvizinhas (a saber: Restinga, Patrocínio Paulista, São José da Bela Vista, Ribeirão Corrente, Cristais Paulista, Claraval, Ibiraci, Capetinga, Itirapuã, Jeriquara e

Pedregulho) em suas reflexões e proposições.

7.3.1 Pontos fracos e ameaças

No que concerne ao âmbito da atividade agrícola e na tentativa de detectar as fragilidades e ameaças desta atividade no município, o grupo chegou ao consenso em apontar os aspectos hidrológicos, bem como a pequena extensão da área rural do município - em relação à sua área e população urbana, como as principais questões a serem consideradas. O município de Franca possui uma área de aproximadamente 606 Km² dos quais cerca de 80 Km² são de área urbana e 526 Km² são área rural (Censo IBGE), que englobam parte das bacias hidrográficas do Rio das Canoas, Ribeirão dos Bagres, Ribeirão do Salgado, Ribeirão Bom Jardim, Ribeirão da Onça, Ribeirão Pouso Alto, Ribeirão Macaúbas entre outros (Figura 1).

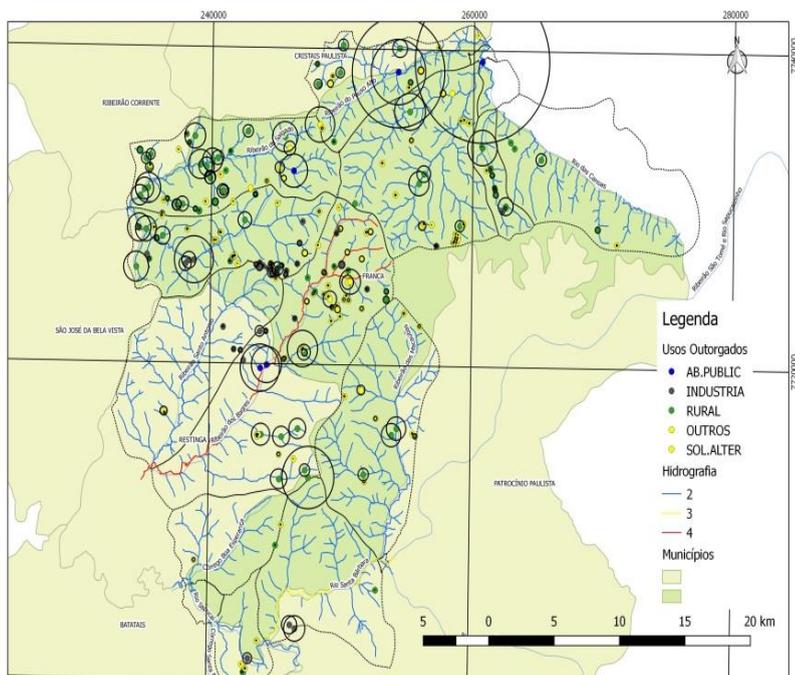
Figura 1. bacias hidrográficas do Rio das Canoas, Ribeirão dos Bagres, Ribeirão do Salgado, Ribeirão Bom Jardim, Ribeirão da Onça, Ribeirão Pouso Alto, Ribeirão Macaúbas entre outros.



Sob a óptica dos recursos hídricos trata-se de uma região de baixa disponibilidade hídrica superficial, cujas principais bacias hidrográficas ainda apresentam algum tipo de conflito ou impedimento para o uso na agricultura.

É o caso da bacia do Rio das Canoas cuja disponibilidade hídrica outorgável legalmente é totalmente direcionada ao abastecimento público de Franca. Assim, a utilização dos recursos hídricos, como por exemplo, irrigação para produção de hortaliças por pequenos produtores, pode ser comprometida em situações de escassez de chuvas.

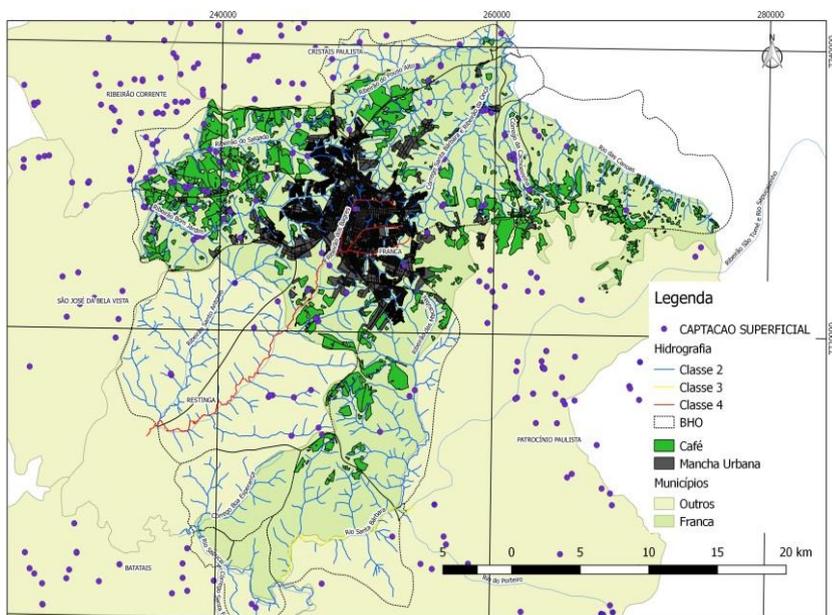
Figura 2. Bacias hidrográficas & usos outorgados (circunferências).



Na Figura acima (Figura 2) o diâmetro da circunferência ao redor dos usos outorgados representa de forma proporcional os volumes para cada tipo de uso.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, Franca é a terceiro maior produtor de café do Estado de São Paulo. Ao todo foram colhidas 12.135 toneladas de café em propriedades predominantemente individuais. De acordo com levantamento de uso do solo em 2015 as plantações de café ocupam especialmente as bacias do Ribeirão do Salgado, Pouso Alto e Ribeirão Bom Jardim e como já foi mencionado são regiões de baixa disponibilidade, muito próximas à área urbana e sob a pressão da urbanização.

Figura 4. O café e a disponibilidade hídrica na região



Como bem informou o Sr. Jorge Carvalho, integrante do GT06 e membro do CBH/SMG, apesar do aumento da demanda por conta do crescimento populacional, a atual disponibilidade hídrica para a atividade agrícola na região de influência do município de Franca é considerada boa. Entretanto, pode ser futuramente comprometida se não forem adotadas medidas diferenciadas de monitoramento dos recursos hídricos, objetivando orientar o controle do uso da água. Segundo sugestão do próprio CBH/SMG, as principais medidas a

serem adotadas no sentido de evitar esta situação envolvem (MELO; VERONEZ; FREITAS; FERREIRA *et al.*, 2018):

- Execução de ações de recomposição da cobertura vegetal;
- Execução de serviços de educação ambiental relacionados ao consumo de água;
- Apoio financeiro aos municípios;
- Treinamento e capacitação para os profissionais na área de recursos hídricos;
- Manejo adequado do solo;
- Acompanhamento e controle da perfuração de poços para evitar a superexploração de águas subterrâneas.

Entretanto, como apontou o Prof. Dr. Pedro Tosi, quaisquer ações político-administrativas visando resguardar a capacidade hídrica do município ou mesmo estimular a atividade agrícola, esbarra no fato de que Franca possui uma área e população rural reduzida. Segundo *Ranking* do IBGE (IBGE, 2019), Franca é o 71º município em termos de residentes em situação domiciliar urbana e apenas o 1705º em população rural. Com base neste fato, o grupo diagnosticou como fundamental a necessidade de uma boa articulação política com os municípios circunvizinhos.

7.3.2. Pontos fortes

Apesar dos pontos fracos levantados no item 7.3.1., é fato que o município de Franca representa grande protagonismo econômico e centraliza diversos circuitos de mercado, afinal ele é o primeiro em população se considerarmos a microrregião em que se insere no estado de São Paulo. (IBGE, 2019). Em termos econômicos, é notória a vocação calçadista de Franca no cenário nacional e internacional. Porém, em se considerando que o escopo deste capítulo são as atividades do setor primário, mais especificamente a atividade agrícola, cabe destacar as culturas de soja, cana-de-açúcar, café, milho e eucalipto (CIAGRO, 2019).

Ao ponderar sobre as atividades agrícolas da região, o GT06 se deparou com o grande obstáculo de propor ações para promoção da atividade agrícola / agronegócio em um município em que quase não há população rural. Frente a esta limitação, o Grupo considerou

pertinente lançar olhos mais atentos para o setor cafeeiro, uma vez que se trata de uma atividade com longa tradição em Franca e região (TOSI; FALEIROS; FONTANARI, 2011; TOSI; FALEIROS; TEODORO, 2005) e, que recentemente, constitui um modelo de agronegócio a ser replicado, na medida em que apresenta grande sucesso nos esforços de descomoditização deste produto.

O café é o segundo maior gerador de riquezas do planeta, podendo movimentar anualmente 91 bilhões de dólares, empregando, direta ou indiretamente, meio bilhão de pessoas em todo o mundo (MIRANDA, 2009). No Brasil é capaz de gerar cerca de oito milhões de empregos, além de riquezas da ordem de três bilhões de dólares/ano.

Países que adotam o modelo de agricultura convencional intensiva têm apresentado, nas últimas décadas, declínio na produção e na biodiversidade, ocorrendo, dessa maneira, crescimento em processos alternativos, como as produções orgânicas e sustentáveis, sem a perda da produtividade e viabilidade econômica. (GLIESSMAN, 2005). Com isso, a produção de “cafés especiais” tem sido uma alternativa competitiva para os produtores, com significativa agregação de valor ao produto.

A necessidade do produtor convencional de buscar qualidade do café produzido, além das exigências do mercado, tem proporcionado o desenvolvimento de diferentes sistemas de cultivo e manejo do cafeeiro. Além do sistema convencional de plantio, outros sistemas têm ganhado espaço, como o café convencional sombreado (agroflorestal), que mantém o uso de insumos externos, e apresenta um mercado diferenciado de compradores, que buscam maior qualidade do produto. (FERNANDES, 2013; RICCI; ARAÚJO; FRANCH, 2002).

O cultivo do café para produção do “tipo exportação” tem aumentado, uma vez o rendimento financeiro é maior para o produtor, sendo que a qualidade da bebida é mantida por meio do manejo racional-sustentável da cultura, o que tem elevado o nível tecnológico da produção. Estes pontos podem ser assegurados ao consumidor adotando-se certificações que garantam um sistema de gestão sustentável, com conseqüente agregação de valor ao produto.

A região da Alta Mogiana se destaca pela produção de cafés de qualidade totalizando 23 municípios, 15 paulistas e 8 mineiros. Na

região existem concursos de qualidade dos cafés produzidos tanto pelos produtores de cafés especiais em geral como também pelas cafeicultoras, que compõem um grupo de mulheres que atuam no setor conhecido como Cerejas do café. O objetivo dos concursos é selecionar os melhores cafés produzidos por cafeicultores na região e para incentivar a contínua melhoria da qualidade. O café pode receber pontuações de até 100 pontos e o café especial é aquele que atinge, na avaliação sensorial, acima de 80 pontos. Para se ter ideia da qualidade dos cafés especiais produzidos no mundo, apenas 12% dos cafés atingem a pontuação de 80 a 84 pontos e apenas 1% dos cafés atingem notas superiores a 84 pontos. Os cafeeiros cultivados na região da Alta Mogiana crescem em altitudes privilegiadas, acima de 800 metros, o que proporciona sabores e aromas que fazem dos cafés da região um dos melhores do mundo.

Em âmbito nacional, estima-se que em torno de 30% da produção é voltado para o segmento dos cafés especiais, o consumo desses cafés movimentou em 2018 em torno de R\$ 2,6 bilhões, com crescimento de 23%, e pode chegar a R\$ 4,7 bilhões em 2021, segundo projeções da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA). Segundo a Alta Mogiana Specialty Coffee (AMSC), entidade fundada em 2006 com a finalidade de promover os cafés especiais produzidos na região, a Alta Mogiana responde por 50% da produção de café no estado de São Paulo e movimenta R\$ 480 milhões por ano. A região é considerada como uma das principais produtoras de grãos especiais do país, ao lado do Cerrado Mineiro, Sul de Minas e Sul do Espírito Santo, que atraem compradores estrangeiros, principalmente de países da Europa, América do Norte e Ásia.

Encorpado, com acidez média e notas que vão de pêssego a chocolate, o café da Alta Mogiana já foi listado entre os dez melhores do país e do mundo, por dois anos consecutivos na Cup of Excellence, um dos principais concursos de qualidade de café do mundo. Além disso, em 2019, um produtor de Ibiraci, MG, região da Alta Mogiana, foi o campeão desse evento. Essa complexidade é proporcionada por condições geoclimáticas, como as altitudes acima dos 800 metros dos municípios e produtores cuidadosos, do plantio à colheita, da secagem à torrefação. O trabalho resulta em um produto mais caro, o quilo pode chegar a R\$ 200,00 na região, mas cada vez mais consumido. Segundo a BSCA, os brasileiros consumiram em 2018 o equivalente a

705 mil sacas de cafés especiais, o que representa apenas 3% do total do café produzido no país, mas que é 19.1% superior na comparação com 2017. Até 2021, a entidade projeta um crescimento anual e 15.7%, com consumo esperado em mais de 1 milhão de sacas. Atualmente, com cerca de 5 mil produtores de café e 100 mil hectares cultivados, a região tem 30% da produção composta por cafés especiais, que valem em média 20% a mais que um café convencional. Finalmente, outro ponto importante a ser considerado no fortalecimento do setor é o melhor aproveitamento da capacidade intelectual de Franca. Atualmente, o município conta com quatro Instituições de Ensino Superior: duas universidades (Universidade de Franca – UNIFRAN e Universidade Estadual Paulista – UNESP), além do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e da Faculdade de Direito de Franca. Atuando em sinergia entre si, com o setor produtivo local e com a sociedade civil organizada, estas Instituições têm grande potencial de alavancar as iniciativas de desenvolvimento econômico do setor agrícola, na medida em que poderão atuar como polo gerador de políticas públicas e novas tecnologias para o segmento.

7.3.3 Propostas de ação

Visando aproveitar as oportunidades e reduzir os problemas levantados, o GT06 acredita que o diálogo e as parcerias das Instituições de Ensino Superior da cidade com o setor produtivo (empresas e sociedade civil organizada) visando a elaboração de projetos técnico-científicos, seria o ponto de partida ideal para alavancar o desenvolvimento econômico de Franca e região.

Como exemplo, pode-se citar o “Café com empresários”, uma iniciativa da Universidade de Franca que consiste em encontros anuais com empresas da cidade de Franca e região e que são realizados na UNIFRAN, sob a organização do Prof. Dr. Renato Luis Tame Parreira. Neste evento participam representantes de mais de oitenta empresas da região, gerando uma ampla gama de possibilidades de projetos conjuntos visando o desenvolvimento do setor.

Diversos acordos para o licenciamento/desenvolvimento de produtos e para o depósito de patentes com empresas parceiras foram estabelecidos a partir de encontros iniciados no “Café com

empresários”. Assim, propõe-se que canais de interação nesses moldes de forma ampliada no município viriam a se tornar catalisadores importantes para o desenvolvimento do agronegócio de Franca e região.

7.3.4 Dimensão social

Ao refletir sobre a dimensão social do objeto de estudo de nosso grupo de trabalho sob a ótica da contextualização global levantada no tópico 1.2, o GT06 chegou a uma conclusão que aparenta ser paradoxal, mas que na verdade foi diagnosticada como um problema mais premente em nível local que o problema da fome e desnutrição.

De acordo com levantamento da situação nutricional dos municípios da região (SISVAN, 2019), levantado pelas Profas. Mscs. Cláudia Haddad Caleiro Pereira e Élen Lúcia Bagatini Saud Ferro (Universidade de Franca), o excesso de peso em todas as faixas etárias têm se mostrado mais prevalente que o baixo peso. Apesar da ODS que norteia os trabalhos de nosso grupo orientar no sentido de “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” acreditamos que, a nível local, a obesidade tem se mostrado uma ameaça à segurança alimentar, de modo que as propostas de ação a serem desenvolvidas no âmbito da dimensão social passam principalmente pelas campanhas de educação nutricional com foco principal no aspecto qualitativo da alimentação.

Destaca-se que o conceito de fome vai além da “sensação de mal-estar físico resultante da privação na ingestão de alimentos e, conseqüentemente, de energia para manutenção do organismo e para exercício das atividades normais do ser humano”. (ARAÚJO; OLIVEIRA; REBELLO; ANTUNES, 2019).

Há de se ressaltar a presença da Fome Oculta que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2014), diz respeito à deficiência de micronutrientes como vitamina A, ferro, zinco, iodo, dentre outros e que acomete aproximadamente 2 bilhões de pessoas no mundo todo. Nesse caso, o indivíduo pode apresentar-se acima do peso, mas com uma ingestão nutricional restrita e deficitária, o que pode causar danos à saúde. (MAZETTO; MAIA; SIMONCINI, 2011).

Em ambos os casos a insegurança alimentar se faz presente, contrariando a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e dispõe sobre a alimentação adequada em quantidade e qualidade como um direito fundamental do ser humano. (NUTRICIONAL, 2006).

A simples oferta do alimento pode não ser suficiente para garantir um estado nutricional favorável. A adoção de hábitos alimentares e de vida adequados envolve outros aspectos que permeiam, além da escolha individual, fatores físicos, políticos, culturais e sociais, o que torna necessária a utilização de estratégias de empoderamento por meio do desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional, com o objetivo de apoiar e orientar a população, desde a seleção dos alimentos até seu preparo e ingestão. Os elevados índices de excesso de peso verificados em Franca e região no ano de 2017 e apresentados no Quadro 1, demonstram a necessidade de se investir nesse tipo de ação e na formação de uma equipe multiprofissional para tratar e amenizar os efeitos da obesidade e de suas intercorrências, já que se trata de uma patologia multifatorial que, de acordo com a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), de 2018, do Ministério da Saúde, aumentou 67,8% entre 2006 e 2018. (VIGITEL BRASIL 2018: / MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Quadro 1: Relação do estado nutricional por município da região de Franca, de acordo com a faixa etária (estados de São Paulo e Minas Gerais e Brasil)

Município ANO: 2017	População analisada	Baixo peso		Eutrofia		Excesso de peso		n (Total)
		N	%	n	%	n	%	
CRISTAIS PAULISTA	Crianças de 0 a 5 anos	2	1,6	78	62,40	45	36,00	125
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	1	1,15	67	77,01	19	21,84	87
	Adolescentes	0	0	51	67,11	25	33,01	76
	Adulto	7	2,70	71	27,41	181	69,89	259
	Idoso	1	3,85	8	30,77	17	65,38	26
	Gestante	5	35,71	4	28,57	5	35,72	14
FRANCA	Crianças de 0 a 5 anos	69	2,96	1.548	67,13	689	29,88	2.306
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	53	4,32	876	71,28	300	24,41	1.229
	Adolescentes	24	2,44	681	69,14	280	28,42	985
	Adulto	144	3,71	1277	32,9	2461	63,38	3.881
	Idoso	6	13,33	12	26,67	27	60	45
	Gestante	13	11,71	42	37,84	56	50,45	111
ITIRAPUÃ	Crianças de 0 a 5 anos	6	3,80	105	66,46	47	29,75	158
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	4	4,17	60	62,50	32	33,33	96
	Adolescentes	0	0	21	58,33	15	41,67	36

	Adulto	3	1,24	64	26,45	175	72,31	242
	Idoso	11	8,40	50	38,17	70	53,44	131
	Gestante	2	10,53	4	21,05	13	68,42	19
JERIQUEARA	Crianças de 0 a 5 anos	1	0,96	70	67,31	33	31,73	104
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	1	3,70	22	81,48	4	14,81	27
	Adolescentes	3	7,14	30	71,43	9	21,43	42
	Adulto	9	2,83	95	29,87	214	67,30	318
	Idoso	17	12,14	47	33,57	76	54,29	140
	Gestante	0	0	3	60,00	2	40,00	5
PATROCÍNIO PAULISTA	Crianças de 0 a 5 anos	17	5,41	160	50,96	137	43,63	314
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	7	3,77	71	38,17	108	58,07	186
	Adolescentes	97	43,89	83	37,56	41	18,55	221
	Adulto	337	33,2	389	38,33	289	28,47	1.015
	Idoso	198	56,25	81	23,01	73	20,74	352
	Gestante	3	18,75	7	43,75	6	37,50	16
PEDREGULHO	Crianças de 0 a 5 anos	8	2,13	242	64,71	124	33,15	374
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	13	4,8	180	66,42	78	28,79	271
	Adolescentes	12	3,9	205	66,56	91	29,54	308
	Adulto	31	2,97	332	31,83	680	65,19	1.043
	Idoso	25	11,68	70	32,71	119	55,61	214

	Gestante	12	25	13	27,08	23	47,92	48
RESTINGA	Crianças de 0 a 5 anos	16	3,74	279	65,19	133	31,07	428
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	3	13,64	9	40,91	10	45,46	22
	Adolescentes	2	4,65	25	58,14	16	37,20	43
	Adulto	3	1,44	60	28,85	145	69,71	208
	Idoso	4	5,33	27	36,00	44	58,67	75
	Gestante	1	25,00	1	25,00	2	50,00	4
RIBEIRÃO CORRENTE	Crianças de 0 a 5 anos	2	3,44	35	60,34	21	36,2	58
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	1	2,44	32	78,05	8	19,51	41
	Adolescentes	2	3,08	42	64,62	21	32,31	65
	Adulto	21	6,95	87	28,81	194	64,23	302
	Idoso	20	71,43	7	25	1	3,57	28
	Gestante	3	21,43	2	14,29	9	64,28	14
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	Crianças de 0 a 5 anos	30	7,73	217	55,93	141	36,34	388
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	11	3,68	202	67,56	86	28,77	299
	Adolescentes	11	2,99	246	67,03	110	29,98	367
	Adulto	24	1,98	359	29,57	831	68,45	1.214
	Idoso	40	12,66	103	32,59	173	54,75	316
	Gestante	1	11,11	5	55,56	3	33,33	9

ESTADO DE SÃO PAULO	Crianças de 0 a 5 anos	18.836	3,91	297.408	61,75	165.378	34,34	481.622
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	12.041	3,41	225.003	63,69	116.242	32,91	353.286
	Adolescentes	12.326	3,49	224.401	63,53	116.483	32,98	353.210
	Adulto	24.012	2,39	300.824	29,93	680.147	67,38	1.004.983
	Idoso	23.403	10,89	69.890	32,53	121.563	56,58	214.856
	Gestante	14.696	14,59	35.067	34,81	50.981	50,61	100.744
IBIRACI	Crianças de 0 a 5 anos	32	6,38	317	63,15	153	30,48	502
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	15	8,20	119	65,03	49	26,78	183
	Adolescentes	9	3,78	158	66,39	71	29,83	238
	Adulto	27	2,95	324	35,37	565	31,68	916
	Idoso	41	14,8	106	38,27	130	46,93	277
	Gestante	5	8,77	25	43,86	27	47,37	57
CLARAVAL	Crianças de 0 a 5 anos	9	3,81	142	58,44	92	37,86	243
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	10	3,79	175	66,29	79	29,92	264
	Adolescentes	13	4,38	201	67,68	83	27,95	297
	Adulto	32	3,67	304	34,90	535	61,43	871
	Idoso	40	17,17	80	34,33	113	48,50	233
	Gestante	4	28,57	0	0	10	71,43	14
CAPETINGA	Crianças de 0 a 5 anos	19	5,70	195	58,56	119	35,73	333

	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	0	0	68	66,67	34	33,34	102
	Adolescentes	9	3,52	158	61,72	89	34,77	256
	Adulto	11	1,92	166	28,92	397	69,16	574
	Idoso	28	14,07	74	37,19	97	48,74	199
	Gestante	3	8,82	17	50,00	14	41,18	34
ESTADO DE MINAS GERAIS	Crianças de 0 a 5 anos	41.471	6,33	403.144	61,56	210.250	32,10	654.865
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	22.075	5,23	77.456	65,66	123.010	29,12	422.541
	Adolescentes	23.129	4,07	395.221	69,55	149.929	26,38	568.279
	Adulto	46.591	2,67	657.275	37,72	1.038.600	26,19	1.742.466
	Idoso	85.536	15,56	215.218	39,15	249.015	45,29	549.769
	Gestante	18.771	17,56	39.883	37,32	48.220	45,12	106.874
BRASIL	Crianças de 0 a 5 anos	281.524	6,03	2.774.162	59,45	1.610.863	34,52	4.666.549
	Crianças > 5 e ≤ 10 anos	206.340	5,42	2.505.500	65,78	1.096.960	28,80	3.808.800
	Adolescentes	187.526	4,05	3.241.937	70,02	1.200.429	25,93	4.629.892
	Adulto	321.662	2,57	4.633.389	37,09	7.537.345	60,33	12.492.396
	Idoso	250.577	13,01	707.647	36,73	968.351	50,26	1.926.575
	Gestante	127.486	17,34	278.833	37,92	329.003	44,74	735.322

Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional-SISVAN/2017.

As ações de educação alimentar e nutricional no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, devem, portanto, ocorrer de forma contínua e permanente, estimulando a adoção autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, essas ações devem ter como princípios norteadores:

- a sustentabilidade social, ambiental e econômica;
- a abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade;
- a valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas;
- a comida e o alimento como referências; a valorização da culinária enquanto prática emancipatória;
- a promoção do autocuidado e da autonomia;
- a educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos;
- a diversidade nos cenários de prática;
- a intersetorialidade;
- o planejamento, avaliação e monitoramento das ações.

Referências

ARAÚJO, G. M. D.; OLIVEIRA, H. D. V.; REBELLO, G.; ANTUNES, T. F. S. Educação alimentar e nutricional para promoção da saúde. **Revista Espaço Acadêmico**, 9, p. 123-125, 2019.

CIAGRO. **Projeto LUPA - Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo**. 2019.

Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>. Acesso em: 27 set. 2019.

FERNANDES, L. G. **Diversidade de inimigos naturais de pragas do cafeeiro em diferentes sistemas de cultivo**. 2013. 199 f. (Phd) -, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em**

agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653 p.

GÜREL, E. Swot Analysis: A theoretical review. **Journal of International Social Research**, v.10, p. 994-1006, 08/30, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Senso Sinopse**. 2019. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25191>. Acesso em: 27 set. 2019.

MAZETTO, F. A. P.; MAIA, H. A. O.; SIMONCINI, J. B. V. B. Fome oculta. Geográfica de América Central. **Heredia**, v. 2, p. 1-17, 2011.

MELO, A.; VERONEZ, A. H.; FREITAS, A. R.; FERREIRA, A. L. B. *et al.* **Relatório II – Plano de Bacia - Plano de Bacia da UGRHI 08 - Sapucaí Mirim/Grande**. CBH-SMG. 2018.

MIRANDA, N. F. **Parasitoides (Hym., Eulophidae) de bicho-mineiro *Leucoptera coffeella* (Guérin-Mèneville) (Lep., Lyonetiidae)**. 2009. 44 f. (Master) - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Jaboticabal, 2009.

NUTRICIONAL, C. N. D. S. A. E. Lei de segurança alimentar e nutricional n.11346/2006. **CNSA**, Brasília.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 27/09/2019.

RICCI, M. S. F.; ARAÚJO, M. C. F.; FRANCH, C. M. C. **Cultivo orgânico do café: recomendações técnicas**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. 101 p.

SISVAN. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional**. 2019. Disponível em:

<https://aps.saude.gov.br/ape/vigilanciaalimentar/sisvan>. Acesso em: 27 set. 2019.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N.; FONTANARI, R. Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, p. 401-412, 2011.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N.; TEODORO, R. d. S. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo 1890-1914. **História (São Paulo)**, v. 24, p. 291-327, 2005.

VIGITEL BRASIL 2018: / MINISTÉRIO DA SAÚDE, S. d. V. e. S., Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

CAPÍTULO 8 – PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Mauro Ferreira¹
Consuelo Carletto²
Elaise Maria de Mello Barbosa³
Flávia Pierucci⁴
Flávio Henrique Alves⁵
Lara Hass⁶
Linda Teresinha Saturi⁷
Maria Cecília Sodr  Fuentes⁸
Raquel Licursi Benedetti⁹

8.1. Objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODSs) abordados

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis   o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 das Na es Unidas. As propostas para as Metas Brasileiras da Agenda 2030 foram discutidas em 2018 para adequa o   realidade brasileira através de um seminário realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (SILVA, 2018). Ressaltam-se, dentre os pontos indicados no documento, garantir o acesso de todos a habita o segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

Dentre as metas para o Brasil, estão até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível e aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habita o - PlanHab, com especial aten o para grupos em situa o de vulnerabilidade. Também deve melhorar a segurança viária e o acesso   cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o

¹ Coordenador - Universidade Estadual Paulista – UNESP

² Universidade de Franca – UNIFRAN

³ ONG - Verdejar e Mulheres do Brasil

⁴ Arquiteta

⁵ CICLOFRAN - Associa o dos Ciclistas de Franca

⁶ Arquiteta

⁷ Universidade de Franca – UNIFRAN

⁸ Arquiteta

⁹ Assistente Social

transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas. O processo participativo deve buscar aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.

No entanto, em relação ao processo participativo preconizado pelo documento, o atual governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) tem se afastado das diretrizes da Agenda 2030 em relação à participação da sociedade na formulação das políticas públicas, ao reduzir ou mesmo extinguir a participação da sociedade nos conselhos setoriais legalmente criados anteriormente.

As metas dos ODS 11 definem a necessidade de

[...] reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto - PIB, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade”. (SILVA, 2018, p. 32).

Em relação ao meio ambiente urbano, as ações devem buscar

reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e ainda garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos. Também devem apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento. (SILVA, 2018, p. 35).

Outro aspecto importante, face o envelhecimento da população brasileira e o fortalecimento dos processos de inclusão social, “é

proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade, bem como aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de SENDAI. Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais. (SILVA, 2018, p. 38).

8.2.Contextualização global

Em 2030, estima-se que quase 60% da população do planeta viverá em áreas urbanas. A população brasileira já vive, em sua grande maioria, nas cidades. Segundo o Censo do IBGE de 2010, cerca de 84,4 % dos brasileiros viviam em zonas urbanas de acordo com os critérios adotados à época, ou 76% segundo os novos critérios definidos pelo IBGE para o Censo 2020. Mais da metade vive em apenas 6% das cidades do país, concentradas principalmente em nove regiões metropolitanas. Somente 317 municípios, de um total de 5.568, concentram uma população de 118,9 milhões de pessoas (57%), de um total de 208,5 milhões de habitantes no país em 2018, segundo o IBGE.

As cidades são responsáveis por dois terços do consumo mundial de energia e por 75% de todos os resíduos gerados pela população, tornando fundamental alterar o rumo das políticas urbanas e do seu padrão de consumo, no sentido de sua sustentabilidade, entendida como condição de renovação do conjunto de elementos necessários à manutenção da vida. (REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS, 2010).

Por isso, há uma crescente preocupação quanto ao futuro das cidades e aos riscos que as estruturas urbanas sofrem com os crescentes conflitos gerados nas cidades por redes de infraestrutura e transporte, pela poluição do ar e da água, pela violência, dentre outros aspectos. Por isso, é necessário pensar as cidades e construí-las com parâmetros que não sejam restritos à ideia-força de compactação das

idades economizando espaço e energia, mas que possam de fato democratizar seu território combatendo a segregação socioespacial. A noção de sustentabilidade urbana também se apoia, por outro lado, na cidade-empresa, competitiva, atraente aos investimentos no contexto da competição global entre cidades, numa cidade dos negócios. (ACSELRAD, 2009).

Neste sentido, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT elaborou várias normas em relação ao desenvolvimento sustentável de comunidades, como a NBR ISO 37120, que define indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida. A NBR “define e estabelece metodologias para um conjunto de indicadores, a fim de orientar e medir o desempenho de serviços urbanos e qualidade de vida. Ela segue princípios estabelecidos e pode ser utilizada em conjunto com a ISO 37101, Sustainable development in communities – Management system for sustainable development – Requirements with guidance for use - estabelecendo requisitos para um sistema de gestão para desenvolvimento sustentável em comunidades, incluindo cidades, utilizando uma abordagem holística, visando assegurar a coerência com a política para desenvolvimento sustentável de comunidades” (BIKO, 2019, p.66).

8.3. Diagnóstico local

8.3.1 Pontos fracos e ameaças

A área urbana do município foi definida pela Lei do Plano Diretor em 2003, quando possuía 8.242 hectares e mais 2.791 hectares como área de expansão urbana. Ampliações no perímetro da área urbana foram autorizadas através das leis complementares nº 140/2009 e nº235/2013 e, em 2018, houve tentativa por parte do Executivo de ampliá-lo novamente, iniciativa rejeitada pela Câmara Municipal.

O município possui uma área total de 605,68 km² segundo o IBGE e a zona urbana legalmente instituída pela Lei do Plano Diretor estava em torno de 82,42 km² em 2012, (Franca, 2013), época em que cerca de 13,61% da área total do município estava legalmente urbanizada. Em 2013, esta mesma zona urbana definida pelo Plano Diretor possuía cerca de 4.350 hectares de glebas não parceladas, em

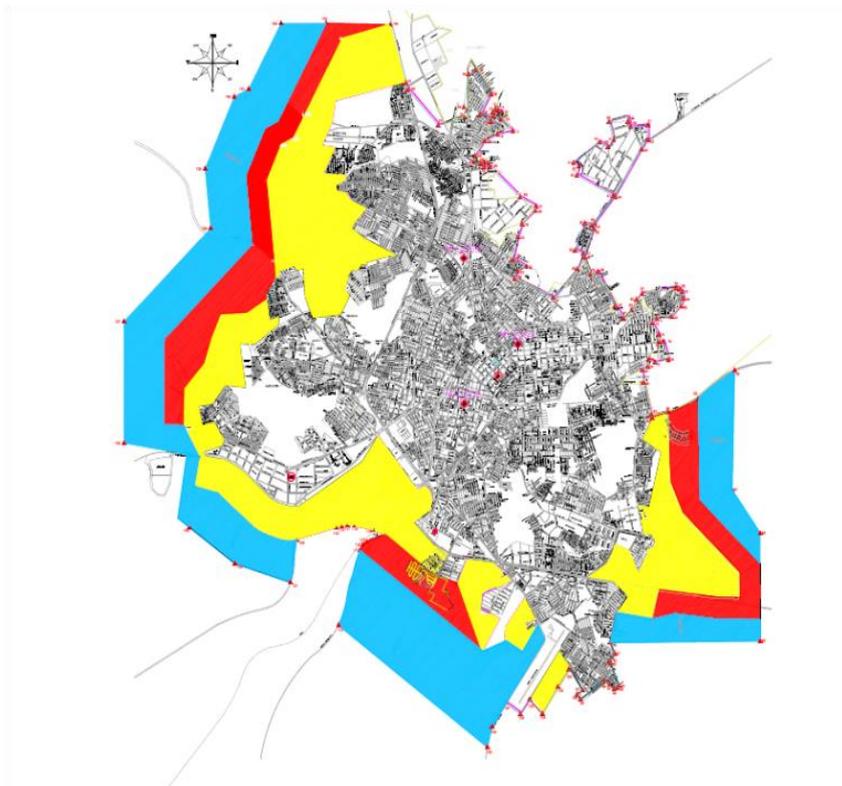
sua maioria situadas nas franjas oeste e sul da região urbanizada. Essas glebas não aproveitadas incluíam ainda vazios dentro da área urbana da ordem de 1.121 hectares. Entre o ano de 2003, quando se iniciou a vigência do atual Plano Diretor e 2012, foram licenciados e implantados novos empreendimentos de parcelamento do solo em 601 hectares, não se justificando do ponto de vista de utilização do solo a ampliação das áreas urbanas e de expansão urbana. (FERREIRA, 2015).

Além deste estoque de terras ainda não urbanizadas e de uma ampliação da área de expansão urbana de 1.559 hectares (também ainda não utilizada em sua totalidade), existiam 39.146 lotes vazios dotados de infraestrutura (água, esgoto, pavimentação, energia elétrica, iluminação e drenagem) resultantes de parcelamentos legalizados dentro da zona urbana e de expansão urbana definida legalmente pelo Plano Diretor, num universo total de 144.140 mil imóveis cadastrados até dezembro de 2019, segundo o Cadastro Físico da Prefeitura.

Com a nova ampliação do perímetro da área de expansão urbana (através da lei complementar nº235/2013), foram incorporados mais 2.928,79 hectares à área de expansão urbana (portanto urbanizável), em total contradição com as diretrizes do Plano Diretor, que define em seu artigo 4, parágrafo VI, que são objetivos da Política Urbana “evitar o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado à infraestrutura urbana e a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização”. Em 2019, o Executivo encaminhou nova proposta para ampliar ainda mais o perímetro urbano, mas o projeto não foi aprovado pela Câmara.

Configura-se desta forma, como um dos pontos fracos do processo de urbanização da cidade de Franca o seu espraiamento excessivo, que demanda cada vez mais investimentos para sua manutenção e ampliação, enquanto são deixados glebas, lotes e construções sem a adequada função e utilização social, como prevê a Constituição Brasileira em vigor.

Figura 1. Área urbana e de expansão urbana 2013



Fonte: Ferreira, 2015

Nesta perspectiva, torna-se ainda mais preocupante dentro do atual modelo de ocupação urbana o número de domicílios vagos constatados pelo Censo do IBGE em 2010: do total de domicílios recenseados (112.673 unidades), havia 14.742 domicílios particulares não ocupados, correspondentes a 13,08% do universo pesquisado. Neste sentido, dar concretude ao cumprimento da função social da propriedade urbana, nos termos constitucionais, requer alterações importantes na política urbana, que propicie uma ocupação e uso do

solo que supere os desafios necessários a um desenvolvimento sustentável.

Considerando que a população urbana de Franca, segundo o Censo do IBGE de 2010 é de 313.046 habitantes para uma área efetivamente urbana de 83,59 km², resulta que a densidade demográfica bruta da atual zona urbana é bastante baixa, da ordem de apenas 37,44 habitantes/hectare. Há cidades brasileiras onde as densidades estão entre 250 e 450 habitantes/hectare. (HOLANDA, 2006).

O município tem realizado a maior parte dos investimentos do seu orçamento próprio na infraestrutura urbana (entre 2003 e 2018) em recapeamento, pavimentação de vias, pontes e viadutos, priorizando claramente o transporte motorizado individual. O sistema viário local, todo pavimentado, atinge a extensão total de 1.302 quilômetros, conforme medição do autor utilizando o mapa-base fornecido pela Prefeitura.

Com isso, temos outro ponto fraco delimitado. A motorização excessiva (0,64 veículo/habitante) e a vasta extensão das vias urbanas pelo número de habitantes (4,03 km/mil habitantes) muito acima da média nacional (0,30 e 2,70, respectivamente, segundo relatório da ANTP, 2012) são indicadores que denotam a baixa *resolubilidade* do sistema público de transportes e o contínuo aumento da emissão de gases veiculares, agravada pela ilimitada extensão territorial urbana e sua baixa densidade demográfica explicitada pelas glebas vazias inseridas na zona urbana e pelo excessivo número de lotes já urbanizados vagos.

A pequena extensão de ciclovias existentes, sem qualquer articulação com outros modais de transporte coletivo ou público, sem sinalização de trânsito adequada e de rebaixamento de rampas nas esquinas se apresenta como outro indicador da ausência de uma política pública de mobilidade mais consistente, que não prioriza outros modais como o transporte não motorizado para ciclistas e pedestres. Trata-se uma política, em médio prazo, insustentável e que repete os erros das grandes cidades brasileiras, cujos problemas de mobilidade são notórios e públicos.

Levantamento efetuado pelo Laboratório de Estudos e Desenvolvimento Social da UNESP – Franca mostra que a cidade possuía aproximadamente 8.466 cruzamentos viários (em 2013),

necessitando no mínimo de 33.864 rampas (na proporção mínima de quatro rampas por cruzamento). A pesquisa realizada *in loco* à época localizou 461 rampas (apenas 1,36 % do total mínimo desejável) nas esquinas da cidade, posicionadas principalmente na região centro, mas levantamento por amostragem mostrou que apenas 30% delas obedeciam às exigências técnicas da legislação, em termos de inclinação e dimensões mínimas.

A aprovação da Lei complementar nº 314, de 16 de abril de 2019, que dispõe sobre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana do município de Franca, propõe-se a modificar esse quadro, mas até o momento sequer foi criado o grupo gestor do Plano, que obrigatoriamente deve contemplar a participação da sociedade. As ações governamentais em andamento sobre a questão da mobilidade referem-se quase exclusivamente ao trânsito e ao sistema viário para veículos automotores.

De acordo com as diretrizes de ordenação do território municipal definidas pelo Plano Diretor, deveria também ser promovida a recuperação paisagística de áreas públicas, privilegiando sua utilização para uso coletivo (FERREIRA, 2015). O Plano Diretor previa ainda, em sua seção VI, a criação de Programas de Gestão Integrada, e também Áreas de Interesse Urbanístico (artigo 33 da Lei Complementar nº 050, de 17 de janeiro de 2003, que instituiu o Plano Diretor do Município de Franca), condicionadas aos citados programas, que envolvem a recuperação e/ou implantação de áreas verdes e de lazer na voçoroca das Maritacas, Parque Lúcio Costa, Parque Burle Marx, voçoroca da Vila Raycos, voçoroca do Jardim Aeroporto, áreas de lazer do Jardim Paulistano, Parque Zumbi dos Palmares, voçoroca do Centro Social Urbano, Parque dos Trabalhadores, voçoroca do City Petrópolis, voçoroca da Vila Gosuen e nos parques lineares do Moreira Júnior e do Parque do Horto.

A pequena atenção disposta à arborização das vias públicas e das áreas públicas destinadas a esta finalidade pela administração municipal revela a necessidade de instituir uma política de recuperação da paisagem urbana atual e da produção de novas áreas verdes.

Ao relacionarmos as características das áreas livres disponíveis na cidade de Franca para implantação de parques públicos, verifica-se que em geral, trata-se de terrenos também inadequados

para edificação e desprezados por empreendedores imobiliários privados, localizados em áreas lindeiras aos córregos, Áreas de Preservação Permanente, com declividades acentuadas, com problemas erosivos, ou ainda áreas utilizadas como depósito de resíduos, ou seja, com existência de passivos ambientais.

A existência de processos erosivos denominados voçorocas no município de Franca é antiga e foi objeto de muitos estudos. O município é considerado um dos mais críticos em relação aos processos erosivos, principalmente pela presença de boçorocas de grande porte nas áreas urbanas e periurbana.

No processo de definição das propostas do Plano Diretor, um estudo técnico do IPT foi peça fundamental para definição das diretrizes de uso de determinadas áreas consideradas frágeis do ponto de vista ambiental, inadequadas para o parcelamento, elementos utilizados para a composição de um conjunto de parques públicos na cidade de Franca. Pode-se afirmar que quase todas as áreas reservadas para parques no PD são áreas de antigas voçorocas ou com presenças de processos erosivos importantes decorrentes da urbanização. Além disso, a situação tinha o agravante de algumas delas terem recebido resíduos através de aterros licenciados pelos órgãos ambientais, como o caso da Voçoroca das Maritacas, da Vila Raycos e do Jardim Aeroporto. No entanto, a legislação que regulamentava o percentual destinado a áreas verdes em áreas consideradas frágeis foi alterada pela Lei Complementar nº 181, de 28 de Junho de 2011, reduzindo para apenas 10% o percentual mínimo de 20% do total parcelado anteriormente exigido pela Lei Complementar Municipal nº 137, de 18 de dezembro de 2008.

A disposição espacial dos parques na malha urbana obedece à lógica da localização das voçorocas e de áreas lindeiras doadas por empreendedores de loteamentos privados, como parte do sistema de lazer e áreas institucionais exigidos pela legislação urbanística local. Ou seja, áreas inservíveis para lotes, mas que a Prefeitura aceitou como doação, tornando-se responsável pela sua recuperação e implantação de parques.

Pode-se verificar que os parques implantados, em grande parte, estão atualmente em estado de abandono, como ocorre nas áreas de lazer do Jardim Paulistano, Parque Zumbi dos Palmares, nos Parques lineares do Residencial Moreira Júnior, Parque Lúcio Costa e

Parque Burle Marx. Os Parques Lúcio Costa e Burle Marx, que tiveram vultosos investimentos em recuperação de erosão, não foram implantados. Os parques do Jardim Paulistano (denominado Lupércio Taveira) e Zumbi dos Palmares estão sem manutenção adequada e sua deterioração pode ser verificada visualmente.

Quadro 1 – Parques constantes do Plano Diretor implantados

Parques Implantados		
Nome	Região	Áreas (m²)
Parque dos Trabalhadores	Centro	236.900
Parque Burle Marx	Norte	18.884
Parque Lúcio Costa	Leste	54.107
Parque Zumbi dos Palmares	Centro	27.735
Parque Linear do Residencial Moreira Jr.	Norte	100.087
Parque Linear do Parque do Horto	Norte	119.239
Área Lazer J. Paulistano – Parque Lupércio Taveira	Leste	45.816
Parque Ecológico do Jardim Dermínio	Oeste	46.086
TOTAL		648.854

Fonte: Prefeitura de Franca e LabDES UNESP

Diante desse cenário, de implantação de apenas parte dos parques propostos e do cenário de abandono ou má conservação dos implantados, pode-se afirmar que o Plano Diretor não foi acatado como diretriz de desenvolvimento urbano e, no espaço vivencial do cidadão, não houve mudanças qualitativas em relação ao provimento de parques urbanos.

Considerando que as praças, a vegetação urbana e as áreas livres das cidades estão sendo reduzidas gradativamente em concorrência com a massa edificada e os espaços destinados ao trânsito de veículos, com a exploração exacerbada do solo, somente as áreas livres de maiores proporções poderiam garantir sua continuidade como áreas verdes, ambientes e paisagens características de parques.

Quadro 2 – Áreas destinadas a parques constantes do Plano Diretor não implantados

Áreas Destinadas a Parques		
Nome	Região	Áreas (m ²)
Voçoroca das Maritacas	Centro	312.904
Voçoroca da Vila Raycos	Oeste	50.320
Voçoroca do Jardim Aeroporto	Sul	144.685
Voçoroca da Vila Gosuen	Norte	64.150
Área de Lazer do J. Paulistano 2 e do J. Brasilândia	Leste	105.800
TOTAL		677.859

Fonte: Prefeitura de Franca e LabDES UNESP

A ação de grupos voluntários, como o Verdejar tem sido um contraponto à ineficácia das políticas públicas atuais do setor. O Verdejar se propõe a plantar um milhão de mudas nas ruas e praças da cidade. Desde 2017 conseguiu plantar em torno de 5.000 novas árvores em áreas públicas e realizar 35 ações de educação ambiental em escolas e creches da rede pública municipal em 2019. (VERDEJAR, 2019 p. 03).

Em relação ao saneamento, a cidade encontra-se em patamar privilegiado em relação aos demais municípios do país do mesmo porte, em função dos seus serviços de água e esgotamento sanitário e coleta e disposição final de resíduos domésticos. No entanto, há pendências importantes que podem impactar negativamente o meio ambiente local, em especial em relação à coleta e destinação de resíduos sólidos e à drenagem urbana. O Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGRS) elaborado em 2014 não foi implementado, até hoje não se tem uma solução adequada para os resíduos da construção civil, que geram 200 toneladas/dia e a coleta seletiva tem sido negligenciada em termos de educação ambiental e de apoio efetivo do município à cooperativa de catadores de materiais reciclados da cidade.

Em relação à habitação social, a extinção da empresa pública responsável pela política local (PROHAB S.A.) em 2014 sem que a

secretaria designada para assumir o tema o tenha feito levou a uma situação anômala: são as empresas privadas do setor imobiliária que dirigem a política local, sem interferência do município a não ser no processo de licenciamento das obras. Com isso, vem ocorrendo uma desarticulação entre a política urbana e a política habitacional, agravada pela descontinuidade política em relação ao planejamento urbano municipal, que tem gerado críticas de usuários e munícipes.

A situação atual é agravada pela interrupção e descontinuidade de vários programas habitacionais para as famílias de baixa renda, principalmente aquelas com renda de até três salários mínimos. Programas tais como os que forneciam projeto, acompanhamento técnico e toda orientação para construção de moradia popular unifamiliar, utilizando a filosofia da “casa evolutiva”, que existiu de 1995 até 2004 por meio de convênio entre a extinta PROHAB S.A. e a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Franca, fornecendo aproximadamente quinhentos projetos por ano, reduzindo o número de construções clandestinas, edificadas em condição de risco, com melhores condições de salubridade e conforto ambiental para os moradores. Outro programa interrompido foi também para famílias de baixa renda que já possuem casa própria, porém em condições de risco devido à má execução da obra, que as apoiava fornecendo projeto personalizado para reforma, com quantitativo de materiais, visando financiar materiais básicos para os reparos necessários e toda orientação técnica para execução dos serviços. O apoio incluía fiscalização de obra, aprovação de projetos, financiamento ou encaminhamento para outros agentes de financiamento de despesas com materiais e/ou mão de obra. Também foi interrompido o programa de apoio, financiamento de lotes, materiais de construção e assessoria técnica a grupos organizados e objetivados em construir conjuntos habitacionais em sistema de mutirão em autogestão.

O Plano Municipal de Habitação em curso até 2004, que foi interrompido, era norteado por princípios de sustentabilidade social, pois além de priorizar o atendimento às famílias mais necessitadas, também incentivava programas e projetos em áreas integradas à malha urbana existente, servidas de equipamentos sociais, urbanizadas. O objetivo era também incentivar ocupação de lotes vazios em bairros consolidados.

Atualmente os projetos apoiados pelo poder público municipal, encetados por empresas de construção que visam financiamento nos programas do Governo Federal estão previstos em áreas periféricas, de difícil acesso aos serviços e bens públicos, distantes então dos princípios de sustentabilidade.

Em relação à drenagem, há trechos de córregos canalizados que transbordam e inundam as regiões vizinhas, colocando em risco pessoas e propriedades públicas e privadas, assim como córregos não canalizados tem suas áreas de preservação permanente ocupadas indevidamente por ocupantes privados ou mantidas sem cobertura de mata ciliar. Nas vias pavimentadas, observa-se também insuficiência de drenagem nalguns pontos da cidade, além de não haver uma política de uso e ocupação do solo que fiscalize adequadamente as áreas de permeáveis que deveriam ser mantidas nos lotes.

8.3.2. Pontos fortes e oportunidades

O município tem obtido ótimas colocações no ranking de saneamento do país. Segundo o Instituto Trata Brasil, que divulga anualmente o Ranking do Saneamento Básico – 100 Maiores Cidades do Brasil, Franca obteve a primeira colocação, dessa vez com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) – ano base 2017. Os dados são divulgados todo ano pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que reúne informações fornecidas pelas empresas prestadoras dos serviços de água e esgoto dessas cidades. (TRATA BRASIL, 2019).

Um conjunto de planos elaborados pela Prefeitura nos últimos anos (Plano Diretor, Habitação Social, Cicloviário, Mobilidade Urbana e Saneamento, este último em elaboração), caso sejam revistos com participação democrática da comunidade, poderiam ser de fato utilizados como instrumentos de planejamento e de ação coordenada do poder público municipal, o que ainda não ocorre.

É reconhecido o importante papel que as Universidades e Organizações Não Governamentais exercem para que as comunidades locais possam superar seus problemas. O conhecimento produzido quando ambas se entrelaçam permite elaborar diagnósticos coletivos e outros elementos comunitários que contribuem para uma governança

territorial democrática e a organização de demandas e possíveis ações, que podem ser transformadas em políticas públicas.

Um planejamento participativo tende a contribuir para a planificação dos territórios que compõem a cidade e possuem algum tipo de similaridade no que se refere às suas demandas e democratizam o entendimento de como funciona a cidade nas suas dimensões orçamentárias, legislativas e da gestão pública, trazendo os cidadãos que vivem naquele espaço para o centro das discussões sobre a definição das políticas públicas locais.

Em Franca, os movimentos organizados da sociedade há muito acordaram para a participação cidadã em relação às políticas públicas físico-territoriais, através de ações setoriais. O movimento de ciclistas (CICLOFRAN - Associação dos Ciclistas de Franca) passou a ter forte presença nos debates sobre a mobilidade em duas rodas, com ações e propostas junto à Câmara Municipal e ao Executivo, chegando inclusive a propor um traçado preliminar elaborado de forma colaborativa das possíveis rotas cicloviárias da cidade. O grupo Verdejar – Mulheres do Brasil realiza ações de plantio de árvores em ruas e praças, além de promover educação ambiental em escolas do município. O grupo Mulheres do Brasil também promove ações de cidadania em relação ao trânsito da cidade.

A convergência de ações das universidades locais na construção do conhecimento e de sua aplicação no território municipal pode também ser elemento fundamental para atingir os objetivos das ODS. Neste sentido, as propostas de ação abaixo são orientadas pelas características do grupo de trabalho, cuja maioria era composta de ativistas representantes de entidades da sociedade civil, sendo passíveis de serem desenvolvidas por pesquisadores das universidades participantes com o apoio das entidades, sem necessariamente serem desenvolvidas com a participação da Prefeitura Municipal, embora isso possa reduzir sua potência e capacidade transformadora.

8.4. Propostas de ação

A discussão das propostas de ação e da situação do município de Franca pelo Grupo de Trabalho, no tocante ao ODS 11 - “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, foi realizada sob o enfoque da facilitação e moderação

de discussão grupal, com a utilização de perguntas, fio condutor e visualização das exposições orais através de cartelas. Foram realizadas quatro reuniões, convocadas especificamente para esta finalidade de aproximadamente três horas cada, com dez participantes (professores universitários, profissionais liberais e representantes de ONGs).

Inicialmente, os participantes receberam para leitura um texto base elaborado pelo coordenador do grupo, com um diagnóstico preliminar que apresentava uma série de desafios que o município deveria enfrentar para atingir as metas do ODS 11 até 2030.

Na sequência, durante as reuniões do grupo, a discussão foi conduzida pelas seguintes perguntas:

- 1ª) Frente a estes desafios, quais resultados queremos atingir?
- 2ª) Que ações devem ser realizadas para que estes resultados sejam alcançados?

Por fim, o grupo analisou as metas nacionais do ODS 11, relacionando-as com os resultados e ações elaboradas para o município de Franca. Outra etapa foi prevista, mas não concretizada, que seria a tentativa de detalhar as ações a serem desenvolvidas, definindo responsáveis e tempo para execução. A metodologia escolhida tinha por objetivo propiciar a participação de todos os componentes do grupo, criando espaço para discussão, apresentação de novas possibilidades, debate de ideias com pluralidade de opiniões.

Meta Municipal	Ações
<u>1- Plano Diretor revisado com participação da comunidade. (consonância com demais planos setoriais de mobilidade, habitação e saneamento)</u>	- Implantar metodologias participativas para a elaboração do próximo Plano Diretor por regiões e temas (mídias sociais, redes da sociedade civil, etc.)
	- Criar atividades para divulgar e discutir o Plano (escolas, universidades, agremiações)
	- Criar visão e manifesto para guiar a revisão do Plano Diretor (Fórum)
Meta Municipal	Ações

<u>2- Cidade acessível que prioriza transporte público, andar a pé e de bicicleta</u>	- Implantar projeto de rotas acessíveis aos principais equipamentos públicos
	- Buscar patrocínio para implantar outros meios de transporte (patinete)
	- Projeto de conscientização para mudança de percepção sobre a forma como nos locomovemos e seus impactos
	- Monitoramento do contrato assinado com a empresa São José
	- Elaboração do projeto técnico das ciclovias
	- Eventos e atividades com participação pública que levem à conscientização e reflexão de que deve ser prioridade para pedestres
	- Estabelecer a cobrança de acessibilidade nos locais de grande fluxo de pessoas
Meta Municipal	Ações
<u>3- Cidade mais compacta</u>	- Mapear vazios urbanos e imóveis vazios para cobrar IPTU progressivo e incentivar uso social da propriedade urbana
	- Elaborar um projeto educacional com jogos, vídeos, etc. para conscientização da população sobre a “cidade compacta”
Meta Municipal	Ações
<u>4- Bens tombados preservados adequadamente e Política de Educação Patrimonial</u>	- Convocar Seminário sobre “gargalos” da Política de Patrimônio Histórico vigente
	- Criar jogos conceituais e de divulgação do patrimônio histórico local para crianças
	- Mapeamento dos edifícios com valor histórico e arquitetônico e proposta de roteiro englobando os bens levantados

	- Política de eventos em locais tombados para divulgação e valorização desses locais
Meta Municipal	Ações
<u>5- Reduzir as áreas impermeáveis</u>	- Implantar taxa mínima de permeabilidade por lote em obras
Meta Municipal	Ações
<u>6- Implantação do Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos</u>	- Convocar Seminário sobre resultados obtidos pelo PMGRS (MP, PM, Fórum 2030)
Meta Municipal	Ações
<u>7- Todas as praças e parques implantados e usados pela população</u>	- Projeto para mudança de percepção sobre um novo estilo de vida
	- Definir Plano de Gestão para cada Parque existente
	- Qualificação dos mobiliários e diversificação de usos nas praças e parques
	- Definir projetos para os Parques previstos em lei

Nas avaliações feitas ao final das reuniões, alguns participantes manifestaram-se dizendo ter gostado da experiência, considerando positivo o trabalho realizado. Porém, desde o primeiro encontro, ficou claro para o grupo que o fato de não haver representante da Prefeitura nas discussões tirava parte do sentido do trabalho, uma vez que a quase totalidade das ações necessárias deveriam ser executadas pela administração municipal.

Referências

ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BIKO, Alex. **MóBILE**. São Paulo: CAU-SP, 2019.

FERREIRA, Mauro. **Construção de Indicadores para Aferição do Processo de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade na Cidade de Franca (SP)**. Relatório de Pesquisa. Franca: UNESP/FAPESP, 2015.

HOLANDA, D. C. **Metodologia para avaliação da acessibilidade na localização de escolas públicas do ensino fundamental**. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Transportes). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006.

REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS. **Plataforma Cidades Sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/publicacaoweb.pdf/>> Acesso em: 17 julho 2019.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Plataforma Trata Brasil**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2019> Acesso em: 07 agosto 2019.

SILVA, Enid Rocha Andrade (coord.). **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

VERDEJAR. Grupo Mulheres do Brasil. **Relatório 2019**. Franca: VERDEJAR, 2019.

CAPÍTULO 9 – MEIO AMBIENTE

Alba Regina Barbosa Araújo¹
Alex Luiz de Andrade Melo²
Eduardo José Nassar³
Emiliane Gerbasi Ricci⁴
Lizandra Guidi Magalhães⁵
Liziane Marçal⁶
Rafael Paranhos de Mendonça⁷

9.1 Objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODSs) abordados

Os objetivos principais abordados compreendem o descrito pelas ODS 6, 13 e 15, respectivamente: “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”; “Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”; “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”. (ONU, 2020).

1 Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, Mestrado em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual de Campinas e Doutorado em Agronomia pela UNESP/Jaboticabal.

2 Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, Mestre em Biologia Comparada mesma Instituição.

3 Graduado em Química pela Unesp/Araraquara. Mestrado e Doutorado em Química pela mesma instituição e no Departamento de Física na Universidade de Aveiro – Portugal. Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Universidade de Franca.

4 Graduada em Engenharia Química pela Universidade de Franca, Mestrado e Doutorado em Ciências pela mesma Instituição.

5 Graduada em Ciências Biológicas, Mestrado e Doutorado em Imunologia Básica e Aplicada na USP/São Paulo - Ribeirão Preto e pós-doutorado em Química Biológica pela Universidade de Franca. Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Ciências Animal da Universidade de Franca.

6 Graduada em Engenharia Química na Universidade de Franca, Mestrado e Doutorado em Ciências pela mesma universidade, sendo o Doutorado na categoria sanduíche, pela Universidade de Salamanca e Universidade Pública de Navarra. Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Universidade de Franca.

7 Graduado em Medicina Veterinária pela Unesp/Jaboticabal, Mestrado e Doutorado em Medicina Veterinária pela mesma instituição. Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade de Franca.

9.2 Contextualização global

A água potável limpa, segura e adequada é vital para a sobrevivência de todos os organismos vivos e para o funcionamento dos ecossistemas, comunidades e economias. Mas a qualidade da água em todo o mundo é cada vez mais ameaçada à medida que as populações humanas crescem, atividades agrícolas e industriais se expandem e as mudanças climáticas ameaçam alterar o ciclo hidrológico global.

Dentro do âmbito do desenvolvimento urbano e meio ambiente, um dos objetivos de desenvolvimento sustentável é alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e saneamento básico a todos. Uma das preocupações mais recente do mundo com relação a falta de água e saneamento é a contaminação por coronavírus. De acordo com recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a lavagem das mãos é uma defesa básica de primeira linha, sendo a forma mais eficaz de prevenir a propagação da COVID-19. Entretanto, a ONU estima que uma em cada três pessoas no mundo não tem acesso a água potável e sabão. Ademais, outras doenças estão relacionadas à falta de água potável e saneamento básico, podemos destacar as doenças gastrointestinais, as verminoses, hepatite A, entre outras.

Dentro do âmbito de proteger, deter e reverter a degradação da Terra e da perda da biodiversidade, sabe-se, de acordo com um relatório da ONU, emitido em 2019, um milhão de espécies de animais e plantas estão ameaçadas de extinção, segundo o relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistema (IPBES). Os cientistas destacam cinco principais causas de mudanças de grande impacto na natureza nas últimas décadas: perda do habitat natural, exploração das fontes naturais, mudanças climáticas, poluição e espécies invasoras. A destruição desses ecossistemas implica diretamente os serviços ecossistêmicos essenciais, como o fornecimento de água doce, controle de inundações e polinização, por exemplo. No mundo, hoje, 3,2 bilhões de pessoas sofrem com a insegurança alimentar, escassez hídrica e a crise climática. Efeitos diretos ou agravados por essas degradações.

9.3 Diagnóstico local

O grupo constituído para representar o GT 8 “Meio Ambiente” no Fórum Franca sustentável conta com membros da Academia local (UNIFRAN). Sob consenso, e conforme orientação da mesa diretora do fórum, foram diagnosticados tanto os pontos fracos e ameaças como pontos fortes e oportunidades para elaborar as propostas de ação para a cidade de Franca, que possui vários segmentos que se destacam, tais como o alimentício, o de confecção e o químico-cosmético, além da atividade cafeeira, tendo em vista que o município está localizado na região da Alta Mogiana, uma das mais importantes produtoras de café do mundo. Conhecida como a “Capital Nacional do Calçado”, Franca tem sua economia baseada na indústria, principalmente, pelo segmento coureiro-calçadista apresentando grande destaque nessa atividade. Conforme o Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, a cadeia produtiva coureiro-calçadista da cidade e da região engloba um total de 1015 indústrias, sendo 28% fornecedoras de matéria prima e insumos para a produção de calçados, artefatos de couro e artigos de viagem, 46% delas produtoras e 26% prestadoras de serviços terceirizados. (SINDIFRANCA, 2011).

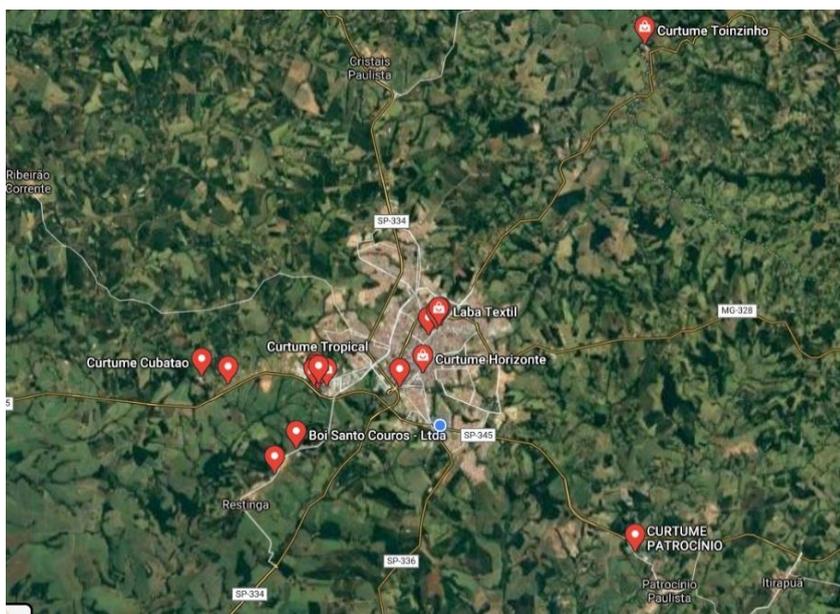
9.3.1 Pontos fracos e ameaças

No que se refere ao âmbito ambiental e na tentativa de detectar as fragilidades e ameaças ao meio ambiente, no município de Franca, o grupo chegou ao consenso em apontar alguns aspectos relacionados ao GT-8:

9.3.1.1 Sustentabilidade da água e saneamento básico

A água, sendo fundamental para a vida humana, animal e vegetal, possui múltiplos usos num largo espectro de atividades, onde visa atender as necessidades pessoais, econômicas (agricultura e indústrias), produção de energia elétrica, sociais (lazer e recreação) e a preservação da vida aquática. (SILVA *et al*, 2014; JACINTO, 2006; ALVES, 2013; DIAS, 2016). (Figura 1).

Figura 1: Principais curtumes localizados em Franca e Região.



Fonte: Google Earth (2020).

O curtimento relaciona a transformação da pele em couro, descrito por um conjunto de diversas etapas compostas por processos químicos e físico-mecânicos, necessitando um enorme volume de água resultando em grande quantidade de efluentes líquidos, sólidos e gasosos. Os resíduos gerados possuem elevado teor de Cr(III), o qual, sob condições oxidantes, pode transformar-se em Cr(VI), que é altamente tóxico para plantas, animais e seres humanos. (CHAMBI *et al*, 2011).

Nesse contexto, a contaminação por metais nos ecossistemas aquáticos é preocupante devido à sua toxicidade e bioacumulação nos organismos causando danos à saúde. Em 2006, Duo *et al* realizaram uma investigação para determinar a presença de metais potencialmente tóxicos em amostras de água coletadas ao longo do Córrego dos Bagres (Franca, SP), que recebe água da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) de indústria de curtume, concluíram que dentre os metais analisados o ferro (Fe) foi o elemento mais

abundante, zinco (Zn) e manganês (Mn) foram encontrados apenas nas amostras de sedimento, enquanto que, o Cr foi encontrado em todos os pontos de coleta, nas amostras de água e sedimento.

9.3.1.2 Meio ambiente e saúde pública

Sob o âmbito de meio ambiente e saúde pública, há uma grande preocupação com doenças transmitidas por vetores e agravos produzidos por animais peçonhentos, bem com as zoonoses (doenças naturalmente transmissíveis entre os animais e seres humanos), que podem estar associadas ao desequilíbrio ambiental e ou contaminação do solo. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). A interação homem-animal-meio ambiente, pode ser um risco para a transmissão de doenças, como sarna, salmonelose e larva migrans, e de outros parasitas, vírus ou bactérias presentes nos organismos destes animais e que podem ser transmitidos para humanos. (ZANELLA, JR. 2016). Dentre as principais doenças transmitidas por vetores estão a dengue, febre amarela, malária, leishmaniose, esquistossomose, doença de chagas e doenças transmitidas por carrapatos. Além das doenças transmitidas por vetores, destacam as zoonoses de importância para a saúde pública como a raiva, a leptospirose, a hantavirose, a brucelose e a toxoplasmose e as geohelmintoses.

Neste contexto, um dos pontos avaliados foi em relação à expansão da leishmaniose na região de Franca. A leishmaniose é doença infecciosa e negligenciada, classificada como zoonose, demonstrando duas principais manifestações clínicas, a leishmaniose tegumentar e a leishmaniose visceral, esta última de maior gravidade, sendo potencialmente fatal. (AKHOUNDI *et al.*, 2016).

Esta enfermidade possui como principal vetor díptero, o flebotomíneo hematófago *Lutzomyia longipalpis*. (FRANÇA-SILVA *et al.*, 2005). De acordo com relatos provenientes do hospital veterinário da Universidade de Franca, diversos cães provenientes dos municípios de Franca, Pedregulho, Rifaina e Delfinópolis, foram diagnosticados com a doença. Neste sentido faz-se necessário o conhecimento da distribuição e análise da fauna *flebotomínica* da região, pois é de fundamental importância para a vigilância epidemiológica da doença, uma vez que ela vem causando um grande impacto na saúde pública.

Outra observação são as ações para avaliar a contaminação ambiental por parasitos zoonóticos nos locais públicos de recreação de Franca.

Praças, parques, enfim, infinitos ambientes em que a circulação de cães coincide com a de humanos, torna-se maior a susceptibilidade de transmissão das zoonoses parasitárias. Nesse contexto, a conscientização da população está intimamente relacionada com reduções nas taxas de contaminação ambiental. Ademais, a avaliação dos animais acometidos é imprescindível para a redução da contaminação ambiental e consequentemente da população.

9.3.1.3 Aspectos florestais (Flora)

A perda dos habitats florestais é a maior ameaça à diversidade biológica, levando espécies e mesmo comunidades inteiras ao ponto de extinção. Estes habitats, que antes ocupavam grandes áreas contínuas, encontram-se hoje frequentemente reduzidos a fragmentos isolados, cercados por uma paisagem altamente modificada e degradada. (CÉSAR, 2003). No interior do estado de São Paulo a vegetação original era de Florestas Estacionais Semidecíduais (FES) que ocuparam extensas áreas em um passado recente. Essas florestas eram caracteristicamente descontínuas, entremeadas, em alguns trechos, por cerrados, campos rupestres e matas ciliares. (VELLOSO *et al.*, 1991; LEITÃO FILHO, 1982).

Os remanescentes do interior do estado atualmente ainda guardam estas características, sendo muito comum encontrar fragmentos com vegetação de Cerrado nas partes mais altas do relevo, com transição para FES nas partes mais baixas. Alguns trechos ficam caracterizados como mata de transição onde ocorrem espécies de Cerrado espécies de FES típicas como óleos de copaíba, angicos, sucupiras, amendoim-do-campo e outras.

No município de Franca, SP a vegetação nativa está restrita a alguns remanescentes que ocorrem ao longo dos cursos d'água, ao redor de nascentes e em áreas destinadas à Reserva Legal das propriedades rurais e às áreas verdes urbanas. Dentro da área urbana esses remanescentes estão sobre constante pressão do crescimento urbano sofrendo queimadas e deposições de lixo e entulhos. Na área

urbana do município de Franca há dois parques ecológicos que possuem remanescentes florestais que mantêm ainda a fisionomia da vegetação e parte da flora e da fauna nativas regionais. Um deles é conhecido como Bosque dos Angicos ou Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho, e o outro é o Parque Ecológico Dr. João Roberto Corrêa, que se localiza em área adjacente ao Parque de Exposições Fernando Costa. Também há os remanescentes florestais do Jardim Zoobotânico, antigo Horto Florestal do município de Franca-SP. Nessas áreas ocorrem remanescentes de Cerrado com elementos de Floresta Estacional Semidecidual, típicos da região. Em levantamentos preliminares nesses locais, realizados com alunos da Universidade de Franca ficou evidenciado que a diversidade atual desses remanescentes é representativa da original e as populações das espécies da flora e da fauna estão se mantendo, produzindo sementes viáveis e interagindo entre si, assim, esse remanescentes de vegetação originais são relevantes para a conservação da biodiversidade, constituem bancos de germoplasma e fornecem subsídios para projetos de restauração ecológica, educação ambiental e outros.

A fragmentação da vegetação nativa no município de Franca-SP tanto na área rural quanto na área urbana, resulta da falta de um plano de desenvolvimento sustentável no parcelamento de solos do município. Não existe no Plano Diretor do Município de Franca, estudos e previsões de instalação de corredores ecológicos rurais e urbanos, que liguem os remanescentes florestais ainda existentes.

Os loteamentos urbanos são analisados individualmente e embora tenham a obrigatoriedade de implantação das áreas verdes urbanas e reflorestamento das áreas de preservação permanente, as ligações entre os bairros sempre canalizam córregos e interrompem as ligações entre os remanescentes (Figura 2).

A população não contribui com a preservação dessas áreas e constantemente depositam lixo doméstico e entulhos nos remanescentes e promovem incêndios.

Figura 2: Localização do fragmento de Floresta Estacional Semidecidual da AABB no município de Franca – SP.



Fonte: Google Earth (2019)

9.3.1.4 Espécies Nativas (Fauna)

Quanto à fauna, vale ressaltar como pontos fracos, a diminuição das populações naturais, frente à introdução de espécies exóticas, como o javali (*Sus scrofa scrofa*), lebre europeia (*Lepus europaeus*) e o caramujo gigante africano (*Achatina fulica*) em ambientes terrestres, além de inúmeras espécies aquáticas, como o bagre-africano (*Clarias gariepinus*), a rã touro (*Lithobates catesbeianus*), o mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*) e o berbigão de água doce (*Corbicula fluminea*). As espécies exóticas competem ou predam espécies nativas, além de oferecer riscos à saúde pública e danos econômicos em ambientes de cultivo e sistemas de abastecimentos e irrigação. Um outro agravante para a fauna nativa consiste na perda de habitat, sendo que os ecossistemas

naturais se apresentam fragmentados e reduzidos pelo uso e ocupação do solo local.

9.3.2 Pontos fortes

9.3.2.1 Sustentabilidade da água e saneamento básico

A cidade de Franca sob a administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), apresenta uma distribuição de água universalizada e o índice de cobertura de esgoto é de 99,8% e o de tratamento, de 100%. E ainda, a unidade local da Sabesp busca aproveitar os resíduos gerados para se tornar autossustentável energeticamente, por exemplo, a utilização do lodo na produção do biogás que alimenta a frota de veículos das unidades da Sabesp e, também, o preparo do lodo do tratamento para a venda na agricultura para ser usado como fertilizante.

Com valores tão altos e satisfatórios, em 2020, a cidade é classificada como a segunda melhor do país em saneamento básico, segundo o Instituto Trata Brasil que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Frente ao exposto, apesar da quantidade de resíduos gerados pela atividade industrial ser grande, parte da poluição tende a ser controlada pelo processo de saneamento básico tão eficiente do município.

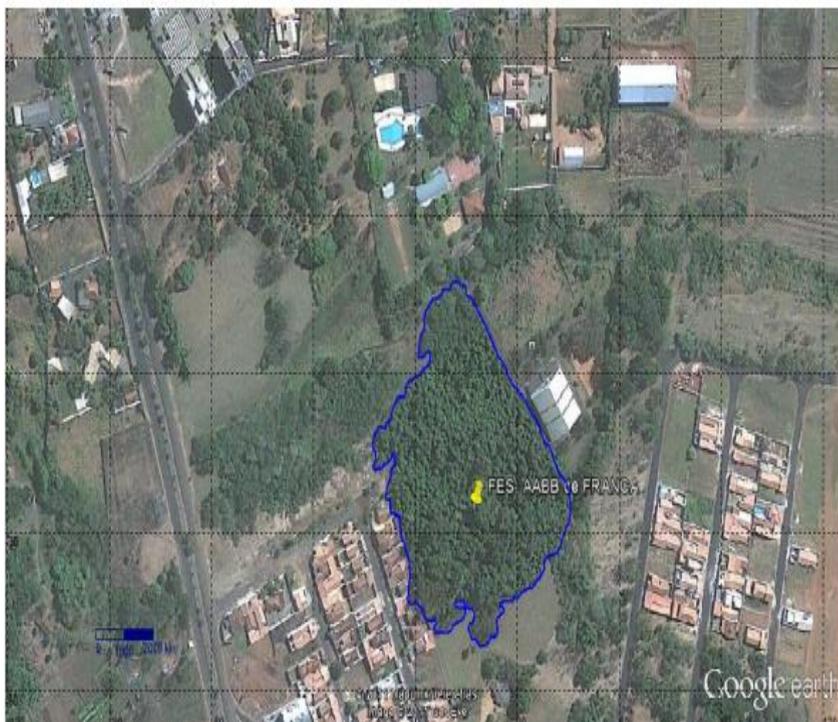
9.3.2.2 Meio ambiente e saúde pública

A Prefeitura Municipal de Franca consta com o setor de Vigilância Ambiental que está alocado na Secretaria de Saúde e tem o papel de proporcionar o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou outros agravos à saúde. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2020).

9.3.2.3 Aspectos florestais (Flora)

Os remanescentes florestais do município ainda conservam espécies típicas da região e podem ser relevantes corredores ecológicos. Badoco (2011) verificou a ocorrência de 53 espécies, distribuídas em 29 famílias e 49 gêneros em um pequeno fragmento de floresta estacional localizado em área da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). O fragmento mostrou uma estrutura com sub bosque típico das florestas originais e embora sofra pressão antrópica com deposição de entulhos e incêndios, ainda regenera espécies nativas típicas das florestas de transição da região (Figura 3).

Figura 3: Localização do fragmento de Floresta Estacional Semidecidual da AABB no município de Franca - SP



Fonte: Google Earth (2019).

No mês de dezembro de 2019 foi feito um reflorestamento com 3500 mudas de espécies nativas área de preservação permanente do córrego do Espreado no Jardim Noêmia, promovendo a ligação com esses remanescentes da AABB. O projeto está sendo realizado pelo Comitê Verdejar do Grupo Mulheres do Brasil, em parceria com a prefeitura municipal, empresas privadas, universidades do município.

No Parque Ecológico Dr. João Roberto Corrêa está em implantação, projeto de floresta urbana pela prefeitura municipal. Estudos realizados por alunos e professores da Universidade de Franca, mostraram que a diversidade nos remanescentes florestais do parque equivale a outras áreas mais conservadas do estado de São Paulo, como evidenciado por Lopes e Rabelo (2013).

Nos parques ecológicos e no Jardim Zoobotânico de Franca tem se desenvolvido vários trabalhos de conclusão de curso com o objetivo de comprovar a relevância dos remanescentes florestais dessas áreas para a conservação da flora e da fauna regionais.

9.3.2.4 Espécies Nativas (Fauna)

Apesar do quadro apontado, muitas espécies da fauna silvestre listadas com ameaçadas pelo Decreto nº 63.853, de 27/11/2018, que declaram as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as deficientes de dados para avaliação no Estado de São Paulo, apresentam populações em expansão na região, como é o caso das espécies vulneráveis (VU) de tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), onça parda (*Puma concolor*) e lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*). Espécies em perigo (EN) e criticamente ameaçadas (CR) também apresentam registros na região, como o caso do mutum de penacho (*Crax fasciolata*) com registros abundantes na região periurbana de Franca-SP. (BARROS; SILVA, 2019).

Figura 4: Exemplos de mutum de penacho (*Crax fasciolata*) registrados por armadilha fotográfica durante monitoramento de fauna na região periurbana de Franca-S.P



Fonte: Autoria de Renata Alves de Barros

9.3.3 Propostas de ação

9.3.3.1 Sustentabilidade da água e saneamento básico

A indústria calçadista, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, está procurando soluções que minimizem a geração de passivos ambientais, já que atualmente a maior parte desses resíduos tem sido destinada a aterros industriais, solução adequada legalmente, porém não sustentável, visto que o lixiviado de aterros pode ocasionar contaminação dos lençóis freáticos. (MISTURINI e NASCIMENTO, 2016).

O efluente gerado, contendo cromo, pode ser reciclado e reutilizado no processo de curtimento ou conduzido para a ETE, onde é tratado em separado. Tradicionalmente, o tratamento consiste na precipitação do cromo em meio básico, formando hidróxido de cromo trivalente ($\text{Cr}(\text{OH})_3$), o qual origina um resíduo sólido com alto teor de cromo. Porém, outras técnicas de remoção do cromo, ou até mesmo outros poluentes, podem ser aplicadas, tais como: (i) troca iônica, (ii) flotação, (iii) osmose reversa, (iv) extração por solventes, (v) métodos eletrolíticos e (vi) adsorção.

Esses métodos têm sido limitados porque eles envolvem frequentemente altos custos operacionais, especialmente para o tratamento dos efluentes. Porém, adsorção sobre substrato sólido é considerada o processo mais adequado para a remoção de íons de metais potencialmente tóxicos para soluções à baixa e alta concentrações.

Baseado na necessidade real da cidade de Franca realiza-se no grupo de Pesquisas de Química Inorgânica Sol-Gel da Universidade de Franca, estudos que verificam o potencial de materiais híbridos orgânico-inorgânicos, baseadas sílicas ou argilas em remover, por meio do processo de adsorção, íons cromo dos efluentes provenientes de curtumes da região. Resultados muito promissores têm viabilizado a utilização desses materiais, podendo ser uma boa alternativa para a remoção de cromo dos efluentes industriais, impedindo a contaminação dos ecossistemas aquáticos e fluviais. Vieira *et al* (2018) estudaram a adsorção de íons Cr(III) utilizando as argilas Caulinita e Saponita organofuncionalizadas e obtiveram resultados promissores na remoção do cromo e os sólidos obtidos após a adsorção de Cr(III) foram utilizados como catalisadores heterogêneos para a reação de oxidação do cis-cicloocteno (conversão superior a 50%). Guilberto *et al* (2016) estudaram a funcionalização com alcóxidos organicamente modificados na matriz inorgânica (bentonita) e produziram materiais híbridos com propriedades desejáveis para estudos de adsorção de íons Cr³⁺ resultando no aumento em 20 % da capacidade de retenção em relação a argila bentonita comercial. Leonel *et al* (2012) prepararam um material híbrido de caulinita com glicerina proveniente da produção de biodiesel de glicerina e este material foi testado para a adsorção de Cr³⁺ onde foi comprovado um aumento significativo na capacidade do mesmo em comparação com a caulinita purificada concluindo que o desenvolvimento desse material representa uma proposta viável para o tratamento de efluentes de indústrias que contenham o Cr³⁺ como contaminante, como é o caso dos curtumes e a utilização do subproduto do biodiesel representa, portanto, uma importante contribuição na promoção da sustentabilidade do processo de produção deste biocombustível.

9.3.3.2 Meio ambiente e saúde pública

Visando a elaboração de projetos técnico-científicos seria o ponto de partida ideal para ajudar nas ações de desenvolvimento e de conscientização ambiental no município de Franca e região. A educação da comunidade em geral é uma importante estratégia para contribuir com a melhoria da qualidade da educação e a adoção de medidas profiláticas visando inibir a disseminação de importantes zoonoses e doenças transmitidas por vetores. Neste contexto, uma das propostas é levar ao público esclarecimentos e informações sobre as principais doenças transmitidas por vetores e zoonoses aos problemas de saúde pública. Baseado nesse preceito, propomos realizar palestras, oficinas, cursos, atividades de capacitação e campanhas informativas com profissionais das diferentes áreas, com a finalidade de contribuir com a conscientização dos alunos do ensino fundamental e médio das escolas municipais e estaduais da cidade de Franca. Assume também um papel de auxiliar as autoridades em campanhas preventivas e, sobretudo promover ações para melhoria da qualidade de vida da comunidade e dos animais.

Outra proposta é de avaliar a contaminação do solo por geohelmintos e ou investigar a presença de vetores de determinadas doenças que podem ocorrer na cidade de Franca e região. Como exemplo, podemos citar o trabalho orientado pelo Prof^o Dr. Rafael Paranhos de Mendonça da Universidade de Franca que investigou a fauna flebotomínica de Franca e de outros dois municípios da região (Rifaina e Pedregulho). No trabalho, observou uma fauna variável, na qual foram identificadas pelo menos três espécies de flebotomíneos envolvidos na transmissão da leishmaniose tegumentar e visceral, sendo elas respectivamente *Nyssomyia whitmani*, *Migonemyia (Migonemyia) migonei* e *Lutzomyia (Lutzomyia) longipalpis*, além de outras espécies não consideradas de importância médica. Reforçando que o levantamento das espécies em cada região pode esclarecer pontos importantes no entendimento na transmissão da doença e reforçar as políticas de saúde pública em áreas específicas de presença de flebotomíneos. (SANTOS, J.D, 2019).

9.3.3.3 Aspectos florestais (Flora)

No que se refere conservação dos remanescentes florestais é importante que seja incluído na legislação municipal a obrigatoriedade de se preservar as interconexões entre os remanescentes florestais não interrompendo e cortando as áreas de preservação permanente (APP) dos córregos nas áreas de expansão urbanas e nos novos parcelamentos de solos. Isso implicaria na construção de pontes que passem por cima das APPS, não canalizando córregos e fazendo barramentos com as instalações viárias. Essa ação teria também reflexo na drenagem urbana evitando enchentes e inundações. Projetos de educação ambiental e de restaurações ecológicas poderiam ser implementados em parcerias entre universidades empresas privadas e administração pública municipal.

9.3.3.4 Espécies Nativas (Fauna)

A fauna nativa, presente no local, apresenta-se sobreposta a elementos exóticos e domesticados, como cachorros (*Canis lupus familiaris*) e gatos domésticos (*Felis silvestryx catus*) comuns na região.

A presença desses animais domésticos representa uma ameaça potencial à fauna silvestre local, pois são potenciais transmissores de doenças (zoonoses) e predadores da fauna nativa. (GALETTI e SAZIMA, 2006). Deve-se buscar orientação especializada junto aos proprietários, para que eles mantenham os animais no interior das propriedades e com a vacinação em dia.

Outra ação proposta envolve a recuperação e manutenção das áreas de preservação permanente ao redor dos cursos d'água, encostas e topos de morros, já que as mesmas apresentam grande importância na manutenção da fauna nativa no que refere-se a abrigo e alimento, além de permitir o trânsito de indivíduos entre os fragmentos de vegetação, garantindo maior capacidade reprodutiva e fluxo gênico para estes indivíduos. O incentivo em programas de monitoramento e manejo de fauna exótica infestante também trará benefícios, permitindo a implantação de medidas de manejo ou controle destas populações quanto necessário.

9.3.4 Dimensão social

A água é a substância essencial à vida, tão importante, que em algumas vezes não recebe a atenção devida como nutriente, fundamental para animais e seres humanos, seu valor econômico é reconhecido em todo o planeta, porém necessita com urgência de um processo de conscientização maciça da sociedade a nível mundial, para que realizem um manejo racional, ou seja, pensando sempre em formas de minimizar os desperdícios da água e seu uso de forma sustentável, caso contrário correremos o risco muito sério de escassez de água de qualidade, haja visto que em muitos países a seca já tem castigado muitas famílias e todo sistema produtivo ocasionando não apenas a sede, mas também a falta de alimento, devido à falta de água.

Franca apesar de se destacar na qualidade de saneamento básico, acaba sendo a representação da minoria de casos nacionais, pois, no Brasil, a cultura de desperdício está impregnada na sociedade, sendo ao mesmo tempo um reflexo dos poucos programas e projetos de educação ambiental e conservação dos recursos naturais que caminham a passos lentos, visto o tamanho dos prejuízos já ocasionados ao meio ambiente.

No contexto mundial, o Brasil ocupa a 112^a posição num ranking de saneamento entre 200 países. A pontuação do Brasil no Índice de Desenvolvimento do Saneamento – um indicador que leva em consideração a cobertura por saneamento atual e sua evolução recente – foi de 0,581 em 2011.

O índice brasileiro é inferior não só às médias da América do Norte e da Europa, mas também às de alguns países do Norte da África e Oriente Médio, povos de renda média bem mais baixa que do Brasil. Equador (0,719), Chile (0,707), Honduras (0,686) e Argentina (0,667), por exemplo, registraram índices muito superiores aos do Brasil em 2011.

Em relação a fauna e flora, deve-se levar em conta a extinção de várias espécies nativas que fazem parte do ecossistema e até mesmo de cadeias alimentares fundamentais para a vida. A rica biodiversidade brasileira, que é a maior do mundo, tem sofrido impactos com extinção animal em massa. O declínio da população da fauna e flora brasileira é alarmante: ao todo, 1173 animais, entre mamíferos, aves répteis, anfíbios e peixes e mais 2.113 espécies da

flora estão ameaçados de extinção, segundo levantamento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Referências

AKHOUNDI, M.; KUHL, K.; CANNET, A.; VOTÝPKA, J.; MARTYL, P.; DELAUNAY, P.; SERENO, D. A Historical Overview of the Classification, Evolution, and Dispersion of Leishmania Parasites and Sandflies. **PLOS Neglected Tropical Diseases**, v.10, n.1-40, 2016.

ALVES, V. C.; BARBOSA, A. S. Práticas de gestão ambiental das indústrias coureiras de Franca-SP. **Gest. Prod.**, São Carlos, v.20, n.4, p. 883-898, 2013.

BADOCO, V, M. **Levantamento da flora arbustivo-arbórea de um fragmento urbano de floresta estacional semidecidual no município de Franca**, São Paulo, Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso de ciências Biológicas, Universidade de Franca.

BARROS; R.A.; SILVA; P.R. **Levantamento de Mamíferos Terrestres com Métodos Não Invasivos no Jardim Zoobotânico em Franca–SP**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas da Universidade de Franca, 2019.

CESAR, L.F. **Florestas do Mundo: propostas para a sustentabilidade**. São Paulo, Instituto Pólis. 2003, 156p. (Cadernos de proposições para o século XXI, 6).

CHAMBI, M. M.; TOFFOLI, S. M.; **Caracterização de um lodo de cromo proveniente da indústria de couro do distrito industrial de Franca, SP**. 55 Congresso Brasileiro de Cerâmica, 29 de maio a 01 junho de 2011, Porto de Galinhas, PE, Brasil.

DIAS, S. E. V.; CARLONI, A. R. Resíduos e efluentes gerados pelos curtumes de Franca: Uma análise considerando novas exigências internacionais. **Revista Eletrônica "Diálogos Acadêmicos"** v.07, n.2, p.49-66, 2014.

DUO, D.A.; WINKALER, E.U.; MELO, A. L. A.; NETO, J. G. M. **Determinação de metais pesados em amostras de água e sedimento do córrego dos Bagres, no município de Franca, São Paulo.** *Biológico, São Paulo*, v.68, Suplemento, p.797-801, 2006.

FRANÇA-SILVA, J. C.; BARATA, R. A.; COSTA, R. T.; MONTEIRO, E. M.; MACHADO-COELHO, G. L. L.; VIEIRA, E. P.; FORTES-DIAS, C. L. **Importance of *Lutzomyia longipalpis* in the dynamics of transmission of canine visceral leishmaniasis in the endemic area of Porteirinha Municipality, Minas Gerais, Brazi.** *Veterinary Parasitology*, 131(3-4), p. 213-220, 2005.

GALETTI, M.; I. SAZIMA. Impacto de cães ferais em um fragmento urbano de Floresta Atlântica no sudeste do Brasil. **Natureza & Conservação**, v. 4, n.1, p. 58-63, 2006.

GILBERTO, THALES J.; MARÇAL, L.; SILVA, J. M.; ROCHA, L. A.; CIUFFI, K. J.; FARIA, E. H.; NASSAR, E. J. Hybrid Materials Based on Bentonite Functionalized with Amine Groups via the Hydrolytic Sol-Gel Method. **Journal of the Brazilian Chemical Society** (Impresso), v. 27, p. 933-940, 2016.

JACINTO, A. C. B.; AMARAL, L. A. Avaliação da variação da qualidade da água do Córrego Correias (município de Franca/SP) nas áreas urbana, suburbana e rural em um período de 24 horas. **Investigação** - Revista Científica da Universidade de Franca, v.6, n.1, p.35-40, 2006.

LEITÃO FILHO, H. F. **Aspectos taxonômicos das florestas do Estado de São Paulo.** *Silvicultura em São Paulo*, 16A v.1, p.197-206, 1982.

LEONEL; FARIA, E. H.; PIMENTEL, R. C.; NASSAR, E. J.; CIUFFI, K. J.; DOS REIS, M. J.; CALEFI, P. S. Aproveitamento da glicerina proveniente da produção de biodiesel na obtenção de híbrido de caulinita para adsorção de Cr³⁺. **Química Nova** (Impresso), v. 35, p. 1407-1411, 2012.

LOPES, M. T.; RABELO, T. N. **Fitossociologia da flora arbustivo-arbórea de um fragmento urbano de cerrado stricto sensu no Município de Franca - SP.** Trabalho de Conclusão de Curso de ciências Biológicas, Universidade de Franca, 2013.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 20/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Vigilância Ambiental 2020.** Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracaodireta/saude/vigilancia-ambiental-de-obitos-saude-54>. Acesso em: 26/04/2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. portaria nº 1.138, de 23 de maio de 2014. Define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1138_23_05_2014.html. Acesso em: 30/04/2018.

MISTURINI, D. D.; NASCIMENTO, C. A. Redução do Impacto Ambiental: Uma abordagem no setor de modelagem em uma empresa calçadista. **Revista de Ciências da Administração**, v.18, n.46, p. 120-136, 2016.

SANTOS, J. D. **Flebotomíneos (diptera: ptychoptera) em áreas de ocorrência de leishmaniose na região sudeste do Brasil.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Franca, 2019.

SINDFRANCA. Estudo sobre o setor coureiro-calçadista de Franca e Região. 2011. Disponível em: <http://www.sindifranca.org.br/mapeamentodosetor.asp>. Acesso em: 20 março 2020.

SMA. Secretaria do Meio Ambiente. Decreto nº 63.853, de 27/11/2018. Declara as espécies da fauna silvestre no Estado de São Paulo regionalmente extintas, as ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as com dados insuficientes para avaliação, e dá providências correlatas.

VELOSO R.P., RANGEL FILHO A.L.R., LIMA, J.C.A.

Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE, 123p., 1991.

VIEIRA, C. A.; FERREIRA, B. F.; SILVA, A. F.; VICENTE, M. A.; TRUJILLANO, R.; RIVES, V.; CIUFFI, K. J.; NASSAR, E. J.; DE FARIA, E. H. Adsorption-Based Synthesis of Environmentally Friendly Heterogeneous Cr(III) Catalysts for Oxidation Reactions into Kaolinite, Saponite, and Their Amine-Modified Derivatives. **ACS Applied Nano Materials**, v. 1, p. 3867-3877, 2018.

ZANELLA, J.R. Zoonoses emergentes e reemergentes e sua importância para saúde e produção animal. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, v.51, n.5, p.510-519, 2016.

CAPÍTULO 10. NÃO VIOLÊNCIA, ACESSO À JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES TRANSPARENTES E PARTICIPATIVAS: DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DO POTENCIAL DE FRANCA-SP NA PERSPECTIVA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Regina Claudia Laisner¹

Lilian Cristina Gomes do Nascimento²

Danilo Cândido Bulgo³

Andréia Cristina de Britto Leal⁴

Helieder Rodrigues Carrijo de Moraes⁵

Davi Pontes⁶

Isabela Menezes Franco⁷

Larissa Prudêncio Menezes Ferreira⁸

10.1 Objetivo de desenvolvimento sustentável 16

Este capítulo aborda, dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) - figura 1. “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável,

¹ Professora no curso de Relações Internacionais, no Programa de Mestrado em Direito, na linha Direito, Sociedade e Políticas Públicas e coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs) na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: regina.laisner@unesp.br.

² Professora do Programa *Strictu Sensu* em Promoção de Saúde da Universidade de Franca. E-mail: liliangomes@hotmail.com.br.

³ Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde, Fisioterapeuta, Pedagogo e Professor no curso de Fisioterapia da Universidade de Franca. E-mail: danilobulgo@gmail.com.

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa em Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, com pós-graduação lato sensu em Controladoria e Finanças na Escola Superior Aberta do Brasil – ESAB. E-mail: sadeiabr@yahoo.com.br.

⁵ Mestrando em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa em Desenvolvimento Social e Políticas Públicas pela Uni-FACEF, com Pós-Graduação lato sensu em Ciências Jurídico-Administrativas pela Universidade Clássica de Lisboa-Portugal e Pós-Graduação lato sensu em Direito Empresarial pela Universidade de Franca. E-mail: heliedercarrijo@yahoo.com.br.

⁶ Graduando em Direito na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Brasil e pesquisadora do NEPPs. E-mail: davipontes1212@gmail.com.

⁷ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Brasil e pesquisadora do NEPPs. E-mail: isabelamenezes2014@gmail.com.

⁸ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Brasil e pesquisadora do NEPPs. E-mail: larissa.prudencio@unesp.br.

proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. (ONU, 2015).

As metas traçadas na Agenda 2030 para este objetivo, em particular, são desafiadoras e ambiciosas, como pode ser observado a seguir, apresentadas, com destaque, as que se interligam com mais proximidade aos temas abordados neste trabalho. (ONU, 2019):

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares. [...] 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos”. [...] 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Figura 1 - Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16)



Fonte: ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 29 dez. 2019.

Não obstante, pretende-se elucidar as questões urgentes da cidade de Franca-SP, relacionadas ao escopo da proposta, assim como valorizar as oportunidades existentes e propor mecanismos que possibilitem ações em parcerias público e privadas, a fim de transpor os obstáculos e atingir o desenvolvimento sustentável e inclusivo aos municípios.

10.2 Contextualização global

10.2.1 O escopo da proposta

As discussões sobre as dificuldades e, ao mesmo tempo, as potencialidades em torno do desenvolvimento nos municípios brasileiros estão presentes há muito tempo nos círculos acadêmicos de produção do conhecimento e no âmbito das iniciativas governamentais de políticas públicas. Um dos caminhos que têm se apresentado, mais recentemente, como possibilidade de reflexão, pesquisa e construção de alternativas, vinculado inclusive com à agenda internacional, tem sido os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, propostos na Agenda 2030, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Estes objetivos foram formulados na forma de 17 objetivos e 169 metas, como uma agenda para 2030, que buscam a ampliação dos Objetivos do Milênio, previstos na Agenda 2015, então ampliada e estendida, incluindo novas questões como o financiamento e a sustentabilidade do desenvolvimento. (ONU, 2019).

Porém, para que tais objetivos se materializem em ações reais é preciso que diversos atores se engajem nas iniciativas, em conjunto, inclusive nas várias esferas de governo, de maneira a sincronizar objetivos locais e o consenso internacional que vem sendo construído a partir desta agenda proposta.

O município de Franca, localizado no Estado de São Paulo, a 401 km da capital, com população estimada em 353.187 habitantes (IBGE, 2019) destaca-se por ser um polo de desenvolvimento na região, impactando, deste modo, também a seus municípios vizinhos. Assim, por exemplo, do setor de calçados francano decorre, em parte, o desenvolvimento industrial de muitos municípios próximos, que ou fazem parte do processo e/ou comercializam seus produtos no mercado de Franca. O mesmo pode ser visto no setor cafeeiro e no setor de serviços e comércio, onde existe significativo deslocamento de pessoas e de recursos das vizinhanças em direção ao município de Franca, efetuando parte de suas compras e usufruindo os serviços bancários, de restauração e de saúde, por exemplo. Além disso, os indicadores sociais do município, comparados com o Brasil e mesmo com o Estado de São Paulo, evidenciam que Franca está em uma situação bastante favorável, com um grau de desenvolvimento

humano que considerado alto: 0,780, quando o referencial do Estado de São Paulo é de 0,783 e de 0,755 em nível nacional. (PNUD, 2010).

Ferraz *et al.* (2019) apontam que o município de Franca se destacou em um estudo que comparou o nível de desenvolvimento dos municípios paulistas de maior porte, tendo a cidade recebido conceito “ótimo” em relação ao sistema educacional no nível básico de ensino, visto que o estudo considera o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017, quando Franca obteve a nota média 6,25, a segunda melhor do Estado, ocupando a classificação dentre 25 municípios avaliados no estudo – os maiores do interior e litoral de São Paulo.

Nos aspectos acerca do Sistema de Saúde, a cidade também alcançou o conceito “ótimo”, pois, as taxas de mortalidade infantil registradas no ano de 2017 foi cerca de 8,67 mortes por mil nascidos vivos, assim, Franca tem a quinta menor taxa do Estado. Em relação ao Meio Ambiente, a cidade também recebeu um conceito positivo e que corrobora com os aspectos exigidos pelo “Programa Município Verde Azul” de 2018, o que destaca a cidade como um campo propício para o desenvolvimento e proteção ambiental.

Ocorre que, mesmo com todas estas informações positivas acerca da cidade muito problemas ainda persistem, longe de configurar o desenvolvimento desejável e acessível a todos os seus moradores, ou pelo menos para a sua grande maioria. Informações acerca do mesmo estudo citado anteriormente (FERRAZ *et al.*, 2019) revelam o conceito “péssimo” concedido à cidade no quesito que considera o PIB per capita, a receita do município per capita, o salário médio dos trabalhadores e as taxas de ocupação e de motorização. Elas, no seu conjunto, demonstram, no caso francano, fatores que alimentam condições de alta empregabilidade, porém com salários precários, abaixo da média Estadual, apesar do município configurar-se como um polo de desenvolvimento empresarial no ramo calçadista.

Nesta direção, é que constitui-se o Fórum Franca Sustentável, como uma parceria liderada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade de Franca (UNIFRAN) e Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) e que congrega o poder público, o setor produtivo, a sociedade civil organizada e os movimentos sociais, com o objetivo de promover um amplo e profundo diagnóstico dos problemas e

potenciais da cidade, de modo a compor um planejamento estratégico para o seu desenvolvimento.

O objetivo, em particular, deste capítulo, é colaborar com esta tarefa, de modo a cobrir, de forma especial, o ODS 16, organizado por múltiplos profissionais de áreas interdisciplinares, pertencentes às três instituições, que buscam apresentar análise e proposição em torno deste ODS a partir de dois blocos centrais: o primeiro se refere às questões do direito à não violência e ao acesso à justiça, e o segundo se vincula à transparência e participação das instituições políticas.

Os dois blocos propostos para o trabalho se articulam muito fortemente aos pressupostos teóricos de Amartya Sen, já bastante conhecido e utilizado na literatura acerca da sua visão alternativa de desenvolvimento. Nesta perspectiva, a proposta alinha-se a uma visão que prevê a implementação de políticas públicas que expandam as capacidades da população na prática de determinadas liberdades instrumentais – liberdades estas consideradas meios fundamentais para a promoção do desenvolvimento como liberdade, nos termos de Sen. Na medida em que convergem, muito apropriadamente aos blocos selecionados, estas liberdades, propostas pelo autor, configurarão o eixo da proposta que ora se apresenta, qual seja, de diagnóstico e análise de potencial do município de Franca – SP, na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

10.2.2 O significado do desenvolvimento e as liberdades instrumentais como eixo da proposta

Há que se considerar que existe uma recorrente confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento, quando o debate se dedica a esta questão. O crescimento econômico é geralmente tratado como o produto proveniente da interação dos fatores de produção, sendo que o resultado derivado desta combinação mensura o conjunto de riquezas produzidas e que serão usufruídas pela população de uma dada localidade. Ou seja, compreende a expansão do produto real de um dado lugar, em determinado período de tempo. Já o conceito de desenvolvimento, considera o crescimento uma de suas condições indispensáveis, mas não suficientes.

Para além desta diferenciação, a contribuição de Amartya Sen (2000) expande a compreensão que se tem sobre o desenvolvimento,

considerando-o não simplesmente como um processo de criação de riquezas. O desenvolvimento não deve restringir-se somente ao acesso aos bens materiais; deve considerar a manutenção e expansão de direitos civis, políticos e sociais básicos, incluindo capacidades elementares como, por exemplo, ter

[...] condição de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. (SEN, 2000, p.52).

Com tal concepção, percebe-se a amplitude do conceito de desenvolvimento, interferindo não somente nas condições presentes da população e nas necessidades mais prementes, como em hierarquias superiores de desejos ou necessidades no futuro. Esta perspectiva contempla, então, não somente as benesses do crescimento econômico como as expande para além da consideração de um simples dado quantitativo, incorporando a noção de ‘desenvolvimento como liberdade’, “[...] um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. (SEN, 2000, p.17).

Em seu livro "Desenvolvimento como Liberdade", Sen (2000) nos coloca como uma de suas ideias centrais, a complementaridade existente entre as condições sociais e a “condição de agente individual”, o que significa dizer que é preciso verificar o alcance da liberdade individual em um determinado contexto. Decorre daí sua noção de desenvolvimento que: “[...] consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. (SEN, 2000, p. 10).

Assim, de acordo com o autor, desenvolver qualquer localidade, em qualquer extensão, significa expandir as capacidades das pessoas para que elas levem o tipo de vida que valorizam. (SEN, 2000). Isso é possível se a liberdade for o fim primordial e o meio principal, para que com o tempo, e o indivíduo sejam capaz de assumir a condição de agente na política, na sociedade, na cultura e na economia.

Pensando na liberdade como meio e não somente como fim o autor considera que cinco tipos de liberdades instrumentais são

necessárias para o alcance desta liberdade mais global: (1) liberdades políticas, consideradas como os direitos políticos associados à democracia; (2) facilidades econômicas, referidas às oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos, econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca; (3) oportunidades sociais, nas áreas da educação, saúde, etc., que influenciam a liberdade de o indivíduo ter uma vida melhor e assumir a condição de agente; (4) garantias de transparência, concebidas na sua relação com a necessidade de transparência e confiança para a vida em coletividade, como por exemplo, a diminuição da corrupção em uma sociedade; (5) segurança protetora, que proporciona uma rede de segurança social de segurança à população de liberdades substanciais, como não permitir que um indivíduo atinja a miséria. (SEN, 2000).

As liberdades políticas se dão em forma de liberdade de expressão e eleições livres e ajudam a promover a segurança econômica; as facilidades econômicas se apresentam na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção e podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais; bem como as oportunidades sociais se dão na forma de serviços de educação e saúde e facilitam a participação econômica; as garantias de transparência, relações de confiança, sinceridade, clareza e dessegredo estão como os principais instrumentos inibidores da corrupção e de transações ilícitas, fatores que prejudicam o desenvolvimento; e, finalmente, a segurança protetora cria uma rede que protege as pessoas da vulnerabilidade das oscilações de mercado, de fatores ambientais. Por isso, o seguro desemprego, a distribuição de alimentos em crises de fome são exemplos de políticas que podem garantir a proteção da liberdade.

Centralmente, para o autor, estas liberdades instrumentais, como meio e fim para a liberdade, em um sentido mais amplo, podem e devem ser pensadas em termos de políticas públicas e seus respectivos responsáveis para que de fato o desenvolvimento possa se estabelecer, no sentido proposto por ele. Nesta perspectiva é que, desde o ponto de vista dos blocos sugeridos no escopo deste trabalho, na perspectiva de diagnóstico das políticas públicas já realizadas e de levantamento do potencial acerca do município de Franca, em termos do ODS 16, é que se propõe que esta tarefa tenha como eixo estas liberdades instrumentais propostas pelo economista indiano.

10.2.3 Liberdades instrumentais e “Não violência e acesso à justiça” e “Instituições transparentes e participativas”: dois blocos de análise

Para a consecução deste trabalho considera-se que as oportunidades sociais e a segurança protetora relacionam-se ao bloco 1 (respectivamente, liberdades 3 e 5) vinculado ao direito à não violência e ao acesso à justiça e as liberdades políticas e garantias de transparência (liberdades 1 e 4) conectam-se ao bloco 2, que diz respeito à transparência das instituições, aliada aos termos da participação, assim como propostos neste trabalho.

No que se refere ao bloco 1, afirmamos, desde logo, que há um conjunto grande de definições acerca de violência, algumas coincidentes, outras divergentes. Mas, por ser um fenômeno complexo e multicausal que atinge as pessoas e as afeta emocionalmente, a violência foge a uma única conceituação precisa e cabal. (MINAYO, 2005). Desse modo, no âmbito do presente trabalho, utilizaremos a definição mais ampla que melhor atende aos nossos objetivos, proposta pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), qual seja, “violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual Outra referência relevante, Malem Seña (1990, p. 72), reforça amplitude do tema considerando que “Seriam também atos de violência, além da violência física, as ameaças, as coações, a intimidação ou qualquer pressão que restrinja ou elimine a autonomia das pessoas”.

Assim, como a violência assume várias nuances, para uma maior compreensão de seus amplos aspectos, surge a necessidade do desenvolvimento de diversas estratégias para o enfrentamento das suas distintas manifestações. Deste modo, frente ao fenômeno da violência e a necessidade de combatê-lo, é fundamental identificar setores que precisam ser abordados para que isto ocorra, tais como, promover a assistência às vítimas destes agravos e à prevenção destas ocorrências, além do desenvolvimento de condições fundamentais para os indivíduos se sintam protegidos perante o Estado. (MACHADO, 2018). Nessa perspectiva, interpõe-se o conceito de justiça, pois que lidar com a violência e seu respectivo combate implica na necessidade

de que a sociedade esteja em busca de justiça, tal como destacado por Amartya Sen. (SEN, 2000).

A ideia de justiça é tradicionalmente vinculada a uma perspectiva de Bem, no sentido do Bem Viver. Na perspectiva de Sen a vida boa é medida em termos da efetiva liberdade das pessoas, entendida em termos da existência concreta de oportunidades de escolha individual.

Em contraste com as linhas de pensamento baseadas na utilidade ou nos recursos, na abordagem das capacidades, a vantagem individual é julgada pela capacidade de uma pessoa para fazer coisas que ela tem razão para valorizar. (SEN, 2011, p. 265).

Assim, a Teoria da Justiça de Amartya Sen (2011), estruturada com base no valor moral substantivo da liberdade, é indispensável para a implementação e a avaliação da justiça nas sociedades contemporâneas. Nessa perspectiva, as pessoas devem ter as condições indispensáveis para o exercício das liberdades substantivas, a escolha de um conjunto de funcionamentos essenciais para o desenvolvimento das habilidades e, na condição de sujeito ativo, atuar em vista de uma estrutura social justa. Neste percurso todo, o apoio público, por meio da efetivação de políticas públicas voltado para a população é fundamental para pactuar um plano diante da demanda de enfrentamento às violências.

Naquilo que se vincula à transparência e participação das instituições políticas, em relação ao segundo bloco, ainda que no modelo de Sen estas questões não apareçam tão claramente, no seu conjunto, elas constituem elementos centrais para se pensar os atuais contornos da democracia atual e suas efetivas possibilidades, naquilo que subjaz um modelo vinculado à lógica da cidadania.

Com relação ao tema da transparência nas palavras de Sen este tema refere-se

[...] às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é violada, as vidas de numerosas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – podem ser afetadas negativamente. (SEN, 2000, p. 221).

Assim, compreende-se, nos termos do autor e de vários outros, a necessidade de ampliar os instrumentos de *accountability*, ou seja, buscar ferramentas necessárias capazes de garantir a prestação de contas por parte dessas lideranças sempre atreladas a consequente responsabilização pelo sistema democrático. (SOARES, 2014).

As garantias de transparência, ainda segundo Sen, têm um claro papel instrumental como inibidoras da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. Dessa maneira, seu acompanhamento possibilita, em nível municipal, assegurar não só a rigidez fiscal dos órgãos públicos, como o combate aos crimes contra as finanças públicas, e, também, a perpetuação de um tecido social estável, necessário para manter as estruturas básicas responsáveis por irradiar garantias básicas no plano social do município, gerando confiança por parte da população em suas instituições.

Quando nos referimos à relevância da participação neste trabalho estamos recuperando a proposição que sustenta que tradicionalmente a democracia representativa atrelou-se ao modelo sufragista como sinônimo de representação política. Contudo, como adequadamente aponta Lüchman (2015), diversos argumentos vêm sendo apresentados, principalmente apontando os *déficits* deste modelo em cumprir o requisito democrático da inclusão política, demonstrando a pluralização de espaços e atores que reclamam a sua legitimidade representativa diante da sociedade e das instituições políticas e tradicionais.

Assim, apesar do tema da participação não aparecer diretamente no modelo de Sen, nos limites de sua proposta de democracia mais voltado à lógica da representação, a consideramos fundamental para pensar as políticas públicas enquanto mecanismos de efetivação das liberdades. Tal modelo prevê a necessidade de que as agendas incluam aquilo que é prioridade social, além de facilitar e garantir a discussão desses temas. Portanto, neste caso, adicionalmente ao proposto pelo autor, a participação da população é considerada, dentro do escopo deste trabalho, condição *sine qua non* para que isso ocorra e, conseqüentemente, o desenvolvimento torne-se mais plausível. Nos termos de Laisner (2009, p. 33) trata-se de

[...] reconhecer que mecanismos de participação podem tornar-se complementares nos processos decisórios, uma vez que podem alterar, qualitativamente, a alocação dos recursos e atuar como mecanismos de aperfeiçoamento democrático, como ponto e não contraponto da representação.

A democracia participativa busca garantir resultados mais condizentes com a realidade dos sujeitos que são alvo da política, promovendo a aproximação entre o Estado e o cidadão. Além do mais, ela dá voz a novos atores e temas, visibilidade ao conflito e propicia “aos seus participantes acesso à informação, conhecimento e poder”. (LAISNER; DEMARIO 2014, p. 625).

Bloco 1: Questões do direito à não violência e ao acesso à justiça

10.3 Diagnóstico local

Com relação ao Bloco 1, o diagnóstico e apresentação do potencial do município de Franca quanto ao direito à não violência e ao acesso à justiça vincula-se, inicialmente, ao âmbito da diversas formas em que a violência pode ser expressada, por meio de uma reflexão teórico-metodológica, a partir da qual deve-se pressupor a necessidade do reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia deste ato. (MINAYO, 2009). Assim, destaca-se ainda que além das manifestações visíveis decorrentes da agressão física, existe uma série de outras consequências à vítima e à sociedade. Apesar disso, por conta das limitações deste estudo, elucidamos que para a sua consecução será considerada unicamente a violência por meio de sua expressão o que à natureza física.

Neste aspecto, cumpre destacar que nos casos relacionados à criminalidade e violência do município de Franca, ressaltamos que há a necessidade de atentarmos para aspectos inerentes para o entendimento correto da casuística destes elementos na sociedade. Pois, nem sempre o aumento do número de casos registrados de crimes oficiais pode “ser interpretado como uma piora da situação de segurança pública”, ao contrário, este aumento de identificação de crimes notificados até mesmo ser avaliado como um “indicador

positivo de credibilidade e performance policial”, tendo ocorrido, por exemplo, em detrimento de um aumento do incentivo as notificações. Sendo ainda, que o inverso também pode ser verdadeiro,

[...] de modo que parte da explicação para a queda das prisões, apreensão de armas e recuperação de veículos no Estado se deve simplesmente à queda de alguns tipos de crime e não necessariamente à redução da atividade policial. (SÃO PAULO, 2005).

Desta forma, quando nos referimos ao acesso à justiça estamos nos referindo a uma ampla gama de aspectos naquilo que corresponde aos termos aos quais a vinculamos neste trabalho. No entanto, em virtude de sua circunscrição quando nos referimos no diagnóstico apresentado a seguir, ao acesso à justiça estamos nos referindo à garantia das liberdades individuais. A esse respeito iremos conceituar liberdades a partir do entendimento de Sem (2006) que estabelece a liberdade sob duas vertentes: a) liberdades substantivas: livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura; b) liberdades associadas: saber ler, escrever, contar, ter participação política, liberdade de expressão, etc. Assim podemos relacionar qual a violência furta o acesso às liberdades substantivas, bem como a ausência do acesso à justiça irá condicionar um distanciamento das liberdades associadas.

Desse modo, a análise que será apresentada é parcial, passível de ser complementada por estudos posteriores, circunscrita por dados secundários disponíveis para a análise dos temas propostos neste bloco. Estava prevista coleta de dados primários, mas devido à incapacidade de trabalhar com dados primários mediante um cenário pandêmico e de quarentena, foi necessária a utilização dos dados secundários disponíveis. Deve-se salientar também que o recorte temporal da análise apresentada recompõe os últimos cinco anos, considerado recorte suficiente para panorama mais atual.

10.3.1. Pontos fracos e ameaças

Em relação ao diagnóstico local, inicia-se apresentando um fenômeno recente de caráter social denominado “interiorização da violência”, o qual tem atingido as cidades de pequeno e de médio

porte em diferentes escalas. (ANDRADE; DINIZ, 2013). Observando o município alvo do estudo, que frente ao número da população total, o enquadra como município de médio porte, o problema da violência pode deve ser retratado por meio do registro do número dos casos.

Nos últimos 5 anos, de 2015 a 2019, o município de Franca apresentou taxas de homicídios dolosos que variaram de 3,24 a 7,49 homicídios por grupo de 100.000 habitantes. (SÃO PAULO, 2020). Apesar de ser aparentemente baixo, em todos os anos analisados as taxas apresentaram valores superiores aos considerados aceitáveis pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), que é uma taxa de 3, além do que, acima deste parâmetro a OPAS considera como sendo um problema epidêmico. (OPAS, 2019). Ressaltamos, que não foram encontrados dados referentes ao perfil, contexto ou motivações dos homicídios. A descrição do número de ocorrências e da taxa anual de homicídios dolosos pode ser consultada na Tabela 01.

Tabela 1 - Dados estatísticos do número e taxa de homicídio doloso do município de Franca

Ano	Homicídio Doloso (número de ocorrências)	Homicídio Doloso (taxa por grupo de 100.000 habitantes)
2015	21	6,34
2016	21	6,3
2017	25	7,45
2018	11	3,24
2019	16	4,67

Fonte: SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. **Dados estatísticos do Estado de São Paulo.** 2020. [internet]. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>. Acesso em: 30 de abril de 2010.

Especificamente, em relação ao número de feminicídios⁹, houve o registro do número de um caso nos anos de 2015, 2016, 2018 e 2019, totalizando quatro casos (nos últimos cinco anos), sendo que todos ocorreram em via pública. (ACIF, 2020). Buscou-se

⁹ Para consultar outras informações relevantes em relação à violência contra a mulher consulte o capítulo 04.

informações referente ao número de ocorrências registradas contra mulheres, entretanto no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, apesar de encontrar dados estatísticos em relação ao Estado acerca do número de ocorrências de homicídio doloso (exclui feminicídio), feminicídio, homicídio culposo, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, maus tratos, calúnia - difamação – injúria, constrangimento ilegal, ameaça, invasão de domicílio, dano, estupro consumado, estupro tentado, estupro de vulnerável consumado, estupro de vulnerável tentado, outros contra dignidade sexual; todavia não se pode estratificar os dados por município, não sendo possível, portanto, determinar um diagnóstico local destes aspectos abordados.

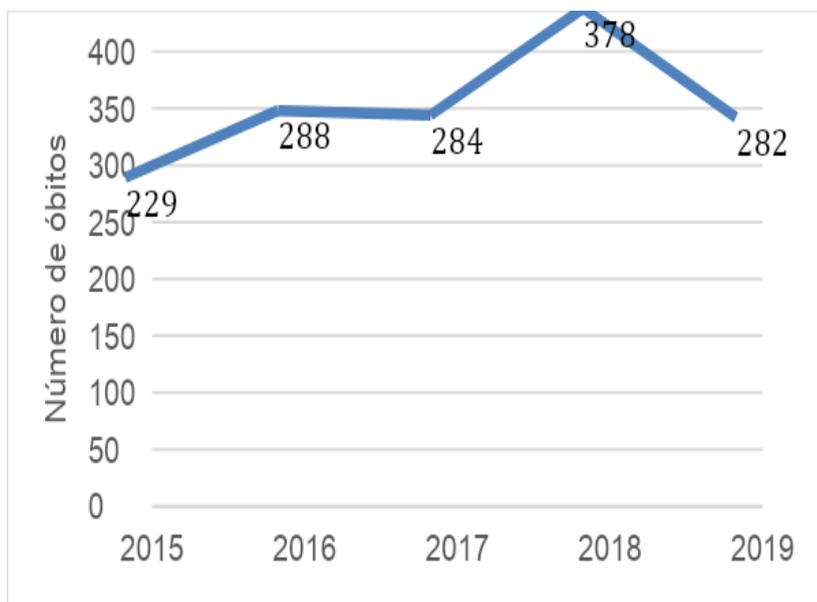
Em relação à violência ocorrida no trânsito, seja por desrespeito às normas de sinalização e segurança, pela má iluminação, má conservação ou sinalização das vias, ou ainda por conflitos ocorridos entre os usuários (motoristas, motociclistas e pedestres), entre outros fatores, traz uma reflexão sobre as consequências para a saúde de um processo de urbanização não planejado. (SANTOS; ANDRADE; MARTINS, 2017). Os acidentes de trânsito vêm se tornando um problema para a saúde pública mundial, em especial no Brasil, em virtude do grande impacto na morbidade e mortalidade. (BRASIL, 2014). A dinâmica desse fenômeno é considerada multicausal em sua ocorrência, e por meio de sua origem, as vítimas podem ser atingidas por diferentes graus de acometimentos. Nessa perspectiva, faz-se necessário descrever a tendência de ocorrência de acidentes de trânsito, mortalidade, tipo de veículo envolvido, perfil das vítimas, bem como período semanal de maior predominância de ocorrências no município.

Em relação especificamente ao número de óbitos em decorrência de acidentes de trânsito em Franca, entre os anos de 2015 e 2019, verificou-se por meio de dados disponíveis pelo Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo (InfoSiga), que o número de vítimas fatais estava crescendo nos últimos anos, e recentemente no ano de 2019 apresentou uma diminuição de ocorrências (Gráfico 1). Observa-se ainda que a maioria das vítimas fatais dos acidentes de trânsito era de homens (79,11%), sendo majoritariamente jovens e adultos jovens, com idade compreendida na faixa etária de 18 a 24 anos. Observou-se que em

relação aos óbitos pelo tipo de veículo de locomoção que as vítimas que mais estão expostas no trânsito estão relacionadas a motocicletas, seguidos pelos pedestre e automóveis, os quais na maior parte é socorrida e morre no hospital (59,11%). (SÃO PAULO, 2020).

Todavia, estes dados são realmente preocupantes, pois segundo Figueiroa *et al.* (2007) apesar dos números alarmantes acerca dos números de violência no trânsito, “ainda desconhecemos a verdadeira magnitude e gravidade desse problema, pois o que se observa é apenas a ponta de um iceberg, que são os casos graves, que foram a óbito ou que geraram hospitalizações”.

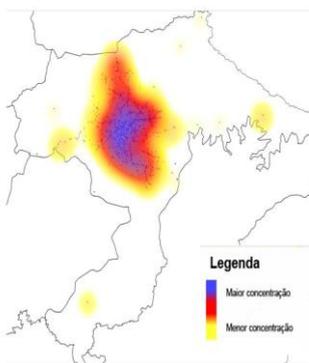
Gráfico 1 - Número de acidentes de trânsito com vítima fatal no município de Franca



Fonte: SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. **Dados estatísticos do Estado de São Paulo.** 2020. [internet]. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>. Acesso em: 30 de abril de 2010.

Em relação à localização das ocorrências de acidentes com vítima fatal no município de Franca, verifica-se no mapa de calor que as fatalidades se concentram nas áreas centrais (coloração azul), como pode ser constatado no mapa apresentado na Figura 2. (INFOMAPA SP, 2020).

FIGURA 2 - Mapa de calor esquemático da localização das ocorrências de acidentes de trânsito com vítima fatal no município de Franca (2015-2019)



Fonte: INFOMAPA SP. Governo do Estado de São Paulo. Segurança no trânsito. Respeito à vida – São Paulo dirigindo com responsabilidade. (InfoSiga / InfoMapa). Disponível em: <http://painelderresultados.infosiga.sp.gov.br/mapa/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Com o objetivo de realizar um diagnóstico situacional no município de Franca buscamos também identificar características do perfil das vítimas de casos de violência, que não culminaram em mortes. Primeiramente, realizamos uma pesquisa em sítios eletrônicos oficiais afim de identificar a partir dos bancos de dados existentes, informações em relação as taxas e/ou números de registros de violências notificadas no município, todavia esta busca não acarretou em obtenção de dados.

A carência de dados públicos se deve, possivelmente, pelo fato de que apesar da Resolução SSP-7, de 03/02/2016, estabelecer preceitos voltados à transparência das informações públicas, dispor “que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou legal”. Encontra-se na presente resolução em epígrafe duas ressalvas passíveis de

restrição, um referente a dados sigilosos (“em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado”), e outra acerca de informações pessoais (“aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, relativos à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais”). Assim, frente a necessidade da reserva de salvaguardar a proteção de dados pessoais estabelece-se uma premissa para a presente dificuldade de encontrar informações relativas aos dados, previamente mencionados, em domínios públicos em sítios oficiais (via *internet*).

Apesar disso, o 8º artigo da Resolução SSP-7, de 03/02/2016, dispõe que “qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso diretamente ao órgão responsável, que, deverá autorizar ou conceder o acesso imediato às informações”. Outrossim, no parágrafo 2º do mesmo artigo em epígrafe, observa-se que não sendo possível o acesso imediato, “a informação deverá ser fornecida em prazo não superior a 20 (vinte) dias, prorrogáveis, fundamentadamente, por 10 (dez) dias”. Assim, optou-se por protocolar uma solicitação direcionada ao delegado da Seccional de Polícia da Comarca de Franca, explicando o objetivo em acessar as informações previamente mencionadas e a importância da obtenção dos dados, para que se pudesse traçar estratégias de prevenção e combate à violência perante a um diagnóstico situacional identificado. Foram solicitados dados de números absolutos acerca do registro de vítimas de violência no município de Franca dos últimos cinco anos, ademais solicitou-se ainda a estratificação referente a classificação das vítimas conforme idade, sexo, gênero e cor da pele, todavia até a presente data de conclusão do capítulo (transcorridos 90 dias da solicitação) não obtivemos resposta.¹⁰

10.3.2 Pontos fortes e oportunidades

No Brasil, “o fenômeno da violência tem mobilizado as diferentes áreas do conhecimento, no estabelecimento de parcerias que

¹⁰ Esta lacuna de informações acerca de taxas de registros de episódios de violência dificulta como dimensionar a magnitude dos casos de violência no município, fato que cria dificuldades para a tomada de medidas adequadas para prevenção e redução deste tipo de ato por parte de profissionais da saúde e educação.

buscam agilizar diferentes estratégias de prevenção e intervenção, no enfrentamento do problema”. (WHO, 2002). O Ministério da Saúde aprova a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade (PNRMAV) pela Portaria nº 737/GM, de 16 de maio de 2001, todavia a implementação dessa diretriz ainda está à mercê de poucas iniciativas pessoais por parte dos gestores e profissionais de saúde. (BRASIL, 2011). Apesar disso, e dos pontos fracos levantados no item 10.3.1, é observado que no município de Franca pode-se considerar como positivo que as políticas públicas voltadas à educação no trânsito e a intensificação das fiscalizações, que em 2019, surtiram grande efeito para mitigar os acidentes evitáveis por maior atenção dos motoristas, respeito à sinalização e à legislação de trânsito.

A exemplo de políticas públicas, o “Movimento Paulista de Segurança no Trânsito” é um programa do governo do Estado de São Paulo, em parceria com a sociedade civil e empresas privadas, que tem trabalhado para reduzir o número de acidentes com mortes no Estado. Em 2018, observou-se redução dos índices em 9 das 16 regiões administrativas. O município de Franca se destacou por ter se mantido sem alteração. (JORNAL DA FRANCA, 2019, *online*).

Assim como observado na dinâmica de atores do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, pode-se afirmar que há uma crescente participação das Organizações da Sociedade Civil desde os anos 1980-1990, nas atividades que buscam minimizar os danos causados pela ineficiência dos equipamentos sociais no município em questão. (IPEA, 2020).

10.3.3 Propostas de ação

Neste tópico pretende-se elucidar os aspectos que referenciam o sentido da violência, desde uma perspectiva ampla, mas apontando algumas estratégias que, sem pretender apontar uma resposta definitiva, propõe direcionamentos. Admitindo que a base da política pública municipal esteja assentada sob o olhar da assistência social e do desenvolvimento humano, bem como da saúde e educação, entendemos que promover o desenvolvimento inclui estratégias que abarquem as macro e microestruturas locais, indo ao encontro das reais necessidades sociais, educacionais, econômicas, políticas e

culturais do município. Desse modo, pode-se, de fato, estimular políticas públicas mais efetivas e proativas no que tange ao governo e à sociedade local, desde um olhar amplo, solidário, inclusivo e democrático.

Verificamos disponibilidade de dados via sítio eletrônico referentes à distribuição de vítimas de homicídio do Estado de São Paulo, e até mesmo um subdivisão referente à dados relativos ao Interior do estado. Traçar o perfil das vítimas, acerca de informações segundo sexo, raça/cor, idade, local e contexto ou possível motivação da ocorrência são informações que já estão metodologicamente sistematizadas com vistas a qualificar os indicadores criminais, todavia, como este tipo de informações, em nível municipal, não está facilmente acessível, referimo-nos à necessidade da disponibilização das mesmas. O acesso à esta caracterização seria um dos elementos fundamentais para conferir maior precisão aos processos de tomada de decisão de combate à violência.

Assim, sugerimos que haja maior acesso aos tipos de dados previamente mencionados, a fim de determinar um panorama municipal para a identificação de fatores referente à casuística e localização de violência. A localização das áreas com maiores índices desta problemática, propiciaria a possibilidade de ampliar o número e a intensidade de ações, de maneira a possibilitar espaços que favoreçam uma maior segurança protetora para a parcela da população que se encontra mais vulnerável.

A Lei 113.40/2006 (Lei Maria da Penha) preconiza a inclusão de conteúdos relativos à equidade de gênero e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher em todos os níveis de ensino. (BRASIL, 2006). Seguindo essa mesma linha de pensamento, em relação a um tema tão crucial e urgente para a sociedade brasileira como a violência, propomos que seja incluído, ainda, temas relativos ao combate à violência relacionada às condições específicas da realidade situacional do município de Franca. Dessa maneira, dar-se-á importância a uma intervenção, sob a perspectiva da integralidade, relacionada aos pilares de saúde e educação, intrinsecamente relacionados, tanto ao conhecimento sobre o fenômeno da violência, quanto ao compartilhamento de propostas de ações de atenção primária, com o propósito de subsidiar garantias que corroborem para

a segurança de todos os grupos populacionais residentes no município alvo do estudo.

Em relação à necessidade de se realizar um melhor panorama referente ao diagnóstico situacional da violência no trânsito, deve-se pensar em políticas e ações voltadas à ótica da vigilância, manutenção, prevenção, promoção da saúde e cultura de paz, tendo como objetivo central, a redução do número de acidentes, gravidade das lesões e sequelas das vítimas sobreviventes, além das mortes deletérias destas ocorrências. Ademais, propõe-se trabalhar de maneira conjunta com os órgãos municipais, sugerindo que os mesmos, destinem subsídios e apontem estratégias para aprimorar as políticas públicas e ações pré-existentes, contribuindo assim, para a atenção primária (prevenção), redução das ocorrências e da mortalidade causadas por essa variável da violência no tráfego urbano.

O presente estudo revelou que a escassez de dados referente a diversos fatores em relação ao estudo da temática da violência no município de Franca, pode acarretar em uma maior dificuldade de reconhecimento do agravo da situação no município. Portanto, sugere, que ocorra a permissibilidade de acesso a este tipo de informação, de modo que sejam criados espaços que favoreçam a compreensão acerca da complexidade da violência dentro do município de Franca.

10.3.4 Dimensão social

O presente município enfrenta diversas dificuldades em relação à criminalidade resultante do próprio processo de urbanização, sendo ainda que muitos problemas sociais estão relacionados com a saúde e a educação; e podem acarretar de forma direta ou indireta uma propensão ao aumento da violência. Nem sempre a relação da violência com a saúde e a educação é facilmente percebida pela população, mas ao exemplificarmos que pelo fato de que “embora a violência não seja considerada diretamente uma doença, tem a capacidade de provocá-la”. (RAZERA, CENCI, FALCKE, 2014).

Está evidente que a violência é exercida, sobretudo, enquanto processo social, e que não é objeto específico de uma única área de estudo. Mas, além de unicamente atender às vítimas da violência social, há a constante necessidade de elaborar-se estratégias de prevenção, de modo a promover a saúde e educação da população.

Logo, como a violência não é objeto restrito e específico de uma área, mas está intrinsecamente ligado a diversas áreas, como por exemplo saúde e social, surge a necessidade de combatê-la de forma eficaz e eficiente a partir de medidas preventivas que sejam elaboradas em conjunto por diversos setores da sociedade. (MINAYO, 2007).

Seja como for, qualquer esforço interdisciplinar só tem sentido no terreno prático, onde os profissionais de saúde, educação e segurança pública possam somar colaborações interinstitucionais e intersetoriais e buscar apoio da sociedade civil no combate a todos os tipos de violência. Segundo Santos (2007) é relevante a capacitação primeiro pelo diálogo e pelas trocas horizontais de saberes, evitando, dessa forma, transformar a qualificação da participação social em uma “monocultura do saber e do rigor” em que apenas o saber científico é considerado válido, produzindo “silêncios” de outras formas de conhecimento e experiências amadurecidas pelos usuários, gerando “não existência”. Em suma, todos os setores atuantes no combate à violência devem ter o seu saber reconhecido de forma relevante para a proteção de ações efetivas.

Apesar da sociedade civil ter papel preponderante para a execução de políticas públicas, verifica-se que quando tratamos deste tema, observa-se que frequentemente existe um desconhecimento em relação às competências e responsabilidades referentes à sua participação. Desta forma, enfatiza-se que é necessário aprimorar a facilitação do acesso às informações dos dados referentes a taxas estratificadas de violência no município de Franca, para que haja a ampliação da criação de atividades de combate aos principais tipos de violência do município, com maior atenção à parte da população mais atingida. A identificação das populações mais susceptíveis, seria uma possibilidade de aproximar ações entre profissionais atuantes da saúde, educação e segurança pública, a fim de fortalecerem as estratégias, em conjunto. Isso propiciaria um maior acesso à segurança protetora aos indivíduos que se encontram na invisibilidade de situação atual, frente ao silêncio da violência em relação àqueles que estão particularmente mais expostos a enfrentarem-na.

Entendemos que, mesmo com todos as limitações encontradas, o presente estudo constatou a importância de uma análise situacional acerca de um aprofundamento referente ao estudo do conhecimento

das condições de violência que está enfrentando a população francana, em especial, parte de grupos vulneráveis.

Bloco 2: Questões do direito à transparência e participação das instituições políticas

10.4. Diagnóstico local

Com relação ao Bloco 2, o diagnóstico e a apresentação do potencial do município de Franca quanto ao direito à transparência e participação refere-se, certamente, à circunscrição do Estado, arena considerada central para o exercício da política. Central, mas não exclusiva, sobretudo quando se pensa, sob as bases do Estado Democrático de Direito, que exerce papel fundamental no que corresponde a este exercício, mas em profunda vinculação com a sociedade civil, naquilo que se convencionou chamar de profícua relação entre Estado e sociedade. Deste modo, a construção desta parte do trabalho baseou-se, inicialmente, nesta divisão entre Estado e sociedade civil.

No que corresponde ao Estado, partimos aqui da clássica separação entre os poderes, apontada por “O Espírito das Leis”. (MONTESQUIEU, 2000). Neste livro, o autor desenvolve a separação do Estado em três poderes: “O Poder Legislativo; o Poder Executivo das coisas que dependem do direito das gentes e o poder executivo daquelas que dependem do direito civil” (2000, p. 167), definindo assim “este último poder de julgar e ao outro simplesmente poder executivo do Estado”. (2000, p. 168). No caso do Legislativo caberia o papel de representar o povo na criação das leis, a partir das quais o Executivo desempenharia o seu papel. Tal como para este autor, assim como tantos outros que o sucederam, relevante destacar que os três poderes devem ter suas responsabilidades divididas, para que não haja abuso de uns sobre os outros, objetivando assegurar o gozo da liberdade, evitando a arbitrariedade. Ademais, importante recordar que esta perspectiva foi inserida, no caso brasileiro, junto ao conceito de federalismo, como um sistema de governo no qual o poder é dividido entre o governo central (a União) e os governos regionais, nas constituições brasileiras republicanas, inclusive na Carta de 1988.

Para o caso da análise do Estado, na esfera do município de Franca, serão analisados tão somente o Poder Executivo e o Poder Legislativo, dado que o Poder Judiciário não tem representação municipal.

No que se refere à organização do Poder Executivo a Prefeitura é o órgão deste poder em nível municipal, comandado pelo prefeito e secretarias, coordenadorias, fundações e autarquias, sendo dividido entre Administração Pública Direta e Indireta. A primeira é composta de órgãos que estão diretamente ligados ao chefe do Poder Executivo, enquanto a segunda é constituída por entidades que, através da descentralização deste Poder, desempenham as mais variadas funções em diversos setores da sociedade prestando, assim, serviço à população.

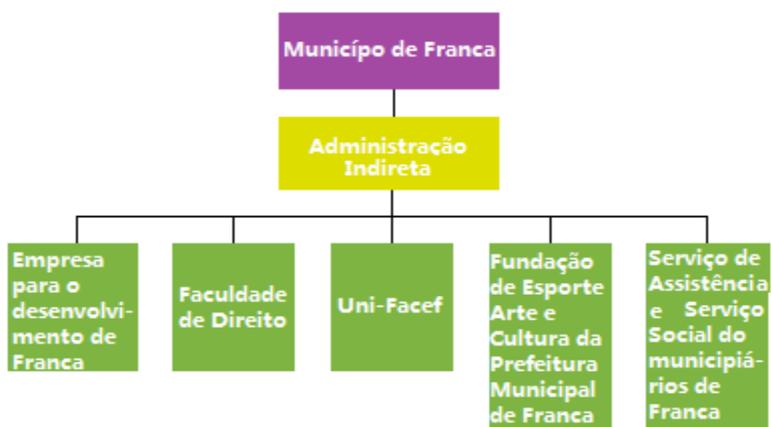
No caso do município de Franca a Administração Direta é constituída conforme a Figura 3 e a Administração Indireta de acordo com a Figura 4.

Figura 3 – Organograma Administração Direta de Franca



Fonte: Adaptado de FRANCA. Prefeitura Municipal de. **Estrutura organizacional.** Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/portal-transparencia/paginas/publica/estrutura_organizacional.xhtml. Acesso em: 23 abr. 2020.

Figura 4 – Organograma Administração Indireta de Franca



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de FRANCA. LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 24 DE JULHO DE 1995. Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Municipal de Franca, sua estrutura organizacional, institui as tabelas de vencimentos e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal, 1995. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/lei-complementar-no-1-de-24-de-julho-de-1995>. Acesso em: 24 abr. 2020.

A eleição municipal de Franca aconteceu no dia 2 de outubro de 2016 para eleger o prefeito, o vice-prefeito, além dos vereadores no município. Gilson de Souza (do DEM Democratas) venceu, com 56,36% dos votos válidos, totalizando 90.817 votos (UOL, 2016), assumindo o cargo em janeiro de 2017.

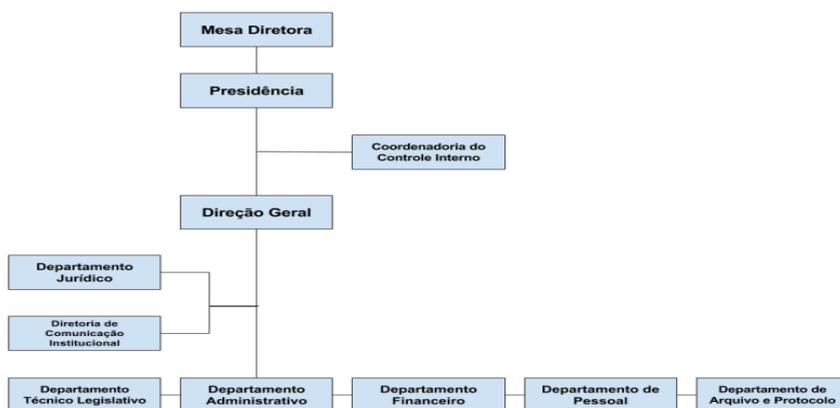
Quanto ao Legislativo municipal, seu papel primordial é representar seus eleitores, atento aos problemas da população, assim como elaborar, alterar ou revogar leis em âmbito municipal, em consonância com esta função de representação, com base no interesse popular. Além de representar e legislar, este poder deve assessorar e fiscalizar o Poder Executivo, em nome dos representados. Essa fiscalização, refere-se, em muito, aos atos da administração pública municipal, concernentes ao cumprimento das disposições legais e em relação ao erário, como no caso do Plano Diretor e do orçamento anual - a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Organiza-se em comissões permanentes ou especiais de acordo com os setores da vida da

comunidade e com a atuação particular de cada vereador (MIRANDA, 2016).

Em 2017 tomou posse no município de Franca os 15 vereadores que o representam na esfera municipal do Legislativo até o ano de 2020. Das 15 cadeiras compostas, oito delas são frutos da renovação, enquanto que seis delas representam parlamentares que anteriormente já ocupavam uma posição na Casa Legislativa. O PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) teve quatro eleitos, sendo, o partido com maior representação, seguido do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e do PSB (partido Socialista Brasileiro), com dois representantes cada.

A estrutura da Câmara Municipal de Franca compõe-se, de acordo com seu Regimento Interno, da forma como ilustra a Figura 5.

Figura 5 -Estrutura do Poder Legislativo Municipal em Franca



Fonte: FRANCA. **Câmara Municipal.** Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/a-camara>. Acesso em: 28, abril 2020

De acordo com esta figura podemos afirmar, em linhas gerais, que os departamentos especializados seguem a linha de comando que tem fim na presidência e na Mesa Diretora. Cabe ao presidente presidir o plenário, dirigindo o processo legislativo, proferir voto de desempate nas liberações, promulgar leis, decretos e resoluções, e exercer, ainda, outras posições, como justificativa das faltas dos vereadores ou mesmo celebrar os votos do prefeito e vice-prefeito

eleitos, conforme a Resolução nº 560, de 25 de novembro de 2016. (FRANCA, 2016). Por outro lado, a Mesa Diretora será responsável pela direção e execução das deliberações aprovadas pelo Plenário, conforme o Regimento Interno. Ela será composta pelo presidente, vice-presidente e pelo secretário e é eleita com os votos dos vereadores, com mandato de um ano, podendo ser reeleita. As Comissões Permanentes, podem ser descritas da seguinte forma, como apontado pela própria Casa Legislativa de Franca:

As comissões são órgãos técnicos compostos de três Vereadores (Presidente, Vice e 3º Membro) com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma. As Comissões Permanentes são as que subsistem através da legislatura e têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles exarar pareceres, contendo a manifestação de sua opinião para orientação do Plenário.

Já no que diz respeito à sociedade civil, Gramsci, em sua definição clássica, a define como correspondente ao conjunto de organismos privados, constituídos pelas instituições e destinados a produzir consenso entre seus indivíduos através da transmissão dos valores dominantes, como escolas, mídias, instituições religiosas etc. (apud PEREIRA, 2016). Dessa forma, esta esfera se situa entre o Estado e o mercado, sendo caracterizada por um conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas tanto por organizações privadas não governamentais e sem fins lucrativos quanto por instituições que realizam prestação de serviços públicos, como as ONGs. Ela ganha maior dimensão com o Estado democrático de Direito, que permitiu a participação ativa da sociedade e indivíduos na formulação e gestão de políticas públicas. Tal processo, desencadeou a expansão de organizações sociais com interesses de atuarem nos processos decisórios das políticas locais. Como exemplo, tem-se os Conselhos Gestores, formados por representantes do poder público e da sociedade civil que possuem a capacidade de elaborar políticas públicas de controle social sobre as ações governamentais, além dos mais recentes Coletivos, grupos de indivíduos unidos por uma luta, em que debatem ideias e se apoiam a fim de promoverem ações. Ambos versam sobre diferentes temáticas, atuando na construção de espaços mais inclusivos para a população tanto na esfera social, quanto

econômica e política. Para o caso em tela, serão analisados os Conselhos Municipais e Organização Não Governamentais.

Com relação ao município de Franca, observa-se que a população tem exercido forte participação na construção desses espaços. Os conselhos vigentes no município podem ser vistos no Quadro 1.

Quadro 1 – Conselhos Municipais do município de Franca

Conselhos Municipais de Franca
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCAF
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPCD
Conselho Municipal da Pessoa Idosa – COMUPI
Conselho Tutelar
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico de Franca – CONDEPHAT
Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca – COMDECON
Conselho Municipal de Educação
Conselho de Alimentação Escolar de Franca
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
Conselho Municipal de Segurança – COMSEG
Conselho de Proteção dos Animais
Conselho Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Saneamento Básico de Franca – COMDEMA
Conselho Municipal de Habitação
Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Franca – COMAD
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Franca – CMDRF
Conselho Municipal da Condição Feminina – CMCF

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FRANCA. Prefeitura Municipal de **Conselhos**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/prefeitura/conselhos>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Nesta pesquisa, dentre os dezenove conselhos existentes, foram analisados o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca (COMDECON), o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Franca (CMDRF), a ONG Grupo de Cidadania Franca Viva, a Pastoral do Menor e o Coletivo da Cultura.

Lembrando que a análise que será apresentada, tanto na perspectiva do Estado, como da sociedade civil, é parcial, tal como no Bloco anterior, circunscrita por dados secundários disponíveis para a análise da transparência e da participação no município. Certamente, ficaram de fora vários elementos que terão que compor futuros estudos. Deve-se salientar também que o recorte temporal da análise apresentada recompõe 2017 a 2020, nos dois casos, referente ao ciclo da gestão da atual prefeitura.

10.4.1. Pontos fracos e ameaças

No que concerne ao âmbito da transparência do Poder Executivo no município, utilizou-se da metodologia de avaliação da transparência pública, a Escala Brasil Transparente – Avaliação 360° (BRASIL, 2018), adotada pela Controladoria Geral da União (CGU). Essa metodologia “visa aprofundar o monitoramento da transparência pública e possibilitar o acompanhamento das ações implementadas por estados e municípios na promoção do acesso à informação” (BRASIL, 2018), avaliando não só a transparência passiva, que consiste na possibilidade do cidadão obter informações sobre os órgãos públicos após requerer à Administração Pública como também, representando uma inovação nas metodologia de avaliação da transparência pública adotada pela CGU nas edições anteriores. Trata-se, portanto, de uma análise sobre aspectos da transparência ativa, entendida como “a verificação da publicação de informações sobre receitas e despesa, licitações e contratos, estrutura administrativa, servidores públicos, acompanhamento de obras públicas e outras. (BRASIL, 2018).

O último relatório foi publicado em 2018, em sua quarta edição, avaliando 27 estados e 665 municípios no período de 09/07/2018 a 14/11/2018, atribuindo uma nota de 0 a 10, em que 10 seria a nota máxima. Os municípios brasileiros receberam nota média

de 6,54 enquanto os estados 8,18. O município de Franca, especificamente, obteve uma nota de 7,16, maior que a média nacional, contudo, no ranking geral do país ficou em 277º posição. (BRASIL, 2018). Dentre todos os pontos abordados pelo relatório, os principais pontos negativos no município se deram acerca das informações localizadas sobre Pagamento, a disponibilidade de consulta para acesso aos resultados das licitações ocorridas, informações localizadas sobre Obras Públicas, informações localizadas sobre despesas com Diárias.

Já o relatório publicado em 2017 (BRASIL, 2017), que constava apenas com a análise da transparência passiva, obteve uma nota de 8,75 pontos. Os pontos negativos diziam respeito à regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI), no que se referia a autoridades classificarem informações quanto ao grau de sigilo, a existência de previsão de responsabilização do servidor em caso de negativa de informação e a existência de previsão de pelo menos uma instância recursal. (BRASIL, 2017).

Assim, no relatório de 2018 que tinha como foco evidenciar tanto a transparência passiva quanto a transparência ativa, o município de Franca obteve uma nota menor que a obtida no relatório de 2017 que analisou apenas a transferência passiva. Desse modo, pode-se concluir que o ponto fraco do município se refere à publicização de informações.

Quanto à questão da participação no que corresponde ao papel do Poder Executivo, a participação se torna mais presente na análise a respeito da sociedade civil, composta pelos Conselhos e Ongs, que são os principais responsáveis pela possibilidade da participação da população no âmbito do Estado. No que diz respeito aos órgãos da Administração Direta, esses possuem informações para contato de seus chefes, presidentes ou secretários possuindo e-mail e telefone. Há também uma ouvidoria geral, ouvidoria da educação e ouvidoria da saúde, que possibilitam ouvir e encaminhar reclamações, opiniões, dúvidas, sugestões e elogios feitos pelos cidadãos. Contudo, não há ouvidoria para todas as secretarias, dificultando assim a participação em todos os órgãos da administração municipal, e o que constitui um ponto fraco.

A forma como a Câmara Municipal de Franca é disposta se relaciona intimamente com a natureza das informações possíveis de

serem averiguadas no seu portal de internet. Dessa forma, correspondem a importantes mecanismos de acesso e distribuição de informações necessárias para que a população e o funcionalismo público entendam as demandas apresentadas.

Assim, mais do que somente dispor de dados, a publicidade desses materiais contribui para com a maneira que a população se relaciona com os debates realizados na Casa Legislativa. Portanto, nesse âmbito, tem a participação importância comparável à da transparência.

Relevante compreender que a função da Câmara está delimitada na Lei Orgânica do Município e no próprio Regimento Interno. No mais, cabe ao presidente presidir o plenário, dirigindo o processo legislativo, proferir voto de desempate nas liberações, promulgar leis, decretos e resoluções, e exercer ainda, outras posições, como justificativa das faltas dos vereadores ou mesmo celebração dos votos do prefeito e vice-prefeito eleitos, conforme a RESOLUÇÃO Nº 560, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016. Por outro lado, a Mesa Diretora é responsável pela direção e execução das deliberações aprovadas pelo Plenário, conforme o Regimento Interno. Às Comissões Permanentes, como órgãos técnicos, cabe o papel de examinar matérias, circunscritas por temas específicos, em tramitação na Câmara e emitem pareceres sobre a mesma.

Este funcionamento da casa não é conhecido pela população, em geral, e informações detalhadas do funcionamento do Legislativo não são de fácil acesso. No caso das comissões, tendo em vista a delimitação por temas, em cada uma das comissões, faz-se ainda mais necessária a compreensão da qualidade da disposição das informações e sua possibilidade de acesso, e isso infelizmente não ocorre.

Estas dificuldades impactam a questão da transparência, assim como a própria participação. Isso se dá, justamente, por dois fatores principais, quais sejam: a distribuição bruta dos materiais, sem tratamento das informações, e a dificuldade de mensuração dessas informações em serviços públicos prestados.

Dessa forma, fica claro através do que dispõe o Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios, proposto pela Controladoria Geral da União, que falta a “linguagem cidadã”, clara, objetiva e de fácil entendimento que ele recomenda que seja empregada. Além disso, constitui, ainda, um princípio da lei de

Acesso à Informação que os pedidos de informação devem ser processados com rapidez e em linguagem cidadã, com a possibilidade de apresentação de recurso em caso de negativa de fornecimento da informação.

A falta de clareza e acesso às informações torna-se ainda mais grave no que diz respeito à questão orçamentária, de tal maneira que as informações cabíveis não estão sistematizadas e inteligíveis como no caso dos outros atos normativos emitidos pela mesma Casa e que não tenham natureza financeira.

No que diz respeito à sociedade civil, serão salientados alguns pontos fracos e ameaças que enfrentam as instituições e organizações sociais analisadas no que se refere à questão da transparência e participação.

O Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca (COMDECON) busca desenvolver políticas e programas para o fortalecimento do combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial, rompendo com o preconceito, a discriminação e a exclusão social. (FRANCA. Prefeitura Municipal de. Conselhos, 2020). Do ponto de vista da transparência o Conselho, assim como tantos outros, tem dificuldade de publicar suas atas e relatórios na página da Prefeitura Municipal de Franca, comprometendo o acompanhamento das decisões por parte da sociedade. Mas, pelas atas disponíveis, utilizadas como fontes para esta pesquisa, pode-se considerar que, apesar de receberem verba da prefeitura, muitas vezes precisam desembolsar recursos individuais para realizarem projetos e atividades, além do fato que há anos há demanda pela construção de um Centro Afro de Referência no município de Franca, que ainda não foi atendida. Pelas mesmas fontes, pode-se considerar, do ponto de vista da participação, que há a presença de pessoas da comunidade que não são formalmente indicadas. Por outro lado, o conselho parece carecer da participação do Poder Público nas reuniões mensais.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Franca (COMAD) tem como objetivo a elaboração, articulação, implantação, assessoramento, e fiscalização das Políticas Públicas nesta temática. (FRANCA. Prefeitura Municipal de. Conselhos, 2020). Com relação à transparência, tal como no COMDECON, também este conselho tem dificuldade em apresentar atas atualizadas. Mesmo

assim, são elaborados relatórios das ações desenvolvidas, divulgados através da página do *Facebook* do Conselho. Desde as fontes disponíveis, a participação da população, em geral, parece ser ativa, sendo a maior parte de composição do conselho membros vinculados a órgãos oficiais da prefeitura e organizações da sociedade civil: representantes da Secretaria de Saúde; da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); das comunidades terapêuticas; das entidades e associações comunitárias, dos grupos de apoio a dependentes químicos e da ACIF (Associação Comercial e Industrial de Franca). (FACEBOOK. COMAD, 2020).

A ONG Grupo de Cidadania Franca Viva, desenvolve projetos em Franca, desde 1998, e tem como missão exercer e incentivar a prática da cidadania por meio de ações e projetos de inclusão digital, educacionais, culturais e sociais. (VIVA, 2020). A ONG não tem nenhuma relação com a gestão municipal, no momento. Desse modo, a prefeitura não tem qualquer ingerência sobre a instituição e seu maior parceiro dentro do setor público é a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. No que se refere à transparência, não são divulgados relatórios de prestação de contas na página da ONG, dificultando o acompanhamento de suas atividades. Com relação à participação, trata-se, da participação nos cursos de pequena duração que são ofertados nas unidades móveis (“Escola Estadual Hélio Palermo” e “Escola Estadual Roberto Scarabuci”). Não há referência direta à participação no sentido proposto neste trabalho. Somente, há considerações acerca do fato de que se fosse possível ampliar a estrutura da sede da ONG, tal como consta enquanto demanda, poder-se-ia ampliar o número de vagas, permitindo a participação de mais estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. (FACEBOOK. ONG FRANCA VIVA, 2020).

O Coletivo da Cultura, surgiu em 2019, com o objetivo de discutir políticas públicas para as áreas da Cultura e Educação. (COLETIVO DA CULTURA, 2020). Nele, destaca-se a incessante tentativa de chamar atenção do poder público municipal para a necessidade de implementação de uma política específica para os artistas. Trata-se de demanda recorrente em uma situação baseada, sobremaneira, pela informalidade, na qual o coletivo tem se sustentado por “vaquinhas *online*”, durante os festivais e posterior repasse para os artistas participantes, sem uma fonte de recurso

financeiros fixa. (FACEBOOK. COMAD, 2020). Esta característica da informalidade, além de constituir um ponto fraco em si, impacta na questão da transparência, pois não há atas ou relatórios formais para o registro dessas ações. Com relação à participação, o atual cenário pandêmico tem comprometido as reuniões e o uso das vias digitais para a organização do grupo têm sido essenciais, no entanto, isso pode impossibilitar a participação daqueles que não possuem o material tecnológico adequado.

Por fim, a Pastoral do Menor aponta que entidades como ela executam Políticas Públicas que não são executadas pela administração pública, sem nenhum apoio dela. (PASTORAL DO MENOR E FAMÍLIA, 2020). No que se refere à transparência a prestação de contas da Pastoral é anualmente divulgada no Diário Oficial do Município, sempre no mês de abril de cada ano, e a sociedade consegue facilmente acessar todas as informações. Entretanto, o sítio eletrônico da entidade está passando por alterações, comprometendo assim, o acesso a este material que também é publicado nele. Com relação à participação, a Pastoral estuda novos projetos para ampliar o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

10.4.2 Pontos fortes e oportunidades

Para além de uma visão pautada nos pontos fracos quanto ao Estado e a sociedade civil, no município de Franca, cabe salientar pontos fortes e oportunidades.

Segundo os relatórios publicados pela CGU no ano de 2018 (BRASIL, 2018) e 2017 (BRASIL, 2017), os pontos fortes consistem, principalmente, acerca da divulgação das informações orçamentárias e financeiras, que são consolidadas em um portal de transparência, a divulgação de informações sobre a estrutura organizacional e a divulgação dos Empenhos, Contratos, Licitações e Receitas do município.

Segundo estes mesmos relatórios, outro ponto forte reside na existência de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico e digital para o envio de pedidos de forma eletrônica e presencial, os pedidos realizados pelos cidadãos são respondidos dentro do prazo e em conformidade com o que foi solicitado, sendo a transparência

passiva um ponte forte do município, demonstrando assim a possibilidade de participação da sociedade na Administração Pública através do seu atendimento via esses mecanismos.

Quanto ao Poder Legislativo, as informações do que é decidido e debatido na Câmara Municipal encontram-se na íntegra em seu sítio eletrônico. A disposição das informações, dessa forma, relaciona-se com a boa governança esperada pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Segundo Menezes (2015, p. 30) a LAI aponta, como principais exigências, 11 quesitos mais gerais. São eles:

[...] destaque para a disponibilização do link da LAI e do questionário para solicitação de informação, criação do SIC, disponibilização da agenda, informações básicas (como telefones e e-mails e dados dos parlamentares), notícias atualizadas, canais de participação popular e acessibilidade, que constituíram o questionário utilizado para a avaliação dos sites disponível no APÊNDICE A.

Assim, observam-se os critérios legais sendo respeitados pelo órgão do município de maneira generalizada, o que possibilita a ciência da população conforme os assuntos debatidos em sua Casa Legislativa e que os referidos dados possam ser tratados, ainda, de diferentes maneiras.

A maioria dos dados são obtidos através do Sistema e-Sic. (FRANCA, Câmara Municipal, Acesso à informação, 2020). Nele, é possível ter acesso não só a informação, como o andamento de sua solicitação.

Somente no ano de 2020, até o mês de maio, tem-se que as solicitações tiveram um tempo médio de resposta de 1,4 dias. Os temas mais requisitados foram: gerais (48%), sobre vereadores (28%) e sobre legisladores 20%. Foram feitas solicitações em 2020.

Disso, depreende-se que o canal da Câmara Municipal é usado predominantemente para conseguir informações gerais sobre o funcionamento do órgão, como, também, para realizar fiscalização sobre o trabalho dos vereadores.

No âmbito da sociedade civil, há também pontos fortes e oportunidades de cada Conselho, ONG, Coletivo e Pastoral já mencionados, no que corresponde às questões de transparência e

participação. Observa-se que cada instituição e organização possui diferentes oportunidades e pontos fortes que auxiliam os indivíduos a exercerem suas liberdades políticas participando diretamente e/ou tendo acesso à transparência das atividades que acontecem em seu município.

O Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca (COMDECON), possui caráter deliberativo, normativo, propositivo e consultivo, no qual objetiva resgatar o espaço de participação do negro no sentido de que sua raça, seus costumes, seus valores culturais e seus anseios sejam rigorosamente preservados. Com a verba que recebe da prefeitura, o Conselho realiza vários eventos, workshops e oficinas, para os quais convidam toda a população. Os principais eventos são: o Dia da Mulher Latina Americana e Caribenha, Dia Nacional do Zumbi, Dia do Samba e Dia da Mulher. Do ponto de vista da transparência, são feitos atas e relatórios que são divulgados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Franca. A participação também é estimulada em relação às reuniões do Conselho. Bairros são visitados para que a população conheça o trabalho e passem a fazer parte das reuniões. (FRANCA. Prefeitura Municipal de. Conselhos, 2020).

O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Franca (COMAD) é órgão colegiado de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador que se dedica à prevenção, cuidado e redução dos riscos e danos advindos da interação do indivíduo com substâncias psicoativas. A prestação de contas financeira é feita pela Secretaria de Saúde, pois não possui verba própria. Já com relação à transparência, assim como o COMDECON, elabora atas e relatórios que são divulgados tanto no sítio eletrônico da prefeitura quanto no sítio eletrônico do conselho no Facebook. A participação é bastante estimulada dentro do conselho a partir da realização de diversos eventos, tais como a Formação Permanente em Redução de Danos e o Fórum Municipal de Políticas Públicas. Tais eventos são divulgados através da página de Facebook do Conselho. (FRANCA. Prefeitura Municipal de. Conselhos, 2020)

A ONG Grupo de Cidadania Franca Viva, visa a melhoria da qualidade de vida da comunidade, por meio de atividades culturais, cursos de qualificação e conhecimentos em informática. Ela possui um Projeto chamado “CLIK DA EDUCAÇÃO” que visa oferecer a

jovens, adultos e terceira idade acesso à era digital e seus meios. O projeto busca atender a população carente da tecnologia de informação, além disso, investe na acessibilidade de alunos com necessidades especiais. Já certificou mais de 7000 pessoas. A ONG não possui verba pública, apenas privada, contando apenas com algumas parcerias com a UNIFACEF e com a Secretaria Estadual de Educação, e patrocínios. Com relação à prestação de contas, os balanços são submetidos conforme a legislação adotada para a entidade, mas ficam à disposição da comunidade e órgãos de fiscalização conforme previsão estatutária, na própria sede da ONG para consulta. Entretanto, não são publicadas por não ser exigência. (VIVA, 2020) Não há referência direta à questão da participação, no sentido proposto pelo trabalho, tal como já apresentado. No seu *Facebook* há somente uma referência a uma mobilização de “um grupo de aproximadamente 10 pessoas [que] realizou uma passeata com o intuito de mobilizar a população” para a recuperação da autoestima da cidade, com a crise de seu setor calçadista, na ocasião de seu aniversário, em 1998, donde surge a ONG. (FACEBOOK. ONG FRANCA VIVA, 2020)

A missão do Coletivo da Cultura é construir um espaço seguro, compartilhado e plural entre todos os artistas francanos, desde iniciantes a profissionais, para que possam se reunir e expressar o seu lado criativo e suas diferentes posições políticas. (COLETIVO DA CULTURA, 2020). A prestação de contas acontece regularmente através do sítio eletrônico do coletivo e do Facebook, com acesso amplo e irrestrito. Com relação ao tema da participação, atualmente, o coletivo faz reuniões através das redes sociais, em que discutem as táticas de luta. Além disso, a participação está aberta para todos que queiram expor sua arte, basta entrar em contato com o Coletivo por meio do Blog ou Facebook. O grupo diariamente convida a população através das redes sociais para participar do projeto. (COLETIVO DA CULTURA, 2020 e FACEBOOK. COLETIVO DA CULTURA, 2020).

A Pastoral do Menor, devido à escassez de atendimento a esta população iniciou seu trabalho, articulado com a comunidade, junto às crianças, adolescentes que passavam o dia na rua. Ela atua no centro e na região sul de Franca (Jd. Aeroporto I, II e III) utilizando espaços e recursos da comunidade para possibilitar a reintegração familiar e o

afastamento dos menores da prática dos atos infracionais. A organização possui parceria com o Poder Público, além disso, busca recursos financeiros através de doações, promoções e do sistema de Nota Fiscal Paulista. A prestação de contas dos projetos firmados com o município se dá pela prestação de contas da própria Prefeitura Municipal. Logo, a população pode acessar o sítio eletrônico da prefeitura ou da entidade para acompanhar a situação da organização (FACEBOOK. PASTORAL DO MENOR E FAMÍLIA DA DIOCESE DE FRANCA, 2020). No que refere ao tema da participação a Pastoral do Menor coloca entre seus principais objetivos, três aspectos que não são detalhados em sua proposta, nem indicados elementos mais concretos, mas que indicam postura pró-participação, na perspectiva proposta pelo trabalho:

- 1- Estimular o trabalho de base, dentro da linha comunitária, em vista de uma democracia participativa,
 - 2- Incentivar relações de amor, de participação e de integração entre as crianças e os adolescentes, educadores e comunidade em geral;
 - 3- Desenvolver ações capazes de apontar caminhos a serem assumidos pela sociedade e pelo poder público?.
- (FACEBOOK. PASTORAL DO MENOR E FAMÍLIA DA DIOCESE DE FRANCA, 2020).

10.5. Propostas de ação

No sentido da transparência do Poder Executivo no município, como foi destacado anteriormente, seu principal ponto fraco diz respeito à transparência ativa. Portanto, segundo o Guia de Orientações para os entes federados (BRASIL, 2018), é importante que os municípios tenham sempre disponíveis e atualizadas as informações disponíveis para acesso, além de divulgar em seus portais ou seções de transparência, informações que possibilitem o acompanhamento das receitas e despesas públicas, as licitações, contratos, obras públicas, publicação da remuneração dos servidores públicos e diárias, garantindo assim que seus cidadãos tenha uma acesso fácil, amplo e irrestrito a estas informações. Estes mecanismos de *accountability* são fundamentais, não só no que corresponde ao controle social dos cidadãos em relação aos negócios públicos, mas configuram a base para a conhecimento destes temas e possível

interesse para a participação direta neles. Sem isso, os cidadãos se tornam pouco interessados em atuar diretamente na proposição e fiscalização de políticas públicas. Mas, para além destes mecanismos devem ser disponibilizados mecanismos que conclamem diretamente a população à participação. Nesta direção são fundamentais centrais de atendimento, ouvidorias, convites a reuniões, audiências públicas, etc. Isso seria de fundamental importância para que as liberdades políticas e de transparência fossem garantidos no município de Franca.

No caso do Legislativo a principal proposta de ação trataria da ampliação dos dados publicados. Tal ampliação, faz-se necessário dizer, caminhará por uma maior sistematização da informação disponibilizada. Como afirma (KIELGAST, 1997):

A síntese da informação consiste em reunir a informação, de uma forma significativa e ponderada, aglomerando-a em blocos que possam ser usados. Alguns dos processos que são usados para sintetizar a informação são a classificação do produto de acordo com a pertinência do tema, a redação de resumos executivos da informação e a padronização da informação. A padronização é uma parte importante da síntese da informação, porque a padronização da informação nos permite comparar informações de uma variedade de fontes.

O sentido dessa padronização, assim, deve obedecer aos critérios de linguagem acessível compartilhados pela cartilha da Controladoria Geral da União, garantindo o real acesso e participação no debate que estiver sendo tratado na Câmara Municipal.

Para além das relações de transparência e de participação no caso do Estado, representado pelo Poder Executivo e Legislativo, observa-se que a sociedade civil carece de financiamento municipal e apoio para a execução das suas atividades e projetos. Desse modo, cabe ao Poder Público compreender a importância dessas entidades no sentido de se planejar, inclusive do ponto de vista orçamentário, e trabalhar juntos para proporem políticas públicas que atinjam a todos indivíduos, oferecendo-lhes assistência e espaço para que possam desenvolver suas liberdades.

10.6. Dimensão social

Amartya Sen (2000) argumenta que a liberdade social deve ser considerada um comprometimento social e o objetivo supremo do desenvolvimento. Segundo ele a liberdade significa tanto os processos que permitem a liberdade de ação quanto decisões como oportunidades reais que as pessoas têm.

Todas as liberdades abordadas neste trabalho, demonstram como o papel das liberdades instrumentais referem-se ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana e assim, para a promoção do desenvolvimento. Em particular, exercem especial relevância, as liberdades, especificamente tratadas neste segundo bloco do trabalho, quais sejam: liberdades políticas, consideradas como os direitos políticos associados à democracia e garantias de transparência. Na perspectiva da defesa da democracia, tal como apontado no início deste trabalho, apesar do tema da participação não aparecer diretamente na sua proposta, nos limites de sua proposta vinculada à ideia mais tradicional de democracia, relacionada prioritariamente à representação, a consideramos condição essencial para que haja efetivamente o desenvolvimento, como garantia do aperfeiçoamento democrático e recurso complementar à transparência, nas várias esferas da vida política, seja dentro do Estado ou na sociedade civil. No que corresponde às garantias da transparência, mais próxima da representação, do mesmo modo, ou seja, pensada nas várias esferas da vida política, relaciona-se à necessidade da exposição aberta e irrestrita dos seus elementos, de modo a gerar confiança para a vida em coletividade, como por exemplo, na perspectiva da diminuição da corrupção em uma sociedade.

Na compreensão do autor, as Instituições (Estado, mercado, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesses público e os foros de discussão pública) devem ser agentes ativos de mudança, capazes de proporcionar meios para que os indivíduos desenvolvam suas liberdades substantivas, em especial às relacionadas à vida política. Dentre estas instituições, certamente destacam-se Estado e sociedade civil, como tentamos demonstrar, exercendo papel central de estímulo

e consolidação destas liberdades, rumo ao desenvolvimento democrático e inclusivo no município de Franca.

Referências

ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FRANCA (ACIF). **Franca em dados 2020**. Disponível em: <https://app.powerbi.com>. Acesso em: 24 abr. 2020.

ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **R. Bras. Est. Pop.**, v. 30, s. 1., p. S171-S191, 2013.

BRASIL. Coordenadoria Geral da União. **Escala Brasil Transparente - Transparência Passiva**. Brasília, DF: Coordenadoria Geral da União, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Coordenadoria Geral da União. **Mapa Brasil Transparência**. Brasília, DF: Coordenadoria Geral da União, 2018. Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher; 2011**.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**: Portaria MS/GM nº 737 de 16/5/01, publicada no DOU nº 96 seção 1e, de 18/5/01 / Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Vidas preservadas: experiências intersetoriais de prevenção dos acidentes de trânsito**. Brasília/São Paulo: MS, 2014.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

COLETIVO DA CULTURA. **Cultura, Arte e Educação como instrumentos da luta coletiva por cidadania plena**. 2020.

Disponível em: <http://www.coletivodacultura.com.br/> Acesso em: 27 abr. 2020.

FACEBOOK. **COLETIVO DA CULTURA**. Disponível em:

<https://www.facebook.com/mandatocoletivodacultura/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FACEBOOK. **COMAD**. Disponível em:

<https://www.facebook.com/COMAD.Franca/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FACEBOOK. **ONG FRANCA VIVA**. Disponível em:

<https://www.facebook.com/ongfrancaviva/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FACEBOOK. **Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca**.

Disponível em: <https://www.facebook.com/PastoraldoMenorFranca/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FERRAZ, A. C. P. Comparação do nível de desenvolvimento dos municípios paulistas de maior porte (2019). Disponível em:

http://www.eesc.usp.br/portaleesc/attachments/article/5114/eesc_cidades_paulistas_qualidade_de_vida.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2020

FIGUEIROA, A. L. G., et al. Vigilância de violências e acidentes no Brasil. In: NJAINE, K., ASSIS, S. G., CONSTANTINO, P. **Impactos da Violência na Saúde [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 345-364.

FRANCA. Câmara Municipal. **Regimento Interno**, 2016. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/resolucao-no-560-de-25-de-novembro-de-2016>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FRANCA. Lei complementar nº 1, de 24 de julho de 1995. Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público Municipal de Franca, sua estrutura organizacional, institui as tabelas de vencimentos e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal, 1995. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/legislacao/lei-complementar-no-1-de-24-de-julho-de-1995>. Acesso em: 24 abr. 2020.

FRANCA. Prefeitura Municipal de. **Conselhos**. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/prefeitura/conselhos>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FRANCA. Prefeitura Municipal de. **Estrutura organizacional**. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/portal-transparencia/paginas/publica/estrutura_organizacional.xhtml. Acesso em: 23 abr. 2020.

FRANCA. Câmara Municipal. Acesso à informação. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/acesso-a-informacao>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FRANCA. Câmara Municipal. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/a-camara>. Acesso em: 28 abril 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>. Acesso em: 06 jan. 2019.

INFOMAPA SP. Governo do Estado de São Paulo. Segurança no trânsito. Respeito à vida – São Paulo dirigindo com responsabilidade. (InfoSiga / InfoMapa). Disponível em: <http://painelderresultados.infosiga.sp.gov.br/mapa/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. 2020. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/analise-perfil.html?localidade=3516200>. Acesso em: 20 jan. 2020.

JORNAL DA FRANCA. Número de acidentes de trânsito em Franca se mantém o mesmo há 2 anos. Postado em 04/03/2019 às 09:00 em Trânsito. Disponível em: <http://jornaldafranca.com.br/numero-de-acidentes-de-transito-em-franca-se-mantem-o-mesmo-ha-2-anos>. Acesso em: 28 jan. 2020.

KIELGAST, S.; HUBBARD, B. A. Valor agregado à informação: da teoria à prática. **Ciência da informação**, v. 26, n. 3, 1997.

LAISNER, R. A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.26, p.17-35, 2009.

LAISNER, R.; DEMARIO, C. G. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 619-630, 2014.

LÜCHMANN, L. H. H. Inclusão, accountability e representação nas instituições de controle social: dimensões da deliberação democrática. In: GURZA LAVALLE, A.; DE VITA, A.; ARAUJO, C. (Org.) **O papel da teoria política contemporânea: justiça, constituição, democracia e representação**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2015, v. 1, p. 359-394.

MACHADO, L. F. Expectativas de compreender a violência contra a mulher na sociedade contemporânea brasileira a partir dos pensamentos de Amartya Sen. **Perspectiva**, v. 42, n.160, p. 31-40, 2018.

MENEZES, S. D. C. **O poder legislativo municipal e a lei de acesso à informação (LAI)**. Brasília: Instituto Legislativo Brasileiro, 2015. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517011/TCC_Sa

mia Danielle Cabral de Menezes.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
Acesso em: 28 de mar. 2020.

MINAYO, M. C. S. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. **Temas em Saúde collection**. 132 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2020.

MINAYO, M. C. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 09-33.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: Sousa E. R. (Org). **Curso impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP; 2007, p. 24-35.

MIRANDA, E. M. O papel do vereador dentro do ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, ano 21, n. 4917, 17 dez. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/47637>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MONSTESQUIEU. D. **Espírito das Leis**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Metade de todas as mortes entre jovens nas Américas podem ser evitadas, constata novo relatório da OPAS**. Publicado 6 março 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5883:metade-de-todas-as-mortes-entre-jovens-nas-americas-podem-ser-evitadas-constata-novo-relatorio-da-opas&Itemid=839. Acesso em: 14 maio 2020.

PASTORAL DO MENOR E FAMÍLIA. 2020. Disponível em: <https://www.pastoralmenorfranca.com.br/home/> . Acesso em: 27 abr. 2020.

PEREIRA, R. H. S. V. O Direito, a sociedade civil e o Estado: uma abordagem à luz da política de Bobbio. Conteúdo Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/47098/o-direito-a-sociedade-civil-e-o-estado-uma-abordagem-a-luz-de-bobbio.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

RAZERA, J.; CENCI, C. M. B.; FALCKE, D. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. **Estatística de Criminalidade: Manual de Interpretação**. Coordenadoria de Análise e Planejamento – CAP. São Paulo: 2005.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Seg. Pública do Est. de São Paulo. **Dados estatísticos do Estado de São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>. Acesso em: 30 de abril de 2010.

SANTOS, B. D. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouza Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007, 128p.

SANTOS, R. O. S.; ANDRADE, S. M. O.; MARTINS, B. S. T. P. Segurança e mobilidade no trânsito: percepção da população de uma capital do Brasil central. **Interações**, v. 18, n. 4, p. 109-119, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEÑA, J. F. M. **Concepto y justificación de la desobediencia civil**. Ariel, 1990.

SOARES, G. O. **Accountability na Ouvidoria do Tribunal de Contas da União**. 2014. Monografia (Bacharelado em Ciência Política - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

UOL. **Eleições 2016**. Apuração 2º turno. Disponível em: <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2016/2turno/sp/franca/>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

VIVA, ONG Franca. 2020. Disponível em: <http://www.francaviva.org.br>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Rapport mondial sur la violence et la santé**. Genebra: OMS; 2002. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_fr.pdf. Acesso em: 16 de abril de 2020.